

14

abril • 2014

# História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



# História da Historiografia

issn 1983-9928

## Conselho Executivo

---

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

## Conselho Editorial

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)  
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)  
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Secretaria

---

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

# Editoração, revisão técnica e capa

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)

## Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

## Apoio

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

## Contato

Rua Fernandes Vieira, 597/602 • Porto Alegre - RS • 90035-091 • Brasil

www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

## Missão

*História da Historiografia* publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

## Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2014, número 14, abril, 2014, 215 p.

Quadrimestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL  
*EDITORIAL*

8

ARTIGOS  
*ARTICLES*

Modelos causais e a escrita da história  
*Causal models and the writing of history*  
**Moisés Antiquiera**

11

Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)  
*Francisco Adolfo de Varnhagen and some key guidelines to the Portuguese historiography of his time (1839-1841)*  
**Daniel Estudante Protásio**

27

Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda  
*The planes of historicity of Sérgio Buarque de Holanda's interpretation of Brazil*  
**Thiago Lima Nicodemo**

44

Uma parábola acadêmica: a jangada de Robert W. Fogel  
*An academic parable: Robert W. Fogel's raft*  
**Heitor Pinto de Moura Filho**

62

Los usos de las escalas espaciales y las prácticas historiográficas en el interior de la Argentina: un ejercicio de aproximación a partir del estudio de las políticas sociales  
*The uses of spatial scales and the historiographical practices within Argentina: an approach exercise based on the study of social policies*  
**María José Ortiz Bergia**

80

La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina  
*The Paraguayan War and the Argentine historiography*  
**María Victoria Baratta**

98

Cultural History and the History of the Body in German Ancient History  
**Jan B. Meister**

116

História cultural e história do corpo na História Antiga alemã  
*Cultural history and the history of the body in German Ancient History*  
**Jan B. Meister**

131

## RESENHAS

### REVIEW ESSAYS

- O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva  
*The presentism and the brazilian reality in perspective*  
HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 272 p.  
**Walderez Simões Costa Ramalho** 148
- O giro imaginativo no estudo do antiquariato britânico: *In Defiance of Time*, de Angus Vine  
*The imaginative turn in the study of British antiquarianism: In Defiance of Time, by Angus Vine*  
VINE, Angus. *In Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2010, 272 p.  
**Pedro Telles da Silveira** 155
- Tempo presente e usos do passado: qual o lugar da epistemologia?  
*Present time and uses of the past: what is the place of epistemology?*  
VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (Orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.  
**Douglas Attila Marcelino** 162
- Uma história da historiografia polemista: José Carlos Reis  
*A polemicist history of historiography: José Carlos Reis*  
REIS, José Carlos. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 272 p.  
**Cristiano Arrais** 170
- Por que ler (apenas) os clássicos?  
*Why (only) read the classics?*  
PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Vol. 1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes/PUC-Rio, 2012, 302 p.  
PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes/PUC-Rio, 2013, 324 p.  
**Fábio Duarte Joly** 176
- História e verdade para além da virada linguística: a contribuição de Frank Ankersmit  
*History and truth beyond the linguistic turn: Frank Ankersmit's contribution*  
ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, 338 p.  
**Gilvan Ventura da Silva** 182
- Em busca da delimitação de saberes: história e literatura  
*In search of the delimitation of knowledge: history and literature*  
ROIZ, Diogo da Silva. *Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, 236 p.  
**Karina Anhezini** 187
- A Espanha dos seus historiadores  
*The Spain of its historians*  
PASAMAR, Gonzalo. *Apologia and Criticism: Historians and the History of Spain, 1500-2000*. Hispanic Studies: Culture and Ideas. Bern: Peter Lang, 2010, 291 p.  
**Cesar Augusto Barcellos Guazzelli** 192

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO  
*HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

A ideia de história no tratadista espanhol Luis Cabrera de Córdoba - século XVII  
*The idea of history by the Spaniard treatise-writer Luis Cabrera de Córdoba – 17<sup>th</sup> Century*  
**Maria Emília Granduque José** 198

Discursos IV e V do tratado *De historia, para entenderla y escribirla* (1611)  
**Luis Cabrera de Córdoba** 202

PARECERISTAS DESTE NÚMERO  
*REVIEWERS OF THIS ISSUE* 208

NORMAS DE PUBLICAÇÃO  
*EDITORIAL GUIDELINES* 210

DIRETRIZES PARA AUTORES  
*GUIDELINES FOR AUTHORS* 215

# Editorial

editorial



O décimo quarto número da revista *História da Historiografia* apresenta uma mudança: a ausência do dossiê, que a partir de 2014 será publicado somente no último exemplar do ano, lançado em dezembro. Essa opção permitirá uma melhor distribuição dos artigos livres, evitando a demora na publicação dos mesmos. Além disso, acreditamos que valorizará o próprio dossiê.

Conforme a compreensão comum, um dossiê temático reúne um conjunto de textos originais sobre assunto previamente definido, de modo a destacar contribuições significativas sobre o mesmo. E, em meio a um cenário de ampliação, profissionalização e diversificação das pesquisas, observando-se, inclusive, o crescente interesse por temas de estudo não brasileiros, torna-se cada vez mais difícil acompanhar aquilo que é produzido dentro e fora do país. Uma das formas de auxiliar esse acompanhamento é o incentivo à publicação de resenhas, sobretudo as críticas, que fomentam o debate e sinalizam problemas relevantes para o campo.

De modo semelhante, o dossiê temático também contribui, na medida em que consiga evidenciar não apenas as pesquisas significativas sobre um dado tema, mas as controvérsias suscitadas pelo mesmo. Evita-se, desse modo, que seja meramente utilizado como espaço para afirmar um lugar de fala ou um ponto de vista sobre a questão, algo que, a nosso ver, reduz seu papel crítico. Esperamos, portanto, contribuir para a valorização do dossiê tornando-o menos frequente, mas mais aprofundado e capaz de apontar temas e problemas relevantes para o estudo da história em geral e da historiografia, em particular. Além disso, os artigos livres, obtendo mais espaço na revista, terão maior visibilidade, como demonstra o presente número.

O artigo de Moisés Antiqueira oferece uma reflexão sobre a noção de causa no âmbito dos estudos históricos, a partir dos "esquemas explicativos" observados nos trabalhos de dois historiadores ingleses: Perry Anderson e Moses Finley, particularmente. Já o texto de Daniel Estudante Protásio contribui para o estudo das relações de Francisco Adolfo de Varnhagen com o meio historiográfico português, focalizando suas discussões com o visconde de Santarém.

Dando continuidade a uma série de artigos que problematizam o trabalho de historiadores, Thiago Lima Nicodemo identifica "mecanismos temporais" subjacentes à obra de Sérgio Buarque de Holanda, tecendo relação entre os mesmos e o processo de especialização e profissionalização do autor como historiador.

O artigo de Heitor Pinto de Moura Filho focaliza a recepção do livro *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery* (1974), dos norte-americanos Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman. Obra que teve ampla repercussão e representou uma mudança de paradigma para a historiografia da escravidão.

O texto de María José Ortiz Bergia oferece um panorama da historiografia argentina nas últimas três décadas, destacando a produção acadêmica das universidades do interior do país. Para enfrentar tal tarefa, a autora focaliza os estudos no campo da história social, observando o quanto o uso de escalas espaciais de análise contribui ou não para uma reflexão acerca do que fazem os historiadores argentinos, em contraste com os estudos sobre a história argentina construídos de um ponto de vista nacional, a partir da capital. Outra contribuição

para o conhecimento dos caminhos que a historiografia argentina tem seguido é o artigo de María Victoria Barata, que analisa os “vazios temáticos” e os desafios postos pelo estudo da história da Guerra do Paraguai, tema pouco frequentado pelos historiadores de seu país.

Por fim, o artigo de Jan B. Meister, em publicação bilíngue, evidencia os problemas e possibilidades da história cultural, considerando a historiografia de língua alemã e, mais especificamente, duas especialidades: a história antiga e a história do corpo. O autor analisa as mudanças ocorridas ao longo dos anos 1990, motivadas pelo chamado “giro cultural”, oferecendo aos leitores um contraponto em relação à historiografia francesa, mais conhecida entre nós, e permitindo comparações com outros contextos. Além disso, observa o quanto as tradições historiográficas nacionais determinam o tipo de história em relação a qual a história cultural pode se contrapor, ou ainda, os temas que serão privilegiados por tal perspectiva.

Na seção seguinte, seis resenhas ajudam a acompanhar os estudos recentes sobre historiografia publicados no Brasil e em outros países. E encerrando o número, um documento historiográfico do século XVII muito interessante: os *Discursos IV e V do tratado De história, para entenderla y escribirla* (1611), de Luis Cabrera de Córdoba, apresentados por Maria Emilia Granduque José.

Boa leitura!

Os editores

# Artigos

articles

# Modelos causais e a escrita da história\*

## Causal models and the writing of history

---

### Moisés Antiquera

mantiqpira@yahoo.com.br

Professor adjunto A

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Colegiado de História

Rua Pernambuco, 1777 - Jd. Universitário

Brasil

---

## Resumo

Os historiadores estabelecem relações causais a fim de explicar a ocorrência de eventos e processos históricos. Diante disto, propomos, em primeiro lugar, definir em que consistiria a noção de causa no âmbito dos estudos históricos, bem como as possíveis maneiras a partir das quais os historiadores lidam com a multiplicidade causal. Nesses termos, o modelo de "frequência relativa" esboçado por Ernest Nagel oferece uma ferramenta que propicia uma reflexão acerca do grau de importância que os historiadores conferem às diferentes condicionantes por eles elencadas. Tendo em vista tais pressupostos, analisaremos, à guisa de ilustração, os esquemas explicativos que Perry Anderson e Moses Finley formularam em relação a uma problemática específica, qual seja, o "declínio" do escravismo antigo, assinalando as possibilidades de aplicação de referenciais comuns à filosofia da ciência que permitam uma maior compreensão a respeito da forma como se escreve a história.

## Palavras-chave

Causalidade; Escrita da história; Explicação histórica.

## Abstract

Historians have resorted to different forms of causal relations in order to explain historical events or processes. This article intends to discuss the issue of causality in history and to indicate possible ways some historians may handle the plurality of causes. In these terms, the "relative frequency" model outlined by Ernest Nagel provides a tool that enables a reflection on the level of importance ascribed by historians to the different causal conditions that they find. Bearing these assumptions in mind, I will analyze, by way of illustration, the explanatory models formulated by Perry Anderson and Moses Finley regarding a specific issue, namely the "decline" of the ancient slavery system, and I will point out to possibilities of applying common referentials to the philosophy of science, which may further our understanding of historical writing.

## Keywords

Causality; History Writing; Historical explanation.

---

Recebido em: 12/4/2013

Aprovado em: 9/10/2013

---

\* Agradeço ao editor e aos pareceristas da *HH* pelos comentários e sugestões, que permitiram que eliminássemos certas dificuldades que constavam no texto original.

## O problema das causas na história

“Por que 1789?” significa “Quais as causas de 1789?”; aparentemente, tais causas seriam uma cadeia infinita que se estende para trás e para o exterior e que você precisa penetrar, não obstante o fato de que nenhum método (e nenhuma vivência) conseguiria proporcionar-lhe pontos de apoio lógicos ou definidos para uma explicação suficiente e necessária (JENKINS 2011, p. 85).

Com tais palavras, Keith Jenkins alerta, tomando a Revolução Francesa como um exemplo dentre tantos outros, para a maneira não problemática e pouco rigorosa pela qual os historiadores abordam a questão da relação entre “causa” e “efeito” ao elaborarem suas narrativas. Na verdade, a argumentação desenvolvida por ele coloca em xeque algumas das bases epistemológicas sobre as quais se assenta o ofício do historiador: questiona a própria legitimidade e logicidade da utilização do conceito de causa no que se refere à escrita da história.

Contudo, a despeito da análise de Jenkins, partimos do princípio de que a análise causal mantém-se no horizonte teórico que norteia o trabalho dos historiadores (muito embora reconheçamos que não haja maior consenso acerca da associação entre explicação e causalidade no que diz respeito à produção do saber histórico).<sup>1</sup> A fim de ilustrarmos essa afirmativa, tomemos um exemplo. No ano de 2002, foi publicada uma obra que despertou grande atenção em meio ao campo da historiografia brasileira. Tratava-se do livro *Maldita guerra*, de autoria de Francisco Doratioto, cujo enfoque recaía sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) (DORATIOTO 2002). O motivo que teria suscitado tamanho interesse pode ser verificado em uma resenha que José Murilo de Carvalho compôs acerca do referido estudo. Nela se salientava que “o ponto central que costura a narrativa de Doratioto é o das razões” que levaram ao conflito externo que marcou a história do Brasil durante o Segundo Reinado (CARVALHO 2003, p. 5). Mediante tal apontamento, Carvalho indiretamente sublinhava uma das dimensões cruciais que permitem definir o labor historiográfico, qual seja, o estabelecimento de um conjunto de relações causais que visam esclarecer a ocorrência de determinados eventos.

Faz-se oportuno, porém, nos interrogarmos a respeito da própria noção de causalidade. Em que consistiria a ideia de “causa”? A despeito das suspeitas que pairam sobre o conceito, desde as objeções levantadas por David Hume no Setecentos – de que os fenômenos se sucedem uns aos outros, sem que se possa observar uma conexão entre eles – é comum pensarmos que toda ciência não somente deva descrever, mas igualmente indicar porque as coisas ocorrem. O ato de explicar algo implicaria, assim, o apontamento de algumas informações

<sup>1</sup> No desenvolvimento da atividade de pesquisa, as explicações não se restringem à resposta de uma pergunta do tipo “Por quê”, mas outras questões, como “O quê”, também requerem uma explicação. William Dray destaca que o “explicar o que” pode envolver uma exposição minuciosa de um dado evento, no bojo da qual elementos já conhecidos poderiam ser reorganizados a ponto de serem oferecidas novas possibilidades de interpretação acerca do acontecimento em questão. Tal procedimento não carecia abranger, logo, uma resolução que explicitasse os motivos que levaram à ocorrência do mesmo (DRAY 1995, p. 495).

a respeito do modo como determinada ação foi acarretada (GODFREY-SMITH 2003, p. 195). Todavia, vale sublinhar, como o faz Osvaldo Pessoa Júnior, que a indicação de uma eventual correlação entre dois eventos não preconiza a formação de uma relação causal (PESSOA JÚNIOR 2006, p. 32). Ademais, é possível reconhecer a ocorrência de um fenômeno sem que se saiba o que haveria de tê-lo causado.

Diante do exposto, concluí-se que nem sempre resulta claro distinguir o que causou o quê. Ademais, uma explicação satisfatória não se assenta, pura e simplesmente, sobre um arrolamento de possíveis causas; antes, requer que sejam sinalizados um ou mais fatores que, no todo, sejam ajuizados como relevantes para a realização de um evento. Portanto, adentramos na seara dos efeitos. Em ciência, pode-se explicar um conjunto de fatos ao subordiná-lo a uma gama de princípios ou padrões gerais previamente estabelecidos ou ao se delimitar a trama causal que levou à sua concretização. Desta forma, Peter Godfrey-Smith assinala que a noção de explicação deve ser regida por uma perspectiva pluralista, uma vez que operaria conforme as peculiaridades dos diferentes campos científicos (GODFREY-SMITH 2003, p. 196-197). Neste sentido, a ideia de explicação envolve uma espécie de contextualismo, de modo que diferentes ramos do conhecimento postulam critérios próprios para que se aceitar aquilo que configuraria uma explicação adequada. Por isso mesmo, autores como Marc Bloch não se furtaram em destacar que as relações de causa e efeito se situariam como “ferramenta do conhecimento histórico”, as quais, todavia, exigiriam “uma tomada de consciência crítica” por parte dos historiadores (BLOCH 2001, p. 155).

Por conseguinte, não podemos deixar de nos remeter aos pontos de vista advogados por John Lewis Gaddis. Este reitera a ótica de que não há regra alguma que normatize a qual ponto os historiadores deveriam se atentar quando traçam as causas de qualquer evento ou processo histórico. Todavia, continua Gaddis, os historiadores usualmente operam por meio do “princípio de diminuição da relevância”. Significa dizer que, quanto maior o intervalo temporal a separar uma causa de sua consequência, presume-se que tal causa se afigure menos importante. No entanto, é preciso assinalar que todo evento se circunscreve a um dado contexto, do que resulta que uma causa “próxima”, “excepcional”, se insere em uma trama dependente de causas “remotas”, “gerais”, mais recuadas no tempo. A causa que os historiadores identificam como “excepcional” equivaleria, observados os processos que conduzem a estruturas particulares, àquele ponto em que esses mesmos processos tomam um curso distinto e imprevisto (GADDIS 2002, p. 96-97). Nestes termos, a causa em história pode ser pensada como o antecedente que, em meio a uma gama de condições gerais, é ressaltado enquanto elemento diferencial (BLOCH 2001, p. 156).

Deste modo, faz-se escusado salientar que não concebemos a plausibilidade de uma plena cisão entre a narrativa do historiador e a realidade que ele se dispõe a investigar, por mais complexo que o seu objeto se revele. A estrutura da ação – ou seja, a existência de uma sequência que contemple início, meio e fim – corresponde a algo compartilhado tanto por indivíduos e grupos sociais

quanto pelos textos que deles se ocupem. “Quem propõe a descontinuidade”, escreve Ciro Flamarion Cardoso, “afirmando que na vida real não há começo, meio e fim, esquece não só o nascimento e a morte como [...] inúmeras formas menos definitivas de estruturas dotadas de inícios e conclusões” (CARDOSO 1998, p. 56).

Neste sentido, embora não se possa ignorar o fato de que os historiadores elaboram narrativas que não se encontram diretamente observáveis no próprio passado, a história não deve ser tomada enquanto relato ficcional, como outro qualquer: as narrativas históricas apresentam relações causais que não equivalem a construções livremente formuladas, mas antes são edificadas a partir de provas, controles e operações cognitivas sobre as quais se alicerça a sua condição de conhecimento verdadeiro (CHARTIER 2010, p. 13). Logo, reputamos ser lícito que os historiadores, na consecução de seu ofício, exponham quais seriam os possíveis fatores, ou antecedentes, relativos ao desenrolar de certos acontecimentos ou processos históricos. Ao fazê-lo, os historiadores promovem uma “hierarquia de causas que fixaria suas relações recíprocas e talvez decid[am] que causa, ou categoria de causas, deveria ser vista como [...] a causa fundamental” (CARR 1982, p. 77).

Não obstante, cabe retomarmos as afirmações de Jenkins, com as quais abrimos nosso texto. Embora Jenkins não estipule modelo argumentativo algum que pudesse substituir ou suplantar o estabelecimento de redes causais na escrita da história, as palavras dele nos conduzem a considerar a ausência de reflexões mais aprofundadas, por parte dos historiadores, a respeito dos preceitos que adotam – consciente ou inconscientemente – ao atribuir maior ou menor significado às causas que articulam à ocorrência de um evento. Almejamos, assim, propor uma análise que nos possibilite compreender de que modo os historiadores procuram articular e sustentar as explicações causais apresentadas nos meandros dos textos que compõem.

Para tanto, nos serviremos de referenciais comumente empregados no âmbito da filosofia da ciência. Resgataremos um dos modelos causais tipificados por Ernest Nagel em seu clássico artigo sobre a “lógica da análise histórica” (NAGEL 1995b). Tal modelo se volta para a averiguação da “frequência relativa” com a qual um fenômeno ocorreria, levando-se em conta a realização dos fatores que lhe dariam origem. Somado a isto, veremos em que medida o recurso a generalizações e condicionais contrafatuais tornaria possível avaliar a maneira pela qual os historiadores conferem diferentes graus de importância às explicações fornecidas a respeito da ocorrência de um dado acontecimento.

### **O modelo de “frequência relativa” de Ernest Nagel**

Os estudos desenvolvidos por Nagel centram-se na área da epistemologia da ciência. Ao abordar a problemática geral da explicação científica, Nagel se voltou ocasionalmente para a questão da causalidade e da formulação de explicações em história. As contribuições de pensadores como Nagel se articulavam à denominada “filosofia analítica da história”, corrente que havia ganhado força no universo acadêmico europeu (em especial o britânico) e estadunidense na

primeira metade do século XX, em oposição às filosofias da história que, até aquele momento, se caracterizavam por um nítido viés especulativo. A “filosofia analítica da história” compreenderia reflexões orientadas para a fundamentação de um estatuto científico para a história, ocupando-se de questões tangentes à prática do historiador e a relação deste com o seu objeto.

Entretanto, de acordo com Cristiano Alencar Arrais, não existe consenso quanto aos elementos que definiriam as bases dessa tendência analítica. A despeito disso, tal corrente é frequentemente associada ao modelo nomológico-dedutivo que o filósofo da ciência Carl Gustav Hempel havia proposto no que se referia à construção de esquemas explicativos no caso específico da história (ARRAIS 2010). Em “The function of general laws in history”, breve artigo escrito no ano de 1942 e que passaria a gozar de grande influência, Hempel almejava conferir à pesquisa histórica o teor de objetividade comum às ciências ditas naturais (HEMPEL 1995).

Do ponto de vista lógico, Hempel defendia a unidade entre as ciências da natureza e do homem. Afirma ele que a história, tanto quanto a física ou a química, operava a partir de generalizações, as quais corresponderiam a “hipóteses universais” tacitamente aceitas e que permitiriam relacionar dadas características da vida individual e/ou coletiva com certos elementos que igualmente faziam parte da experiência humana. Daí que sustentasse o uso do “modelo da cobertura por leis” (*covering law model*) para o fornecimento de explicações em história: a ocorrência de um evento histórico poderia ser deduzida uma vez especificadas as condições iniciais (quer dizer, se se apontassem os fatos particulares ao acontecimento) e uma ou mais leis universais, empiricamente comprovadas, que “cobrissem” o evento em questão (HEMPEL 1995, p. 423).

Todavia, Hempel postula que as análises explanatórias em história não cumpririam de modo perfeito os preceitos inerentes a esse saber nomológico, em especial no que respeita aos padrões de previsibilidade que o emprego de regularidades gerais haveria de pressupor. Isto o conduz ao argumento de que os historiadores ofereceriam, quanto muito, um “esboço de explicação causal” e, neste sentido, não conseguiriam indicar senão de maneira imprecisa quais seriam as leis e as condições iniciais julgadas importantes para a realização de um evento (HEMPEL 1995, p. 429).

Portanto, no entender de Hempel, a construção do conhecimento histórico não poderia se efetuar por intermédio de um esquema estritamente dedutivo. Contudo, Alun Munslow afirma que, para Hempel, o “esboço de explicação causal” delineado pelos historiadores haveria de se escorar sobre as prováveis leis que governariam o comportamento humano, a partir das quais seriam inferidos o significado e as possíveis causas dos eventos (MUNSLOW 2006, p. 70). Aviezer Tucker, porém, sublinha a ótica de que o exame empírico das explicações oferecidas pelos historiadores não propiciaria a descoberta de quaisquer “leis de cobertura” que sejam e, ainda que pudessem ser assinaladas tais leis, estas figurariam apenas como substitutivos abstratos empregados no lugar de termos concretos, os quais de modo algum esclareceriam porque os historiadores consideram algumas explicações mais adequadas do que outras.



Logo, conclui Tucker, “se os historiadores escrevem que Augusto queria se tornar imperador porque ele era ambicioso, nós não estaríamos mais bem informados se disséssemos que existe uma vaga lei geral que determina que pessoas ambiciosas buscam o poder” (TUCKER 2004, p. 189).

No entanto, estudiosos como Clayton Roberts argumentam que o fato de as narrativas historiográficas não se pautarem explicitamente em leis gerais não invalidaria o “modelo de cobertura por leis”. A presença de regularidades se daria de modo elíptico no interior dos textos elaborados pelos historiadores e, ainda que as explicações históricas somente possam ser consideradas parciais e prováveis, não deixariam de se configurar enquanto explicações (ROBERTS 1996, p. 9). Porém, continua Roberts, a complexidade dos eventos e dos processos históricos – dotados de aspectos extremamente variados e que abrangem diferentes atores sociais – faz com que os historiadores se afastem da busca por explicá-los mediante a recorrência a certas condições iniciais universalizáveis (ROBERTS 1996, p. 10).

Mas e quanto a Nagel? A princípio, faz-se preciso reconhecer que, de fato, Nagel parte de uma perspectiva similar àquela advogada por Hempel em favor do unitarismo epistemológico das ciências. Desta forma, Nagel declara que os historiadores também exerceriam o seu ofício “mediante a aceitação e utilização de leis gerais”. Tal se notaria, de acordo com ele, no tocante à utilização de conceitos em meio aos estudos históricos: poder-se-ia falar em “Revolução Francesa” ou “Revolução Russa” somente se reconhecida a dimensão nomológica articulada ao emprego do conceito de “revolução”. Em outras palavras, o uso de um arcabouço conceitual sublinharia o aspecto geral e a similaridade existente entre lugares e épocas históricas variadas (NAGEL 1995b, p. 458-459).

Por seu turno, o próprio Nagel enfatiza a noção de que os historiadores não aceitam a ótica de que sua tarefa residisse no estabelecimento de leis gerais. Assim, pode-se notar uma tentativa de adequação que, em certo sentido, o distanciava de Hempel. Nagel inclusive afirmaria que o “modelo de cobertura por leis” não era capaz de explicar eventos coletivos e significativamente complexos (NAGEL 1979, p. 574), como o são aqueles com os quais, destaques, os historiadores haveriam de lidar. Em suma, ainda que os historiadores trabalhassem a partir de generalizações, quando da busca por formular causas singulares que esclarecessem as inter-relações entre ações específicas, não teriam por foco a procura por tais leis, mas antes se ocupariam da descrição de eventos particulares (NAGEL 1995b, p. 459). É por isso que Arrais garante que epistemólogos como Nagel e Morton White assinalam a ideia de que algumas explicações em história poderiam ser consideradas adequadas mesmo que não remetessem a um corpo de leis gerais, abrindo a possibilidade para o apontamento de condicionantes causais singulares (ARRAIS 2010).

Diante do exposto, faz-se oportuno nos remetermos às ideias de Max Weber. Ao refletir acerca da metodologia no campo das “ciências da cultura”, dentre as quais enumerava a história, Weber declara que o problema da causalidade de um fenômeno histórico individual não incidiria sobre leis, mas antes sobre “conexões causais concretas”. Dito de outra maneira, Weber esclarece que nos

meandros das “ciências da cultura”, o estudioso não se volta a uma fórmula para a qual subordinaria um fenômeno em específico e sim procura determinar “a que constelação particular [tal fenômeno] deve ser imputado como resultado”. Trata-se do problema da imputação, isto é, da atribuição das causas dos fenômenos, que adquirem significância justamente em virtude de sua individualidade, das condições concretas que levaram à sua emergência (WEBER 2006, p. 54-55).

Portanto, conhecer eventuais leis da causalidade não poderia constituir o fim, mas, pelo contrário, o meio de estudo no que tange a áreas como a história. Salientar-se-ia a perspectiva de que o historiador também lidaria com conceitos genéricos abstratos ou estaria ciente da existência de regularidades. Por isso, Weber observa que

Se o conhecimento causal do historiador consiste numa *imputação* de certos resultados concretos a determinadas causas concretas, então é impossível uma imputação *válida* de qualquer resultado individual sem a utilização de um conhecimento “nomológico” – isto é, do conhecimento das regularidades das conexões causais (WEBER 2006, p. 55, grifos nossos).

Sendo assim, Weber postula que os historiadores operam a partir da hipótese de que um ou mais elementos individuais e singulares comportariam alguma importância para o resultado, quer dizer, para um fenômeno que se almejasse explicitar. Para cumprir com a tarefa de se avaliar a influência dos elementos que integram uma conexão causal, os historiadores procedem mediante um conhecimento do geral, daquilo que se pode geralmente esperar de um dos elementos que integram um conjunto causal. A natureza generalizante de uma explicação histórica se conecta, logo, aos efeitos dos elementos causais formulados pelos historiadores em seu trabalho de imputação.

Como recorda Fritz Ringer, a proposta weberiana de análise causal, no relativo às ciências que se ocupam da sociedade e do homem, situa a singularidade naquilo que é explicado, no sentido lógico de que o resultado de uma conexão causal não é geral (à maneira de uma lei da física, por exemplo) e pode ser razoavelmente localizado no tempo e no espaço. Nestes termos, a singularidade reside nos efeitos, e não nos antecedentes causais; a avaliação da relevância destes não excluiria uma dimensão probabilística e também contrafactual, procedimento que não se confunde, pois, com uma dedução efetuada a partir de leis invariáveis (RINGER 1997, p. 3).

Feito isto, tratemos de esmiuçar quais seriam os fundamentos pertinentes ao modelo causal de “frequência relativa”, como definido por Nagel. Proclamando a possibilidade de se estabelecer uma ordem de importância relativa às condicionantes dos fenômenos sociais, Nagel apresenta os seguintes passos: primeiramente, parte-se da suposição de que os fatores causais, que rotularemos aqui como  $\langle C1 \rangle$ ,  $\langle C2 \rangle$ ,  $\langle Cn \rangle$ , estão devidamente identificados por parte do historiador. Todos os condicionantes elencados devem acarretar, de uma forma ou de outra, a ocorrência de um fenômeno  $\langle E \rangle$ . Neste caso, procede-se à construção de um esquema lógico, por intermédio do qual se ponderaria qual haveria de ser, dentre as hipóteses causais listadas, aquela tida

como a mais relevante (ou fundamental) para que o fenômeno <E> aflorasse (NAGEL 1995b, p. 469).

O modelo de “frequência relativa” apregoa que não é necessária a presença conjunta e simultânea de todas as hipóteses causais para que <E> viesse a se concretizar. Neste caso, poder-se-ia preconizar, à guisa de argumentação, que a frequência relativa com que um fenômeno <E> ocorre seria maior na presença de apenas uma das condições – a condição <C1>, por exemplo – do que quando a condição <C2> ou outras fossem efetivadas. “Este é”, sentencia Nagel, “o estado de coisas que muitas vezes se tem em mente quando se afirma que [<C1>] é uma determinante mais importante de [<E>] do que [<C2>]” (NAGEL 1995b, p. 470). Em resumo, conforme esta proposta, a mensuração da importância dos fatores causais residiria na maior frequência com a qual uma relação de causa e efeito seria identificada pelo historiador, em face dos diferentes fenômenos com os quais ele se ocupa.

Em vista disto, apresentaremos uma possibilidade de reflexão, pautada no supramencionado modelo de Nagel, levando-se em conta a prática concreta dos historiadores, a qual ganha corpo sob a forma de uma narrativa. Seleccionamos, para tanto, uma problemática comum aos estudos dedicados ao período hodiernamente qualificado como “Antiguidade Tardia”. Trata-se da questão do “declínio”<sup>2</sup> ou do enfraquecimento do emprego de mão de obra escrava na sociedade romana imperial. Desta maneira, trabalharemos com as obras de dois estudiosos distintos, a saber: *Passagens da antiguidade ao feudalismo*, originalmente lançada por Perry Anderson em 1974, ao lado de *A economia antiga* e *Escravidão antiga e ideologia moderna*, livros de Moses Finley que surgiram, respectivamente, nos anos de 1973 e 1980. Dito isto, cabe ressaltar que tamanha escolha se pautou, em especial, no fato de que as referidas obras se revelam amplamente acessíveis aos acadêmicos brasileiros, algo que permite que os referenciais causais que exporemos sejam confrontados com textos que dispõem de boa disponibilidade e fácil acesso em nosso país, dadas as versões em vernáculo existentes.

Faz-se preciso recordar, finalmente, que as conexões estabelecidas pelo historiador, no que tange à tarefa de se explicar um fenômeno dado, constituem inferências causais formuladas a partir dos efeitos constatados (COPI 1978, p. 412). Ou seja, os historiadores partem dos efeitos a fim de estipular quais seriam as possíveis causas que os teriam engendrado. No entanto, destaquemos, seguindo os passos de Adam Schaff, a advertência de que os historiadores não elaboram suas interpretações a partir dos fatos, mas antes das evidências às quais têm acesso. O ato de selecionar e organizar as mais variadas fontes constitui uma operação mediante a qual os historiadores conferem a certos eventos do passado a dimensão de acontecimentos históricos (SCHAFF 1995, p. 307). Portanto, tal empresa não se dissocia do próprio ato de se apontar

<sup>2</sup> Embora a palavra “declínio”, como alerta Finley, careça de precisão metodológica para definir a redução na quantidade de escravos. Por não se tratar de uma categoria moral, mas antes corresponder a uma instituição social, não poderia haver um declínio da escravidão em si, e sim uma queda no número de indivíduos que se enquadrassem no estatuto jurídico de escravo (FINLEY 1991, p. 133).

as “causas” e os “efeitos”, no que se refere à tarefa de investigação efetuada pelos historiadores.

### **Possibilidades de aplicação: o “declínio” do escravismo antigo segundo Perry Anderson e Moses Finley**

Tanto Anderson quanto Finley dão suporte à argumentação de que o início da crise do escravismo no Império romano poderia ser datado entre os séculos II-III d.C. (ANDERSON 1989, p. 79; FINLEY 1991, p. 137) – em que pese a abundante e crível evidência a nos alertar para o fato de que, mesmo no século IV d.C., a mão de obra escrava continuou a ser empregada em larga escala e sem que conhecesse significativo recuo (HARPER 2011, p. 4).<sup>3</sup> Seja como for, uma vez delimitado o problema, Anderson e Finley procuram explicá-lo, de modo que ambos estabelecem, cada qual à sua maneira, quais seriam as causas que teriam condicionado à emergência do fenômeno assinalado.

#### *a) Perry Anderson*

Voltemo-nos, assim, para a análise proposta por Anderson. Alicerçado nos ditames do materialismo histórico, afirma ele que a desagregação do “modo de produção escravista” na Antiguidade correspondeu a um momento em que as contradições inerentes ao sistema se acirraram, ocasionando uma alteração profunda na infraestrutura econômica (e, pois, na superestrutura política, com a posterior dissolução do poder institucionalizado romano no Ocidente, a partir de meados do século V d.C.).

Neste caso, a diminuição numérica da mão de obra escrava inviabilizou a manutenção do sistema produtivo tradicional. Ainda segundo Anderson, ao contrário do escravismo moderno, inserido na dinâmica do capitalismo ocidental, no mundo antigo não existiriam mecanismos internos responsáveis por assegurar a autorreprodução do sistema, pois que a estabilização uniforme da força de trabalho escrava revelar-se-ia inatingível. O labor escravo em si constituía obstáculo ao progresso técnico, tornando inócua a possibilidade de se alcançar um aumento de produtividade inversamente proporcional ao volume decrescente de escravos (ANDERSON 1989, p. 76).

Partindo desses pressupostos, Anderson aponta uma série de fatores – cujo somatório será aqui denominado por “conjunto *a*” – para explicar o efeito, qual seja, o “declínio” da quantidade de escravos a partir do alvorecer da Antiguidade Tardia (ANDERSON 1989, p. 73-75). Podemos elencá-la do seguinte modo, indicando por <C> as condições que teriam ocasionado o efeito <E> ora escrutinado:

Condição <C1>: Nos dois últimos séculos da época republicana, Roma alicerçou a instalação de seu sistema imperial ao longo da orla mediterrânea.

<sup>3</sup> Muito embora o próprio Finley (1991, p. 137-138) enfatizasse a permanência do sistema escravista até a época carolíngia, reconhecendo que a questão do “declínio” da utilização de braços escravos deve ser concebida como um processo gradual e difuso de transformação social. Por sua vez, Anderson salienta a ideia de que a escravidão-mercadoria constituiu a força de trabalho predominante, sobremaneira, nas províncias ocidentais do Império (ANDERSON 1989, p. 266). Deste modo, o “declínio” da escravidão não afetaria, de maneira uniforme, a totalidade do território imperial.

Nos séculos I e II d.C., assistiu-se, por sua vez, à estabilização das fronteiras imperiais. Neste período, a expansão territorial romana efetivou-se somente em áreas periféricas, tais como a Germânia, a Dácia e a Mesopotâmia. Assim, a integração e consolidação de diversas áreas ao território do Império, paralela ao arrefecimento das guerras de conquista (que cessaram, basicamente, com as campanhas levadas a cabo pelo imperador Trajano [98-117 d.C.]), implicou a redução do volume de estrangeiros a escravizar, enquanto presas de guerra;

Condição <C2>: Incapacidade do comércio intrainperial no sentido de suprir as deficiências provocadas pela diminuição na quantidade de cativos, na medida em que os próprios negociantes de escravos se vinculariam às operações militares, com vistas ao abastecimento de seus estoques;

Condição <C3>: A aquisição de escravos a partir do comércio com a periferia bárbara mostrar-se-ia insuficiente para atender a demanda interna por mão de obra;

Condição <C4>: E, finalmente, a impossibilidade do estabelecimento de um regime de "procriação sistemática". Por um lado, a manutenção da prole escrava resultava em uma carga financeira improdutiva para o proprietário e, por outro, havia uma assimetria na composição dos escravos, redundando em baixo índice de reprodução. As mulheres eram consideradas inaptas para a maioria dos afazeres que demandavam maior esforço físico, de modo que as escravas seriam empregadas majoritariamente em tarefas domésticas. Além disso, os índices de crescimento vegetativo referente à população rural livre eram baixíssimos e, logo, não poderiam compensar os pequenos percentuais de reprodução natural entre os escravos.

20

De imediato, pode-se constatar que Anderson imputou ao fenômeno analisado diversas causas, cujas raízes seriam, igualmente, variadas. No entanto, a condição <C1> se escora em uma apreciação generalizante, tal como aclara Anderson: "[...] o suprimento de escravos dependia muito das conquistas estrangeiras, já que os prisioneiros de guerra provavelmente sempre haviam proporcionado a principal fonte de trabalho servil na Antiguidade" (ANDERSON 1989, p. 73). Tamanha generalização sustenta, logo, uma hipotética relação de causa e efeito. Conforme Edward Hallet Carr, uma explicação racional e válida para o labor historiográfico poderia estar atrelada a uma generalização, isto é, à possibilidade de sua aplicação para o esclarecimento de diversas situações históricas (CARR 1982, p. 89).

Ora, no campo das humanidades, o emprego de proposições gerais se assenta em bases mais vagas, se cotejadas com os preceitos inerentes aos modelos nomológicos-dedutivos de explicação científica. Todavia, como escreve Isaiah Berlin, as generalizações são aceitas em história na medida em que se mostrarem racionalizáveis, quer dizer, se coadunando à capacidade do ser humano de compreender os hábitos de pensamento e de ação que adquirem materialidade por intermédio das atitudes e das formas de conduta de homens e mulheres (BERLIN 2002, p. 83). Compete sublinhar que o recurso à generalização faz com que percamos de vista a diversidade, a riqueza e a profundidade que caracterizam as relações humanas – vide a assertiva de Anderson, que

desconsidera as diferentes modalidades de trabalho dependente que podem ser verificadas no mundo antigo, como a escravidão por dívidas. No entanto, configura um mecanismo a partir do qual se fundamentam ajuizamentos mais precisos a respeito de uma dada situação que se observa na realidade pretérita.

Em suma, as generalizações derivam de abstrações que levam em conta elementos específicos, comumente observáveis em diferentes momentos e lugares, ainda que se deixe de lado um leque de características que possam despertar um interesse geral (BERLIN 2002, p. 77). Nestes termos, Anderson conferiu um ordenamento à multiplicidade causal por ele próprio esboçada. Seria, logo, a causa <C1> uma determinante dotada de maior peso para o aparecimento de <E>?

Vejamos toda a questão sob outro prisma. Considerado o esquema explanatório formulado por Anderson, a condição <C1> poderia ser julgada como a única causa suficiente para a realização de <E>?<sup>4</sup> Não exatamente, pois o decréscimo na quantidade de escravos poderia ser explicado pelos demais condicionantes – <C2> e, em especial, <C3> e <C4> – que integram o conjunto  $\alpha$ , o qual, por sua vez, implicou a ocorrência de <E>. Ou seja, <C1> não configuraria a única causa suficiente dentro do esquema postulado por Anderson. Entretanto, a mesma se revela necessária para a existência do conjunto  $\alpha$  em sua totalidade, no sentido de que as demais condicionantes que o compõem se encontrariam, de algum modo, vinculadas ao fator <C1>. A condição <C2> se relaciona diretamente à perspectiva do término das guerras de conquista romanas. Por sua vez, a condição <C3> também se relaciona com <C1>, visto que a consolidação do *limes* imperial, a separar cidadãos romanos, de um lado, e “bárbaros”, de outro, (embora, ressalvemos, não se tratasse de uma fronteira fixa e, menos ainda, intransponível) transformava os indivíduos que se situassem para além dos *limites* no objeto primordial de uma eventual obtenção de novos braços escravos.

Por fim, é possível notar que, dentro da argumentação proposta por Anderson, a condição <C4> igualmente se subordinaria à proposta contida em <C1>. Os métodos de “procriação sistemática” seriam desconsiderados quando confrontados com a grande quantidade de cativos que haviam afluído para o Império à época da transição da República para o Principado (séculos I a.C.-I d.C.). Neste caso, as conquistas romanas suprimam a demanda por mão de obra, desestimulando a aplicação de meios internos para a reprodução física dos escravos. Sendo assim, diante do exposto, podemos afirmar que a condição <C1> emerge enquanto antecedente diferencial para a realização de <E> na medida em que se afigura como o “elemento necessário de um conjunto suficiente”, tomando de empréstimo a definição postulada por Pessoa Júnior no que tange ao estabelecimento de relações causais (PESSOA JÚNIOR 2006, p. 31).

<sup>4</sup> De acordo com Irving Copi, as conexões causais podem ser apontadas tendo em mente a existência de certas condições, que podem ser definidas da seguinte maneira: uma condição necessária para a efetivação de um acontecimento corresponde a “uma circunstância em cuja ausência o evento não possa ocorrer”. Por seu turno, “uma condição suficiente para a ocorrência de um evento é uma circunstância em cuja presença o evento deve ocorrer” (COPPI 1978, p. 329).

Desta maneira, analisemos por ora o conjunto  $\alpha$ , agrupado em conformidade com os argumentos oferecidos por Anderson, servindo-se do modelo de "frequência relativa" advogado por Nagel. Vale recordar que a presença simultânea de todos os condicionantes apontados por Anderson não será tomada por necessária para a ocorrência de  $\langle E \rangle$  – isto é, para que se concretizasse o decréscimo no universo de escravos no interior do Império romano. Poder-se-ia concluir que eventuais variações no fator causal  $\langle C1 \rangle$  acarretariam flutuações conseqüentes em  $\langle E \rangle$  com uma frequência maior do que aquela que poderia ser observada na presença dos fatores  $\langle C2 \rangle$ ,  $\langle C3 \rangle$  e  $\langle C4 \rangle$ . Em outras palavras, à medida que as guerras de conquista propiciassem um notável contingente de cativos para os campos de cultivo e para as cidades romanas, não se constataria a queda no número de escravos. Isto significa que, se aplicássemos as condições  $\langle C2 \rangle$ ,  $\langle C3 \rangle$  e  $\langle C4 \rangle$  ao contexto da expansão de Roma na bacia do Mediterrâneo, a incidência de  $\langle E \rangle$  seria diminuta.

Ou seja, variações consideráveis em  $\langle C2 \rangle$ ,  $\langle C3 \rangle$  e  $\langle C4 \rangle$  não produziriam alterações substanciais em  $\langle E \rangle$ . Isto nos ajuda a compreender em que sentido a cessação das incursões militares ofensivas, por parte das forças romanas (condição  $\langle C1 \rangle$ ), teria ocasionado, fundamentalmente, o "declínio" do escravismo (fenômeno  $\langle E \rangle$ ), dentro dos parâmetros estabelecidos por Anderson. Em meio à conjunção de causas,  $\langle C2 \rangle$ ,  $\langle C3 \rangle$  e  $\langle C4 \rangle$  poderiam, assim, ser entendidas enquanto condicionantes "de fundo".

## 22

### b) Moses Finley

Mas e quanto à abordagem defendida por Finley diante da mesma problemática? Finley reduz o universo de causas possíveis a duas (que designaremos como "conjunto  $\beta$ "), já que, conforme ele próprio aduz, ambas conteriam "um elemento de verdade" (FINLEY 1986, p. 119). Assim, temos:

Condição  $\langle C1 \rangle$ : A estabilização das fronteiras imperiais durante a época do Principado e a finalização das guerras de conquista romanas, comprometendo o abastecimento do mercado de mão de obra escrava.

Condição  $\langle C2 \rangle$ : O aumento da disponibilidade de mão de obra interna, vinculada a uma transformação estrutural da sociedade como um todo, em que a situação das camadas inferiores sofreria cumulativa depressão. A cidadania no mundo romano, após a ascensão de Augusto (27 a.C-14 d.C.), perderia gradativamente a sua importância e, por cerca de três séculos (I-III d.C.), os direitos políticos intrínsecos à cidadania desapareceriam. O exército, constituído por profissionais, aliviava os homens livres dos encargos referentes ao recrutamento militar; ao mesmo tempo, porém, extraía-se dos homens livres a possibilidade de fazer frente às pressões do Estado. Os encargos estatais, traduzidos em taxas crescentes, recaíam especialmente sobre os mais depauperados desses indivíduos. Neste ensejo, se gestou a figura do colono, cidadão pobre que, para cumprir com as obrigações fiscais, acabou por permanecer atrelado à terra que por ele era cultivada, independente do estatuto de homem livre que usufruísse. Na prática, o colono se situaria no mesmo plano que o escravo, uma vez que se encontrava privado de sua liberdade, dada à

vinculação à terra, e submetido às mesmas penalidades que incidiam sobre os indivíduos em condição servil.

Diante do exposto, nota-se que Finley e Anderson compartilham a perspectiva de que o fim da expansão territorial romana resultou no “declínio” do escravismo em Roma (o efeito <E>). Significa dizer que tal condicionante assumiria, dentro do esquema explanatório de Finley, dimensão semelhante àquela que pode ser destacada na obra de Anderson? A resposta a essa questão é negativa e, assim sendo, demonstraremos de que maneira Finley recorre a um pressuposto contrafactual a fim de minimizar a relevância do mencionado fator causal.

Ao contrário de Anderson, Finley não reputa impossível a sistematização, no que concernia à Antiguidade greco-romana, de um programa de reprodução natural dos escravos que pudesse compensar a redução no número de cativos de guerra ou de escravos importados – preposição contrafactual que rotularemos como condição <F>. Para tanto, Finley se escora sobre o exemplo fornecido pelos estados escravocratas do Sul dos Estados Unidos nos princípios do século XIX, que haviam adotado políticas de reprodução sistemática em resposta ao virtual impedimento do tráfico negreiro (FINLEY 1986, p. 119-120).

Sendo assim, julgamos que Finley lança mão de uma analogia como estratégia de argumentação, estabelecendo uma inferência a partir de um contexto particular (o Sul dos Estados Unidos nas primeiras décadas dos Oitocentos). Do ponto de vista da lógica formal, Finley se pauta sobre o pressuposto de que uma circunstância particular causa um determinado tipo de consequência, de modo que causas semelhantes produziriam efeitos semelhantes. Logo, partindo de um caso específico, Finley parece se basear em uma premissa causal generalizante, qual seja, a noção de que a presença de uma dada circunstância se faz acompanhar, conseqüentemente, por um dado tipo de fenômeno (COPI 1978, p. 333).

Desta forma, a explanação elaborada por Finley adquire maior complexidade. No interior do conjunto  $\beta$ , a condição <C1> não poderia ser encarada como o elemento necessário, posto que, se a condicionante <F> tivesse sido colocada em prática, a condição <C1> não teria se realizado ou, ao menos, teria sido deveras matizada. Quer dizer, se trata de uma forma de caracterizar a importância dos fatores causais recorrendo-se a um condicional contrafactual, isto é, mediante o recurso a uma situação que não ocorreu – ou que, perante as evidências disponíveis, não pode ser atestada em larga escala. Como registra Nagel, embora a reflexão embasada em condicionais contrafatuais não deva ser encarada como especulação desprovida de fundamento, a mesma torna ainda mais aguda a natureza provável dos fatores causais em história, uma vez que “os juízos contrários ao fato” não comportam a possibilidade de averiguação em face das evidências disponíveis (NAGEL 1995a, p. 161-162). Posto assim, ao organizar sua argumentação a partir do implícito emprego de um elemento contrafactual, Finley desnuda uma perspectiva que concebe as relações de causalidade “em termos de mundos possíveis” (PESSOA JÚNIOR 2006, p. 39), no interior dos quais, acrescentemos, produzir-se-iam resultados diferentes.



Diante disto, torna-se compreensível a ótica de que “a disponibilidade de uma oferta ‘interna’ de mão de obra tornava desnecessário que os *possessores* se esforçassem para recrutar trabalho escravo complementar” (FINLEY 1991, p. 155). Nestes termos, no interior do conjunto suficiente  $\beta$  de causas assinaladas por Finley para a ocorrência do efeito <E>, a condição <C2> se situaria enquanto o elemento necessário.

E como poderíamos avaliar a explicação fornecida por Finley à luz do modelo de “frequência relativa” apresentado por Nagel? Relembremos, uma vez mais, que o referido esquema supõe que a presença simultânea de todos os condicionantes indicados não é necessária para a concretização de certo evento. Aqui, faz-se preciso reforçar que Finley defendesse, entre outras, a ideia de que a consolidação das fronteiras imperiais – a condição <C1> – teria se efetivado no alvorecer do século I d.C., ao passo que a baixa no número de escravos somente ganharia fôlego muitas décadas mais tarde, a partir do momento em que havia se cristalizado um efetivo nivelamento social e jurídico entre as camadas inferiores, livres e não livres, que viviam no interior do Império romano (FINLEY 1986, p. 119). Do que se pode concluir que Finley conferiu uma importância maior à condicionante <C2> na medida em que a ocorrência de <E>, quando associada à <C1>, teria sido relativamente menor se comparada com a presença de <C2>.

### Considerações finais

24

Em resumo, a maior ou menor probabilidade que pode ser atribuída aos condicionantes causais, no que tange à escrita da história, se articula à organização e à hierarquização que os historiadores promovem ao empreenderem sua operação historiográfica. As divergências que por tantas vezes se verificam entre os ajuizamentos advogados pelos historiadores – como se observa no que respeita às explicações fornecidas por Anderson e Finley – ilustram justamente a perspectiva de que a avaliação da frequência relativa de ocorrência dos fenômenos não opera em conformidade com uma base quantitativa, tal como se denota no universo das ciências ditas naturais (NAGEL 1995b, p. 471).

Mais relevante ainda, o caráter qualitativo dos fatores causais, no que se refere aos estudos históricos, traz concretude e plausibilidade ao relato tecido pelos historiadores. Em simultâneo, isso contribui para definir o lugar que Anderson, Finley e tantos outros autores ocupam nos meandros do debate historiográfico. Neste sentido, o estabelecimento de explicações causais remete àquela “boa subjetividade” sobre a qual disserta Sabina Loriga, na medida em que os historiadores, empenhados em lançar luz aos significados obscuros do passado, devem igualmente aceitar um grau de controvérsia do qual não se pode furtar (LORIGA 2012, p. 256). Ora, se julgarmos que a controvérsia no reino dos historiadores passa pela elaboração de explicações que deem conta das possíveis causas dos acontecimentos, faz-se salutar que reflitamos sobre a maneira pela qual as relações de causalidade são estruturadas em meio às narrativas históricas.

**Referências bibliográficas**

- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade para o feudalismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARRAIS, C. A. Filosofia analítica da história, o que é?. In: NICOLAZZI, F.; MOLLO, H.; ARAUJO, V. (orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário de História da Historiografia**: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.
- BERLIN, I. O conceito de história científica. In: \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a humanidade**: uma antologia de ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 58-98.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARDOSO, C. F. S. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. **Diálogos**, Maringá, v. 2, p. 47-64, 1998.
- CARR, E. H. A causa na história. In: \_\_\_\_\_. **Que é história?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 75-91.
- CARVALHO, J. M. A guerra da Guerra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2003. Caderno Especial, Jornal de Resenhas, p. 5.
- CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- COPI, I. M. **Introdução à lógica**. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- DORATIOTO, F. **Maldita guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- DRAY, W. Explicando "O quê" em história. In: GARDINER, P. (org.). **Teorias da história**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 494-501.
- FINLEY, M. I. **A economia antiga**. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GADDIS, J. L. **The landscape of history**: how historians map the past. Oxford: OUP, 2002.
- GODFREY-SMITH, P. Explanation. In: \_\_\_\_\_. **Theory and reality**: an introduction to the philosophy of science. Chicago; London: University of Chicago Press, 2003, p. 190-201.
- HARPER, K. Introduction. Conquest and capital: the problem of slavery in Roman history. In: \_\_\_\_\_. **Slavery in the Late Roman world, AD 275-425**. Cambridge: University Press, 2011, p. 3-32.
- HEMPEL, C. G. A função das leis gerais em História. In: GARDINER, P. (org.). **Teorias da história**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 421-435.

- JENKINS, K. **A história repensada**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- LORIGA, S. O eu do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, dez. 2012.
- MUNSLOW, A. **The Routledge companion to historical studies**. 2<sup>nd</sup> ed. London; New York: Routledge, 2006.
- NAGEL, E. Problems in the logic of historical inquiry. In: \_\_\_\_\_. **The structure of science: problems in the logic of scientific explanation**. 4ª ed. London: Routledge; Kegan Paul, 1979, p. 547-605.
- \_\_\_\_\_. Os condicionais contrafatuais. In: GARDINER, P. (org.). **Teorias da história**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995a, p. 158-164.
- \_\_\_\_\_. Alguns problemas da lógica da análise histórica. In: GARDINER, P. (org.). **Teorias da história**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995b, p. 456-472.
- PESSOA JÚNIOR, O. F. O que é uma causa? **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 2, 2006, p. 29-45.
- RINGER, F. **Max Weber's methodology: the unification of the cultural and social sciences**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- ROBERTS, C. **The logic of historical explanation**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1996.
- SCHAFF, A. A objetividade da verdade histórica. In: \_\_\_\_\_. **História e verdade**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 279-310.
- TUCKER, A. Historiographic explanation. In: \_\_\_\_\_. **Our knowledge of the past: a philosophy of historiography**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 185-207.
- WEBER, M. **A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

# Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)

Francisco Adolfo de Varnhagen and some key guidelines to the Portuguese historiography of his time (1839-1841)

---

**Daniel Estudante Protásio**

daniel.estudante.protasio@gmail.com

Pós-doutorando

Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1600-214 - Lisboa

Portugal

---

## Resumo

Com o presente artigo, pretendo contribuir para o estudo das relações de Francisco Adolfo de Varnhagen com o meio historiográfico português, bem como salientar aproximações e distanciamentos pessoais e intelectuais face a figuras cimeiras da historiografia portuguesa coeva, como o Cardeal Saraiva, o visconde de Santarém e Alexandre Herculano. O estudo foi conduzido com base em fontes manuscritas e em bibliografia portuguesa e brasileira. A carta que o visconde de Santarém dirigiu a Varnhagen, datada de 8 de Dezembro de 1839, é frequentemente citada como contendo a primeira referência explícita ao neologismo *cartografia*, atribuído ao primeiro. Tal missiva foi escrita no âmbito de uma polémica, mantida pelos dois autores, sobre algumas características dos estudos culturais e historiográficos dedicados à história portuguesa, realizados em Paris e Lisboa e sobretudo a propósito da *Crónica da Guiné*, de Zurara, e da importância do documento inédito relevante como instrumento de afirmação e prestígio do historiador.

27

## Palavras-chave

Francisco Adolfo de Varnhagen; História cultural; Historiografia portuguesa.

## Abstract

With the present article, I intend to contribute to the study of Francisco Adolfo de Varnhagen's relations with the Portuguese historiographical community, and also to emphasize his personal and intellectual proximity and distance to some of the most relevant names of the Portuguese historiography of the period, such as Cardinal Saraiva, Alexandre Herculano, and the Viscount of Santarem. The study was based on manuscript sources and on Portuguese and Brazilian bibliography. The letter that the Viscount of Santarem wrote to Varnhagen, dated December 8, 1839, is frequently cited as having used, for the first time, the word *cartography*, which is credited to Santarem. The letter was written during a dispute between the two authors, about some of the characteristics of the cultural studies dedicated to the Portuguese history, both in Paris and Lisbon, and, more importantly, about the work *Crónica da Guiné*, by Zurara, and the importance of the undiscovered document's relevance as an instrument of affirmation and prestige for the historian.

## Keywords

Francisco Adolfo de Varnhagen; Cultural history; Portuguese historiography.

---

Recebido em: 13/7/2013

Aprovado em: 4/11/2013

## Introdução e enquadramento prévio

O ambiente mental em que se inscreve a obra histórica de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) foi fruto de uma clara aproximação cultural, científica e dinástica entre o reino de Portugal (mais tarde Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves) com alguns estados alemães, no primeiro terço do século XIX. Nomeadamente, através de missões académicas e científicas isoladas, de portugueses e luso-brasileiros à Europa central; de sábios germânicos a Portugal e Brasil; e de casamentos dinásticos entre príncipes austríacos e alemães com os seus pares portugueses e brasileiros.

Surgiu, como consequência de tal ambiente mental, cultural e científico, o interesse de historiadores, geógrafos, literatos e académicos europeus pela cultura e história portuguesa, luso-brasileira e brasileira, como foram os casos de Ferdinand Denis, Heinrich Schaefer, Alexander von Humboldt, Johann Eduard Wappäus, Marie-Armand-Pascal d’Avezac de Castera-Macaya e outros.

Será no seio da Academia das Ciências de Lisboa, onde pontificaram individualidades luso-brasileiras e germânicas como José Bonifácio de Andrada, Johan Wilhelm Christian Müller e Francisco Vilela Barbosa (futuro marquês de Paranaguá) que vão ganhar considerável notoriedade Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, na área da mineralogia e Francisco Adolfo de Varnhagen, nos campos da historiografia dos descobrimentos portugueses e da história quinhentista do Brasil.

É no ambiente da emergente *nova* historiografia portuguesa de Alexandre Herculano e nas páginas de *O panorama* e da *Revista universal lisbonense* (publicações lisboetas), que Varnhagen vai dar os seus primeiros passos de historiador, num período que se estende dos anos de 1839 a 1841.

É enquanto sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que o mundo científico internacional vai conhecendo a figura de Francisco Varnhagen.

É na *Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, da Academia das Ciências; na *Revista trimestral*, do Instituto; e na tipografia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, onde era impresso *O panorama*, que Varnhagen vai projectando fontes e textos historiográficos progressivamente mais sistemáticos, maduros e aprofundados, os quais irão culminar na sua *História geral do Brasil* (de 1854/1857, primeiro e segundo volumes, respectivamente).

Tal como Alexandre Herculano marca a vida da Academia das Ciências, de 1851 até à sua morte, em 1877, quer pela sua presença, quer pela sua ausência, enquanto vice-presidente, sócio efetivo da classe de história e sócio de mérito da instituição, Francisco de Varnhagen tornar-se-á secretário do Instituto Histórico e Geográfico no início da década de 1850 e figura de referência da agremiação até aos finais da década de 1870, quando faleceu. Ambos, curiosamente, são considerados os *pais fundadores* da historiografia científica dos respectivos países, Portugal e Brasil. Os dois publicaram histórias nacionais decisivas, o primeiro a partir de 1846, o segundo de 1854/1857.

Embora não seja objetivo do presente artigo estabelecer paralelismos biográficos entre Herculano e Varnhagen *per se*, será ponto assente que no

início dos respectivos percursos historiográficos e académicos, na Lisboa dos anos de 1839 a 1841, perseguiram ideais e abraçaram projectos de investigação comuns, nas páginas de *O panorama*. Estiveram os dois ligados a importantes figuras da cultura portuguesa, como o rei D. Fernando II, o poeta e escritor Almeida Garrett e o viajante e autor polaco conde von Raczynski. Falaram com entusiasmo, cada um a seu modo, de figuras emergentes dos estudos portugueses e brasileiros na Europa, como Ferdinand Denis e Henrich Schaefer. E, por fim, tanto Herculano como Varnhagen parecem ter mantido polémicas em surdina com um historiador e geógrafo português que viveu boa parte da sua vida no Brasil e em França: o 2º visconde de Santarém (1791-1856). Herculano, a propósito da publicação de documentos históricos; Varnhagen, por causa da veracidade da prioridade das viagens de Américo Vespúcio ao Brasil (PROTÁSIO 2014, p. 101-102; 232; 241-252; 265).

Uma vez que a correspondência e esparsos do visconde de Santarém apenas foram publicados muitos anos depois da sua própria morte (1856) e do falecimento de Herculano (1877) e de Varnhagen (1878), isto é, nos anos de 1909 a 1919, ainda hoje muita da comunidade historiográfica internacional desconhecerá a projeção e impacto dos escritos de Santarém na historiografia contemporânea, portuguesa e relativa a Portugal.

### **Francisco de Varnhagen em Portugal (1823-1840)**

Celso Vieira, em *Varnhagen: o homem e a obra* (VIEIRA 1923) e, sobretudo, o magnífico ensaio de Clado Ribeiro de Lessa, "Vida e obra de Varnhagen (1ª parte)" (LESSA 1954, p. 82-181), fornecem-nos importantes elementos biográficos sobre Frederico Luís Guilherme de Varnhagen (1785-1842) e sobre Francisco de Varnhagen (1816-1878), figuras que a partir de agora designarei por Varnhagen Pai e Varnhagen Filho, sempre que os refira em conjunto.

Explica-nos Celso Vieira ter Varnhagen Pai sido "alemão da cidade de Arolsen, principado de Waldeck", militar que combateu com as tropas luso-inglesas na batalha do Vimieiro (em 1808) e, enquanto "precursor da siderotecnia brasileira", responsável pelas obras da fábrica de São João de Ipanema entre 1815 e 1817 (VIEIRA 1923, p. 11-14). Varnhagen Filho, nascido em 17 de Fevereiro de 1816, passou a viver em Portugal a partir dos sete anos, em Outubro de 1823 (LESSA 1954, p. 95; CEZAR 2007, p. 166). Estudou matemáticas no Real Colégio Militar, combateu nas hostes liberais (onde alcançou o "posto de 2º tenente de artilharia") e terminou os seus estudos na Real Academia de Fortificação. Até 1840 permaneceu em Portugal. A sua ida para o Brasil, nesse ano, bem como a adoção da naturalidade brasileira (pouco depois de alcançar a maioridade, por decreto de 24 de Julho de 1841), não o impediram de continuar a sua formação intelectual "solidamente portuguesa", pois logo em 1842 é despachado adido para Lisboa (VIEIRA 1923, p. 19-25, n. 2). Aliás, o historiador Temístocles Cezar explica-nos como o processo de adoção da naturalidade brasileira, em 1841-1842, foi complexo e contraditório, diretamente relacionado com a questão da sua promoção hierárquica no interior do exército português (CEZAR 2007, p. 168-169).

Tanto o pai quanto o filho Varnhagen estiveram estreitamente ligados à Academia das Ciências de Lisboa, em Portugal e no Brasil, alcançando ambos a categoria de sócios livres (BAIÃO 1951, p. 70-71; ACADEMIA 1844, p. XIX-XX; 1848, p. LXXII). Quando a vitória liberal portuguesa é firmada pela convenção de Évora Monte (em Maio de 1834) e quando o duque de Bragança (ex-imperador do Brasil e rei de Portugal) morre, no palácio de Queluz, em Setembro seguinte, já Francisco de Varnhagen completara dezoito anos. Dos fumegantes escombros da sociedade portuguesa, encabeçada pela jovem rainha D. Maria II, irmã do imperador D. Pedro II, começam a surgir os primeiros sinais de um renascente interesse pela história nacional, tanto metropolitana quanto ultramarina. A Academia das Ciências estabelece-se numa sede definitiva (a atual) e ganha uma nova projeção e um novo fôlego, sob a direcção do secretário perpétuo, Joaquim José da Costa de Macedo e sob a protecção e interesse particular de D. Fernando II, celebrado rei-consorte português. A instituição estabelece e renova contactos internacionais com academias e sociedades intelectuais de todo o mundo, procura reforçar o número dos seus sócios com as principais sumidades portuguesas e estrangeiras e, também, voltar ao brilhantismo das suas publicações anteriores – neste último caso, porém, sem grande sucesso.

Até porque surge uma nova geração de estudiosos da história, das fontes, dos monumentos nacionais, os quais, muito jovens (alguns deles apenas com 20 a 25 anos em 1836) e imbuídos de um conceito romântico de que a história e a literatura são irmãs inseparáveis, optam por colaborar com uma emergente imprensa de divulgação, popular e não-académica. Entre eles encontram-se Alexandre Herculano e Francisco de Varnhagen.

30

É muito curioso que essas duas personalidades – tal como, naturalmente, várias outras – vão procurar o patrocínio, o impulso e a amizade de homens mais velhos, já com uma obra e um percurso intelectual e académico marcados. Dois deles foram João Pedro Ribeiro (1758-1839) e Frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva (1766-1845), que surgem na Academia das Ciências pós-1834 como figuras tutelares. O primeiro, embora remetido a uma espécie de semiexílio no Porto (cidade de onde era natural e onde contactara com Herculano), continuava a ser tido como a figura primeira da historiografia portuguesa desde o desaparecimento de António Ribeiro dos Santos (1745-1818) e de António Caetano do Amaral (1747-1819). Frei Francisco de São Luís, que estivera encerrado no mosteiro beneditino da Serra de Ossa, no Alentejo, durante o reinado de D. Miguel (1828-1834), devido às suas opiniões liberais, ganharia um destaque imenso nos anos finais da sua vida, não só como Secretário de Estado do Reino e guarda-mor da Torre do Tombo (o arquivo nacional português), entre 1834 e 1836, mas também como vice-presidente da câmara dos pares e vice-presidente da Academia das Ciências (PROTÁSIO 2012, p. 251-262).

Francisco Adolfo de Varnhagen, tal como Herculano, vai citar a autoridade de João Pedro Ribeiro como garantia da seriedade e carácter científico dos seus próprios propósitos de investigação histórica (SILVEIRA 2009, p. 45; VARNHAGEN 1839b, p. XXI-XXII). E irá referir-se de modo reverente à obra do futuro cardeal Saraiva, autoridade máxima da Academia das Ciências (a seguir à do presidente

da instituição, o rei D. Fernando II), para justificar as suas próprias conclusões e ilações, no que diz respeito à publicação de manuscritos importantes para a história do século XVI no Brasil (LESSA 1954, p. 102-103; VARNHAGEN 1839a, p. 27, n. 38; VARNHAGEN 1839b, p. XX; XXII; XXIII, n. 86).

Outras figuras cimeiras desta nova geração de autores serão Heinrich Schaefer (1794-1869), autor de uma *Geschichte von Portugal* cujos primeiros volumes serão publicados na Alemanha em 1836 e 1839; Ferdinand Denis (1798-1890), que visitou o Brasil entre 1816 e 1821 e produzirá vários textos sobre a literatura e história ibéricas e brasileira; João Baptista da Silva Almeida Garrett (1799-1854), poeta e escritor já consagrado na década de 1830; e, *last but not least*, o barão de Eschwege (1772-1855), mineralogista prussiano que vai regressar a Portugal a tempo de lutar no exército do duque de Bragança e notabilizar-se enquanto arquiteto do palácio da Pena, na serra de Sintra.

Curiosamente, é em certa literatura de análise da construção do dito palácio, a partir de 1838 (FRANÇA 1993, p. 216), que vamos encontrar algumas referências a Francisco de Varnhagen que nos permitem entender que, tal como Herculano, beneficiou diretamente do ambiente de dinamismo cultural e artístico que se formou em volta do jovem rei D. Fernando II (como se verá de seguida) e de algumas das decorrentes amizades intelectuais que surgiram. Fosse na corte do monarca consorte, fosse na Academia das Ciências (de que já vimos ser presidente o *rei-artista*).

A propósito do estilo manuelino ou neomanuelino do palácio da Pena, estilo esse que Varnhagen vai analisar no mosteiro de Belém (1840-1842), podemos citar a seguinte passagem de um estudo intitulado *O palácio da Pena*:

Almeida Garrett, por exemplo, tinha relações de amizade com o jovem Varnhagen e os dois eram vizinhos, na zona do Chiado. E ambos tinham camarotes contíguos no Teatro de São Carlos, alto lugar da intelectualidade romântica que, como vimos, D. Fernando frequentava com regularidade. Por sua vez, o arquiteto da Pena – o barão de Eschwege, que é lícito supor haja servido no exército liberal ao lado de Varnhagen, como superior do jovem luso-brasileiro – patrocinou a entrada deste na Academia das Ciências. A convivência com D. Fernando II foi também, ao que parece, franca e aberta; e Varnhagen terá certamente utilizado a biblioteca do rei (PEREIRA; CARNEIRO 1999, p. 16).

Acrescente-se que Herculano, seis anos mais velho do que Varnhagen, foi diretor das bibliotecas régias dos palácios das Necessidades e da Ajuda; e que, a partir de 1839, Eschwege aparece como sócio efetivo substituto da classe de ciências naturais da Academia, nas listas de membros da instituição (SARAIVA; LOPES 1987, p. 764; ACADEMIA 1839, p. XV; LVII). Por volta de 1841, Varnhagen é tido por “grande amigo” de Herculano (HERCULANO s.d., p. 174).

É, assim, possível entender a colaboração de Varnhagen com *O panorama*, publicação periódica portuguesa fundada em 1837 e dirigida durante dois anos por Herculano, de 6 de Maio de 1837 a 13 de Julho de 1839 (CATROGA 1996, p. 41, legenda). Pode afirmar-se que a revista servia de porta-voz às novas ideias culturais, historiográficas, científicas e artísticas emergentes, por intermédio de



alguns jovens elementos da intelectualidade lisboeta (entre eles, Herculano e Varnhagen). No que dizia respeito aos estudos históricos, Portugal tinha no Brasil um aliado de peso e um seu igual, dado a existência de mais de três séculos de passado comum. Em 1838, como é sabido, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual um grupo de notáveis brasileiros pretende marcar a dinâmica dos estudos científicos da jovem nação.

É com este pano de fundo que surgem, em 1839, dois importantes trabalhos do jovem Francisco de Varnhagen, publicados em Portugal (VARNHAGEN 1839a; 1839b). O facto de Varnhagen publicar estes trabalhos nas tipografias da Academia das Ciências de Lisboa e da sociedade proprietária de *O panorama* provam, em minha opinião, os laços de proximidade mantidos com o vice-presidente da Academia (Frei Francisco de São Luís) e com um dos nomes mais importantes da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Alexandre Herculano.

Clado Ribeiro de Lessa indica-nos uma série de factos, referentes à entrada de Varnhagen na Academia das Ciências, pelos quais é possível entender o entusiasmo que a mesma despertou. A submissão das "Reflexões críticas..." à instituição, em 1838, teria tido o patrocínio do barão de Eschwege; o texto foi lido em sessão académica de 7 de Novembro desse ano; e datam de 2 e 24 de Maio de 1839 as deliberações de publicar e custear esse primeiro trabalho de Varnhagen e de o aceitar como sócio correspondente. O jovem investigador contava então – note-se – pouco mais de vinte e três anos. Assinava a declaração de publicação o secretário perpétuo da Academia, Joaquim José da Costa de Macedo; e são muito elogiosas, quase paternais, as palavras com que o vice-presidente, Frei Francisco de São Luís, Cardeal Saraiva a partir de 1845, acolhe o nubente na sua própria classe académica, a da Literatura e Belas-Letras (LESSA 1954, p. 102-103; 223; BAIÃO 1951, p. 69-70).

32

Logo nas primeiras páginas das suas "Reflexões críticas...", Varnhagen demonstra, com uma notável clareza de linguagem e de argumentos, quem constitui o grupo de autores e historiadores exemplares e quem são os que poderíamos considerar – talvez abusivamente – aqueles pelos quais não nutria simpatia e admiração, quanto às ideias e interpretações históricas. Entre os primeiros, surgem "o melhor historiador do Brasil" (Robert Southey), "o erudito Ferdinand Denis", um "viajante-naturalista alemão" (Martius) e, mesmo, "um douto académico", Dantas Pereira, há pouco falecido no seu exílio francês (VARNHAGEN 1839a, p. 2, n. 2; p. 3-4. ns. 5-6; p. 4-5, ns. 7-9). Entre os segundos surgem duas figuras: o autor da *Corografia brasileira*, Manuel Ayres de Casal; e uma outra, anônima, autor de um artigo "numa certa obra periódica de Paris". A qual, referindo-se ao texto que Varnhagen analisava, dele fornecera um "conceito" que, "ainda que pouco minucioso, não [lhe] é desfavorável" (VARNHAGEN 1839a, p. 3, n. 3; 5; 9).

Nesta escolha criteriosa de palavras, por parte de Varnhagen, para qualificar as análises históricas da *Corografia brasileira* (obra publicada em 1817) e do *Boletim* da Sociedade de Geografia de Paris (a "certa obra periódica de Paris"), parece ser possível anteceder o tom de uma polémica que o historiador luso-brasileiro travou com o 2º visconde de Santarém, autor do dito artigo parisiense.

## O 2º visconde de Santarém

De facto, o visconde de Santarém (1791-1856), historiador português, ex-guarda-mor da Torre do Tombo de Lisboa e ex-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, vivia exilado em Paris desde 1834. Iniciou-se tardiamente nos estudos americanistas, isto é, na análise da prioridade dos conhecimentos geográficos europeus sobre o continente sul-americano. Quando Martín Fernández de Navarrete (1765-1844), presidente da Academia de la Historia de Madrid desde 1824 e diretor da famosa *Colección de los viajes y descubrimientos...*, escreveu uma carta ao guarda-mor interino da Torre do Tombo, o visconde de Santarém, a 24 de Maio de 1826, para inquirir sobre a eventual existência de documentos sobre as viagens de Américo Vespúcio no arquivo nacional português, despertou no destinatário da missiva uma vocação para a análise de questões da geografia, cartografia e história dos descobrimentos. Santarém respondeu-lhe em carta de 15 de Julho seguinte, com argumentos que Navarrete considerou suficientemente sólidos para incluí-los no terceiro volume da sua sobredita obra, publicada em Madrid, em 1829 (NAVARRETE 1829, p. 309-314). Já então o visconde de Santarém ostentava orgulhosamente o estatuto de sócio correspondente da Academia de la Historia espanhola, dirigida por Navarrete. Dados os afazeres políticos de Santarém entre 1827 e 1833, anos em que ocupou a titularidade das Secretarias de Estado do Reino, da Marinha e do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros de Lisboa, pouco ou nenhum desenvolvimento dera ao estudo da questão das viagens de Vespúcio.

Seria já em Paris, em 1835, que devido à curiosidade que a sobredita coleção de Navarrete despertava entre os intelectuais europeus e, dada a inexistência de tradução do terceiro volume, o visconde traduziu para francês e ampliou a sua carta dirigida ao sábio espanhol. Fê-lo por sugestão de Alexander von Humboldt (1769-1859), famosíssimo geógrafo alemão (que conhecera pessoalmente em 1822). Esse texto valeu-lhe a admissão na Sociedade de Geografia de Paris (ou Sociedade Geográfica de Paris, como também aparece designada), fundada em 1821 e então a primeira e mais importante instituição europeia e mundial dedicada aos estudos geográficos. Santarém publicaria sucessivos acrescentos no *Boletim* da instituição, alguns deles impressos em separata, entre 1835 e 1837 (aos quais Varnhagen se referirá, como veremos em seguida); e transformá-los-ia em livro de aproximadamente trezentas páginas, publicado em 1842, com o título de *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Améric Vespuce et ses voyages*.

Enquanto Santarém, em finais de 1839, era um geógrafo e historiador de 48 anos, respeitado no mundo académico e científico de Paris, reconhecido face ao impulso que tanto Navarrete quanto Humboldt tinham dado aos seus estudos e trabalhos intelectuais, Francisco de Varnhagen, aos 23 anos, dava os seus primeiros passos numa carreira académica que prometia ser frutuosa, protegido por Frei Francisco de São Luís (nascido em 1766) e amigo de Alexandre Herculano (nascido em 1810). Ora, por motivos eventualmente relacionados quer com características da sua personalidade, quer com o desejo de singrar rapidamente

no mundo das letras, quer ainda devido ao facto de o visconde de Santarém ter servido D. Miguel, num curto espaço de dois anos (entre Novembro de 1839 e Outubro de 1841) Varnhagen vai criticar por diversas vezes o autor português exilado em França, não só a propósito de Vespúcio, mas também de Gomes Eanes de Zurara.

Na sua segunda obra, *Diário da navegação da armada...* (VARNHAGEN 1839b), o autor lamenta a aparente recusa das teses de prioridade vespuciana por parte de Santarém. Na página 75 do seu texto, em comentário às notas finais, escreve, após referir a *Corografia brasílica*:

Com igual azedume, porém maior cópia de argumentos, saiu há pouco [sic] a campo o Sr. Visconde de Santarém, em uma carta escrita [em 1826, note-se] ao erudtíssimo D. Martín Fernández de Navarrete, que foi impressa no *Bulletin de la Société Géographique de Paris* em Outubro de 1835 e depois as notas nos números de Setembro de 1836 e Fevereiro de 1837. Os seus argumentos, só negativos, permita-nos dizê-lo, fundados quase que só na falta de menção de Américo [sic] entre os nossos antigos escritores, não colhem – ao menos nada nos abalam, pois não vemos um em que possamos fazer firmeza – lembrando-nos que Damião de Góis, escritor contemporâneo, que tinha viajado e conhecia os impressos do seu tempo e faz menção de Cadamosto, não deixaria de refutar o que corria de Américo se fosse falsidade (VARNHAGEN 1839b, p. 75).

34

Esta crítica, natural numa comunidade internacional de estudiosos da geografia e da história europeias e extraeuropeias, veio, porém, envolta numa roupagem um pouco surpreendente. Por um lado, como vimos, Varnhagen já antes estabelecera esse paralelo entre Ayres de Casal e Santarém, embora não tivesse nomeado este último. Por outro, é compreensível que um jovem que quisesse fazer carreira no mundo das letras procurasse não só demonstrar um conhecimento aprofundado das fontes e das teses em confronto (como é visível nas dezenas de notas que as “Reflexões críticas...” e o *Diário da navegação...* ostentam), mas também ombrear com alguns dos historiadores portugueses vivos mais consagrados do momento.

Ora, sucede que, depois da morte de João Pedro Ribeiro, em Janeiro de 1839 e para lá do futuro Cardeal Saraiva, que irá falecer em 1845, à beira dos oitenta anos, nenhum historiador português sobressaía dos demais, pela força e solidez científicas e metodológicas da sua obra. Herculano, tal como Varnhagen, Tateava um caminho literário e historiográfico que prometia ser brilhante, mas que ainda estava muito no seu início, dada a juventude desses dois autores. Quanto a Denis, Garrett e António Feliciano de Castilho (nascidos em 1798, 1799 e 1800), eram sobretudo literatos, não tanto historiadores.

Refira-se ainda que foi graças à reativação da polémica das viagens de Vespúcio que, no seio da Sociedade de Geografia de Paris, o visconde de Santarém dedicar-se-ia muito em breve à defesa dos direitos portugueses na região africana de Casamansa (em 1839) e à edição da *Crónica da Guiné*, de Zurara (1841). Tal protagonismo irá, muito rapidamente, granjeá-lo à posição de mais destacado historiador português do momento (MACEDO 1975, p. XIX-XX), pelo menos até à publicação da *História de Portugal* de Alexandre Herculano e ao reacender

da guerra civil em território português (em 1846-1847), com as consequentes alterações do financiamento de publicações históricas no estrangeiro.

Em 20 de Novembro de 1839, o *Correio de Lisboa* tecia rasgados elogios ao editor do *Diário da navegação...*, louvando-lhe “as muitas notas importantes”, o “trabalho incalculável” e “os nove documentos extraídos da Torre do Tombo, nenhum dos quais pode considerar-se de valor insignificante”. Porém, o autor do artigo – não assinado – apressa-se a procurar comparar os méritos do jovem investigador com o de dois autores, o visconde de Santarém e António Nunes de Carvalho (1786-1867). Diz, textualmente, sobre Varnhagen:

Entra, enfim, na tão disputada controvérsia a respeito de *Américo Vespúcio*, combatendo as opiniões sustentadas pelo Sr. *Visconde de Santarém* no *Boletim* da Sociedade de Geografia de Paris de 1835 – 36 – 37. Todas as notas são apropriadas ao assunto. O editor não adoeceu de um certo pedantismo, que ainda hoje é muito vulgar – o de acumular citações sem conta, peso nem medida. Sobretudo é de muito mérito a *cotejação* geográfica das localidades, com o que dão as obras de hoje, especialmente os roteiros marítimos ingleses. Este trabalho faltou (e não é pequena falta) ao editor do *Roteiro de Dom João de Castro* [o dito António Nunes de Carvalho] (SÃO LUÍS 1839, p. 2448, grifos meus).

Ora, sucede que Clado Ribeiro de Lessa identificou o autor desse artigo como Frei Francisco de São Luís – o que não deixa de constituir um dado surpreendente. O que poderia ser mais um de vários textos altamente elogiosos dos méritos científicos de Varnhagen, qualidades essas tão sólidas quanto precoces e louvadas numa verdadeira campanha de imprensa (LESSA 1954, p. 104-105), acaba por constituir uma peça-chave num pequeno mistério historiográfico, como se verá. Um dos principais historiadores e figuras públicas portuguesas do século XIX, o qual passou à história como Cardeal Saraiva, critica (sob a capa do anonimato) um ex-adversário político e historiador – o visconde de Santarém – o qual já então estava em vias de se tornar uma das figuras de referência da historiografia portuguesa da época. Assinale-se, sobretudo, a referência sarcástica à *doença* de “um certo pedantismo”.

Três dias passados (a 23 de Novembro), o próprio Varnhagen escreve uma carta ao visconde de Santarém, que este agradece a 8 de Dezembro de 1839. A primeira missiva acompanhava um exemplar do *Diário da navegação*, que o académico lisboeta gentilmente oferecia ao historiador exilado. A carta de Santarém, que ocupa o equivalente a oito páginas (SANTARÉM 1919, p. 61-69), constitui um magnífico testemunho da mágoa e indignação que sentiu, quando se apercebeu das críticas presentes tanto na obra quanto no artigo do *Correio de Lisboa*, em claro contraste com a respeitosa delicadeza da carta de Varnhagen. Esta polémica em surdina, que não conheceria divulgação pública por opção do visconde, deixou-lhe um travo amargo na boca, o que é visível por mais de quarenta páginas da sua correspondência, pelo menos até Abril de 1840. E serviu para o afastar ainda mais de uma comunidade intelectual, a lisboeta, então reunida à volta da Academia das Ciências de Lisboa e do futuro Cardeal Saraiva. Para Santarém, eram tão incompreensíveis quer as críticas de Varnhagen, quanto o marasmo de

publicações da Academia, face ao vigor das que no estrangeiro se publicavam sobre Portugal; e, por fim, o silêncio do vice-presidente da instituição, que não parecia preocupado com os agravos públicos que o visconde considerava terem-lhe sido feitos pelo jovem historiador português. O supracitado esclarecimento de Clado Ribeiro de Lessa ajuda-nos a entender melhor o porquê desse silêncio, por parte de Frei Francisco de São Luís.

Embora as cartas de Varnhagen não estejam, infelizmente, reproduzidas no sexto volume da *Correspondência* do visconde de Santarém e apenas duas das que este escreveu estejam aí incluídas, é possível seguir a cronologia da breve troca de correspondência entre os dois (SANTARÉM 1919, p. 61-102).

### A carta de 8 de Dezembro de 1839

É de assinalar, sobretudo, que foi na carta de 8 de Dezembro de 1839 que pela primeira vez o visconde falou em cartografia, ciência auxiliar da história e da geografia pela qual se iria celebrar, a partir de 1841. Ignoro até que ponto este facto é conhecido dos estudiosos da vida e obra do historiador luso-brasileiro e se este se lhe refere em alguma missiva, publicada ou inédita. O certo é que o trecho em questão anda reproduzido em praticamente todos os textos e manuais que se debruçam sobre a história da cartografia e sobre a obra do visconde de Santarém (GARCIA 2006, p. 59; OLIVEIRA 2007, p. 150).

Por fim, acrescente-se que também parecem ter estado em causa interpretações antagônicas sobre os meios culturais e científicos que em 1839-1840 estariam disponíveis em Portugal, para renovação da historiografia nacional. Enquanto Varnhagen afirmaria – nas palavras de Santarém – que “também por cá [em Lisboa] se estuda e há os meios que aí [em Paris] sobejam”, o visconde desabafava, em carta destinada ao seu sobrinho, o 8º conde da Ponte, que “essa gente daí [Lisboa] necessita, para se curar, de vir tomar ares cá de fora”, citando, a esse propósito, uma carta do Padre António Vieira (SANTARÉM 1919, p. 83; 94-95; 99). Em confronto pareciam estar duas concepções diferentes de cultura e ciência: a de que nasce do contato com as ideias exteriores e a que é acusada de virar costas ao que é estrangeiro.

### A “Analyse du journal de la navigation...” (1840)

Embora aparentemente sanado, o episódio dessa breve discórdia iria perdurar muito mais do que à partida se poderia imaginar. Tratava-se, mais do que de um desagrado pessoal, de visões históricas diferentes – embora não necessariamente metodológicas. Assim, no ano seguinte, em Março de 1840, o visconde de Santarém dedica um artigo algo desenvolvido à recensão do *Diário da navegação da armada*, editado por Varnhagen, na prestigiada publicação francesa dos *Nouvelles Annales des Voyages*.<sup>1</sup> O texto, que ocupa quase vinte páginas do primeiro volume dos *Opúsculos e Esparsos* do visconde de Santarém (SANTARÉM 1910, p. 371-390), foi publicado como separata de 47 páginas ainda

<sup>1</sup> De resto, Varnhagen pedira a Santarém que fizesse chegar à Sociedade de Geografia um exemplar do seu trabalho, o que o visconde prometia, a 8 de Dezembro de 1839, fazer na sessão seguinte em que a instituição se reunisse (SANTARÉM 1919, p. 69).

em 1840. Diretamente escrito em francês, a "Analyse du journal de la navigation de la flotte qui est allée à la terre du Brésil en 1530-1532" está dividida em quatro partes e procura fazer um enquadramento da história do Brasil e da chegada das várias expedições à sua costa, remetendo para as fontes literárias e históricas mais conhecidas e para a bibliografia analítica mais atualizada (entre ela, naturalmente, a do próprio Santarém). Referindo várias vezes Varnhagen (que designa por "l'éditeur"),<sup>2</sup> citando as suas opiniões e louvando moderadamente as suas visões e interpretações, acaba por fazer algumas observações interessantes sobre o trabalho editorial e o valor do manuscrito. Afirma que o *Diário de Sousa* é bastante inferior, em vários aspectos (nomeadamente, no da redação), aos de Tomé Lopes (1502), Duarte Barbosa (1517) e ao da viagem de Magalhães (1519), todos eles documentos publicados em 1821 e 1826 nos volumes II e IV da importante *Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas...* Acrescenta, contudo, que o editor prestou um serviço à história da geografia do novo mundo, publicando pela primeira vez um documento que tem a vantagem de colmatar uma lacuna na coleção de portulanos do século XVI.<sup>3</sup> Afirma ainda que a publicação do manuscrito apresentava uma vantagem suplementar, a de servir para corrigir erros no conhecimento cronológico do período. E lamenta que Varnhagen não tenha esgotado toda a informação a que poderia ter recorrido, em Lisboa, para a elaboração das biografias de Martim Afonso de Sousa e de Pedro Lopes de Sousa (SANTARÉM 1910, p. 383-384).

Ora, este aspecto parece-me muito interessante. Nestas minúsculas farpas, que o visconde lança a quem o quisesse ler, estão presentes (embora disfarçadas de conselhos de estudioso mais experiente e maduro) alguns dos hipotéticos motivos de tristeza e de indignação pelas críticas anteriores de Varnhagen e, sobretudo, pelo facto de não este ter recorrido aos seus conselhos de homem mais velho, experiente e consagrado.<sup>4</sup> Quando explica que Varnhagen poderia ter recorrido a obras inéditas existentes na Biblioteca Pública de Lisboa e na do convento de Jesus (entretanto secularizado e transformado na sede da Academia das Ciências), ou mesmo ao precioso arquivo do cartório do conde de Lumiares, representante de Martim Afonso de Sousa e detentor do morgadio de Alcoentre, por ele estabelecido (SANTARÉM 1910, p. 387), o visconde de Santarém parece gostosamente recordar uma das mais importantes características da investigação cultural – a da necessidade de partilha de memórias vivas, de saberes orais, de pequenas informações preciosas que, quando alinhadas em confronto sequencial, poderão fornecer pistas decisivas para o conhecimento científico, histórico ou geográfico. É a partir dessa oralidade, desse registo informal de dados, presentes na memória recôndita do estudioso do passado que não se limita a contemplá-lo ociosamente, mas que procura aperfeiçoar a visão que a

<sup>2</sup> É o caso das ns. 1 e 2 das p. 376 e 377; n. 1, da p. 378; ns. 1 e 2, da p. 380; texto e ns. 1 e 2 da p. 382.

<sup>3</sup> No original : "Néanmoins, l'éditeur à rendu un service à l'histoire de la géographie du nouveau continent, en publiant pour la première fois ce document, ne fût-ce que pour combler une lacune qui se faisait remarquer dans la collection des portulans du XVI siècle". Tradução minha.

<sup>4</sup> Basta pensarmos que, no mês seguinte de Abril, o visconde era nomeado vice-presidente da mais prestigiada sociedade geográfica mundial, a parisiense. Carta para o 8º conde da Ponte datada de 15 de Abril de 1840, em SANTARÉM 1919, p. 107.

sociedade tem da sua história, que muitas vezes eram iniciadas investigações que *a posteriori* se poderiam tornar sólidas e decisivas.

De uma forma geral, Santarém procura ser justo e secundar Varnhagen no seu percurso de investigação, dando a entender que mesmo as pesquisas infrutuosas deveriam ser assinaladas, por pouparem desse modo imenso tempo a outros investigadores (SANTARÉM 1910, p. 387).

Por fim, Santarém é incisivo em duas críticas ao trabalho de Varnhagen: pelo facto de este preferir remeter as notas para o final do trabalho e não para o final da página (ao contrário do que Frei Francisco de São Luís fizera em 1825, no caso da edição da viagem de Magalhães, conforme assinala); e pelas conclusões que infere da carta de D. Manuel I de 16 de Janeiro de 1504, que considera insustentáveis. Termina recordando o mérito do trabalho produzido pelo editor (SANTARÉM 1910, p. 387-390).

### **Em busca de tesouros perdidos: a edição de manuscritos**

Uma das características mais marcantes da renovação da historiografia portuguesa dos anos de 1839 a 1841 consiste na verdadeira demanda coletiva que historiadores e investigadores faziam de manuscritos referentes à cultura e história portuguesa e brasileira, tanto em Portugal quanto no Brasil e em França. Como é lógico, quando uma dessas raridades era localizada e identificada, gerava-se um movimento de interesse pelo conhecimento do seu valor, por parte de um público ávido de novidades literárias e culturais e (quando possível) desejoso de adquirir a respectiva edição crítica, na língua original ou em tradução.

38

Assim sendo, jovens autores como Diogo Kopke (1808-1844), Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), Herculano (1810-1877) e Varnhagen (1816-1878) não só procuravam brilhar pela originalidade das suas descobertas de inéditos, como garantir o natural sustento e um vínculo econômico duradouro com uma publicação periódica, uma editora ou instituição cultural/pedagógica pública (biblioteca, universidade ou escola politécnica). Muitas vezes estavam em causa questões de prestígio pessoal e de sustento económico, agravadas até pela juventude de muitos dos intervenientes.

Em Portugal, a amizade e camaradagem entre Herculano e Varnhagen e deste com Cunha Rivara e Diogo Kopke vai sendo construída com os triunfos e os dissabores próprios de relações literárias ainda recentes. Se Varnhagen se queixa, em cartas datadas de 1839 e destinadas a Rivara, de um certo egoísmo, por parte de Herculano, que acusa de não partilhar as recensões pagas pelo *Panorama* nem a localização de manuscritos em bibliotecas lisboetas, Diogo Kopke, no seu *Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde*, publicado em 1841, confessa-se obrigado a Varnhagen, Rivara e Herculano pelas indicações fornecidas e, no caso do último, pelas contribuições na edição do *Roteiro da viagem de Vasco da Gama* – procurando esclarecer que as diferenças de opiniões políticas os não separam (BERSTEIN 1983, p. 42-45; KOPKE 1841, p. II-V).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Cartas de Varnhagen reproduzidas por Berstein a partir da obra editada por Clado Ribeiro de Lessa, *Francisco Adolfo de Varnhagen: correspondência ativa*, à qual infelizmente não consegui ter acesso.

É neste contexto geral que em 1840-1841 ocorre um insólito e pouco conhecido episódio entre Varnhagen e Santarém. Na prática, ambos terão procurado associar o seu nome ao de Gomes Eanes de Zurara, figura sobre a qual Herculano recentemente escrevera. Vejamos como.

Em Julho de 1839, Alexandre Herculano abandonara a direcção de *O panorama*, mas continuava a colaborar com essa publicação. Aliás, a 10 de Agosto publica um artigo sobre Gomes Eanes de Zurara, cronista e guarda-mor português que sucedeu a Fernão Lopes (SILVA 1862, p. 335; VARNHAGEN 1839c, p. 250-251). Trata-se de um de vários textos com que o escritor começava a dedicar-se ao estudo da historiografia portuguesa. De uma forma um tanto ou quanto inesperada, a 11 de Janeiro do ano seguinte, 1840, surge um suplemento, não assinado, ao artigo de Herculano, no qual se chama a atenção para o facto de Ferdinand Denis ter publicado, nas suas *Chroniques chevaleresques...* (vol. II, p. 43-53), um pequeno excerto da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, de Zurara, que durante séculos se julgara perdida. E acrescenta-se a seguinte informação:

O Sr. Visconde de Santarém deixou de mencionar este manuscrito no seu catálogo<sup>6</sup> e nós devemos esta notícia ao Sr. Denis, benemérito das letras portuguesas. [...] Terminaremos este artigo com o lamentar que, se Azurara merece elogio como historiador, por outra parte, na opinião do Sr. Visconde de Santarém [reproduzida na obra de Denis], poucos créditos merece como arquivista, contribuindo para destruir fontes históricas de factos anteriores ao seu tempo (VARNHAGEN 1841, p. 15-16; HERCULANO s.d., p. 177-178, n. 2).

39

É o próprio Varnhagen quem assumirá, na *Revista universal lisbonense* (dirigida pelo famoso António Feliciano de Castilho), em Outubro de 1841, a autoria desse texto de *O panorama*. No qual, aliás, parece reiterar uma atitude crítica face ao visconde de Santarém, já presente em textos anteriores.

Ouçamos atentamente o encadeamento de factos proporcionado por Varnhagen. Da obra de Ferdinand Denis, *Chroniques chevaleresques...*, publicada em 1839, teriam chegado a Lisboa apenas dois exemplares. Adquirindo um deles, Varnhagen vai chamar a atenção ao secretário perpétuo da Academia, Joaquim José da Costa de Macedo, para a existência do precioso inédito em Paris, descoberto pelo lusitanista francês em 1837 e mencionado na dita obra. Esta comunicação a Costa de Macedo ter-se-á dado, provavelmente, nos finais desse ano de 1839. Sucede que, por intermédio de algumas cartas inéditas trocadas entre Costa de Macedo e o visconde da Carreira, representante diplomático português em França, é possível datar precisamente de Dezembro o pedido de averiguações, junto de Denis, por intermédio de Santarém, da existência do manuscrito.<sup>7</sup>

Varnhagen chamava, assim, a atenção à Academia para um significativo facto cultural e literário – a da localização do manuscrito de uma obra-chave

<sup>6</sup> A *Notícia dos manuscritos...*, publicada em 1827 e reimpressa (com acrescentos) em 1841 pela Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>7</sup> Coleção particular, cartas de Joaquim José da Costa de Macedo para o visconde da Carreira, datadas de 12 e 30 de Dezembro de 1839.



para o conhecimento da história portuguesa do século XV. A instituição, na pessoa do seu secretário perpétuo, procurou indagar do facto, escrevendo para Paris. Costa de Macedo mostra-lhe a carta do visconde da Carreira,<sup>8</sup> revelando a ignorância do diplomata e de Santarém sobre o caso – ignorância, essa, apenas oficial, como se verá de seguida. Varnhagen diz mesmo: “Replicamos [falando de si mesmo] e entregamos a prova [tipográfica do artigo que escrevera] que tínhamos nas mãos. Foi remetida para Paris” (VARNHAGEN 1841, p. 36). Como consequência, Carreira escreve a carta de 30 de Dezembro a Macedo, na qual o informava que estavam a ser feitas todas as diligências para obter cópias do manuscrito – “não sabemos se para a Academia”, conforme acrescenta Varnhagen. A 11 de Janeiro de 1840, sai a notícia da descoberta na *Revista universal lisbonense*, escrita por si. Semanas depois, corre em Lisboa a notícia de que o livreiro parisiense Aillaud iria custear a edição do manuscrito, copiado por Carreira e com introdução e notas de Santarém, o que sucederá em 1841.

Por outro lado, é possível verificar que já a 2 de Setembro de 1839 o visconde de Santarém informava o conde da Ponte que Ferdinand Denis “publicou [extratos de] uma crônica inédita de Gomes Eanes de Azurara, para a qual dei notas” (SANTARÉM 1919, p. 54), precisamente as considerações a que Varnhagen se referira em Janeiro de 1840. Podemos assim compreender que Santarém mantinha no *segredo dos deuses* a descoberta e publicação de um manuscrito que se revelaria decisivo para a história da historiografia e da cultura portuguesa oitocentista. É provável que Varnhagen ambicionasse, legitimamente, para si o estudo do texto de Zurara, por intermédio da Academia das Ciências. Aliás, diga-se que a própria obra do visconde de Santarém ganhou uma projecção e uma dimensão imensas a partir do trabalho que efetuou, relativo ao manuscrito. Foi com base na *Crônica da Guiné* que surgiu um segundo momento do labor de Santarém acerca dos descobrimentos portugueses (o primeiro, relembre-se, incidira sobre Américo Vespúcio). É em consequência dos seus trabalhos *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses...* e *Recherches sur la priorité...*, que o governo português vai custear a edição do *Quadro elementar...*, das várias tiragens do *Atlas* e dos três volumes do monumental *Éssai*. A publicação da *Crônica da Guiné*, como é abreviadamente referida, significou um momento central na historiografia portuguesa dos descobrimentos e no imaginário nacional português, por razões amplamente conhecidas (PROTÁSIO 2014, p. 101-102; 225-231; 245-256). Santarém chegará mesmo, em 1842, a ser nomeado cronista do reino e, pela segunda vez, guarda-mor da Torre do Tombo (*in absentia*).

Quanto a Varnhagen, dados os desenvolvimentos ocorridos em Paris, parece contentar-se com noticiar a descoberta do manuscrito, primeiro em Janeiro de 1840, depois em Outubro de 1841. É nesse intervalo de tempo de quase dois anos que parte para o Brasil (zarpando de Lisboa a 24 de Maio de 1840 e regressando a 22 de Junho de 1841) e que vai requerer a nacionalidade brasileira, que obtém em 24 de Julho de 1841 (LESSA 1954, p. 110; 133; VIEIRA 1923, p. 23). As

<sup>8</sup> Quase certamente, a missiva de 12 de Dezembro, referida na nota anterior.

suas expectativas quanto a Santarém são então consideravelmente baixas, pelo menos a ajuizar por uma carta de 6 de Janeiro de 1841, em que duvida que o visconde faça chegar à Sociedade de Geografia uma imagem correta das suas publicações, apelidando-o de "meu rival Visconde" (LESSA 1954, p. 126-127).

Outros pontos de contato poderiam ser acrescentados, sobretudo em 1841-1842 e 1845-1847, entre Varnhagen e Santarém. Resta saber se Varnhagen, nos seus estudos posteriores a 1841, dedicou a Santarém outras críticas ou um silêncio ensurdecido – ensurdecido, devido à fugaz mas significativa proximidade, epistolar e de recensões, em que se encontraram no curto mas intenso período de 1839 a 1841. Neste período, apesar da diferença de perfis culturais e de idades, ambos dedicaram considerável parte das suas energias a afirmarem-se enquanto colecionadores e editores de manuscritos inéditos, assim como historiadores que inovam e enriquecem o conhecimento do passado com documentos autênticos. A partir de 1841 e dos factos referidos no presente artigo, Santarém e Varnhagen vão persistir, cada um a seu modo e a seu tempo, na fragilidade das teses das viagens pioneiras de Vespúcio (o português) e na autenticidade dos relatos do autor italiano (o brasileiro). Esse poderá constituir o tema de um interessante estudo, suplementar ao presente artigo: o do confronto ou ignorância mútuas das teses que Varnhagen e Santarém dedicaram às viagens de Vespúcio, por parte de dois historiadores e geógrafos de renome mundial, ambos nascidos portugueses e com uma intervenção decisiva na historiografia lusa dos descobrimentos.

### Referências bibliográficas

- ACADEMIA das Ciências de Lisboa. **História e Memórias da....** 1ª série, tomo XII, parte 2ª. Lisboa: Tipografia da Academia, 1839.
- \_\_\_\_\_. **História e Memórias da....** 2ª série, tomo I. Lisboa: Tipografia da Academia, 1844.
- \_\_\_\_\_. **História e Memórias da....** Parte 2ª, tomo II, parte 1ª. Lisboa: Tipografia da Academia, 1848.
- BAIÃO, António. **Comunicações Académicas**. Lisboa: s.n., 1951.
- BERSTEIN, Harry. **Alexandre Herculano (1810-1877)**: Portugal's prime historian and historical novelist. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1983.
- CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o historicismo romântico. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal (Séculos XIX e XX)**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996, p. 39-85.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, nº 15, Julho-Dezembro de 2007, p. 159-207.
- FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1993 [1974].

- GARCIA, João Carlos *et al.* **O 2º Visconde de Santarém e a História da Cartografia**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006, 107 p.
- HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos**. Org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Volume IV. Lisboa: Editorial Presença, s.d.
- LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e obra de Varnhagen (1ª parte). **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 223. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 82-297.
- KOPKE, Diogo. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde... pelo capitão André Álvares d'Almada... publicado por...** Porto: Tipografia Comercial Portuense, 1841.
- MACEDO, Jorge Borges de. **Da história ao documento: do documento à história**. Lisboa: Arquivos Nacionais; Torre do Tombo, 1975, 44 p.
- MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Volume 275. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967, p. 155-169.
- NAVARRETE, Martín Fernández de. **Colección de los Viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV... coordenada é ilustrada por Don...** 3º vol. Madrid: Imprenta real, 1829.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. Reseña de "A História da Cartografia na obra do 2º visconde de Santarém: Exposição cartobibliográfica" de Garcia, J.C.. **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México: Universidade Autónoma do México, 63, 2007, p. 150-155.
- PEREIRA, Paulo; CARNEIRO, José Martins. **O Palácio da Pena**. Londres: IPPAR; Scala Publishers, 1999.
- PROTÁSIO, Daniel Estudante. **Pensamento histórico e acção política do 2º Visconde de Santarém (1809-1855)**. Madrid: Bubok, 2014.
- \_\_\_\_\_. O 2º visconde de Santarém e a tradição documental portuguesa (1817-1846). In MATOS, Sérgio Campos; JOÃO, Maria Isabel (org.). **Historiografia e Memórias (séculos XIX-XXI)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012, p. 251-262.
- SANTARÉM, visconde de. **Opúsculos e Esparsos: coligidos e coordenados por Jordão de Freitas e novamente publicados pelo 3º Visconde de Santarém**. Vol. I, Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1910.
- \_\_\_\_\_. **Inéditos (miscelânea)**: coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1914.
- \_\_\_\_\_. **Correspondência do... Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa)**. Publicada

pelo 3º Visconde de Santarém. 8vols. Vol. VI. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.

SÃO LUÍS, Frei Francisco de. **Correio de Lisboa**, nº 442, 20 de Novembro de 1839, p. 2448.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1987 (14ª ed., corrigida e atualizada; 1ª ed. 1955).

SILVEIRA, Pedro Telles da Silveira. Ficção, literatura e história através da "Crônica do descobrimento do Brasil" (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, Ouro Preto, nº 3, Setembro de 2009, p. 34-52.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de... aplicados a Portugal e ao Brasil**. 7 tomos. Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Reflexões críticas sobre o escrito do século XIV [aliás XVI] impresso com o título de "Notícia do Brasil.... **Colecção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses....** Volume V, número II. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1839a, p. 1-120.

\_\_\_\_\_. **Diário da navegação da armada, que foi à terra do Brasil sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa, publicado por...** Lisboa: Tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839b.

\_\_\_\_\_. **O panorama**, nº 119, de 10 de Agosto de 1839c.

\_\_\_\_\_. **O panorama**, nº 141, 11 de Janeiro de 1840.

\_\_\_\_\_. **Revista Universal Lisbonense**, nº 3, 14 de Outubro de 1841.

VIEIRA, Celso, **Varnhagen: o homem e a obra**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

# Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda\*

The planes of historicity of Sérgio Buarque de Holanda's interpretation of Brazil

---

**Thiago Lima Nicodemo**

tnicodemo@gmail.com

Pós-doutorando

Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Edifício Brasiliana - Praça do Relógio Solar nº 342 - Cidade Universitária

05508-050 São Paulo - SP

Brasil

---

## Resumo

Este artigo tem como objetivo a identificação dos mecanismos temporais fundamentais subjacentes à interpretação do Brasil na obra de Sérgio Buarque de Holanda, concentrando-se em seus textos publicados ao longo de uma década – da segunda edição de *Raízes do Brasil* (1948) a *Visão do Paraíso* (1958), incluindo *Caminhos e Fronteiras* (1957) e o manuscrito póstumo, produzido na primeira metade da década de 1950, *Capítulos de Literatura Colonial*. Procuo mostrar a relação entre o processo de especialização e profissionalização do autor como historiador, ocorrido em fase posterior à publicação de *Raízes do Brasil* (1936), e o desenvolvimento de um mecanismo de rearticulação do tempo histórico. Este mecanismo não é apenas relacionado com a articulação em protensão e retenção de passado e futuro, mas é disposto em um esquema de natureza analógica ou figural. O resultado disto é uma combinação entre um horizonte técnico historiográfico e um horizonte político que dá contornos peculiares à interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.

44

## Palavras-chave

Sérgio Buarque de Holanda; Historiografia brasileira; Teoria da história.

## Abstract

The purpose of this article is to identify the fundamental temporal mechanisms of Sérgio Buarque de Holanda's interpretation of Brazil, focusing on his texts published over a decade – from *Raízes do Brasil* (1948) to *Visão do Paraíso* (1958), including *Caminhos e Fronteiras* (1957) and the posthumous manuscript conceived in the early 1950s, *Capítulos de Literatura Colonial*. My intention is to show the relationship between the process of specialization and professionalization experienced by the author as a historian, which took place following the publication of *Raízes do Brasil* (1936), and the outline of a peculiar mechanism of articulation of the historical time in his texts. This mechanism is not only related to the articulation of past and future in protention and retention, but is also arranged in an analogic or figural scheme. The result is a combination of a technical-historiographical horizon and a political horizon, typical of Sérgio Buarque de Holanda's interpretation of Brazil.

## Keywords

Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian historiography; Theory of history.

---

Recebido em: 4/6/2013

Aprovado em: 28/10/2013

---

\* Este artigo é uma versão aprimorada da reflexão que venho desenvolvendo nos seguintes trabalhos: NICODEMO 2011; 2014.

Por ocasião da publicação da segunda edição da obra *Sobrados e Mocambos*, de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda realizou a crítica "Sociedade Patriarcal", nos rodapés do jornal *Diário Carioca*,<sup>1</sup> em 1951. Na série de artigos, louvou as dimensões monumentais do projeto de Freyre de compreensão da sociedade patriarcal no Brasil que seria composto dos volumes *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos*, *Nordeste*, *Ordem e Progresso* e do jamais publicado, *Jazigos e Covas Rasas*, mas realizou duras críticas aos resultados até então apresentados.

De início, apontou que o pensamento de Freyre era movido "por um intenso calor afetivo", sendo sua visão da sociedade patriarcal, "nostálgica" e "amorosa", ainda marcada "por certos valores e estilos tradicionais" do que fora no passado o latifúndio canavieiro fundado no trabalho escravo (HOLANDA 1979, p. 101). Mesmo reconhecendo a diversidade social e cultural do Brasil, a interpretação de Freyre era exageradamente apoiada na ideia "do regime da economia patriarcal", ideia que servia ao autor pernambucano como modelo interpretativo de toda a formação histórica brasileira (HOLANDA 1979, p. 102).

Na visão de Sérgio Buarque, a interpretação de Freyre era viciada por uma confusão de ordem metodológica entre "forma" e "conteúdo" social, questão que remetia diretamente à sociologia de Georg Simmel. Enquanto o sociólogo alemão tendia à depuração de conceitos e princípios de natureza sociológica a partir do estudo de fenômenos históricos concretos, Freyre tendia a embaralhar ou inverter o processo, de maneira que "instrumentos de exposição, distinção, confronto, análise, convertem-se em realidades mais ou menos empíricas, servindo de base para julgamentos de valor que mal se disfarçam" (HOLANDA 1979, p. 106).

Nas críticas de Sérgio Buarque reverberam algumas das linhas mestras do seu próprio pensamento, em especial alguns dos fundamentos de sua obra de estreia, *Raízes do Brasil*, publicada em 1936. Nesta obra as categorias analíticas – ou "tipos" – são extraídas de formas determinadas pela experiência colonial e universo mental português.<sup>2</sup> Estas formas só assumem características singulares na medida em que se moldam de acordo com a necessidade, segundo um princípio de completa inoperância, desleixo e recusa de projeção racional (GOLDFEDER; WAIZBORT 2009, p. 29). A formação nacional se dá, portanto, no descompasso produzido pela adaptação de formas europeias no território americano. Dito isso, pode-se compreender melhor a crítica a Freyre, pois o patriarcalismo não deveria ser encarado como característica típica da formação brasileira. Como forma europeia, pertencia à cultura metropolitana de matriz barroca, sendo, por isso, forma, e não o conteúdo do processo social de formação nacional (HOLANDA 1979, p. 104).

Estes comentários são intrigantes, pois reforçam o argumento central de *Raízes do Brasil* pouco tempo depois do autor ter realizado uma revisão profunda

<sup>1</sup> A série de artigos foi originalmente publicada nas páginas do *Diário Carioca*, 4, 13 e 18 de novembro de 1951, sob o título de, respectivamente, "Sociedade Patriarcal I", "Sociedade Patriarcal II", "Sociedade Patriarcal, Conclusão". Posteriormente publicados em 1979 na obra *Tentativas de Mitologia* (HOLANDA 1979, p. 99-110).

<sup>2</sup> Sobre a incidência do termo "forma" e suas variantes, ver EUGÊNIO 2011, p. 339-353.

no livro, revendo ou matizando muitos de seus argumentos, para a publicação da segunda edição, em 1948. Após publicar *Raízes do Brasil*, o historiador brasileiro se especializou como historiador de ofício, processo que, segundo ele próprio, foi impulsionado por experiências como a de docente na recém-criada Universidade do Distrito Federal e pelo contato intenso com professores como Henri Hauser e Henri Tronchon (CARVALHO 2003, p. 181-182).

A bibliografia já clássica sobre o Sérgio Buarque de Holanda defende a ideia de que a proximidade com a universidade produz efeitos também em sua escrita. Na medida em que se torna um historiador profissional o autor substitui o recurso ao ensaio por textos mais especializados, com recortes consideravelmente mais circunscritos. Isso pode ser percebido, por exemplo, no modo como os modelos interpretativos duais de seu primeiro livro, “trabalhador e aventureiro”, ou, o “ladrilhador e sementeiro”, alteram-se desde *Monções*, seu segundo livro publicado em 1945, e resulta no desenvolvimento de um método fluido, preocupado em escapar de generalizações e em captar as diversas temporalidades dos eventos.

### **A revisão de *Raízes do Brasil***

As revisões feitas para a segunda e terceira edições de *Raízes do Brasil*, respectivamente publicadas em 1948 e em 1956 têm relação direta com a transformação de Sérgio Buarque em historiador especializado. A revisão para a segunda edição é ampla e radical – segundo cálculo realizado por João Kennedy Eugênio em estudo recente, foram inseridos 116 novos parágrafos, o que corresponde a um acréscimo da ordem de um terço do texto. Fundamentalmente, a revisão se pautou por um abrandamento da matriz sociológica da obra e por um adensamento do aparato de erudição histórica (EUGÊNIO 2011, p. 400-408); ao mesmo tempo em que eclipsou a influência originalmente exercida por Freyre, segundo hipótese de João Cezar de Castro Rocha (ROCHA 2008, p. 248-249). Correndo o risco de algum esquematismo, pode-se afirmar que Sérgio atenua ou extingue julgamentos que atribuem positividade ao resultado do processo de colonização (EUGÊNIO 2011, p. 375-378; 386).

As modificações realizadas para a terceira edição, que estabeleceu o texto definitivo, são pontuais, muito menos numerosas, e reforçam em alguns pontos, muito significativos, o sentido estabelecido na segunda revisão. Um exemplo, já notado por Castro Rocha (ROCHA 2008, p. 247), é a modificação no parágrafo de abertura da primeira edição:

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem-sucedido em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical. Sobre território que, povoado com a mesma densidade da Bélgica, chegaria a comportar um número de habitantes igual ao da população atual do globo, vivemos uma experiência sem símile. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda

hoje desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.

Na terceira edição, de 1956, a mesma passagem toma a seguinte forma,

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.

Na reescrita dos parágrafos se pode observar que o autor acentua a ideia de um descompasso entre “forma” e “conteúdo”, enfatizando que a formação do Brasil ocorreu sem obedecer um plano claramente definido, mas é resultado de um processo de adaptação ainda incompleto (GOLDFEDER; WAIZBORT 2009, p. 29). Nas palavras de João K. Eugênio, “a meta a ser atingida pela cultura não é isto ou aquilo, mas o desenvolvimento das próprias potencialidades: chegar a ser o que é; atualizar a forma” por meio da adaptação (EUGÊNIO 2011, p. 351-352). A forma nacional se dá, portanto, pelo negativo, por uma busca dada pela ausência de procura.

Esse descompasso nada mais é do que um mecanismo temporal de articulação entre passado e presente. De um lado, isso se faz mediante a inserção de um “hoje” ou “agora” que reforça a estrutura retrospectiva de toda ‘formação’, e assim se investiga como algo tomou a forma com que conhecemos em nosso presente. Não é por acaso que Sérgio Buarque reforça justamente isso em seu comentário a Freyre: “guardadas as proporções devidas, o senhor de engenho ou antepassado do “coronel” do sertão, ao menos nos séculos XVIII e XIX, não se distinguiriam muito, social ou psicologicamente, dos nobres e fidalgos do Reino” (HOLANDA 1979, p. 104). De outro lado, com a inserção não menos importante de um “ainda” no sentido em que este processo de formação segue em curso, não foi terminado.

Há uma forte relação entre o delineamento de um mecanismo fundamental de configuração temporal e as implicações políticas em *Raízes do Brasil*. A obliteração da influência freyriana, assim como o apagamento de trechos que sugerem uma visão otimista da empreitada colonial, dão lugar a um tom progressista e democrático. Neste sentido, a análise da modificação no parágrafo inicial da obra, apesar de ocorrida apenas na terceira edição ajuda muito a compreender o sentido das modificações nos marcadores temporais introduzidas pelo autor em 1948. A compilação de modificações na segunda



edição realizada por João K. Eugênio, que pode ser vista abaixo, mostra algumas inserções que confluem no sentido do reforço de uma dinâmica da análise da formação nacional como um processo ainda incompleto,

Tendo dito que “uma superação da doutrina democrática só será possível entre nós quando tenha sido vencido a antítese liberalismo-caudilhismo” (2ª ed., p. 101) Sérgio adianta, de forma enfática, que “essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social (2ª ed., p. 269). Ele acrescenta que, “se o *processo revolucionário* a que vamos assistindo [...] tem um significado claro, será a *dissolução lenta*, posto que irrevogável, das *sobrevivências arcaicas*, que o nosso estatuto de país independente *até hoje não conseguiu extirpar*” (2ª ed., p. 269-270). De fato, “somente através de um processo semelhante teremos finalmente *revogada a velha ordem colonial e patriarcal*, com todas as suas *consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar*” (EUGÊNIO 2011, p. 388, grifos no original).

*Raízes do Brasil* é composto por uma sobreposição de planos interpretativos rivais ou contraditórios, de uma “metodologia dos contrários”, como ressaltou Antonio Candido em seu conhecido prefácio à obra. No entanto, fica patente que nas revisões para as edições seguintes, especialmente na segunda, o autor atenua essa dialética, imprimindo uma coerência ao texto que estava ausente na versão original. Se na primeira edição éramos paradoxalmente ao mesmo tempo “bem sucedidos” e “desterrados” (ROCHA 2008, p. 249), seremos, com essa mudança, governados apenas pela última metáfora, a do desterro. O apagamento da referência a Freyre segue a reboque deste movimento de anulação da visão otimista da empreitada colonial.

48

Com isso, é reforçada também uma estrutura temporal pretendida entre presente e passado, de um “horizonte de expectativa” (KOSELLECK 2006) marcado pela força expressiva do advérbio “ainda” ou melhor, “ainda não”, como se pode ver claramente nos trechos em negrito da citação acima. A formação do Brasil moderno só se dará com a “dissolução irrevogável das nossas sobrevivências arcaicas”. Nesse sentido, retomando sua crítica a Freyre de 1951, não basta reconhecer que o “senhor de engenho” é o antepassado do atual “coronel”, é necessário reconhecer que essa relação representa uma reminiscência daninha para a formação de uma sociedade moderna, que deve ser extirpada para o desenvolvimento desta.

Dialogando com a tese de João K. Eugênio, de fato, a matriz organicista do livro, talvez o seu fundamento mais importante, é seriamente atenuada entre as edições da obra. Originalmente, Sérgio Buarque de Holanda acreditava que as formas sociais e culturais deveriam se desenvolver de modo espontâneo até tomarem formas nacionais próprias (EUGÊNIO 2011, p. 359). Não basta apenas reconhecer a autenticidade desta “experiência sem símile” e da forte perspectiva de continuidade desse processo segundo uma análise organicista – o horizonte reforçado no livro na segunda edição é diametralmente oposto a este, pois preconiza uma ruptura com nossas formas históricas, projetada como expectativa em relação ao futuro.

O último capítulo da obra, "Nossa Revolução" é o que sofre de forma mais aguda as consequências dessas modificações variantes do "ainda". A modificação no segundo parágrafo do capítulo é sintomática e pode resumir essa questão: Nas palavras de Sérgio, na primeira edição: "A grande revolução brasileira não *foi* um fato que se pudesse assinalar em um instante preciso; foi antes um processo demorado e que *durou* pelo menos três quartos de século"; se transforma a partir da segunda edição em "A grande revolução brasileira não é um fato que se pudesse assinalar em um instante preciso; foi antes um processo demorado e que *vem durando* pelo menos três quartos de século" (HOLANDA 1948, p. 254, grifos meus). "Nossa revolução" representa a ruptura com o passado arcaico presente desde a primeira edição da obra, mas a partir das modificações publicadas em 1948 a obra ganha uma pretensão temporal complexa e, como veremos a seguir, eminentemente moderna.

Não se pode tratar, portanto, de *Raízes do Brasil* sem levar em consideração as profundas modificações realizadas entre as edições de 1936, 1948 e 1956; sobretudo porque estas modificações alteraram muito de nossa percepção atual sobre a obra. O que se deve acrescentar para além do que já se sabe sobre essas modificações é o fato de que o desenvolvimento do historiador profissional ocorrido ao longo da década de 1940 impulsiona grande parte destas alterações. De um ponto de vista técnico, estas modificações o reforçam uma estrutura temporal protendida entre experiências do passado e expectativas do futuro ainda inconcluso.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que esta ideia tem profundas implicações políticas, já que acentuam o caráter progressista e democrático da obra (EUGÊNIO 2011, p. 395-396). O famoso prefácio de Antonio Candido a *Raízes*, do final da década de 1960 contribui para reforçar esta mesma dimensão, sem considerar que certas ideias reelaboradas em 1948 e 1956 não se apresentavam de forma tão clara na primeira edição da obra. Não foi casual que este prefácio se constituiu numa espécie de paradigma, influenciando muitas outras interpretações da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

### **A ideia de *formação*: uma teleologia sem anacronismo**

O crítico Roberto Vecchi assinalou que, na estrutura temporal desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda, o tempo presente opera como um resto que determina a condição contemporânea do Brasil. No plano do presente se chocam ou se sobrepõem reminiscências do passado arcaico e os arroubos progressistas condicionados pela expectativa de um futuro moderno (VECCHI 2005, p. 169). Em suas palavras: "o presente é forjado por essa dobra que é simultaneamente inscrita nas duas temporalidades formando a temporalidade nacional" (VECCHI 2005, p. 168). Como observa o mesmo crítico, o termo revolução não deve ser compreendido no seu sentido contemporâneo de ruptura radical. A nossa revolução, além de lenta e gradual, só ganha sentido pleno se aproximada de seu significado etimológico de *revolvere*, "rolar para atrás ou enrolar", nos fluxos e refluxos de passado e futuro experienciados no presente.

A modificação operada pelo horizonte do "ainda" imprime um inequívoco sentido teleológico na análise histórica de modo que o passado arcaico passa

a ser considerado sob o ponto de vista da sua superação rumo à redenção moderna. O leitor de hoje, formado em nossa tradição de pensamento social, tende provavelmente a encarar este procedimento com naturalidade, ou ao menos familiaridade; mas cumpre observar que se trata de uma notável operação de imputação de elementos imaginários, de uma “ficcionalização” da análise histórica (AGAMBEN 2000, p. 38-39).

Pode parecer contraditório sustentar que as modificações em *Raízes do Brasil* possuam um sentido “estetizante” ao mesmo tempo em que se defende que o rigor historiográfico da obra aumenta – mas o argumento que estou a defender é exatamente este. As modificações “estetizantes” ou “ficcionalizantes”, que configuram os eventos e processos históricos no passado baseados em um anseio projetado no futuro, são instrumentalizadas para um aumento de rigor histórico na obra, de modo que o autor se emparelha com a vanguarda da historiografia profissional do período. O primeiro e mais importante indício disto é que ao tratar do processo de formação do Brasil como um *ainda*, ou melhor, um *ainda não*, o autor procura justamente anular a nação como pressuposto teleológico da narrativa histórica, típico da tradição historiográfica novecentista. Afinal, é apenas com a superação do passado arcaico de origem ibérica que temos condições de nos constituirmos como uma cultura e sociedade próprias.

Outro aspecto importante é o da subjetivação do autor/narrador no texto. Ao deslocar o *telos* do discurso histórico, da nação pressuposta como dado, para o horizonte futuro de um processo em curso, o narrador passa a participar ativamente do processo narrado. O *ainda não* indica o anseio de que a cultura se emancipe e a nação moderna se forme. Esta postura rompe com o objetivismo científico, também estabelecido no século XIX, que tem como pressuposto a imparcialidade da análise e a consequente obliteração da presença do narrador na obra.

Neste ponto é necessário retomar o paralelo entre o paradigma temporal do *ainda não* e a estrutura do tempo messiânico. A protensão temporal implicada pelo *ainda não* provoca um efeito de “inefetividade teleológica”, ou seja, o evento aguardado não deve se cumprir, ainda mais se levando em conta a evolução dos processos históricos que vem do nosso passado (AGAMBEN 2000, p. 41).

Reside justamente aí a força dessa construção, numa espécie de desnaturalização contingencial do passado. A esperança de superação das raízes no futuro é acompanhada por um certo inconformismo com o passado que legitima a ação no plano do hoje – o que aconteceu poderia não ter acontecido se tivéssemos tomado decisões diferentes, a história poderia ter sido outra. Sob este prisma, a análise empreendida no texto corrobora o próprio processo narrado pois a identificação de nossas raízes arcaicas é o passo fundamental para que possamos superá-las. Assim também a obra é reforçada em sua dimensão intertextual, como mecanismo aberto, que pressupõe a completude de um ciclo no ato da leitura – recurso, aliás, típico da literatura de vanguarda.

Já tive oportunidade de observar que em comentários feitos por conta da edição de *Apologia da história* de Marc Bloch, Sérgio Buarque demonstra forte afinidade com a concepção de história do autor francês, advogando em prol de uma concepção de história enraizada no presente e por isso engajada. A ideia

principal defendida por Sérgio é que a história modernizada e universitária que se desenvolvia àquela altura no Brasil deveria ser combativa em relação aos seus próprios usos autoritários e nacionalistas (NICODEMO 2008, p. 34-42). Por isso, é inevitável considerar que entre as duas edições de *Raízes do Brasil*, entre 1936 e 1948, o autor vivenciou a derrocada dos totalitarismos, incluindo a ditadura estado-novista, e a 2ª Guerra Mundial.

Em Sérgio Buarque de Holanda o conluio entre historicidade e política na análise da formação do Brasil é particularmente evidente devido, como mostrei, ao desejo de dar coerência e inteligibilidade ao seu próprio legado, ao nível de domínio técnico da temporalidade e também ao seu nível de consciência histórica como agente. Entretanto, é necessário ressaltar que ele não é o único a compartilhar essa visão de mundo e a desenvolver ferramentas conceituais adaptadas àquela realidade. Uma análise histórica enredada nos dilemas do presente e ela própria comprometida com os processos que são seus objetos privilegiados de análise são a marca característica do desenvolvimento das ciências sociais brasileira, desde o ensaísmo dos anos 1930. O esforço de anulação do *telos* nacional e sua substituição por uma articulação protendida do tempo entre passado e futuro, subjetivação do autor/narrador, e o uso de arcabouço conceitual em favor da aceleração do próprio processo narrado estão presentes em obras aparentemente díspares como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, dentre outras. Talvez compreendendo melhor como estas características comuns são trabalhadas em textos fundamentais do nosso pensamento social possamos abrir caminho para trata-las como uma inflexão paradigmática; ou melhor, como uma concepção brasileira de história.

### **Primeiro interregno: nasce um historiador profissional**

Se a revisão de *Raízes do Brasil* foi uma espécie de acerto de contas com o seu próprio tempo, entre historiografia e política, como então evolui a arquitetura teórica do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda para além de sua obra de estreia? Para responder esta questão é necessário considerar que na época em que revisou *Raízes* o autor passava por um período intelectualmente muito produtivo e profissionalmente agitado. Mudou-se em 1946 do Rio de Janeiro, onde residira desde 1920, para São Paulo, sua cidade natal, assumindo a direção do Museu Paulista e, quase de imediato, implantando sérias reformas modernizantes na instituição. Intelectualmente, Sérgio havia acabado de publicar *Monções*, em 1945, no ano seguinte, *Cobra de Vidro*, coletânea de artigos de jornal do início da década de 1940, e estava começando a pesquisar e a publicar os textos que foram unidos, alguns anos depois, em 1957, como *Caminhos e Fronteiras*.

*Monções* e *Caminhos e Fronteiras* tratam da formação de uma dinâmica social interna impulsionada pela expansão do território na América portuguesa a partir de São Paulo colonial, processo que culminou com a fundação e colonização de povoados como o de Cuiabá. Enquanto *Monções* enfoca a expansão ocorrida

principalmente no do século XVIII para fins comerciais a partir de redes fluviais, *Caminhos e Fronteiras* se concentra nas entradas e bandeiras dos séculos XVI e XVII. Trata-se de estudos muito menos abrangentes do que seu primeiro ensaio, concebidos em diálogo com a vanguarda da ciência histórica do período na medida trabalham na reconstituição da dimensão quotidiana da vida dos agentes, levando em consideração a cultura material, hábitos, alimentação, indumentária; incluindo também a dimensão da produção agrícola e manufatureira, costumes e universo de crenças. Foi, aliás, graças a esses trabalhos que Sérgio Buarque chamou a atenção de Fernand Braudel e Lucien Febvre sendo convidado por eles a dar um curso na Universidade de Paris, e que resultou na publicação de um artigo na revista dos *Annales* (HOLANDA 1950).

De um modo bastante geral, a ideia base de *Raízes do Brasil* de que a formação nacional resulta na adaptação de formas europeias no território americano é testada e aprimorada no estudo específico dos bandeirantes e dos monçoeiros. Por meio da história capitaneada por essas figuras é possível acompanhar como o ímpeto aventureiro típico do colonizador vai aos poucos se assentando em formas sociais características. Como diz o historiador na introdução de *Monções*, para formar-se, a civilização adventícia é “colocada perante contingências do meio, pode aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida, revelando-se até certo ponto criadora e não só conservadora de um legado tradicional nascido em clima estranho” (HOLANDA 1990, p. 13; WEGNER 2000, p. 219). Essa população inicialmente originada dos colonizadores se mesclou com a população nativa assim como teve que adaptar seus modos de vida em seus mais diversos aspectos, como os hábitos alimentares, o aproveitamento dos caminhos e trilhas, as técnicas de navegação fluvial, dentre outros.

A interiorização ou expansão das fronteiras da América portuguesa representa uma espécie de “brecha” no sistema colonial na visão de Sérgio Buarque de Holanda (WEGNER 2000, p. 218). A sociedade resultante dessas interações no planalto paulista nasce como que por descuido dos desígnios metropolitanos, direcionados, como se sabe, ao enriquecimento rápido através da venda de gêneros agrícolas no mercado europeu. Isso nos projeta novamente no diálogo entre o autor e Gilberto Freyre no início da década de 1950, afinal para Sérgio Buarque, o regime patriarcal não poderia representar adequadamente a formação histórica do Brasil. Em primeiro lugar porque a realidade de uma região não poderia ser proposta como chave interpretativa de outras tão distintas como a paulista. Em segundo lugar, porque o patriarcalismo não era uma forma nascida na América, mas sim um conjunto de características socioculturais ibéricas. A isso se contrastavam exemplos do desenvolvimento de formas autóctones como as produzidas pela cultura do bandeirante e do monçoeiro.

### **Os planos de historicidade da interpretação do Brasil**

Diante do que foi estabelecido até aqui sobre a estrutura temporal da interpretação do Brasil feita por Sérgio Buarque de Holanda, não se pode deixar de questionar como é possível então não igualar o nascimento de uma civilização como a configurada em *Monções* e *Caminhos e Fronteiras* à tomada de forma

da nação brasileira? Em outras palavras, como é possível falar da formação da nacionalidade sem tê-la como pressuposto da escrita da história, sem incorrer em um anacronismo?

Subsídios para responder a questão podem ser encontrados numa das camadas da crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre a que me referi no início do artigo; afinal, no limite, o que foi questionado é a pertinência do patriarcalismo como elemento explicativo de nossa sociedade nacional, portanto, desde o século XIX. No questionamento subjazem dois planos sobrepostos não redutíveis – um é o da dialética entre elementos ibéricos e elementos autóctones no processo de colonização, que inclui a ideia da família patriarcal (dentre outros traços da mentalidade europeia distinguidos na crítica pelo termo geral “barroco”). Outro plano é o da análise do papel que esses elementos, já característicos de uma lógica própria, foram reaproveitados ou rearranjados na formação do estado e da nação brasileira, processo ocorrido ao longo do século XIX e que se desdobra até o momento presente em que vivem os intelectuais.

Não se trata, portanto, de um único corte, de uma simples dobra entre passado e futuro que enreda o presente. O olhar do leitor contemporâneo, treinado e formado na própria tradição do pensamento social brasileiro, naturaliza esta relação entre planos temporais, lendo os dois como se fossem um só. A própria fortuna crítica sobre o autor não considera esta especificidade e acaba com frequência por embaralhar as temporalidades. O mecanismo temporal que resumi pela introdução de um *ainda*, ou *ainda não*, reforçado na segunda edição de *Raízes do Brasil* é constituído, portanto, pela interação dessas duas temporalidades distintas.

Já foram adequadamente apontadas pela crítica as continuidades estruturais entre duas das figuras fundamentais de *Raízes do Brasil*: a aventura e a cordialidade (MONTEIRO 1999, p. 172). Enquanto a metáfora do aventureiro remete esquematicamente ao colonizador lusitano, em seu afã por riqueza fácil e lucro imediato, em seu desinteresse de deitar raízes na terra explorada (MONTEIRO 1999 p. 102-110), o homem cordial, corresponde à herança de práticas patriarcais, ligadas ao meio rural, no desenvolvimento do Estado nacional no século XIX. Falando em termos que só ganham total clareza com a segunda edição de *Raízes*, a cordialidade é a *herança*, o produto da ação do espírito de aventura. O leitor já pode intuir que as implicações de uma *herança colonial* estão em estreita conformidade com o corte das duas temporalidades operado pelo *ainda não*. Tanto isso é verdade, que com a segunda edição da obra emerge um novo título para um capítulo bastante modificado que discute os impasses da ordem escravocrata no século XIX: “Herança Rural”.

Ultrapassaria os limites deste texto refletir com profundidade sobre a evolução da ideia de *herança* na obra do autor, mas é interessante observar que o resultado do mecanismo é justamente propor de modo claro um descompasso entre processo de independência política e desenvolvimento de laços em comum, ou seja de uma nação que é construída historicamente, e não pressuposta teleologicamente como podemos observar em célebre texto de 1961, “A herança colonial, sua desagregação”. O texto problematiza o descompasso entre processo

de emancipação política e a criação de vínculos nacionais. Estas tendências, em suas próprias palavras, “não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (HOLANDA 1961, p. 9).

Esta percepção pode levar a um enquadramento excessivamente esquemático das obras de Sérgio Buarque de Holanda, já que *Monções e Caminhos e Fronteiras* (assim como *Visão do Paraíso*) tendem a tratar de processos históricos ocorridos no primeiro plano temporal, aquele que contempla o nascimento de uma cultura com traços próprios na tensão entre elementos ibéricos e elementos autóctones no processo de colonização; enquanto *Raízes do Brasil* e outros textos do autor que tratam do século XIX, como, por exemplo, *Do Império à República*, de 1972, se dedicam aos temas da pertinência da herança colonial e dos impasses gerados por tal herança na formação do estado e da nação brasileira. Para além de simplesmente complementares, esses dois planos de historicidade estão sempre em interação na obra do autor. Normalmente a presença em primeiro plano de uma destas dimensões remete por analogia a uma outra dimensão temporal, mais ou menos oculta ou subentendida.

Quando Sérgio constrói uma figura como a do bandeirante como um homem pobre e mestiço, em luta pela sobrevivência está intencionalmente desconstruindo, por meio da pesquisa histórica erudita, uma figura heroica, cuja construção fora baseada numa mobilização apologética do passado para fins políticos (FERRETTI 2008, p. 59-78). Nesta medida, pode-se afirmar que uma história outra, heterogênea e movediça (BLAJ; MALUF 1990, p. 17-46), de “figurantes mudos”,<sup>3</sup> se faz ao mesmo tempo que uma de caráter oficial ou apologético se desfaz. Isso é muito próximo da postura defendida explicitamente no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, em que disse que não era função do historiador a “taumaturgia”, o culto de um passado “posto no singular”. Essa concepção foi contraposta pelo autor por uma história “exorcista”, capaz de “afugentar do presente os demônios da história” (HOLANDA 1996, p. XVI).

Esta talvez seja a última etapa nesta análise da historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Se falamos de dois planos de historicidade ainda é necessário explicar como exatamente eles se articulam. O exemplo da figura do bandeirante é apenas ilustrativo e será aprofundado mais afrente. Antes disso, será necessário um novo interregno, pois, para compreender o mecanismo figural na temporalidade da interpretação do Brasil será necessário retomar a evolução do pensamento do autor no tempo, em particular seu percurso nos anos 1950, logo após a publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil* e elaboração dos textos que compuseram *Caminhos e Fronteiras*.

<sup>3</sup> “Para Sérgio Buarque de Holanda a principal tarefa do historiador consistia em estudar possibilidades de mudança social. Entretanto, conceitos herdados e intelectualismos abstratos impediam a sensibilidade para com o processo do devir. Raramente o que se afigurava como predominante na historiografia brasileira apontava um caminho profícuo para o historiador preocupado em estudar mudanças. Os caminhos institucionalizados escondiam os figurantes mudos e sua fala. Tanto as fontes quanto a própria historiografia falavam a linguagem do poder, e sempre imbuídas da ideologia dos interesses estabelecidos. Desvendar ideologias implica para o historiador um cuidadoso percurso interpretativo voltado para indícios tênues e nuances sutis. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não determinante, o secundário. Destes proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do processo do vir a ser dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência” (DIAS 1998, p. 15).

## Segundo interregno: os anos 1950 entre crítica literária e história

No final de 1952, Sérgio Buarque embarcou para a Itália, a convite do Itamaraty, para lecionar na então recém-fundada Cátedra de Estudos Brasileiros da Universidade de Roma. Nos primeiros meses na cidade, antes que o curso se iniciasse, o autor aproveitou os arquivos e bibliotecas romanas para intensificar a escrita de um livro sobre a história da literatura colonial brasileira. A obra havia sido encomendada ainda na metade dos anos 1940 por Alvaro Lins para ser o primeiro volume de história da literatura brasileira editada por José Olympio. Fora o material levantando para a *Antologia dos Poetas da Fase Colonial*, publicada em 1952, é provável que Sérgio simplesmente não tivesse tido tempo de escrever a obra, coisa que não surpreende, dada a já mencionada demanda de trabalho no período. O texto só se tornou conhecido do público em 1991, quase dez anos depois de sua morte, graças ao empenho de Antonio Candido. Devido ao seu caráter fragmentário e inacabado, Candido batizou o livro de *Capítulos de Literatura Colonial*, fazendo referência aos *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu.

A primeira parte, "Poesia Épica" e se divide nos seguintes títulos, 1. O Ideal Heroico, 2. As Epopeias Sacras, 3. O Mito Americano e 4. A Arcádia Heroica. A segunda parte foi denominada posteriormente "Arcadismo" e se divide entre 1. O Ideal Arcádico e 2. Cláudio Manuel da Costa. O apêndice conta com dois textos aparentemente mais deslocados do conjunto: o primeiro, "Panorama da Literatura Colonial", é anterior a 1952 e fora do conjunto da história da literatura colonial (CANDIDO 1991, p. 12); o segundo é um rascunho sobre o padre Antônio Vieira. As primeiras páginas têm redação mais bem acabada, mas, à medida que se aproxima do fim, o texto vai se diluindo em apontamentos de pesquisa e comentários. Este texto provavelmente seria parte do conjunto de história da literatura e seria dotado de grande fôlego, já que teria de se equilibrar com o longo texto dedicado a Cláudio Manuel da Costa.

Mobilizando conhecimentos de teoria literária que acumulou ao longo do período em que foi crítico literário profissional, entre 1940 e o início da década seguinte, Sérgio rompe com uma divisão característica das histórias literárias desde o século XIX, marcada pela evolução linear e cronológica de estilos. Em substituição, o autor se preocupa com a própria historicidade do fazer literário, em suas palavras "situar cada obra em seu ambiente natural e na perspectiva histórica, determinar, em outras palavras, não o que significaria ela para o autor e a seus contemporâneos, mas, além disso, até que ponto conseguiu responder às exigências, aos apelos, em uma palavra, às 'perguntas' do público de seu tempo" (HOLANDA 1991, p. 287).

O texto ganha assim a dimensão de uma história cultural dedicada a narrar a dinâmica da apropriação de modelos literários europeus na América portuguesa. O padrão da análise segue as linhas mestras do pensamento buarqueano destacadas neste texto uma vez que a se pauta na dialética da adaptação de formas europeias no território americano. Dando um tratamento técnico à literatura, respeitando sua própria especificidade e historicidade, Sérgio Buarque aponta como resultado do processo adaptativo uma forma



literária descrita pelo autor como “mito americano”. Este conjunto de tópicos, lugares comuns literários, corresponde ao acervo descritivo próprio da América portuguesa ratificado como matéria poética a partir da adequação local de comuns literários ativamente circulantes na cultura ibérica barroca.

Em sua origem, os fragmentos retóricos que formarão progressivamente a forma autóctone do “o mito americano” se enquadram na estrutura discursiva do gênero épico. Este gênero é dedicado à narração da “ação heroica de tipos ilustres, fundamentando-a em princípios absolutos, força guerreira, soberania jurídico-religiosa, virtude fecunda” (HANSEN 2008, p. 19). A épica está diretamente ligada à legitimação do poder do estado em suas fundações divinas, em outras palavras, a épica é para Sérgio a expressão formal-literária da mentalidade do Antigo Regime (HANSEN 2008, p. 23). Sob este ponto de vista a literatura épica produzida no território português na América tem como função precípua legitimar e representar em discurso o “corpo místico” do Estado monárquico católico do reino de Portugal. Frente à introdução de padrões árcades e neoclássicos, que representam o mundo burguês moderado em formação, a forma épica entra em crise, perde seu sentido. Nesta medida, os padrões arcaicos do antigo regime se dissolvem lentamente.

Assim, na visão da história da literatura de Sérgio Buarque de Holanda, as formas literárias autônomas da América portuguesa são produzidas no embate dialético entre dois mundos, um arcaico e um moderno. A forma literária autóctone nasce pela resistência do molde épico mesmo com a introdução dos padrões árcades. O “mito americano” pode ser considerado, portanto, um símbolo da precária inserção brasileira na modernidade, uma verdadeira marca de uma concepção arcaizante de poder e de estado, que caminha persistente até nossa formação nacional no século XIX. Essa tensão perpassa todas as análises literárias empreendidas no livro, incluindo as mais de 150 páginas dedicadas a Cláudio Manuel da Costa. Exatamente por isso, na medida em que seu texto ganhava fôlego, Sérgio cogitou transformá-lo na obra – *A Era do Barroco no Brasil*, que teria três volumes, segundo o anúncio das obras “em preparo” do autor tanto na terceira edição de *Raízes do Brasil*, de 1956, quanto na primeira edição de *Caminhos e Fronteiras*, de 1957. É oportuno lembrar que a identidade entre patriarcalismo e os modelos europeus barrocos foi uma das questões que embasaram sua crítica a Gilberto Freyre, em 1951, nas suas próprias palavras “A verdade é que muitos dos traços característicos desse patriarcalismo, em seu apogeu e em seu declínio, entre nós, mal se poderiam destacar dos modelos europeus e barrocos que se prolongaram até estas bandas do oceano” (HOLANDA 1979, p. 104).

*Visão do paraíso*, de 1958, foi apresentado como uma tese de cátedra de História da Civilização Brasileira, e sedimenta a tardia entrada do intelectual na Universidade de São Paulo (ocorrida em finais de 1956). Não surpreende que a obra tenha sido originalmente concebida como introdução à *Era do Barroco no Brasil* (GRAHAM 1982, p. 11). Tendo em conta que *Capítulos de Literatura Colonial* conta como padrões estéticos e ideias europeias foram adaptadas no novo território, *Visão do Paraíso* pode ser entendido como a verticalização

de um caso específico – o da gênese da tópica edênica, dos primeiros anos da colonização à sua fixação como símbolo no imaginário americano. Afinal, compõem o mito americano lugares comuns caracterizados pela descrição das belezas naturais da terra, sendo dos mais importantes na sua formação aqueles relacionados com as paisagens bíblicas e de outras tradições religiosas do paraíso: localizado normalmente numa ilha, com o clima sem grande variação entre as estações, como numa primavera perene, os bosques resplandecentes com frutas abundantes e prados verdes e férteis, cheio de flores coloridas e cheirosas, o encontro de rios numa lagoa longínqua, repositora de riquezas em ouro ou de promessas como a juventude eterna (HOLANDA 1996, p. 176).<sup>4</sup>

Enquanto, nos domínios espanhóis, o mito do paraíso frutificou ganhando formas próprias e criativas, na América portuguesa o mito se assentou segundo o “realismo pedestre”, a procura pelo enriquecimento predatório que caracterizava os colonizadores portugueses desde os tempos medievais. O mito assim raramente ganhava formas originais, e, assim como havia ocorrido no plano da cultura material com os bandeirantes e monçoeiros, assentava-se no plano do imaginário seguindo o princípio do desleixo; naquilo que o autor definiu como “atenuação plausível”. Isto não impedia que a crença no mito do eldorado geograficamente tangível produzisse efeitos históricos concretos, já que foi certamente um dos fatores que contribuiu com o processo de expansão do território para muito além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

### Uma imaginação histórica figural

Talvez seja injusto reduzir a pesquisa erudita de *Visão do Paraíso* apenas às linhas mestras da interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Este exercício pode acabar sufocando a especificidade da obra, caracterizada pela multiplicidade de vozes narrativas articuladas, insistentemente dedicadas a entrar em contato com um passado igualmente múltiplo, incerto e irredutível. Como notou mais de uma vez Laura de Mello e Souza, a própria inserção na obra de um capítulo final de tom conclusivo, coerente com a necessidade de uma tese, destoava do conjunto. Nem sempre Sérgio “intérprete do Brasil”, formado na militância modernista, concorda com Sérgio *scholar* – mas esta tensão não deixa de ser parte das contradições que produzem o próprio autor. Para efeitos da compreensão de sua interpretação do Brasil estas contradições podem ser, na verdade, reveladoras; como é, por exemplo, a hesitante tentativa de elaboração de uma *Era do Barroco no Brasil*, a partir dos esboços que hoje conhecemos como *Capítulos de Literatura Colonial* e *Visão do Paraíso*.

Marcas dessa unidade original, que remete ao momento de revisão de *Raízes do Brasil* foram mantidas intencionalmente no texto de *Visão do Paraíso* como veremos a seguir, mesmo após as revisões realizadas para a primeira edição comercial do livro, de 1959, e na segunda edição, de 1968, que estabeleceu o texto que conhecemos. A passagem conclusiva da obra que segue abaixo condensa todos

<sup>4</sup> O trecho referido sofreu modificações em relação à edição no formato tese, defendida em 1958 e corresponde à p. 190. Essas descrições contêm várias reverberações das análises literárias dos épicos de Botelho de Oliveira, Francisco São Carlos, ou Frei Manuel Itaparica, realizadas em *Capítulos*.

os elementos fundamentais do pensamento do autor ressaltados ao longo da minha argumentação: a protensão temporal que articula passado e futuro orientado pelo *ainda*, e o estabelecimento de um sentido predatório e negativo que se estabelece como *herança* na medida em que advém o Estado independente.

Teremos também os nossos eldorados. O das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. E a procissão dos milagres há de continuar através de todo o período colonial, e não interromperá a Independência, sequer, ou a República (HOLANDA 1996, p. 367).

O sentido de *herança* traz à superfície uma avaliação negativa deste processo, uma verdadeira manifestação de discordância com os eventos já ocorridos; ou melhor, com o resto, a sobra, daquilo que já ocorreu contida no presente e que não cessará de ocorrer se nada for feito. Pode-se compreender a concepção buarqueana de uma história exorcista, que fala do passado induzindo a ação da consciência no presente. Neste caso, trata do mito do paraíso no processo de colonização dos séculos XVI e XVII ao mesmo tempo que critica sua acomodação como fundamento do imaginário nacional desde o final do século XVIII até os dias de hoje.

Trata-se, por isso, de uma imaginação histórica tecnicamente figural, como sugere Finazzi-Agrò (2005, p. 147). Figura é o “modo medieval de formar e interpretar alegoricamente, pelo qual uma ação ou personagem histórica é a *prefiguração*, no tempo, de uma ação posterior” (HANSEN 2006, p. 227), ou seja, a figura estabelece uma relação analógica entre planos de temporalidade que se comunicam alegoricamente: conta-se sobre um deles, ao mesmo tempo que se remete, em saltos, ao outro. Sergio Buarque de Holanda não é um caso único, pelo contrário, o recurso a este mecanismo intertextual na narrativa histórica é uma das características mais importantes da moderna historiografia do século XX (WHITE 1999; LAMBERT 2004). Esta estrutura ganha uma versão altamente refinada e criativa no pensamento do autor e condiciona a arquitetura temporal de sua interpretação histórica em dois planos: o da dialética entre elementos ibéricos e elementos autóctones no processo de colonização, articulado figurativamente à análise do reaproveitamento desses elementos, dispostos como *herança* na formação do Estado e da nação brasileiros, processo ocorrido ao longo do século XIX e que se desdobra até o momento em que vivem os intelectuais.

Projetar o desenvolvimento do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda no tempo, resistindo frequentemente ao sentido de unidade muitas vezes impostos pelas camadas de revisão sobre o texto, pode revelar de modo mais claro o seu pensamento na interpretação do Brasil. Ainda é bastante discutível se ele pode ser projetado como ‘o pensamento do autor’ definitivo. Apesar de parecer que ele representa um todo, muitas vezes induzidos pela ação do próprio autor, reduzindo ao essencial, a trajetória mapeada neste texto é de cerca de dez anos, entre 1948, segunda edição de *Raízes do Brasil* e a defesa

de *Visão do Paraíso*. Depois deste momento, com a entrada definitiva de Sérgio na Universidade de São Paulo, seu pensamento certamente evoluiu e muitas dessas considerações identificadas aqui foram revistas. Entretanto, como apontei anteriormente, os mecanismos temporais estudados neste texto nunca foram abrandados, e tornam-se evidentes identificando muitos dos ecos que um texto deixou sobre outro.

Esta questão é particularmente interessante no caso da relação entre *Visão do Paraíso* e *Capítulos de Literatura Colonial*. O “mito edênico” é o aprofundamento do desenvolvimento do “mito americano”. O resultado da projeção destes dois textos em perspectiva é que sua gênese comum permite revelar com mais clareza a ligação entre o mito edênico e o desenvolvimento de formas nacionais, e assim também permite enxergar com um pouco mais de clareza o ponto de encontro dos dois mecanismos temporais articulados figurativamente. A passagem conclusiva que, destacada de sua tese, começa como “teremos também nossos eldorados” tem o papel de núcleo irradiador do problema justamente porque ela brota dessa intersecção, dramatizada literariamente na alma cindida em dois mundos de Cláudio Manuel da Costa. Nas palavras de Sérgio em *Capítulos de Literatura Colonial*,

Antes de terminar o poema, ainda uma vez falará Itamonte a Albuquerque, fazendo-lhe ver o plano da futura povoação e dos seus mais nobres monumentos: o pelourinho, no meio da régia praça, a torre do relógio, as pontes, as fontes e os chafarizes de mármore, os templos “em que hão de esgotar tantos erários” e principalmente a Casa da Cadeia e a Câmera. Nesta já entra o herói e, ao penetrar na sala do senado, enquanto manda lavar a escritura formal da vila, recebe do pátrio gênio, por mãos de destro artífice pintados nas paredes, a oferta das montanhas do país “por ordem natural, clara e distinta”, dos trabalhos vários com que extrai o mineiro o cascalho, ou se ocupa de penetrar o duro monte, em busca de metal louro e ainda com que, num país onde a,

Força dos bois não geme ao grave arado,  
Só do bom lavrador braço armado  
Derriba os matos, e se ateia logo  
Sobre a seca matéria, o ardente fogo.

Não faltam nas pinturas a cana loura, nem o tabaco ou a bananeira, que, seguindo expressamente a lição de Milton – lido pelo poeta em versão francesa –, é assimilada à figueira que causou, no Éden, a perda dos nossos primeiros pais, ou ainda os pássaros (HOLANDA 1991, p. 169).

O anúncio profético que faz Sérgio Buarque de Holanda no final de *Visão do Paraíso* remete por analogia figural, como num jogo de espelhos, para outro anúncio profético, o da *Fábula do Ribeirão do Carmo* – de uma opulenta cidade construída na beira do rio barrento – da mesma parábola de nossa própria formação tão bem caracterizada em seu livro de estreia. Uma sociedade que nasce na margem do processo de colonização, fruto do desleixo e de um certo abandono, de um estranho conluio entre arcaico e moderno e de sua herança no processo de formação do Estado e da nação. Interpretação que, como vimos, é resultante de uma arquitetura temporal debatida e construída, que fundamenta

a tradição brasileira de pensamento do século XX em que fomos formados. Assim como ocorre com a permanência do passado arcaico em *Raízes do Brasil*, só seremos capazes de superá-la, compreendendo-a melhor em sua historicidade, desnaturalizando suas marcas relegadas em nosso próprio olhar.

### Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **Il Tempo che Resta**: un Commento alla Lettera ai Romani. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- BLAJ, Ilana; MALUF, Marina, Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda, **Revista de História**, São Paulo, n. 122, jan-jun., 1990.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, S. B. **Capítulos de Literatura Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **Outros Lados**: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política. Campinas: IFCH-Unicamp, tese de Doutorado em história, 2003.
- DIAS, Maria Odila L. S. **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo espontâneo**: o organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.
- 60 FERRETTI, Danilo Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. A trama e o texto. In: PESAVENTO, Sandra. J. **Um historiador nas fronteiras**: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOLDFEDER, André; WAIZBORT, Leopoldo. Sobre os tipos em Raízes do Brasil, **Revista do IEB**, n. 49, setembro de 2009.
- GRAHAM, Richard. An Interview with Sérgio Buarque de Holanda. **Hispanic American Historical Review (HAHR)**, Austin, vol. 62, n. 1, fev. 1982.
- HANSEN, João Adolfo. **Alegoria. Construção e Interpretação da Metáfora**. São Paulo; Campinas: Hedra/Editora da Unicamp, 2006.
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o Gênero Épico. In: **Épicos – Coleção Multiclássicos** – vol. 1. Organização e apresentação de Ivan Teixeira. São Paulo: Edusp, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- \_\_\_\_\_. Au Brésil colonial: Les civilisations du miel, **Annales**, 5e année, n. 1, janvier-mars 1950.

- \_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil.** São Paulo, FFCL/USP, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Tentativas de Mitologia.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Capítulos de Literatura Colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Herança Colonial: Sua Desagregação. In: \_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira.** T. II, vol.1. São Paulo: Difel, 1961.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.
- LAMBERT, Greg. **The Return of the Baroque in Modern Culture.** London; New York: Continuum, 2004.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950.** São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda.** Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Sergio Buarque de Holanda. In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados.** São Paulo: Boitempo, 2014, p. 141-156.
- ROCHA, João Cezar de. O Exílio como Eixo: Bem-sucedidos e Desterrados. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas.** Campinas/Rio de Janeiro. Editora da Unicamp/Editora da UERJ, 2008.
- VECCHI, Roberto. Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução. In: PESAVENTO, Sandra. J. **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- WEGNER, Robert. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- WHITE, Hayden. **Figural Realis: Studies in The Mimesis Effect.** Baltimore. Md. Johns Hopkins University Press, 1999.

# Uma parábola acadêmica: a jangada de Robert W. Fogel\*

An academic parable: Robert W. Fogel's raft

---

## Heitor Pinto de Moura Filho

heitormoura@yahoo.com.br

Presidente

Associação Biblioteca de Cultura

Rua Paulo César de Andrade, 450/101 - Laranjeiras

22221-090 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Resumo

O livro *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, de Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman, alcançou grande fama como revolucionária interpretação da escravidão norte-americana, embora, à época, tenha sido detalhadamente criticado por especialistas em história econômica quantitativa. Cremos que citá-lo por seu pioneirismo nos estudos quantitativos da escravidão tenha-se tornado um "meme" acadêmico que não espelha adequadamente as contundentes críticas sofridas pelo livro nos anos seguintes ao seu lançamento. Este texto relembra o lançamento do livro e os debates subsequentes, no contexto ideológico e metodológico da época, discutindo as críticas, com o objetivo de relativizar a contribuição desses autores em comparação com a dos demais estudiosos da escravidão.

62

## Palavras-chave

Escravidão; História quantitativa; Historiografia norte-americana.

## Abstract

The book *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, by Robert W. Fogel and Stanley L. Engerman achieved great fame as a revolutionary interpretation of North American slavery, even though at the time it was criticized in detail by specialists in quantitative economic history. We believe that to quote it as a pioneering quantitative study of slavery has become an academic "meme", which does not adequately reflect the severe criticism suffered by the book during the years following its publication. This text looks back to the book's release and the subsequent debates in the ideological and methodological context of the time, also discussing its criticized flaws, with the aim of comparing the contribution of these authors with those of other scholars on slavery.

## Keywords

Slavery; Quantitative history; American historiography.

---

Recebido em: 2/4/2013

Aprovado em: 19/7/2013

---

\* Agradeço os pertinentes comentários de Ricardo Salles e Rafael Marquese, bem como dos pareceristas desta publicação, permanecendo, contudo, responsável pelas opiniões aqui expressas.

O desmesurado volume de informação disponível hoje em dia não garante que as novas gerações “estejam informadas”. Até entre historiadores, pessoas portanto focadas em extrair informação do passado, vemos a repetição de “memes acadêmicos” que nem sempre espelham adequadamente o que ocorreu e, mais comumente, reforçam versões tendenciosas da história. Cremos que um desses memes<sup>1</sup> recorrentes seja o papel do livro *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, de Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman (que abreviaremos como “TOTC” e “F&E”), nos estudos sobre a escravidão norte-americana e, por extensão, sobre escravidão em geral.

TOTC foi publicado em 1974 e, com ele, F&E alcançaram um feito inédito e, possivelmente, irreprodutível. Com um livro amplamente louvado (pela grande mídia e parte da comunidade acadêmica), mas também criticado em profundidade (por especialistas em história quantitativa da escravidão) por afirmar mais do que demonstra, por alardear o que não entrega, por sonegar fontes, por empregar dados pouquíssimo representativos para validar afirmações taxativas e gerais, por apresentar argumentos sistematicamente viesados em defesa das opiniões dos autores e, além disto tudo, por conter inúmeros erros de raciocínio e de cálculos – ou seja, com tudo o que é explicitamente banido da prática acadêmica – estes autores tornaram-se conhecidos do grande público como importantes historiadores econômicos; foram aclamados por (boa parte de) seus pares como respeitados, embora polêmicos e iconoclastas, colegas; acumularam a fama de terem feito avançar o conhecimento historiográfico sobre a escravidão norte-americana; e até hoje gozam da recompensa máxima da academia que é serem repetidamente citados quando se escreve sobre economia da escravidão. Este descompasso pode ser parcialmente explicado pelo fato de, depois de TOTC, Fogel ter continuado a comandar pesquisas sobre escravidão, desenvolvendo com sucesso sua trajetória de “superstar” acadêmico. Na década e meia que se seguiu, publicou outros quatro volumes – intitulados *Without Consent or Contract* –, num total de cerca de 2.100 páginas, onde repetiu, mas também reviu e ampliou argumentos lançados em TOTC, agora agregando a participação de 2 coeditores, 17 coautores aos textos do volume principal e, nos dois volumes de “textos técnicos” anexos, mais 34 contribuições de alguns desses mesmos coautores, junto com outros 16, num total de 36 pesquisadores (FOGEL 1989; FOGEL; ENGERMAN 1992a; 1992b). Nesses livros, alguns temas polêmicos de TOTC foram atenuados, muitos novos dados foram analisados, mas os principais argumentos foram reafirmados. Em 1993, Fogel recebeu o chamado Prêmio Nobel de Economia.

Os presentes comentários visam a reavivar as críticas levantadas no que foi intitulado pelo próprio Fogel de “debates sobre escravidão”, frequentemente desconhecidas (ou não mencionadas) pelos que citam o livro e seu principal autor.

Ao voltar recentemente a este volumoso debate, surpreendeu-nos a clareza e o vigor das críticas a TOTC.<sup>2</sup> Surpresa ainda maior sobreveio ao percebemos

<sup>1</sup> Termo criado em 1976 por Richard Dawkins. É, para a memória, o análogo do gene na genética: a unidade de informação mínima que se multiplica de cérebro em cérebro ou de mídia em mídia.

<sup>2</sup> Por exemplo, as resenhas de Haskell (1975), Supple (1977) e Fenoaltea (1981); o simpósio dedicado à



que aquelas críticas – arrasadoras, do nosso ponto de vista – se diluíram entre as múltiplas polêmicas midiáticas que se seguiram à publicação de TOTC, de fato desaparecendo das reputações de F&E, em especial depois da publicação de *Without Consent or Contract*.

Apesar dessas extensas polêmicas a seu redor, vemos TOTC ser citado quase unicamente pela repetição das afirmações de seus próprios autores, que, como indicamos a seguir, foram exageradamente autocondescendentes e autoenaltecedores ao anunciarem os significados de seus próprios resultados, ao repetirem a quem estariam se contrapondo e ao insistirem nas conclusões pelas quais esperavam ser avaliados por contemporâneos e pela posteridade.<sup>3</sup> Por fim, ficamos admirados mais uma vez ao verificar como esta obra e seus autores se beneficiam de uma reluzente reputação “oficial”, que ultrapassou as contundentes críticas de que foi alvo, seja aquelas que os autores desconsideraram, seja aquelas que responderam mas, na opinião de muitos historiadores, de fato não contestaram.

### Antecedentes

TOTC foi publicado numa época em que os temas *escravidão e racismo* vinham sofrendo revisão em diversas frentes, na esteira da difusão de uma ideologia igualitária, propalada pelos Estados Unidos durante a guerra de 1939-1945, em oposição à ideologia racista do nacional-socialismo. Em torno desses temas, a sociedade norte-americana fartava-se de pontos sensíveis, entre eles o ainda regionalmente hegemônico racismo sulista e, no ambiente acadêmico, as explicações historiográficas sobre as causas da Guerra da Secessão e sobre o significado da escravidão para os estados sulistas, bem como reavaliações da escravidão em geral na história dos Estados Unidos. O contraste entre a ideologia igualitária e as práticas racistas norte-americanas, seja no exército vencedor (onde os batalhões de negros eram mantidos segregados), seja no cotidiano dos estados do Sul, seja ainda nos livros-textos de história, alimentou uma onda de revisões historiográficas.<sup>4</sup>

Um segundo contexto antecedente de importância fundamental para toda a polêmica que se seguiu situa-se na própria historiografia. Trata-se da aplicação a temas históricos do raciocínio metodológico e das práticas de “testes empíricos”, quantitativos, desenvolvidos pela teoria econômica neoclássica. Esta outra “onda” acadêmica trouxe suas próprias polêmicas, que opuseram pesquisadores com formação em economia àqueles com formação em história, métodos quantitativos à historiografia “tradicional”, uma epistemologia reputada “científica” às “ideológicas”

discussão de TOTC (WALTON 1975); e especialmente as críticas de David, Gutman, Sutch, Temin e Wright, com introdução de Stamp (DAVID; GUTMAN *et al.* 1976), além da obra de Gutman (1975a).

<sup>3</sup> “O primeiro volume [de TOTC] é escrito num estilo direto, declaratório, que consegue incrível força argumentativa por deixar de lado as tediosas tarefas de qualificação e comprovação [...] acumula desprezo pelas interpretações anteriores, em especial as de Kenneth Stamp de Berkeley [...]. O segundo volume é efetivamente cheio de tabelas, equações e crípticas descrições de procedimentos, mas de fato não comprova a estória relatada tão simplesmente no primeiro volume” (HASKELL 1975). Todas as traduções são nossas.

<sup>4</sup> Esse contexto é descrito pelo próprio Fogel (2003, p. 1-3), que cita Kenneth Stamp (1952; 1956) como o historiador que inicia esta revisão pós-1945. Também devemos acrescentar como decisivos nesta revisão: Gunnar Myrdal (1944), Eric Williams (1944) e Frank Tannenbaum (1947).

ou “metafísicas”, além de muitas oposições multilaterais e inconciliáveis entre diversas escolas dentro das ciências sociais e da história. Vale lembrar que a abordagem metodológica autoentitulada de “cliometria” por Fogel se compõe de dois pilares: por um lado, o uso de dados e de técnicas quantitativas e, por outro, dos conceitos da teoria econômica neoclássica, essencialmente estáticos e baseados em hipóteses *ceteris paribus*, quase sempre irrealis em situações históricas. Ao insistir nos trunfos científicos do “quantitativismo”, Fogel tornava esta a característica definidora da nova escola. Subsidiariamente – no que só podemos considerar como uma agenda oculta – Fogel conseguiu embutir, como passageiro clandestino na característica “quantitativo”, todo o arcabouço da teoria econômica neoclássica, que, apesar de intrínseco a sua abordagem, raramente vinha explicitado.<sup>5</sup> Assim, o epíteto *cliométrico* passou a designar, usualmente sem maiores especificidades, qualquer estudo quantitativo em história, o que contribuiu para transmitir ao grande público – e mesmo para os ambientes acadêmicos mais distantes da história econômica – uma ideia de nítida oposição entre dois campos, onde os “cliometristas”, quantitativistas e (portanto) científicos, opunham-se aos historiadores “tradicionais”, não quantitativos e (portanto) ideológicos e avessos ao “método científico”.<sup>6</sup>

Robert Fogel foi um dos pioneiros da cliometria com sua tese onde “comprovava” a pouca importância das estradas de ferro para a economia norte-americana no século XIX através da construção hipotética de uma economia *sem estradas de ferro*, imaginada existir 60 anos após a real introdução das ferrovias. Embora seu método contrafactual tenha desencadeado relevante discussão sobre causalidade histórica, sua conclusão quanto às estradas de ferro foi bastante contestada dentro da própria grei cliométrica.<sup>7</sup> Assumindo a polêmica e como forma explícita de se distinguir do restante dos pesquisadores que se dedicam à história, Fogel regularmente classifica seu método com o termo “cliometria”, cujo *début*, segundo ele, teria ocorrido em 1956:

A cliometria anunciou seu nascimento numa conferência em Williamstown em 1956 [...] O ponto alto da conferência foi a apresentação por dois jovens econométristas de Harvard, com forte interesses históricos, Alfred H. Conrad e John R. Meyer, que surpreenderam a conferência com um trabalho chamado “A economia da escravidão no Sul do Pré-Guerra”. Contradizendo o conhecimento estabelecido, argumentavam que, longe de ter sido um desastre econômico, as plantações escravistas do Sul *ante-bellum* haviam sido altamente lucrativas (FOGEL 1996, p. 11).

<sup>5</sup> O simples uso de dados e métodos quantitativos não era então novidade, pois a historiografia francesa (tanto a vinculada aos Annales, quanto aquela focada na reconstituição macroeconômica), já os utilizava em abundância há quase meio século e dentro de perspectivas epistemológicas bem distintas. Por um lado, enfatizavam menos o aspecto quantitativo em si do que o aspecto serial dos dados e de seu tratamento. Por outro, passavam ao largo das teorias de mercados, fundadas na conceituação de um “equilíbrio” entre oferta e demanda de produtos, trabalho ou capital.

<sup>6</sup> O assunto vem sendo amplamente resenhado e debatido há 6 décadas. Para uma medida de seus contornos: Claudia Goldin resenha os trabalhos de Fogel e North (GOLDIN 1995); Claude Diebolt discute a abrangência de temas e problemas epistemológicos em torno da cliometria (DIEBOLT 2012); Avner Greif avalia as mudanças nas relações entre cliometria e teoria econômica neoclássica (GREIF 1997); Angela M. Rojas descreve a evolução da área de 1957 a 2005, analisando os programas científicos dos cliometristas e das instituições onde pesquisam (ROJAS 2006).

<sup>7</sup> Haskell (1975) cita as críticas de David, Desai, Lebergott, Scheiber, McClelland e Gerschenkron. Para uma resenha detalhada da obra de Fogel, ver Davis (2000).

Nesse ambiente intelectual, Conrad e Meyer haviam reunido dois assuntos polêmicos – escravidão e métodos quantitativos em história – num único texto,<sup>8</sup> onde analisavam a lucratividade da escravidão a partir de sua “racionalidade econômica”, ou seja, com base numa argumentação quantitativa onde procuraram calcular como um senhor de escravo seria suposto tomar uma decisão “racional”, ao cotejar os custos de comprar e manter seus escravos com a receita que viria a auferir ao longo da futura vida útil desses “bens de capital”. Atribuíram a seu texto o objetivo explícito de contribuir para a controvérsia entre historiadores tradicionais e os revisionistas sobre a estagnação ou lucratividade do sistema escravista no Sul dos EUA às vésperas da Guerra Civil.

O longo debate resultante logo extrapolou os contidos limites da comunidade de economistas. Embora Fogel tenha avaliado que “foi o desafio metodológico posto pelo [texto de Conrad e Meyer] mais do que a essência do problema [da lucratividade da escravidão] que inicialmente chamou a atenção da maioria dos cliometristas” (FOGEL 2003), o debate ganhou muito de seu ímpeto polêmico por seus implícitos aspectos morais e políticos, de aparentemente “defender” a escravidão ao mostrá-la lucrativa e não moribunda, o que – além do mais – se confundia facilmente com a simples “defesa da escravidão”.

Nos anos que se seguiram, diversos estudos adotaram por tema os problemas da escravidão, abordando-os com metodologia da teoria econômica.<sup>9</sup> Em 1972, Engerman e Genovese, com o apoio institucional de Fogel, organizaram um seminário que pretendia reunir diversas abordagens quantitativas ao estudo da escravidão, onde alguns dos futuros críticos de TOTC já apresentariam pesquisas sobre os temas polêmicos.<sup>10</sup> Foi exatamente nessa década de 1963 a 1973 que os estudos “cliométricos” avançaram com firmeza no *establishment* acadêmico norte-americano, tornando-se praticamente o padrão no setor, como demonstrou Whaples, ao calcular o percentual de trabalhos quantitativos no total de artigos publicados pelo *Journal of Economic History* (Figura 1).

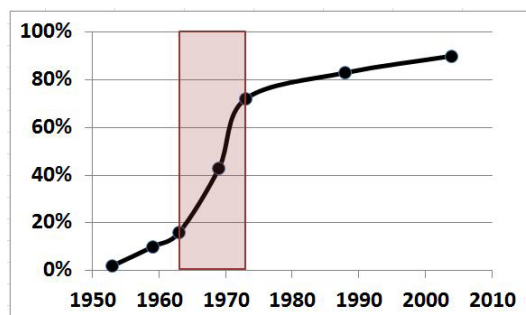
66

<sup>8</sup> Segundo Conrad e Meyer (1964, p. IX), a conferência mencionada por Fogel teria de fato ocorrido em setembro de 1957 (e não 1956). O texto publicado no *Journal of Political Economy* (CONRAD; MEYER 1958), com duas críticas posteriores e suas respectivas respostas, foi reproduzido em CONRAD; MEYER 1964.

<sup>9</sup> Alguns exemplos: Yasuba mostrou que o sistema escravista poderia se perpetuar com a criação lucrativa de escravos (YASUBA 1961); Evans Jr. estimou taxas de retorno sobre o capital em escravos no período 1830-60, reafirmando a viabilidade da escravidão (EVANS Jr 1962); E. Domar modelou razões econômicas para o surgimento e o desaparecimento da escravidão agrícola (DOMAR 1969), Bergstrom discutiu de forma matematizada a otimização do equilíbrio competitivo numa economia escravista (BERGSTROM 1971). Nos anos 1970, o cálculo da lucratividade da escravidão brasileira foi tema para estudos de Hélio Portocarrero de Castro, Pedro Carvalho de Mello e Robert W. Slenes. No presente trabalho, contudo, deixaremos de lado a discussão relativa à escravidão no Brasil.

<sup>10</sup> Sutch analisou a “criação” de escravos e a expansão da escravidão para o Oeste (SUTCH 1975); Goldin procurou mostrar que o número de escravos urbanos diminuiu não por sua inviabilidade ou falta de demanda por eles nas cidades, mas porque o preço dos escravos na agricultura aumentou, retirando-os de ocupações urbanas (GOLDIN 1975).

**Figura 1** – Percentual de artigos quantitativos publicados no *Journal of Economic History* entre 1963 e 1973



(WHAPLES 1991, p. 289-301).

### TOTC e sua divulgação

Em 1971, F&E publicaram uma coletânea de textos representativos da produção cliométrica na década anterior, onde já incluíam um texto intitulado "A economia da escravidão". Muito deste material seria logo reaproveitado em TOTC. Levantavam a questão da eficiência relativa do trabalho escravo. Ao ensaiarem um cálculo preliminar dessa eficiência, Fogel lembra ter-se espantado ao chegar a um melhor resultado para a agricultura escravista do que para a livre. Dedicaram-se, então, durante alguns meses ao estudo do tema, mas só conseguiram "piorar" o problema, pois o trabalho escravo continuava mostrando-se mais eficiente do que o trabalho livre.

Neste ponto fizemos o que todos os economistas fazem quando têm um problema: solicitamos apoio para pesquisa à *National Science Foundation* (NSF). Esta bolsa e as várias que se seguiram permitiram que levássemos a cabo um aprofundado exame de todos os aspectos da escravidão, como uma instituição econômica, social e política (FOGEL 1996, p. 12).

O primeiro resultado público dessas pesquisas foi TOTC. Para realizar o extenso levantamento de dados sobre o qual se apoiou TOTC, F&E lançaram mão de um exército acadêmico: 5 cliometristas com diferentes especializações, cerca de 25 estudantes de pós-graduação da Universidade de Chicago, cerca de 20 profissionais que leram todo o manuscrito em versão preliminar e 93 pessoas, incluindo conceituados historiadores econômicos e historiadores da escravidão que leram partes do manuscrito (GUTMAN 1975a, p. 2).

O livro foi publicado em duas partes, sendo a primeira explicitamente preparada "para o grande público", em edição econômica, com capa chamativa (onde era promovido como "um amplo reexame dos fundamentos econômicos da escravidão negra americana") e sem "detalhes acadêmicos", que foram relegados ao volume de "evidências e métodos", em edição mais cara. No tomo principal, o texto adota uma retórica afirmativa, sem os qualificativos nem os argumentos probatórios usuais da redação acadêmica. Como resume Weiss (2001), "[TOTC] foi escrito e produzido de modo a atrair uma quantidade anormalmente grande de atenção". Os próprios autores enfatizam esta intenção:

"A reconstrução que surgiu [de suas pesquisas] encontra-se tão em desacordo com as crenças comuns e suas implicações são tão centrais à compreensão de problemas contemporâneos, que acreditamos que estas novas descobertas não devam mais ficar restritas às páginas de esotéricas revistas acadêmicas" (FOGEL; ENGERMAN 1989, p. 4).

Já no Prólogo de TOTC, F&E listam um "decálogo" do que pretendem ser "algumas das principais correções à caracterização tradicional da economia escravista" que apresentam no restante do livro. Essas afirmações serão repetidas sistematicamente, quase como mantras, ao longo do texto: a escravidão não havia sido um sistema irracional, nem se encontrava moribunda às vésperas da Guerra Civil; a agricultura escravista não havia sido ineficiente se comparada à livre; o escravo não era preguiçoso; não havia incompatibilidade entre escravidão e indústria; a família escrava havia sido a unidade social básica da escravidão; a qualidade de vida material dos escravos se comparava favoravelmente com a de trabalhadores livres; os escravos recebiam cerca de 90% do valor de seu trabalho; e, por fim, a economia dos estados sulistas estava em franca expansão nas décadas anteriores a 1860. Considerando o contexto da época, quando ocorriam aguerridos debates sobre a participação dos negros na sociedade norte-americana, pode-se imaginar a estrepitosa repercussão midiática desse decálogo.<sup>11</sup>

68

TOTC teve seu lançamento programado como uma campanha de marketing de produto de consumo popular:<sup>12</sup> sua primeira resenha apareceu, inabitualmente, no *Wall Street Journal*, seguida de outras, todas favoráveis, na grande imprensa (como *Time*, o *New York Times* e o *Washington Post*). Segundo Kolchin, "F&E tornaram-se celebridades instantâneas, aparecendo em artigos e resenhas na imprensa popular e convidados a explicar suas descobertas ao público pelo rádio e em programas de entrevistas..." (KOLCHIN 1992, p. 491). Em *talk shows* com audiência nacional, Fogel repetia seu decálogo de "descobertas", insistindo no processo "científico", computadorizado, pelo qual os resultados foram obtidos. As "descobertas" tornavam-se especiais e únicas justamente por dependerem de esotéricas técnicas matematizadas e do (então) dispendioso tempo de computadores.<sup>13</sup> Apesar desse pano de fundo, os temas de interesse das grandes mídias não eram nem as filigranas da pesquisa histórica e nem as discussões metodológicas. Desde logo, os debates fugiram aos cânones acadêmicos, assumindo tom emocional e colorido ideológico. Discutia-

<sup>11</sup> A resenha de Mildred Fierce, por exemplo, cita o decálogo *verbatim* e lança: "[...] vários aspectos de seus argumentos nos levam de volta [...] diretamente para a posição de muitos apologistas do século XIX ou início do século XX [...] com sua caracterização da escravidão como uma instituição benigna e flexível..." (FIERCE 1975, p. 91-92). Barry Supple resume assim o caráter radical da revisão proposta por F&E: "Um livro que concluiu que a escravidão havia sido um instituição econômica lucrativa não porque os escravos eram explorados, mas exatamente porque eles *não* o eram [...] estava fadado a ter um impacto assaz retumbante" (SUPPLE 1977, p. 181).

<sup>12</sup> Fierce avalia que: "[...] o que estamos presenciando é uma magistral promoção de marketing, cuidadosamente planejada, sem paralelo na história editorial das chamadas obras acadêmicas. Os editores e os autores são epítomes do axioma capitalista da 'maximização de lucros'" (FIERCE 1975, p. 89-90).

<sup>13</sup> As resenhas mais populares insistiram que "muitos de seus gráficos, equações e símbolos estão acima da compreensão da maioria dos historiadores". Comentou Gutman: "A mensagem era perfeitamente clara. Historiadores que não dispusessem desses instrumentos poderiam chafurdar por outros 100 anos em confusão subjetiva e nunca conseguirem avaliar ou rebater o trabalho dos cliometristas" (GUTMAN 1975a, p. 3).

-se o “julgamento histórico” da escravidão e os autores justificavam-se de acusações de defender a escravidão, protegendo-se atrás do “método científico” propiciado pela cliometria.<sup>14</sup> Ao final, no entanto, as questões de metodologia mostravam-se de pouco interesse para o público, diante dos virulentos debates sobre temas morais e ideológicos – em torno da escravidão e da “herança” da escravidão para os atuais afro-americanos – que foram o foco quase exclusivo da atenção geral. Esses debates de alta visibilidade tiveram como consequência desqualificar qualquer discussão tida por “técnica” como um assunto menor frente à importância dos problemas morais em discussão. Como algo implícito dessa oposição, concluía-se que, sendo os temas técnicos de fato irrelevantes para o grande público, também só poderiam ser irrelevantes as críticas técnicas lançadas contra TOTC.

### As críticas acadêmicas a TOTC

Apesar da aclamação do grande público e de diversos setores acadêmicos, TOTC enfrentou intensas e numerosas críticas profissionais. Embora Fogel já fosse conhecido na comunidade acadêmica como defensor das técnicas quantitativas e dos métodos neoclássicos em história, tanto por sua polêmica tese contrafactual sobre as ferrovias, quanto por sua atuação como divulgador de pesquisas históricas com estes enfoques (inclusive fora dos temas econômicos), TOTC abriu novos debates e discussões. Podemos aferir a importância atribuída pelos especialistas em história econômica quantitativa à necessidade de se contraporem às declarações do livro pela rapidez e pelo número das críticas que se seguiram a sua publicação. Weiss relata: “Houve uma abundância de pesquisas, *papers*, edições especiais de revistas, coletâneas de artigos, monografias e sessões de conferência...” (WEISS 2001). TOTC saiu em maio de 1974. Já em setembro, eram publicados o artigo de David (1974) e a crítica de Haskell (1974). Em janeiro de 1975, Gutman publicava sua extensa resenha (de 175 páginas) (GUTMAN 1975b). Seguiam-se: David e Temin (1975) e Haskell (1975). O texto de Gutman, revisto e ampliado, foi publicado como livro ainda em 1975 (GUTMAN 1975a). Os artigos de David (Stanford), Gutman (CUNY), Sutch (Berkeley), Temin (MIT) e Wright (Michigan) foram reunidos no livro *Reckoning with Slavery*, publicado em 1976, com uma introdução do historiador tradicional (não quantitavista), Kenneth Stampp, que fora asperamente criticado por F&E em TOTC. A abrangência, precisão e relevância das cuidadosas críticas desses seis autores, ao longo das 380 páginas do livro, apontam indesculpáveis falhas de TOTC. E, como bem observou Haskell, tais críticas não provinham de adversários da cliometria; eram os próprios especialistas em métodos quantitativos e na abordagem econômica neoclássica quem as assinavam – o que, por outro lado,

<sup>14</sup> Vale lembrar que, no final dos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, escravidão era tema de múltiplas abordagens e polêmicas. Como exemplos, mencionamos os assuntos e autores a seguir: comparações internacionais (Freyre, Elkins, Tannenbaum, Harris, Brion Davis e Mintz); análise marxista (Genovese e Davis); publicações de relatos e biografias de escravos (Blassingame, Harlan, David Cronon e Douglass), textos de escritores negros (Barksdale e Kinnamon); história de negros livres e libertos (Morgan e Litwack). Começavam a ganhar importância os estudos focados na família negra, sob escravidão ou liberdade (Moynihan, Franklin Frazier, Genovese, Schweninger, Rawick e Gutman). Estudos focados no papel das mulheres, no entanto, só viriam a assumir importância maior nas décadas de 1980 e 1990 (Leslie, White, Stevenson, Frankel, Lerner e Forbes).

seria de se esperar, dada a hermeticidade das técnicas e da apresentação da obra, insistentemente fora dos “protocolos” acadêmicos dos historiadores.<sup>15</sup>

Outra importante medida do ineditismo da polêmica em torno de TOTC foi o fato de terem sido organizados diversos encontros universitários exclusivamente para discutir o livro. O simpósio de maior repercussão, com a presença de uma centena de pesquisadores, entre eles destacados historiadores econômicos e cientistas sociais interessados em história, e dos próprios autores, ocorreu durante três dias, na Universidade de Rochester, em outubro de 1974, sob a organização “ecumênica” de Eugene Genovese e Stanley Engerman.<sup>16</sup> Como bem notou Haskell, a discussão metodológica esperada por F&E não chegou a acontecer, pois “TOTC, julgado sob suas próprias premissas, mostrou-se tão seriamente falho a ponto de não sustentar qualquer controvérsia mais profunda” (HASKELL 1975). F&E procuraram responder às consistentes críticas à lógica, às premissas e ao padrão acadêmico do livro e, ao final, imprensados, optaram por qualificar o livro de “um relatório preliminar”.<sup>17</sup> Eugene Genovese, ao fechar o evento, viu-se impelido – com “luvas de pelica”, supomos – a chamar TOTC de “um fracasso criativo”!

Como uma discussão, mesmo resumida, dos temas criticados extrapolaria, em muito, os limites de um único texto, ficaremos aqui com sua simples itemização, acompanhada de algumas citações de fontes.

Sobre a forma do livro, houve dois tipos de crítica: uma primeira quanto ao tom de sua redação, assertivo e sem as incertezas ou escrúpulos comuns à argumentação acadêmica<sup>18</sup> e uma segunda quanto à incompleta comprovação de fontes ou mesmo à ausência de comprovação.<sup>19</sup>

Houve, ainda, críticas generalizadas ao tratamento dado por F&E aos historiadores “tradicionais” e outros estudiosos da escravidão e da economia sulista, que foram caracterizados (muitos críticos preferiram dizer “caricaturados”) por chavões, dos quais F&E omitiram todas as qualificações e precauções argumentativas com as quais esses autores haviam apresentado

70

<sup>15</sup> F&E fazem questão de agradecer, em TOTC, a diversos desses autores, com o *caveat* de que “Não se deve supor que aqueles cuja ajuda reconhecemos concordem necessariamente com nossos resultados. Alguns deles têm sido altamente críticos do encaminhamento geral de nossa pesquisa [...]” (FOGEL; ENGERMAN 1989, p. 277).

<sup>16</sup> Haskell (1975) cita a presença de: Kenneth Stampp, Stanley Elkins, David Brion Davis, Vann Woodward, Winthrop Jordan, Oscar Handlin, Albert Fishlow, Peter Laslett e Hartwell.

<sup>17</sup> A que David *et al.* responderam, explicitando o descompasso entre as afirmações em TOTC e esta desculpa inconvincente: “[...] [o livro] não foi publicamente apresentado nem publicamente recebido como mera especulação. TOTC se anuncia como o produto de descobertas de ‘quase uma década e meia’ de intensas e sofisticadas pesquisas por um grande grupo de estudiosos, a partir das quais ‘as principais características da real operação da economia escravista estão agora claras’. Sem dúvida, qualquer obra histórica que faz tais afirmações merece nada menos do que ser levada a sério e julgada sobre seus próprios méritos” (DAVID; GUTMAN *et al.* 1976, p.VIII-IX).

<sup>18</sup> Os próprios autores, em TOTC 2<sup>o</sup>v., Apêndice A, concedem ter extrapolado os protocolos acadêmicos (FOGEL; ENGERMAN 1974, p. 4).

<sup>19</sup> Sobre falhas na comprovação das fontes e do raciocínio: “Talvez a crítica acadêmica mais comum a F&E seja sua omissão [...] em anotar seus argumentos de modo a permitir que seus leitores examinem facilmente suas fontes ou determinem a maneira como chegaram a suas conclusões. O texto nem oferece notas de rodapé nem citações numeradas ao suplemento. Consultar o suplemento ao ler o texto é sempre difícil, muitas vezes atordoante e por vezes fútil. [...] sua afirmação de só terem aceitado seus ‘inacreditáveis’ resultados depois de checarem e recheckarem seus dados não se sustenta pela leitura de suas fontes, que, de fato, empregaram displicentemente” (STAMPP 1976, p. 9-10). “Uma conclusão científica, mesmo que plausível ou ideologicamente palatável, só se torna científica se os métodos específicos empregados para se chegar a ela se conformam aos padrões estabelecidos na disciplina” (DAVID; GUTMAN *et al.* 1976, p.VII-VIII).

suas interpretações. Aproveitando esta caracterização forçada de seus predecessores, F&E inflaram suas “descobertas”, atribuindo-se a autoria de argumentos e pioneirismo no uso de fontes já usuais na historiografia sobre escravidão. Quanto a isto, Stampf avalia que, do decálogo de “correções” de TOTC, os primeiros 4 itens “a maioria dos historiadores da economia sulista havia aceitado há muito tempo”; o sexto havia sido publicado por Starobin quatro anos antes de TOTC; “não conheço nenhum historiador que defenda o sétimo”; e o argumento central do décimo havia sido publicado por Easterlin 14 anos antes de TOTC. As três correções remanescentes (5, 8 e 9) seriam afirmações inéditas e, portanto, não pertencendo a qualquer “interpretação tradicional”, não poderiam ser consideradas “correções”. Concluiu, assim, que a “interpretação tradicional da escravidão” criada por F&E não passava de um “judas” retórico a ser malhado ao longo do texto (STAMPF 1976, p. 12-13).

Gutman enumera 25 “erros essenciais” de TOTC, que cobrem praticamente todos os argumentos de F&E sobre as motivações dos cativos para adaptar-se ao sistema escravista: castigos, prêmios, estrutura ocupacional urbana e rural, percentual de escravos em posições “gerenciais”, mobilidade de escravos, unidades familiares e casamentos, idade ao primeiro filho, entre outros tópicos (GUTMAN 1975a, p. 8-11).

### **A linha mestra de TOTC**

Haskell percebeu uma fraqueza intrínseca do método cliométrico quando aplicado à história, que transparece claramente em TOTC: apesar de sua precisão, as equações, para serem resolvidas, requerem parâmetros, cuja estimação deriva de dados históricos ou, à falta destes, de hipóteses sobre seus possíveis valores.

Embora a cliometria exija que estas e qualquer outra hipótese sejam tornadas explícitas, não fixa um limite para o número de hipóteses que possam ser feitas, ou quão alto podem ser empilhadas hipóteses contingentes, contanto que sejam explicitadas. [...] Embora TOTC não seja um exercício contrafactual, depende de uma cadeia de hipóteses e estimativas não menos ousada (HASKELL 1975).

Essa “pilha” de hipóteses alicerçam o tema central de TOTC, que, segundo Gutman, seriam “as realizações dos negros, sob adversidade”. Com tais “realizações”, os atuais afro-americanos poderiam orgulhar-se de seus antepassados. A “nova história econômica” desmontava a imagem do escravo submisso ou, no máximo, reativo, rebelde, colocando no seu lugar um “agente da ética de trabalho protestante”.

Para construir seu argumento em torno deste tema, F&E pretendem que, no sistema escravista norte-americano, havia incentivos para que os escravos trabalhassem com eficiência, incentivos estes tanto negativos (o castigo) quanto positivos (prêmios – em tempo livre, benesses ou dinheiro – e a possibilidade de uma “carreira” que levaria a funções mais prestigiosas – de trabalhador braçal a trabalhador doméstico, artesão e supervisor de campo). Este argumento seria



comprovado por uma série de subargumentos relativos, entre outros aspectos, à vida em família, à qualidade da alimentação e da moradia oferecidas pelos senhores a seus escravos. Os escravos teriam internalizado este sistema tão bem que F&E caracterizam os escravos como tendo adotado uma ética de trabalho protestante, ou seja, que trabalhavam e trabalhavam bem porque assim era de seu interesse (e, portanto, assim o desejavam). Eram mais eficientes porque davam maior esforço por hora de trabalho, obtendo, portanto, maior produto do que o trabalhador livre. Sendo assim, comprovava-se a maior eficiência da unidade produtiva baseada no trabalho escravo, o que demonstrava a consequente eficiência de toda a economia escravista e, por fim, a vitalidade da economia sulista às vésperas da Guerra Civil. Ao serem desmontados cada um dos vários subargumentos e afirmações, desmontava também a pilha de hipóteses criadas por F&E, desfazendo-se todas as suas “correções” à historiografia da escravidão. O problema original – a lucratividade da unidade econômica escravista – transformava-se somente num elo, possivelmente verdadeiro, mas agora isolado, de uma longa cadeia de hipóteses no argumento de TOTC.

David e Temin apontam essa contraditória atitude diante do trabalho escravo como o que F&E teriam visto como a maior “realização” do povo americano negro sob escravidão. E mais, que F&E haviam, conseqüentemente, rejeitado tanto a imagem do escravo infantilizado e submisso (o chamado “sambo”) quanto a necessidade (econômica) da rebeldia ao cativo, defendidos por tendências historiográficas opostas. Em TOTC, ambos senhores e escravos se mostram desumanizados, convertidos em meros agentes econômicos que só reagem aos incentivos e desincentivos oferecidos pelo mercado.<sup>20</sup>

72

### A blindagem de TOTC

Ao longo das quase quatro décadas desde os debates em torno de TOTC, podemos perceber uma combinação de movimentos que levaram ao que poderíamos qualificar como a “blindagem” de TOTC, isto é, sua transformação num marco acadêmico “acima do bem e do mal”, que não haveria mais sentido discutir.

O primeiro desses movimentos foi, certamente, o vai-e-vem das polêmicas sobre o “decálogo” de TOTC, durante as quais, segundo Jean Heffer, “Fogel parece ter adotado posições mais moderadas” (HEFFER 1977, p. 825). Essa extensa e variada polêmica frequentou regularmente as revistas econômicas e históricas de língua inglesa durante as três décadas após a publicação de TOTC, com destaque para o tema da lucratividade e da eficiência (inclusive tecnológica) da unidade agrícola escravista.

O segundo (e talvez o mais importante movimento nesse sentido) foi a continuidade das pesquisas sobre os temas debatidos, sejam aquelas conduzidas pelo próprio Fogel, sejam as de diversos pesquisadores independentes.<sup>21</sup> Fogel,

<sup>20</sup> “Os senhores aparecem indistinguíveis de puros homens econômicos [...] [F&E] consideram que também os escravos haviam aprendido a reagir a uma gama de incentivos econômicos...” David e Temin (1975) *apud* Gutman (1975a, p. 6).

<sup>21</sup> Olmstead e Rhode examinam a evolução da produtividade do trabalho escravo frente à introdução de diversas variedades de algodão (OLMSTEAD; RHODE 2007) e a diversas variáveis da colheita (OLMSTEAD; RHODE 2011); G. Wright analisa a economia algodoeira como motor da economia sulista (WRIGHT 1974;

por seu lado, arregimentou um grande número de coautores e assistentes de pesquisa, buscou novas fontes históricas e procurou tornar a argumentação de TOTC “mais robusta”, sobrepujando a exposição original com novos dados e análises. Essa nova fase da polêmica se consolidou com a publicação de *Without Consent or Contract* (WCC), onde Fogel, no entanto, continua contrastando seus “resultados” com as “interpretações tradicionais”. Na avaliação de Kolchin:

O surgimento em 1974 de TOTC, por F&E, acendeu uma enorme controvérsia histórica. [...] o cerne dessas revisões [em WCC] foi no sentido de baixar o tom da retórica e não de repudiar as posições básicas. Apesar de concessões menores aos críticos, de ajustes mais numerosos e refinamentos aos argumentos anteriores, WCC oferece uma reafirmação das interpretações apresentadas em TOTC (KOLCHIN 1992, p. 495).

Mais do que a ajuda de simples assistentes de pesquisa para levantamento de dados, como ocorreu para TOTC, Fogel angariou, em WCC, a colaboração efetiva de profissionais reconhecidos, de fato diluindo a responsabilidade pela produção de argumentos ao estruturar o livro em torno de verbetes e artigos com autorias independentes. Kolchin explicita que:

Mais uma vez, [Fogel] se protege das críticas históricas ao cooptar a maior parte da profissão: como TOTC, WCC contém uma lista excessiva de agradecimentos [...] a 26 estudantes, a 37 de quem aprendeu ao debater, a 19 que leram o manuscrito, a 56 que leram partes dele, a 7 editores e seus assistentes e, por fim, a Stanley Engerman [...] (KOLCHIN 1992, p. 495).

73

Creemos que outro movimento fundamental (e em grande medida consequência dos próprios debates sobre TOTC), que também serviu como atenuante das polêmicas, foi o surgimento de novas áreas de estudos em torno da antropometria, nas quais medições de peso e altura passaram a servir como indicadores, essencialmente quantitativos, para níveis de nutrição e de qualidade de vida, conceitos de difícil aferição em si. O próprio Fogel abraçou o tema, enveredando pelo estudo da correlação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento corporal (FOGEL 2004).

Associado a estes vários movimentos diluidores das polêmicas, devemos reconhecer o mérito pessoal de F&E, que, apesar da onda de críticas especializadas, por vezes ásperas, que sofreram, mantiveram relações profissionais e até cordiais com muitos de seus críticos, frequentemente colegas de departamento, coparticipantes em simpósios ou coautores em coletâneas sobre história econômica. Embora isto não tenha reduzido ou evitado críticas, certamente trouxe uma medida de civilidade e de propósito científico à discussão (pelo menos a que tratou dos aspectos mais técnicos do debate). Fogel confessou ter sido esta uma época dura, como podemos avaliar dos comentários de Peter Kolchin:

---

1975; 1978); Grabowski e Pasurka criam modelo para analisar as eficiências tecnológicas relativas da unidade escravista e não escravista (GRABOWSKI; PASURKA 1989); e Hummel (2001) argui a lucratividade da escravidão junto com sua ineficiência social.

Embora alguns dos ataques foram mal humorados e exagerados e só produziram revisões menores das estatísticas de Fogel e Engerman, as críticas mais fundamentais a sua abordagem histórica básica deixaram TOTC com poucos defensores entre os historiadores profissionais. Poucos anos após sua publicação, a visão dominante sobre o livro havia se tornado de condescendência irônica: [...] tratava-se de uma obra ousada, mas agora desacreditada, que acrescentava pouco ao importante fluxo de revisionismo da escravidão nos anos [19]70 (KOLCHIN 1992, p. 492).

É importante notarmos que – talvez fora do comportamento comumente esperado em situações como essas – vários dos críticos mais veementes de F&E (Gutman, Wright, Sutch e Temin) haviam recebido agradecimentos desses autores em TOTC. F&E dedicam um parágrafo especial ao agradecimento a K. Stamp, que lhes ofereceu detalhados comentários, “[...] ajudando a fortalecer nossos argumentos, mesmo quando se contrapunham com seu trabalho. Ao agir assim, estabeleceu um padrão acadêmico que nos esforçaremos a seguir, quando for nossa vez de enfrentar a crítica de nossos colegas” (FOGEL; ENGERMAN 1989, p. 278).

Os críticos, por sua vez, mostraram-se agradecidos a eles por seu apoio a suas próprias pesquisas, demonstrando seu respeito intelectual por estes pesquisadores.

Herbert Gutman escreveu no Prefácio a seu *Slavery and the Numbers Game*:

F&E são antigos colegas. Poucas pessoas foram mais importantes para meu próprio trabalho e mais generosas com seu tempo do que Stanley Engerman. Sinto-me endividado a ele. Não obstante, como as páginas que se seguem deixam repetidamente claro, estou convencido de que TOTC é uma obra profundamente falha (GUTMAN 1975a, p.VIII).

74

Gavin Wright, outro autor de duras críticas a TOTC (WRIGHT 1976), escreveu, pouco depois, em 1978, no seu livro *The Political Economy of the Cotton South*, o seguinte cortês reconhecimento a Fogel:

Este livro não [...] leva adiante o debate com TOTC de Robert W. Fogel e Stanley Engerman, um livro que aborda muitos temas que não tocamos aqui. Nosso livro deve muito ao trabalho desses dois estudiosos e às discussões e correspondência com eles durante vários anos, mesmo que, ao final, seu ponto de vista seja bem diferente (WRIGHT 1978, p. 6).

O conjunto de autores que mais se dedicaram para reunir de forma concatenada as críticas a TOTC, David, Gutman, Sutch, Temin e Wright, também fizeram questão de agradecer coletivamente a F&E:

Não consideramos necessário reiterar agradecimentos anteriores, salvo um: Stanley Engerman e Robert Fogel generosamente responderam a numerosas perguntas e ofereceram dados brutos, que facilitaram em grande medida parte do trabalho sobre que se apoiam os capítulos adiante (DAVID; GUTMAN *et al.* 1976, p. X).

Esses múltiplos agradecimentos e demonstrações de respeito acadêmico transparecem também na declaração desses autores de que não viam o livro como uma “polêmica sobre a experiência afro-americana de escravidão” e, sim,

como “uma contribuição científica à escrita da história americana em geral e da história da sociedade sulista ante-bellum em particular”.

Sem dúvida, trata-se de exemplos, de parte a parte, a serem seguidos.

### A “jangada” de Robert Fogel

Talvez caiba insistir, por fim, no dever de ofício do historiador de analisar criticamente as fontes, seja pessoalmente, seja pela intermediação dos que o fizeram, de modo a transmitir a seu leitor a mesma segurança que tiver adquirido sobre sua adequação aos argumentos em pauta. Perguntará o aluno interessado: “Mas como saberei que este historiador efetivamente as analisou?” Como quase tudo em história, nunca poderemos ter certeza absoluta disso, mas, seguindo os “protocolos” historiográficos, poderemos aumentar nossa confiança nas fontes e no historiador que afirma tê-las analisado. No caso de TOTC, no entanto, quem seguiu à risca os protocolos historiográficos e científicos não foram os autores e, sim, seus críticos. E justamente, ao refazerem o percurso que F&E haviam citado como as pesquisas geradoras de TOTC, estes críticos trouxeram à tona inúmeros problemas. Contra tudo o que se espera de um texto acadêmico de primeira linha, F&E valeram-se das aparências de protocolos acadêmicos, porém expuseram dados e conclusões apontadas, já na época, como absolutamente fora de qualquer padrão acadêmico de exposição e argumentação. A precisão técnica de tais críticas e a quantidade em que foram trazidas tornam incontroversa a acachapante sentença de que a pesquisa, a construção e a redação de TOTC fugiram insistentemente às práticas mínimas do ramo. Feita esta constatação, cremos que qualquer posterior referência ou citação ao livro deveria se fazer acompanhar dos devidos *caveats*, para evitar que os leitores destas referências ou citações também sejam iludidos pelas aparências e implicitamente aceitem a totalidade do conteúdo a que remetem. Não pode ser esquecido, conseqüentemente, que TOTC é uma obra atravessada por falhas desclassificantes: informações erradas, erros de cálculos, omissão de fontes, distorções de amostragem, retórica argumentativa tendenciosa, entre outros problemas que procuramos lembrar neste artigo.

Assim, se não somos capazes de explicar, pelo conteúdo de TOTC, sua repercussão na época e sua continuada reputação, só nos resta buscar uma explicação sociológica, na qual o livro apareceria mais como símbolo do que como obra acadêmica de fato. Apesar de suas falhas, não há como negar que TOTC tenha consolidado uma mudança de paradigma para a historiografia da escravidão, tanto por seus métodos quanto em sua epistemologia. Nem há que discutir, tampouco, que a publicação de TOTC tenha constituído um pico nos debates sobre escravidão.

Confrontados com esta antinomia, ocorre-nos uma parábola: F&E teriam criado, com TOTC, uma “jangada acadêmica”, que pode ser envolvida, afundada, virada e revirada, mas que sempre volta à tona – incólume, apesar de molhada – como se nada acontecera. Só tal “jangada” poderia enfrentar críticas tão claras e contundentes, que, por muito menos, reprovariam qualquer candidato a título ou a cargo acadêmico, conseguindo isolá-las em esotéricos debates

entre especialistas, enquanto o público, as instituições financiadoras oficiais e mesmo a comunidade acadêmica em geral, fora daqueles especialistas, se contentavam com as afirmações originais dos autores e com os emblemáticos rótulos enaltecedores que extraíam dessas afirmações.

Esta “jangada” precisou ser construída, o que exigiu, antes de mais nada, que os autores se posicionassem favoravelmente junto a financiadores de pesquisas, junto às hierarquias universitárias e, claramente, junto a colegas e potenciais críticos. Além deste bem-sucedido posicionamento político, F&E conseguiram feito pouco comum que foi serem ouvidos e apreciados pelo grande público. Mesmo tachados de “polêmicos” e “iconoclasticos”, lograram obter o qualificativo bem mais importante, de “relevantes”.

Vale lembrar que em nenhum momento depois da “acareação de Rochester” os autores concederam derrota que não fosse em pontos menores ou “detalhes de pesquisa, a serem futuramente aperfeiçoados”. Em contrapartida, tampouco em nenhum momento deixaram de louvar o profissionalismo dos críticos e de agradecer suas críticas.

Ao aluno que, tendo lido este relato, pense em dedicar-se menos aos tediosos protocolos da historiografia e mais à política acadêmica, lembramos que F&E estudaram e se estabeleceram profissionalmente numa época quando transcorria mudança única nas relações raciais norte-americanas. E que, por formação (aliás longa e trabalhosa), estavam posicionados nas hostes metodológicas que se expandiam naquele momento histórico e que lograram se impor no mundo acadêmico das décadas seguintes. Nenhum desses contextos e eventos se repetirá. Além do mais, como insistem os economistas de Chicago, o atual mercado acadêmico – bem mais competitivo – certamente punirá quem aparentar pouco profissionalismo, preferindo recompensar seus concorrentes mais esforçados.

76

### Referências bibliográficas

- BERGSTROM, Ted. On the Existence and Optimality of Competitive Equilibrium for a Slave Economy. **The Review of Economic Studies**, 1971, v. 38, n. 1, p. 23-36.
- CONRAD, Alfred H.; MEYER, John R. The Economics of Slavery in the Ante Bellum South. **The Journal of Political Economy**, 1958, v.66, n.2, p.95-130.
- \_\_\_\_\_. **The Economics of Slavery and Other Studies in Econometric History**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1964.
- DAVID, Paul A. Slavery: The Progressive Institution. **Journal of Economic History**, 1974, v.34, p.739-783.
- \_\_\_\_\_; GUTMAN, Herbert G., *et al.* **Reckoning with Slavery: a Critical Study in the Quantitative History of American Negro Slavery**. New York: Oxford University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_; TEMIN, Peter. Capitalist Masters, Bourgeois Slaves. **Journal of Interdisciplinary History**, 1975, v.5, p.445-457.

- DAVIS, Lance. Review of Robert W. Fogel, *Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History*. **EH.Net Economic History Services**, 2000. Disponível em: <http://eh.net/bookreviews/library/davis>. Acesso em 06 jul. 2007.
- DIEBOLT, Claude. The Cliometric Voice. **Association Française de Cliométrie - Working Papers**, 2012, v.12, n.9.
- DOMAR, Evsey D. The Causes of Slavery: A Hypothesis. **Working Papers - Dept. of Economics - MIT**, 1969, v.42, n.25.
- EVANS Jr, Robert. The Economics of American Negro Slavery *in* NBER **Aspects of Labor Economics**. Washington, DC: Princeton University Press, 1962, p.185-256.
- FENOALTEA, Stefano. The Slavery Debate: A Note from the Sidelines. **Explorations in Economic History**, 1981, v.18, p. 304-308.
- FIERCE, Mildred. Plus ça change plus c'est la même chose. **Phylon**, 1975, v.36, n.1, p. 89-93.
- FOGEL, Robert William, Ed. **Without Consent or Contract**. The Rise and Fall of American Slavery. New York: W.W.Norton & Co., 1989.
- \_\_\_\_\_. A Life of Learning. **American Council of Learned Societies - Occasional Paper**, 1996, n.34.
- \_\_\_\_\_. **The Slavery debates, 1952-1990**: a Retrospective. Baton Rouge-La: Louisiana State University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. **The Escape from Hunger and Premature Death, 1700-2100**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. ENGERMAN, Stanley L. **Time on the Cross**: Evidence and Methods. A Supplement. Boston: Little Brown & Co, 1974.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Time on the Cross**: the Economics of American Negro Slavery. New York: W.W.Norton & Co, 1989 [1974].
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (eds.). **Without Consent or Contract**: the Rise and Fall of American Slavery. Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom: Technical Papers. Vol.2. New York: W.W.Norton & Co, 1992a.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (eds.). **Without Consent or Contract**. The Rise and Fall of American Slavery. Markets and Production. Technical Papers Vol.1. New York: W.W.Norton & Co, 1992b.
- GOLDIN, Claudia. Cliometrics and the Nobel. **The Journal of Economic Perspectives**, 1995, v.2, p.191-208.
- \_\_\_\_\_. A Model to Explain the Relative Decline of Urban Slavery: Empirical Results In: ENGERMAN, S.L.; E.D.GENOVESE (eds.). **Race and Slavery in the Western Hemisphere**: Quantitative Studies. Princeton-NJ: Princeton University Press, 1975, p.427-450.

- GRABOWSKI, Richard; PASURKA, Carl. The Relative Technical Efficiency of Slave and Non-Slave Farms in Southern Agriculture. **Eastern Economic Journal**, 1989, v.15, n.3, p.245-258.
- GREIF, Avner. Cliometrics After 40 Years. **AEA Papers and Proceedings**, 1997, v.87, n.2, p.400-403.
- GUTMAN, Herbert G. **Slavery and the Numbers Game: a Critique of Time on the Cross**. Chicago: University of Illinois Press, 1975a.
- \_\_\_\_\_. The World Two Cliometricians Made: A Review-Essay of F+E=T/C **Journal of Negro History**, 1975b, v.60, p.53-227.
- HASKELL, Thomas L. Were Slaves More Efficient? Some Doubts About Time on the Cross. **New York Review of Books** (19-set-1974), p.38-42.
- \_\_\_\_\_. The True & Tragical History of 'Time on the Cross'. **The New York Review of Books**, 1975, v.22, n.15.
- HEFFER, Jean Une histoire scientifique: la nouvelle histoire économique. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 1977, v.32, n.4, p.824-842.
- HUMMEL, Jeffrey Rogers. **Deadweight Loss and the American Civil War: the Political Economy of Slavery, Secession, and Emancipation**. Austin-TX: University of Texas, Austin. Ph.D. Graduate School, 2001.
- KOLCHIN, Peter. More Time on the Cross? An Evaluation of Robert William Fogel's Without Consent or Contract. **The Journal of Southern History**, 1992, v.58, n.3, p.491-502.
- MYRDAL, Gunnar. **An American Dilemma**. The Negro Problem and Modern Democracy. New York: Harper & Bros, 1944.
- OLMSTEAD, Alan L.; RHODE, Paul W. "Wait a Cotton Pickin' Minute!" A New View of Slave Productivity. **Private working paper**, 2007, n.48
- \_\_\_\_\_. Slave Productivity in Cotton Production by Gender, Age, Season, and Scale. **Private working paper**, 2011, n.20.
- ROJAS, Angela Milena. Cliometrics: a market account of a scientific community (1957-2005). **Borradores - Centro de Investigaciones Económicas - Universidad de Antioquia**, 2006, v.16, n.54.
- STAMPP, Kenneth M. The Historian and Southern Negro Slavery. **American Historical Review**, 1952, v.57, p.618-624.
- \_\_\_\_\_. **The Peculiar Institution: Slavery in the Ante-Bellum South**. New York: Alfred A. Knopf, 1956.
- \_\_\_\_\_. Introduction. A Humanistic Perspective in DAVID, P.A. *et.al.* **Reckoning with Slavery**. New York: Oxford University Press, 1976, p.1-30.
- SUPPLE, Barry. Reckoning with Slavery. A Critical Study in the Quantitative History of American Negro Slavery by P.A.David; H.G.Gutman; R.Sutch;

- P.Temin; G.Wright. **The Economic Journal** , 1977, v.87, n.345, p.181-183.
- SUTCH, Richard. The Breeding of Slaves for Sale and the Westward Expansion of Slavery, 1850-1860. In: ENGERMAN, S.L.; E.D.GENOVESE (eds.). **Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975, p.173-210.
- TANNENBAUM, Frank. **Slave and Citizen: the Negro in the Americas**. New York: A. A. Knopf, 1947.
- WALTON, G.M., Ed. **A Symposium on Time on the Cross**. Explorations in Economic History, 1975.
- WEISS, Thomas. Review Essay of Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery. **EH.Net Economic History Services**, 2001. Disponível em: [http://eh.net/book\\_reviews/time-cross-economics-american-negro-slavery](http://eh.net/book_reviews/time-cross-economics-american-negro-slavery). Acesso em 02 mar. 2013.
- WHAPLES, R. A Quantitative History of the *JEH* and the Cliometric Revolution, **JEHistory**, 51, 1991, p. 289-301.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.
- WRIGHT, Gavin. Cotton Competition and the Post-Bellum Recovery of the American South. **Journal of Economic History**, 1974, v. 34.
- \_\_\_\_\_. Slavery and the Cotton Boom. **Explorations in Economic History**, 1975, v.12, p. 439-451.
- \_\_\_\_\_. Prosperity, Progress, and American Slavery. In: DAVID, Paul A. *et al.* **Reckoning with Slavery**. New York: Oxford University Press, 1976, p.302-336.
- \_\_\_\_\_. **The Political Economy of the Cotton South**. New York: W.W.Norton & Co, 1978.
- YASUBA, Y. The Profitability and Viability of Plantation Slavery in the United States. **The Economic Studies Quarterly**, 1961, v.12, p. 60-67.



# Los usos de las escalas espaciales y las prácticas historiográficas en el interior de la Argentina: un ejercicio de aproximación a partir del estudio de las políticas sociales

The uses of spatial scales and the historiographical practices within Argentina: an approach exercise based on the study of social policies

---

**María José Ortiz Bergia**

ortizbergia.mj@gmail.com

Profesora asistente

Universidad Nacional de Córdoba

Av. Valparaíso, s/n - Ciudad Universitaria

5000 - Córdoba Capital

Argentina

---

## Resumen

En las últimas décadas, en la historiografía argentina han surgido polos de conocimiento desde el interior nacional que buscan articular alternativas a una producción académica generada en Buenos Aires. El propósito de este artículo es revisar las fortalezas y las debilidades de esas investigaciones analizando cómo construyen sus escalas espaciales de estudio. Este trabajo provee algunas respuestas preliminares a esta cuestión examinando la producción reciente dentro del campo de la historia social dedicada al estudio de las políticas sociales. El supuesto principal del trabajo es que muchos de los trabajos de este tipo suelen prestar escasa atención a la reflexión metodológica sobre sus marcos espaciales de investigación, limitando el alcance explicativo de sus trabajos y sus posibilidades de repensar el conocimiento historiográfico previo.

80

## Palabras claves

Argentina; Fragmentación; Historia regional y local.

## Abstract

In the past decades, new sources of knowledge from the interior of the country have emerged in the Argentine historiography, seeking to articulate alternatives to the academic production generated in Buenos Aires. The purpose of this article is to assess the strengths and weaknesses of these investigations, by analyzing how they construct their spatial scales of research. This paper provides some preliminary answers to this question, examining the recent production in the field of social history dedicated to social policies. The main assumption of this article is that these kinds of studies usually do not pay the due attention to the methodological reflection about their spatial scales of research. In that way, they reduce their explanatory scope and the possibilities of rethinking the previous historiographical knowledge.

## Keywords

Argentina; Fragmentation; Regional and local history.

---

Recibido el: 22/6/2013

Aprobado el: 16/9/2013

A mediados de los años noventa, Luis Alberto Romero expresaba que “La historiografía argentina experimenta[ba] el mismo estallido de temas, perspectivas y paradigmas que caracteriza[ba] al resto de la comunidad académica occidental” (ROMERO 1996, p. 101). Quince años después los términos usados para describir el estado actual de la disciplina no difieren demasiado y la multiplicación constante de temáticas, perspectivas y problemas parece constituir un rasgo duradero del panorama académico argentino.<sup>1</sup> Un correlato de ese contexto disciplinar es la proliferación de trabajos que adoptan delimitaciones espaciales diferentes a las nacionales, diversificando las aproximaciones a través de escalas locales, provinciales y regionales de investigación. Este último fenómeno está fuertemente vinculado con la multiplicación de los estudios descentrados geográficamente de los tradicionales polos historiográficos, con la emergencia de nuevos centros académicos en el interior del país, el crecimiento de profesionales y, como consecuencia, la elaboración paulatina de enriquecedoras miradas sobre el pasado nacional construidas *desde y sobre* las provincias. De tal modo, desde las últimas décadas, existe una importante proliferación de nuevos estudios desde ámbitos subnacionales que multiplican los relatos históricos sobre el pasado nacional, cuestionando y matizando los conocimientos historiográficos previos construidos desde ámbitos nacionales. En ese contexto resulta interesante reflexionar críticamente sobre los resultados alcanzados por esa producción, sus principales características, debilidades y fortalezas y su impacto en la reelaboración de los relatos históricos canonizados y la construcción de síntesis integradoras.

Desde esa perspectiva, en este trabajo nos hemos propuesto interrogarnos sobre cómo los historiadores dedicados a la producción histórica *desde y sobre* el interior del país delimitan espacialmente sus aproximaciones y qué consecuencias cognoscitivas derivan de esas decisiones en la comprensión histórica. Para volver viable este ejercicio hemos optado por abordar un eje de análisis centrado en un campo temático particular dentro de la historia social, el estudio de las políticas sociales, analizando los modos en que esas investigaciones operan con las escalas espaciales y cómo a partir de ellas se construyen los problemas de indagación. El trabajo, entonces, tiene como intención realizar una reflexión metodológica sobre una serie de rasgos y tendencias presentes en las prácticas disciplinares en el país, sin ambicionar generalizaciones, sino tan sólo incentivar discusiones sobre los modos de escritura de la historia.

Para realizar esta exploración hemos realizado una selección de trabajos presentados en eventos académicos que tradicionalmente agrupan a historiadores residentes en ámbitos provinciales, identificando aquellas ponencias relacionadas al estudio de las políticas sociales en la primera mitad del siglo XX en el interior del país.<sup>2</sup> Cada una de esas instancias son eventos

<sup>1</sup> Para un diagnóstico reciente de este tipo, ver: (PAGANO 2010). Asimismo, como expresión de esta situación, se ha generado una interesante discusión a propósito de la magnitud que han adquirido las Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia el evento de la disciplina más importante del país. (HISTORIAPOLITICA.COM, Dossier Interescuelas).

<sup>2</sup> Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia: Tucumán, 2007 e Bariloche, 2009. Las Jornadas Nacionales de Historia Social: La Falda en 2007 e 2009. Las Jornadas de Historia de la Patagonia: Roca en

que reúnen a investigadores de todo el país por lo que consideramos que son suficientemente representativos de lo que se está produciendo en el campo de las políticas sociales en la Argentina en la última década. Es necesario mencionar que este artículo no tuvo pretensiones de exhaustividad y, como consecuencia, algunas provincias han quedado fuera del análisis al no estar incluidas en los materiales que examinamos. Esto sucedió con las jurisdicciones de Catamarca, Formosa, Corrientes, Entre Ríos, San Luis, Tierra del Fuego y Misiones. La revisión de estos trabajos fue complementada con dos revistas periódicas que nos permitieron examinar trabajos publicados y, en consecuencia, de un mayor nivel de maduración. Para ello relevamos una revista argentina caracterizada por incorporar en sus páginas numerosas contribuciones provenientes del interior del país, el *Anuario del Centro de Estudios Históricos* (2001-2009). También hemos consultado la revista *Entrepasados* (1991-2009), publicación periódica con una notable gravitación en el campo historiográfico argentino y un referente en el tratamiento de los problemas relativos a la historia social.

### **La historiografía argentina desde los años ochenta: profesionalización y crecimiento**

La multiplicación de las investigaciones provenientes del interior del país dentro de la producción historiográfica argentina debe comprenderse en el marco de las transformaciones más amplias sufridas en el campo desde el retorno a la democracia en los años ochenta. Así pues, luego de las consecuencias más adversas del quiebre académico de 1976 en el país se impuso una agenda de trabajo posdictadura consistente en actualizar la educación en el ámbito universitario y las investigaciones que se venían realizando, tendiendo a adoptar temáticas, interrogantes y propuestas metodológicas discutidas a nivel mundial. En ese contexto se generaron importantes avances en la renovación de los planes de estudio, con la (re)incorporación de profesores, muchos de los cuales se habían formado en el exterior, la realización de nuevas propuestas editoriales y la construcción de centros académicos en distintos puntos del país como resultado principalmente de la expansión del sistema universitario nacional (PAGANO 2010, p. 43).<sup>3</sup>

A grandes rasgos fue evidente el esfuerzo de los historiadores por adecuar sus prácticas a los parámetros disciplinares de sus pares internacionales (RODRIGUEZ 2002-2003; AGUILA 2012) y con ello la historiografía argentina avanzó significativamente en su profesionalización. A tres décadas del retorno a la democracia son evidentes los indicadores de la importante vitalidad de esta disciplina, con la multiplicación incesante de sus practicantes y la diversificación de sus propuestas temáticas, espaciales y temporales. Una expansión que no responde necesariamente a la existencia simultánea de varias "concepciones

---

2006, Santa Rosa en 2010. Las Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Historia Regional: Mendoza en 2009.  
<sup>3</sup> Tres décadas después del inicio de esos procesos los resultados alcanzados han sido valorados de formas bastantes dispares. Principalmente es interesante la discusión entre quienes ponderan la profesionalización y consolidación disciplinar y quienes critican el profundo escepticismo existente sobre los usos públicos de la historia académica y lo que parece ser una evidente desconexión entre historia y política (CERNADAS; LVOVICH 2010, p. 19).

historiográficas fuertes, sino de cierta heterodoxia teórica y metodológica” (SABATO 2001, p. 42).

Pero la proliferación de trabajos construidos desde escalas diferentes a la nacional, más allá de un resultado de los cambios disciplinares de las últimas décadas, también es una reacción contra ciertos rasgos de la historiografía argentina desde finales del siglo XIX. Al respecto, como explica Sandra Fernández, uno de los rasgos dominantes del campo histórico argentino a lo largo de décadas fue su propensión a generalizar conclusiones *desde, en y sobre* Buenos Aires, capital del país, al resto del territorio (FERNÁNDEZ 2007). Ese modo de operar de los historiadores tendió a generar una mirada empobrecedora del pasado nacional, al solapar o simplemente desconocer las experiencias pretéritas de buena parte de los argentinos, elevando a relato general los conocimientos alcanzados dentro de un recorte espacial limitado. La historia latinoamericana en general parece demostrar cierta propensión a escribirse desde estas perspectivas “nacionales”. Según algunos autores, esto habría sido el resultado de un centralismo historiográfico “que negó lo heterogéneo y diverso, lo realmente existente en el nivel local y regional, para crear y justificar la creación de las historias nacionales, como síntesis de las nacientes identidades nacionales” (VIALES HURTADO 2010, p. 158; BERTRAND 2001; SERRANO ÁLVAREZ 2011).

En ese contexto disciplinar, el despliegue paulatino de nuevos polos de construcción del conocimiento histórico busca descentrar esa mirada sobre la capital del país y visibilizar trayectorias históricas divergentes, con interpretaciones y periodizaciones discordantes de los procesos históricos nacionales. Probablemente, en las últimas dos décadas estas constituyen algunas de las “notas más salientes de la historiografía reciente” al permitir identificar discontinuidades en los procesos sociales a lo largo del país y resignificar la producción historiográfica previa (PAGANO 2010, p. 61).

Un relevamiento de los centros de producción dedicados a la historia social y, en especial, a las políticas sociales en el interior del país puede resultar instructivo sobre esa dispersión introducida en el campo histórico en las últimas décadas en la Argentina. Por cuestiones de espacio aquí solamente pasamos revista a los referentes académicos más relevantes dentro de la historia social argentina contemporánea en el interior del país.<sup>4</sup>

Inicialmente, puede resultar analíticamente útil distinguir dos ejes alrededor de los cuales se han desarrollado grupos de historiadores interesados por la historia social entre los años ochenta y los noventa del siglo pasado en la Argentina. El primero se vincula estrechamente con el desarrollo de la historia urbana en el período de entre siglos (XIX-XX) y ha estado centrado en los fenómenos englobados bajo el término “cuestión social”, la inmigración y el movimiento obrero en ciudades como Buenos Aires, Rosario y Córdoba, espacios urbanos insertos en el desarrollo agro exportador del país. Es posible

<sup>4</sup> Por la misma razón esbozada más arriba también hemos eludido la incorporación de las referencias bibliográficas que deberían acompañar este trabajo.

identificar otra línea, en cambio, más relacionada con las derivas historiográficas generadas dentro de la historia económica y los estudios regionales. Esta última se ha dedicado a analizar a los trabajadores y las condiciones de vida alrededor de economías regionales como la azucarera y la vitivinícola.

Desde los años ochenta un espacio de notable renovación historiográfica en el interior del país se desarrolló alrededor de la Universidad Nacional de Rosario. En esa institución los estudios sobre estas temáticas se han centrado en los problemas relativos al mundo del trabajo para luego incluir otros intereses como el asociacionismo y las prácticas sociales y políticas de la población en general. Los nombres de Ricardo Falcón, Marta Bonaudo y Sandra Fernández remiten a diferentes generaciones de historiadores que propiciaron revisiones en la historiografía social a nivel nacional y provincial, especialmente, incorporando discusiones sobre lo regional en la comprensión de la espacialización de las prácticas sociales. Con una trayectoria similar se puede reconocer la producción en historia social desarrollada en Córdoba. Inicialmente centrada en el mundo del trabajo y representada por la producción de Ofelia Pianetto, este campo de estudios se ha extendido a las prácticas asociativas, de consumo y a los procesos de salud y enfermedad a través de investigadores como Beatriz Moreyra, Fernando Remedi y Adrián Carbonetti. Desde un contexto similar, otro polo de construcción de estudios sobre historia social se ha desarrollado sobre la costa argentina, en la Universidad Nacional de Mar del Plata. En esa institución se ha destacado la historiadora Elisa Pastoriza quien ha realizado sustanciales aportes al conocimiento de las políticas sociales durante el peronismo, los trabajadores, el ocio y el turismo. Las indagaciones sobre la historia de la inmigración, el asociacionismo, el trabajo marítimo y los procesos de salud-enfermedad constituyen también allí tópicos destacados entre los historiadores agrupados en esa casa de estudios.

84

En el norte del país los espacios de producción en torno a la historia social más importantes se pueden identificar alrededor de la Universidad Nacional de Tucumán. Estos se han desarrollado a partir de una fuerte preocupación por los problemas relativos a los procesos de producción azucareros y a las economías regionales. Las investigaciones de Daniel Campi y Celia Bravo inauguraron una amplia cantera de indagaciones en torno al desarrollo socioeconómico del Noroeste argentino y a las particularidades del mundo del trabajo azucarero, el movimiento obrero y sus condiciones de vida. Desde una lógica similar a esta, otro polo de interés es la producción generada en conexión con los estudios regionales en la Universidad Nacional del Comahue. En ese marco institucional es necesario destacar la figura de Enrique Masés quien promovió la comprensión del mundo del trabajo en Neuquén y en la región norpatagónica.

También en el contexto particular que proporcionan los Territorios Nacionales,<sup>5</sup> en la provincia de La Pampa, desde comienzo de los años noventa,

---

<sup>5</sup> Los Territorios Nacionales fueron creaciones político-administrativas a través de los cuales se incorporaron los espacios ocupados por el Estado argentino luego de las campañas militares realizadas sobre las poblaciones indígenas del sur y del noreste en el último cuarto del siglo XIX. Estos espacios recién comenzaron a convertirse en provincias a mediados del siglo XX.

se han desplegado investigaciones pioneras relativas a la historia de las mujeres y el género, proporcionando una enorme vitalidad a los estudios históricos sobre las políticas sociales a través de indagaciones como las de María Herminia Di Liscia y María Silvia Di Liscia. Varias líneas de trabajo se abordaron desde entonces en la Universidad Nacional de La Pampa orientadas a los sistemas de educación y a las intervenciones sanitarias en los territorios nacionales.

La revisión anterior no ha tenido pretensiones de exhaustividad, sino el propósito de identificar algunos de los núcleos de producción con mayor gravitación desde los años noventa en el interior del país. Consideramos que esa multiplicación de los centros universitarios dedicados a la historia social alienta una reflexión sobre los modos en que se construyen ese tipo de investigaciones y cuáles son sus posibilidades de proporcionar revisiones a los conocimientos historiográficos previos.

### **¿Cómo se escribe la historia en el interior país?**

La importancia de los cambios relevados en las páginas previas nos impulsó a intentar una reflexión respecto a cómo se elaboran las investigaciones en el campo de la historia de las políticas sociales *desde y sobre* el interior del país y cómo las mismas se vinculan con aquellas que adoptan escalas de dimensión nacional. En otras palabras, nos interesó conocer cómo los historiadores delimitan y construyen sus objetos de estudio y qué consecuencias se extraen de esas opciones. Con esa finalidad en el trabajo intentamos identificar cuáles son las escalas espaciales más frecuentes entre los historiadores del interior del país a la hora de definir sus problemas de investigación, cuáles son las fundamentaciones metodológicas que sustentan esas elecciones y de qué modo se vincula su producción con aquella realizada a partir de otras delimitaciones espaciales como las nacionales.

Inicialmente podemos afirmar que entre los trabajos analizados existe una tendencia persistente caracterizada por construir investigaciones a partir de ámbitos provinciales, urbanos y territorios nacionales, en otras palabras, delimitaciones recortadas en forma generalizada en base a jurisdicciones político-administrativas. Más recurrentemente, entonces, municipios, departamentos, partidos, provincias y territorios nacionales, son los recortes elegidos en contraposición a lo nacional. Pero, más allá del descredito al que ese tipo de delimitaciones ha dado lugar, al imponer supuestamente demarcaciones artificiales a los procesos históricos,<sup>6</sup> lo que llama nuestra atención es que en forma frecuente las mismas no suelen acompañarse por una reflexión sistemática sobre las consecuencias metodológicas del problema así construido.

<sup>6</sup> Frecuentemente los profesionales identificados con la "historia regional" suelen desdeñar estas formas de delimitar los objetos de estudio dado que resultan poco apropiados para aprehender determinados procesos históricos sociales y económicos. Sin embargo, resulta necesario reflexionar que la validez del recorte político-administrativo depende de los problemas de investigación planteados por los historiadores y no puede ser desplazado porque sí. Como expresión de ello, Favaro y Scutti realizan una aproximación a la historia política de la norpatagonia desde un abordaje de tipo regional que recupera la escala provincial porque como las autoras afirman "desde la región norpatagónica, es posible escribir historia política, con una dimensión, la provincial, que contribuya a la historiografía nacional, sin que ello sea, factual, sumatoria de hechos o historia institucional" (FAVARO; SCURI 2003, p. 12).

Por el contrario, los autores suelen limitarse a indicar el lugar geográfico en el que se proponen ubicar sus estudios, rehuendo explicitar los fundamentos de tal elección y sus posibles efectos sobre el conocimiento así elaborado. De tal modo, son muy exiguos los trabajos en los que el investigador se reconozca explícitamente construyendo sus escalas de estudio (FERNÁNDEZ; DALLA CORTE 2001; FERNÁNDEZ 2006; 2007) y clarifique los criterios de su utilización, el por qué para determinados problemas adoptó un recorte y por qué el mismo se considera metodológicamente más conveniente que otros.

Esto último merece destacarse porque parece existir una cierta desaprensión frente a las consecuencias cognoscitivas de las delimitaciones espaciales, eludiendo la constatación de que los recortes espaciales, sin más fundamentos que el capricho del historiador, pueden tener consecuencias importantes en el valor interpretativo de las conclusiones construidas. El despliegue territorial de determinadas prácticas puede pasarse por alto, generando comprensiones sesgadas sobre los problemas de investigación e invisibilizando posibles rupturas y disrupciones, evidentes desde otras escalas de estudio.<sup>7</sup> En otras palabras, no existe una consideración especial sobre cómo la delimitación espacial de un problema y la variación de la escala de observación es una decisión metodológica antes que temática.

Esto último se comprende mejor si tenemos en cuenta que una escala es una categoría que se adopta con la finalidad de aprehender una realidad y lograr representarla. En otras palabras, el historiador al optar por una escala está tomando una decisión explícita respecto a la cantidad y al tipo de información que considera adecuada para alcanzar su propósito. En consecuencia no existe una relación lineal entre lo que el historiador se propone estudiar y las modalidades más apropiadas que tiene para representarlo (PONS; SERNA 2007, p. 25). Por el contrario, la elección de una escala es una estrategia de indagación derivada de los objetivos de los profesionales, "la relación entre los puntos que plantea discutir y la pertinencia de las elecciones metodológicas para estudiar ese tema" (BARRIERA 2006, p. 20). De tal modo, la sola delimitación de un ámbito subnacional sin una adecuada reflexión sobre sus efectos en la operación historiográfica reduce significativamente el potencial analítico de las investigaciones realizadas.

Resulta interesante constatar que esa escasa reflexión sobre las delimitaciones espaciales no es necesariamente una particularidad de la historiografía argentina. Peter Stearns ha destacado como un rasgo generalizado la tendencia de los historiadores sociales a ser poco explícitos sobre los recortes espaciales de sus estudios, prestando escasa atención a sus coordenadas geográficas en comparación a su tradicional apego a las temporales (STEARNS 2006). De tal modo, los historiadores parecen encontrarse muy poco adaptados, por rutina, comodidad o formación, a adoptar nuevas herramientas espaciales y a modificar sus prácticas al delimitar sus trabajos. El impacto de estas

---

<sup>7</sup> Específicamente, en un trabajo reciente Juan Cerdá realiza un experimento empírico destinado a mostrar cómo las escalas espaciales de estudio permiten aprehender o no ciertos procesos históricos a partir de recortes regionales y provinciales (CERDÁ 2009).

discusiones y su relevancia actual se comprende mejor dentro de los debates contemporáneos relativos al valor cognoscitivo de las perspectivas microanalíticas y a las novedades introducidas por la historia transnacional.<sup>8</sup> Ambas propuestas coinciden en que la delimitación espacial de los problemas abordados constituye una decisión central de la operación historiográfica, porque al permitir superar los marcos nacionales visibiliza singularidades y conexiones poco aprehendidas previamente.

Una segunda cuestión que atrajo nuestra atención al analizar la producción en historia social *desde* y *sobre* el interior del país fueron las relaciones que suelen establecerse entre esas historias elaboradas desde el interior nacional y aquellas construidas en la Capital Federal. Al respecto, un rasgo recurrente que hemos podido identificar en las investigaciones revisadas es la tendencia a adoptar temáticas, problemas y categorías en forma acrítica de la agenda historiográfica porteña para incorporarlas a los estudios centrados en otros ámbitos geográficos. Ya en los años noventa Sandra Fernández y Gabriela Dalla Corte mencionaban que uno de los rasgos que caracterizaban a esa producción histórica era esta propensión a recuperar los problemas abordados por la historiografía centrada en Buenos Aires, trasladándolos a otros marcos espaciales con la finalidad de comprobar su pertinencia "nacional" (DALLA CORTE; FERNADEZ 1997-1998). Un diagnóstico similar menciona Carlos Forcadell Álvarez para la historiografía española, en donde ciertos trabajos de historia local o regional parecen limitarse al rol de monografías históricas que intentan captar cómo los procesos generales se proyectan en espacios acotados, práctica que corre el riesgo de convertirse en un simple ejercicio de erudición (FORCADELL ÁLVAREZ 1995-1996, p. 21). Muchos de los trabajos relevados en este artículo despliegan también esa práctica que supone una actitud poco crítica frente al registro histórico. Algunos estudios parecen limitar sus ambiciones a verificar el alcance de los conocimientos realizados en indagaciones centradas en Buenos Aires y a comprobar su validez a través de investigaciones empíricas exhaustivas de contextos distintos para los que fueron pensados.

Esta descontextualización de los problemas bajo estudio genera una comprensión limitada de los procesos históricos bajo la lente. Para ser más gráficos, en las investigaciones relevadas es recurrente la utilización de términos como "cuestión social", "cuestión obrera", "crisis hospitalaria" o "reformismo liberal" para hacer referencia a procesos históricos indeterminados, pasando por alto las realidades empíricas concretas a las que esos términos hacen referencia. Resulta innegable, por el contrario, que los procesos sociales que durante el período de entreguerras atravesaron a algunas ciudades del área litoral, mejor insertas en el proceso de desarrollo económico de finales del siglo XIX y comienzos del XX, difícilmente puedan asimilarse acríticamente con los que afectaron a espacios como los Territorios Nacionales integrados muy tardíamente al esquema político-institucional y económico nacional.

---

<sup>8</sup> En esos términos, son continuas las críticas por lo mal adaptados que se encuentran actualmente los historiadores para adoptar problemas de investigaciones en escalas transnacionales dado que por tradición escolar sus parámetros geográficos siguen siendo los nacionales (CROSS 2006, p. 631).



En consecuencia, términos como “cuestión social” no remiten a realidades evidentes y se torna necesario identificar claramente los referentes empíricos con los que se trabaja. Una expresión evidente también de esta práctica es la de privilegiar los problemas construidos desde espacios urbanos, cuando una de las particularidades principales de los espacios del interior del país en la Argentina es la tensión permanente entre lo urbano y lo rural. En muchos de los estudios elaborados se tienden a pasar por alto las interrelaciones entre esos dos ámbitos, enfatizando las trayectorias y experiencias de los actores urbanos en espacios con contornos predominantemente rurales. Incluso, una práctica común de muchos de las investigaciones revisadas es la de iniciar los estudios con un sucinto esquema histórico en donde se destaca la particularidad del objeto analizado y sus diferencias respecto a la ciudad de Buenos Aires y al “litoral”. No obstante, ese marco previo deviene solamente un mecanismo con el cual generar “efectos de realidad”, antes que sustentar explicaciones o interpretaciones históricas, dado que en el cuerpo de la investigación es rápidamente marginado del análisis (REVEL 2005, p. 52). Lo que queremos subrayar con estos ejemplos es que esa propensión a apropiarse de conceptos e interpretaciones en forma poco reflexiva, buscando los elementos comunes con la historia porteña, puede generar la negación misma de las posibilidades de acceso al pasado.<sup>9</sup> Es necesario hacer hincapié en que la investigación histórica no constituye una operación hipotético-deductiva, sino una actividad intelectual destinada a historizar las formas sociales en su especificidad. En consecuencia al utilizar una agenda previamente estructurada los historiadores tienden a identificar más frecuentemente los elementos comunes antes que a explicar lo singular y lo particular.

88

Finalmente, también existe otra consecuencia que es necesario destacar de estas formas de operar con el conocimiento histórico. Esta propensión, a enfatizar las semejanzas antes que a explotar significativamente las diferencias y las especificidades, reduce en buena parte el potencial explicativo de los abordajes que adoptan delimitaciones diferentes a la nacional. Sobre esta cuestión ya hemos mencionado la habitual falta de discusión sobre las consecuencias intelectuales de las delimitaciones espaciales con las que se construyen las investigaciones. Esto último nos alerta sobre la necesidad de ponderar más acabadamente los efectos cognoscitivos de las escalas espaciales y la necesidad de explotar más significativamente el potencial explicativo de los contextos históricos delimitados desde ámbitos subnacionales.

### **Construyendo una nueva agenda, las escalas espaciales como rupturas**

Nos parece importante destacar la importancia de reflexionar sobre las escalas espaciales porque consideramos que son los rasgos distintivos de los contextos locales, lo específico y lo particular del interior en el marco global, lo que valida y activa los aspectos más enriquecedores de las aproximaciones

---

<sup>9</sup> Incluso, algunas investigaciones generan explicaciones que pueden asimilarse con formas matizadas de anacronismo histórico (SILVA OLARTE 2009).

*desde y sobre* los espacios provinciales, al permitir “detectar las peculiaridades de cada proceso, [...] observar las semejanzas y las diferencias regionales, las continuidades y las rupturas” (ARECES 2008, p. 27). En otras palabras, el abordaje de los problemas históricos a partir de escalas provinciales, regionales o locales, enriquece la historia nacional al mostrar los límites de sus proposiciones y al permitir eludir las miradas uniformes y lineales sobre los procesos históricos. Los estudios elaborados desde esas escalas tienen el potencial de mostrar cómo la espacialización de los fenómenos históricos adopta modalidades y periodizaciones específicas según los contextos.

El planteo anterior se vincula con uno de los fundamentos más importantes de las perspectivas microanalíticas que sostienen la necesidad de avanzar en investigaciones que no busquen la comprobación de hipótesis, sino lo irrepetible que hace única una experiencia pretérita. Esto implica una verdadera revisión de nuestra manera de trabajar con modelos. La finalidad del historiador no debe ser su comprobación ni su verificación, sino evidenciar sus límites y propiciar su problematización. Sobre este punto, Michel de Certeau diría que lo particular tiene como función introducir un interrogante, dando cuenta de todo aquello que queda fuera del modelo (DE CERTEAU 1993, p. 101). Del mismo modo, los diferentes recortes espaciales que elaboran los historiadores, sean estos nacionales, provinciales, locales o regionales, deberían ser vías con las que revisar, complejizar y cuestionar los conocimientos historiográficos previos propiciando otros nuevos.

Dentro de la producción historiográfica que hemos analizado es posible identificar varios estudios enriquecedores que adoptan estas modalidades de trabajo y que tenemos la inquietud de destacar. Los mismos se caracterizan por prestar una singular atención al peso de los contextos específicos con la finalidad de alcanzar una comprensión más amplia de las discontinuidades de los procesos históricos a lo largo del país.

Como expresiones de este fenómeno en la historia social merecen destacarse algunos abordajes recientes sobre la problemática de las políticas laborales en los años treinta que realizan interesantes revisiones a los desarrollos historiográficos previos. Desde una serie de investigaciones elaboradas en los años ochenta como las de Ricardo Gaudio y Jorge Pilone, en la historiografía argentina se asumió que la mayor intervención estatal en las relaciones laborales en los años treinta del siglo XX había constituido una reacción al incremento de la movilización obrera en un contexto de intensificación del desarrollo industrial por sustitución de importaciones (GAUDIO; PILONE 1983). Sin embargo, recientemente, investigaciones situadas en Santa Fe y Tucumán, han podido identificar para esas provincias procesos similares de creciente intervención estatal en lo laboral, pero en contextos diferentes a los que sustentaron las aproximaciones previas centradas en la ciudad de Buenos Aires y en el Conurbano Bonaerense (PIAZZESI 2009; ULLIVARRI 2009). Esos estudios han identificado nuevas variables explicativas para dar cuenta de las políticas laborales creadas en esa coyuntura, más precisamente, han subrayado la incidencia de nuevas formas de legitimación política-estatal para explicar esas innovaciones institucionales.

Esto supone enfatizar variables que habían sido solapadas o minimizadas en los análisis previos, mostrando la necesidad de incorporar la variable regional en la comprensión del proceso de construcción del intervencionismo estatal. De ese modo, esos estudios, atentos a la importancia de revisar desde espacios provinciales los relatos canonizados del pasado nacional, incorporan nuevos abordajes, comentarios y discusiones a los conocimientos existentes.

Desde esa misma lógica una perspectiva que ha crecido enormemente en los últimos años y resulta verdaderamente estimulante, es la producción elaborada alrededor de los Territorios Nacionales, en especial de aquellos situados en la frontera sur.

Existe un buen número de ejemplos en las recientes dos décadas que vuelven evidente la potencialidad de las investigaciones sobre los Territorios Nacionales para revisar las prácticas disciplinares. Una referente indiscutida en esta tradición ha sido Susana Bandieri, quien desde los años ochenta ha impulsado una práctica importante de discusión sobre las formas de pensar los Territorios en el marco de una historiografía "nacional" calificada de uniformadora.<sup>10</sup> Sería necesario agregar que estas reflexiones no sólo han incentivado revisiones en el ámbito de la historia económica sino también en otros campos como los de la historia política y la historia social. En particular en los últimos años, investigaciones como las de Martha Ruffini, Mario Arias Buccarelli, Orietta Favaro y Lisandro Gallucci, estimulan la reflexión creciente sobre cuestiones como las prácticas políticas, la estatidad y la ciudadanía en contextos históricos divergentes a los que tradicionalmente habían fundamentado las reflexiones argentinas, las catorce provincias históricas y la Capital Federal (RUFFINI 2000; FAVARO; ARIAS BUCCARELLI 1995; FAVARO; SCURI 2003; GALLUCCI 2005). Esos problemas son redimensionados y vueltos a discutir desde la perspectiva de los Territorios Nacionales, elaborando y proponiendo nuevas periodizaciones, explicaciones y descripciones de los procesos históricos previos. Bandieri es especialmente enfática sobre las posibilidades que tienen esas historias regionales de romper con los relatos nacionales generalizados al conjunto de la sociedad (BOHN MARTINS 2009).

Algo similar ha sucedido en lo que respecta a la historia social. Las pesquisas sobre las políticas sociales generadas sobre La Pampa a comienzos del siglo XX, desde el contexto específico de su condición de Territorio Nacional, han permitido a investigadoras como María Silvia Di Liscia discutir el alcance de determinados fenómenos, como los de la "medicalización" y la extensión de mecanismos de "control social", para entender los procesos históricos de construcción de las políticas sociales y del Estado social en la Argentina de la primera mitad del siglo XX. Esto implica destacar discontinuidades en el despliegue de las políticas sociales, limitaciones y cambios en las periodizaciones sobre su desarrollo. Asimismo, sus debates sobre la eugenesia han puesto en entredicho la influencia de estos saberes en las políticas públicas y la eficacia

---

<sup>10</sup> Son numerosos los trabajos donde Susana Bandieri ha explicado su experiencia personal y colectiva de acercamiento a la historia regional y el valor explicativo que esta perspectiva le proporcionó para revisar la supuesta orientación atlántica del mercado nacional (BANDIERI 2007; 2008).

de esas intervenciones para regular la vida de la población. Finalmente, desde las particularidades de los Territorios Nacionales, Di Liscia ha propuesto una periodización distinta sobre la expansión de los servicios de salud, diferenciando la experiencia de una ciudad como Buenos Aires, con una infraestructura de servicios médicos significativos para el período de entreguerras, de un espacio como el de La Pampa, donde la escasez de elementos para la lucha sanitaria fue la norma a lo largo de la primera mitad del siglo XX (BOHOSLAVSKY; DI LISCIA 2008; DI LISCIA 2008a; 2008b). Al respecto la autora ha destacado que

las políticas a nivel nacional repercuten [...] de manera desigual en las áreas del interior, sobre todo en los Territorios Nacionales. Estas regiones constituyen ámbitos políticos con un desarrollo paralelo y a la vez, diferente a las provincias históricas, con escasa población urbana, incipiente administración pública y sin participación electoral salvo en el ámbito municipal y nacional, entre otras características distintivas (DI LISCIA 2007, p. 95).

En pocas palabras, ha permitido revisar algunos supuestos contruidos desde Buenos Aires que difícilmente eran generalizables al resto del país como la temprana instalación de un sistema de servicios públicos de salud y el éxito de los lenguajes poblacionales en el diseño e implementación de las políticas sanitarias. Esos trabajos muestran las limitaciones existentes en los supuestos historiográficos contruidos previamente y propone problematizarlos a través de la singularidad que plantea la experiencia histórica de los Territorios Nacionales en donde la expansión de los aparatos estatales fue extremadamente dificultosa y lenta.

Estas aproximaciones merecen destacarse por las inquietudes metodológicas, temáticas y epistemológicas que proponen a los historiadores que escriben desde el interior del país y sobre el interior del país. Esta producción impulsada a partir del reconocimiento de la diferencia respecto a las proposiciones de la historia nacional, busca construir una historia más compleja antes que uniformar y homologar, de asimilar todas las historias a una. Muestra de tal modo que la reducción de la escala no se agota en la confirmación de lo general, como un "reflejo pasivo de algo más vasto" (PONS; SERNA 2004, p. 23). Por el contrario, la misma permite multiplicar la agenda de problemas de la historia social, obviando la comprobación de hipótesis y poniéndolas en discusión, evitando las simplificaciones y favoreciendo la diversidad de perspectivas (BONAUDO 2008).

Ahora bien, las reflexiones anteriores nos llevan a cuestionarnos sobre cómo en el largo plazo es necesario plantear la integración de esas miradas tan complejas sobre los procesos históricos nacionales. Esta problemática debe comprenderse en un contexto en el que, al igual que en el ámbito internacional, se reconoce que la fragmentación constituye uno de los rasgos permanentes del estado de los estudios históricos. Es posible afirmar que el campo historiográfico en su conjunto ha atravesado varias décadas de un continuo crecimiento "generoso pero descontrolado", en donde si bien la multiplicación de objetos, temáticas y metodologías innovadoras ha permitido iluminar algunas facetas olvidadas por la historia estructural, a su vez, la continua fragmentación de los saberes

ha sido acompañada por la ausencia de síntesis explicativas y de consensos disciplinares que permitan aglutinar los diferentes proyectos historiográficos (REVEL 1996, p. 18; DA SILVA 2005, p. 160).

Más específicamente, en el caso argentino, muchos investigadores han afirmado que en las últimas décadas el enorme crecimiento de la producción historiográfica ha favorecido una historia "coralina" en la que resulta cada vez más arduo reconocer elementos comunes y núcleos articuladores. Roy Hora y Javier Trímboli en los noventa destacaban que la historiografía argentina crecía en parcelas en las que faltaba una trama que estructurara encadenamientos y conexiones entre trabajos discontinuos, práctica que generaba el peligro de "resignarse al fragmento, a la imagen desconectada, a la baja tensión con el pasado que evoca, puede condenarse a perder capacidad de interpretación y de significación" (HORA; TRIMBOLI 1994, p. 96). Comentando el estado de la historia social, también, Fernando Remedi señalaba que en la Argentina la especialización ha venido sufriendo un proceso de paulatina reducción de su posicionamiento dentro del campo historiográfico a lo que se sumaba una "gran heterogeneidad y, sobre todo, una notable dispersión, observándose la ausencia de núcleos aglutinantes, articuladores, y de cualquier intento de contribuir a la elaboración de alguna visión de conjunto, que ofrezca una síntesis siquiera de ciertos aspectos o sectores de la sociedad" (REMEDI 2011, p. 57). En términos generales estos balances generan un cuestionamiento a la multiplicación de perspectivas temáticas, temporales y espaciales producida en los últimos tiempos y evalúan negativamente sus consecuencias en la construcción de síntesis explicativas del cambio histórico.

92

La respuesta más adecuada a la tensión existente entre esa necesidad de síntesis y la actual fragmentación no puede ser absoluta, sino más bien el resultado de una mediación, en que la adopción de propuestas más integradoras no implique automáticamente una abdicación de las aproximaciones que buscan mostrar experiencias históricas diversas y heterogéneas a lo largo del tiempo y del espacio.<sup>11</sup> Esto supone incentivar síntesis cautelosas en la construcción de sus generalizaciones, con un control permanente sobre si son efectivamente el resultado de una operación comparativa sistemática o sólo el producto de una operación uniformadora anuladora de las discontinuidades (BENDER 2002, p. 136). En otras palabras, esto implica aportar inteligibilidad al conjunto de las contribuciones realizadas por la historiografía argentina sin por ello adoptar el escasamente productivo camino de la historia agregativa o la subordinación a una tendencia homogeneizadora nacional (DALLA CORTE; FERNÁNDEZ 1997-1998; KINDGARD 2002, p. 68). En definitiva, es necesario proporcionar configuraciones interpretativas novedosas que adopten como dato permanente la heterogeneidad espacial de los procesos históricos.

---

<sup>11</sup> Dentro del debate estadounidense los reclamos por síntesis han sido ponderado no necesariamente en forma positiva, dada la posición de algunos historiadores que afirman que la fragmentación de perspectivas históricas es uno de los logros de la historiografía contemporánea (MONKKONEN 1986, p. 1154).

## Recapitulando

De la lectura de la producción de los historiadores sociales del interior del país nos surgen una serie de reflexiones que creemos enriquecedoras para pensar el estado de actual de la disciplina. Primero, resulta evidente que existe en muchos casos entre la producción histórica relevada cierta tendencia a rehuir la discusión y la reflexión sobre las dimensiones espaciales a partir de las cuales se elaboran los problemas de trabajo. Reiteradamente, lo nacional, lo provincial, lo local y lo regional parecen insertarse como simples "escenarios" sin derivaciones cognoscitivas importantes, operación que pasa por alto los cambios en la observación que los mismos suponen y la importancia de los contextos en la interpretación histórica. También como ya han marcado otros investigadores, existe cierta tendencia bastante extendida hacia la inclusión de las discusiones de la historia porteña buscando verificar su pertinencia para contextos espaciales diferentes, insistiendo en los elementos comunes y soslayando en gran parte los rasgos singulares de las trayectorias locales. Destacamos esta última característica porque la misma tiene consecuencias importantes en los conocimientos producidos, al reducir las posibilidades de visibilizar y explicar la complejidad histórica del territorio y rediscutir los conocimientos elaborados previamente. En otras palabras, estas operaciones diluyen el potencial cuestionador de las escalas espaciales para iluminar aspectos nuevos de los procesos históricos y revisar los supuestos canónicos.

Frente a estos rasgos, los debates sobre las escalas espaciales y el valor de algunos trabajos llevan a pensar que la opción debería ser distinta. Los estudios históricos en el interior nacional no se justifican por su valor agregativo y de verificación de la historia nacional producida desde Buenos Aires y generalizada acríticamente, sino por todo aquello que complejizan y ofrecen al conocimiento social. Para ello partimos de la constatación de que las delimitaciones espaciales constituyen opciones metodológicas que inciden en el conocimiento elaborado. De ese modo, el abordaje histórico a partir de lo regional, lo provincial o lo local no supone inscribir nuestras producciones como complementos, matizaciones o agregados de una historia mayor, sino como proyectos tendientes a multiplicar y expandir las preguntas válidas y las posibles respuestas. Esto se basa en el supuesto que asume que no existen vías privilegiadas en la exploración del registro histórico y, por el contrario, múltiples escalas de observación permiten producir nuevos conocimientos al cambiar la lente y la posibilidad de acceder a diferentes niveles de información sobre los procesos sociales (ROSENTAL 1996, p. 143).

## Referencias bibliográficas

ARECES, Nidia R. La Etnohistoria y los estudios regionales. **Andes**, Salta: UNAS, n. 19, p. 15-28, 2008.

BANDIERI, Susana. La dimensión regional como alternativa analítica para pensar otros espacios y nuevas periodizaciones. In: BANDIERI, Susana; BLANCO, Graciela; BLANCO, Mónica (coord.). **Las escalas de la historia comparada**. Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional. Buenos Aires: Miño y Dávila Editorial, 2008, p. 311-333.

- \_\_\_\_\_. Nuevas investigaciones, otra historia la Patagonia en perspectiva regional. In: FERNÁNDEZ, Sandra (comp). **Más allá del territorio: la historia regional y local como problema.** Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria, 2007. p. 47-71.
- BARRIERA, Darío G. Escalas de observación y prácticas historiográficas. La construcción de horizontes alternativos de investigación. In: DALLA CORTE, Gabriela; GARCÍA JORDÁN Pilar; LUNA, Lola G. et al. (coord.). **Homogeneidad, diferencia y exclusión en América: X Encuentro-Debate América Latina ayer y hoy.** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p. 15-38.
- BENDER, Thomas. Strategies of Narrative Synthesis in American History. **American Historical Review**, Indiana: American Historical Association, v. 107, n. 1, p. 129-153, 2002.
- BERTRAND, Michel. Histoire et régions dans l' historiographie américaniste: réflexions á propos d' une association féconde. **Avances del Cesor**, Rosario: ISHIR/CONICET, n. 3, p. 7-16, 2001.
- BOHN MARTINS, Maria Cristina. A história regional e a historiografia Argentina: entrevista com Susana Bandieri. **História Unisinos**, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 13, n. 1, p. 96-102, 2009.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto; DI LISCIA, María Silvia. La profilaxis del viento. Instituciones represivas y sanitarias en la Patagonia argentina, 1880-1940. **Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, Madrid: CSIC, v. LX, n. 2, p. 187-206, 2008.
- BONAUDDO, Marta. Otra vez la "Fantásmatica" historia regional. In: BANDIERI, Susana; BLANCO, Graciela; BLANCO, Mónica (coord.). **Las escalas de la historia comparada.** Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional. Buenos Aires: Miño y Dávila Editorial, 2008, p. 227-231.
- CERDÁ, Juan Manuel. Sociedades dinámicas y territorios flexibles. **Primeras Jornadas Interdisciplinarias de Investigaciones Regionales**, Mendoza: UNCuyo, CD-Rom, 2009, s/p.
- CERNADAS, Jorge; LVOVICH, Daniel. **Historia, ¿para qué?** Revisitas a una vieja pregunta. Buenos Aires: Prometeo, UNGS, 2010.
- CROSS, Gary. Crowds and Leisure: Thinking Comparatively across the 20th Century. **Journal of Social History**, George Mason University, v. 39, n. 3, p. 631-650, 2006.
- DA SILVA, Fernando Teixeira. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005.
- DALLA CORTE, Gabriela; FERNÁNDEZ, Sandra. La metáfora de la región: continente conceptual y construcción historiográfica. **Anuario de la Escuela de Historia**, Rosario: Universidad Nacional de Rosario, n. 18, p. 149-164, 1997-1998.

- DE CERTEAU, Michel. **La escritura de la historia**. México: Universidad Iberoamericana, 1993.
- DI LISCIA, María Silvia. Dificultades y Desvelos de un Estado interventor. Instituciones, salud y sociedad en el Interior Argentino. La Pampa, 1930-1946. **Anuario IEHS**, Tandil: UNCPBA, n° 22, p. 93-123, 2007.
- \_\_\_\_\_. Imaginarios y derroteros de la salud en el interior argentino. Los Territorios Nacionales (fines del siglo XIX y principios del XX). **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 33, p. 49-69, 2008a.
- \_\_\_\_\_. Reflexiones sobre la 'Nueva Historia Social' de la salud y la enfermedad en Argentina. In: CARBONETTI, Adrián; GONZÁLEZ-LEANDRI, Ricardo (ed.). **Historias de salud y enfermedad en América latina siglos XIX y XX**. Córdoba: CEA-CONICET, 2008b, p. 15- 47.
- FAVARO, Orietta; ARIAS BUCCARELLI, Mario. El lento y contradictorio proceso de inclusión de los habitantes de los territorios nacionales a la ciudadanía política: un clivaje en los años 30. **Entrepasados**, n. 9, p. 7-26, 1995.
- \_\_\_\_\_; SCURI, María Carolina. La trastienda de la historia regional. **Avances del Cesor**, Rosario: ISHIR/CONICET, n. 4, p. 11-18, 2003.
- FERNÁNDEZ, Sandra. La Historia sugerente. Los desafíos en la construcción de la historia regional y local. In: MATA DE LÓPEZ, Sara; ARECES, Nidia. (coord.). **Historia regional: estudios de casos y reflexiones teóricas**. Salta: EdUNSa, 2006, p. 13-22.
- \_\_\_\_\_. Los estudios de historia regional y local de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica. In: FERNÁNDEZ, Sandra R. (comp.). **Más allá del territorio: la historia regional y local como problema**. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria, 2007, p. 31-45.
- \_\_\_\_\_; DALLA CORTE, Gabriela. (comp.) **Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos**. Rosario: UNR, 2001.
- FORCADELL ÁLVAREZ, Carlos. La fragmentación espacial en la historiografía contemporánea: la historia regional/local y el temor a la síntesis. **Studia histórica: historia contemporánea**, Salamanca: Universidad de Salamanca, n. 13-14, p. 7-27, 1995-1996.
- GALLUCCI, Lisandro. Pueblos en contienda. Región y política en el Alto Valle de la Norpatagonia a comienzos del siglo XX. **Avances del Cesor**, Rosario: ISHIR/CONICET, n. 5, p. 55-72, 2005.
- GAUDIO, Ricardo; PILONE, Jorge. El desarrollo de la negociación colectiva durante la etapa de modernización industrial en la Argentina. 1935-1943. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: IDES, v. 23, n. 90, p. 255-286, 1983.



- HISTORIAPOLITICA.COM. Dossier Interescuelas. Disponible en: <http://historiapolitica.com/interescuelas>. Acceso en 3 de nov. 2012.
- HORA Roy; TRIMBOLI, Javier. Las virtudes del parricidio en la historiografía. Comentario sobre la mirada de Ema Cibotti a la "generación ausente". **Entrepasados**, n. 6, p. 89-99, 1994.
- KINDGARD, Adriana. M. Procesos sociopolíticos nacionales y conflictividad regional. Una mirada alternativa a las formas de acción colectiva en Jujuy en la transición al peronismo. **Entrepasados**, n. 22, p. 67-87, 2002.
- MONKKONEN, Eric H. The Dangers of Synthesis. **American Historical Review**, Indiana: American Historical Association, v. 91, n. 5, p. 1146-1157, 1986.
- PAGANO, Nora C. La producción historiográfica reciente: continuidades, innovaciones, diagnósticos. In: DEVOTO, Fernando J. (dir.). **Historiadores, ensayistas y gran público: la historiografía argentina 1990-2000**. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 39-67.
- PIAZZESI, Susana. **Conservadores en provincia: el iriondismo santafecino 1937-1943**, Santa Fe: UNL, 2009.
- PONS, Analet; SERNA, Justo. Más cerca, más denso. La historia local y sus metáforas. In: FERNÁNDEZ, Sandra R. (comp.). **Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones**. Rosario: Prohistoria, 2007, p. 17-30.
- 96 \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Nota sobre la microhistoria. ¿No habrá llegado el momento de parar? **Pasado y Memoria: Revista de Historia Contemporánea**, Alicante: Universidad de Alicante, n. 3, p. 23, 2004, p. 1-25.
- REMEDÍ, Fernando. La producción en el campo de la historia social argentina en la última década. **Historiografías**, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, n. 1, 2011, p. 53-67, 2011.
- REVEL, Jacques. Historia y ciencias y sociales: una confrontación inestable. **Estudios Sociales**, Santa Fe: Universidad del Litoral, n. 10, p. 11-20, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Un momento historiográfico: trece ensayos de historia social**. Buenos Aires: Manantial, 2005.
- ROMERO, Luis Alberto. La historiografía argentina en la democracia: los problemas de la construcción de un campo profesional. **Entrepasados**, Buenos Aires, n. 10, p. 91-106, 1996.
- ROSENTAL, Paul-André. Construire le 'macro' par le 'micro': Fredrik Barth et la microstoria. In: REVEL, J. (dir.). **Jeux d' échelles: la micro-analyse à l' experience**. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996, p. 141-159.
- RUFFINI, Martha. La prensa escrita y la construcción de la figura del ciudadano. Un análisis de las representaciones municipales en el periódico Río Negro. 1912-1917. **Revista Pilque**, Viedma: Universidad Nacional del Comahue, n. 3, p. 11-36, 2000.

- SABATO, Hilda. La historia en fragmentos: fragmentos para una historia. **Punto de Vista**, Buenos Aires, n. 70, p. 41-48, 2001.
- SERRANO ÁLVAREZ, Pablo. Interpretaciones de la historiografía regional y local mexicana, 1968-1999. Los retos teóricos, metodológicos y líneas de investigación. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 113-125, 2001.
- SILVA OLARTE, Renán. Del anacronismo en Historia y en Ciencias Sociales. **Historia Crítica**. Edición especial. Bogotá: Universidad de Los Andes, p. 278-299, 2009.
- STEARNS, Peter. Part I: Social History and Spatial Scope. **Journal of Social History**, George Mason University, v. 39, n. 3, p. 613-614, 2006.
- ULLIVARRI, María. Trabajadores, Estado y política durante las gobernaciones radicales en Tucumán. 1935-1943. **Anuario del Centro de Estudios Históricos**, Córdoba: Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti", n. 9, p. 303-321, 2009.
- VIALES HURTADO, Ronny J. La región como construcción social, espacial, política, histórica y subjetiva. Hacia un modelo conceptual/relacional de historia regional en América Latina. **Geopolítica(s)**. Madrid: Universidad Complutense, v. 1, n. 1, p. 157-172, 2010.

# La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina\*

## The Paraguayan War and the Argentine historiography

---

**María Victoria Baratta**

victoriabaratta@gmail.com

Becaria doctoral

Universidad de Buenos Aires

Dr. Marcelo Fitte, 1755/9 C

1428 - Buenos Aires

Argentina

---

### Resumen

La Guerra del Paraguay (1864-1870) fue un acontecimiento clave en el proceso de consolidación del Estado nacional argentino. El Paraguay enfrentó a los países signatarios de la Triple Alianza – Argentina, Brasil y Uruguay – en la contienda más sangrienta y larga de la historia de América Latina. En las décadas recientes en Argentina, nuevas perspectivas historiográficas sobre el siglo XIX han emergido y se ha experimentado una interesante renovación. Sin embargo, la Guerra del Paraguay no ha sido abordada con estas nuevas miradas. Proponemos entonces en esta instancia analizar la producción historiográfica argentina sobre la guerra y puntualizar además sobre los aportes de otras historiografías nacionales sobre el tema. Nuestro objetivo es contribuir a una nueva agenda de investigación sobre la guerra, identificar los vacíos temáticos y visualizar los desafíos que abre el estudio de esta contienda en la actual historiografía argentina del siglo XIX.

98

### Palabras clave

Guerra; Historiografía; Argentina.

### Abstract

The Paraguayan War (1864-1870) was a key event in the process of consolidation of the National State in Argentina. Together, Argentina, Brazil and Uruguay formed a triple alliance against Paraguay and fought the bloodiest and the longest war in the Latin American history. In the recent decades in Argentina, new historiographical perspectives about the 19th century have emerged, and an interesting renovation has been taking place. However, the Paraguayan War has not been thoroughly addressed by these new currents. We intend to analyze the Argentine historiographic production, along with contributions of other national historiographies about the topic. Our objective is to contribute to a new research agenda on the war, discussing thematic gaps and visualizing the challenges generated by the war in the current Argentine historiography of the 19th Century.

### Keywords

War; Historiography; Argentina.

---

Recibido el: 1/4/2013

Aprobado el: 15/5/2013

---

\* Este estudio ha sido financiado por una beca doctoral del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina (CONICET).

Cuando a los argentinos se los interroga por una guerra en la que haya participado su país, la amplia mayoría hace referencia a la Guerra de Malvinas ocurrida entre abril y junio de 1982. La cercanía temporal, el recuerdo de lo vivido, el marco de la última dictadura militar y la continuación del conflicto por vía diplomática, mantienen esta contienda viva en el inconsciente colectivo. La Segunda Guerra Mundial no aparece en esa historia probablemente por la tardía y meramente simbólica o declarativa participación de nuestro país. Sin embargo, hubo otra guerra, mucho más larga y sangrienta, de la que sí participó el Estado nacional argentino de manera activa. Una guerra que pocos asocian a nuestra historia, una guerra que no muchos conocen, una guerra impensada, difícil de imaginar hoy, ya que enfrentó a los primigenios miembros del actual Mercosur.

La Guerra del Paraguay (también conocida como Guerra de la Triple Alianza, Guerra Grande o Guasú en Paraguay) fue la contienda más larga y sangrienta de toda la historia de América Latina. Enfrentó a la Triple Alianza – Argentina, Brasil y Uruguay – contra el Paraguay, duró más de cinco años (1864-1870) y se llevó consigo miles de muertos en batallas y epidemias, la mayoría de ellos, paraguayos. El país guaraní quedaría devastado económica y demográficamente e intervenido políticamente por los aliados. La lejanía en el tiempo, la incomodidad, la corrección política y hasta la vergüenza pudieron desdibujar a esta guerra del relato histórico nacional argentino.

Sin embargo, se trató de una guerra en la que el Estado argentino tuvo una activa participación en sus causas, desarrollo y consecuencias. La contienda se inició a partir de un conflicto en Uruguay que motivó la injerencia del Imperio del Brasil favoreciendo la invasión del General Venancio Flores. La acción de Flores fue además apoyada por el gobierno argentino presidido por el General Bartolomé Mitre. Brasil invadió el territorio uruguayo y el presidente del Paraguay Francisco Solano López salió en defensa del equilibrio del Río de la Plata que consideraba dañado. La captura del buque mercante brasileño Marqués de Olinda desató la guerra entre esos dos países. La guerra se extendería hasta el 1º de marzo de 1870, fecha en que se terminó con la vida de Solano López.

Los inicios de la contienda involucraron al presidente de la República Argentina, a sus ministros y a varios líderes políticos opositores en el conflicto uruguayo. Argentina entró en la guerra con la constitución de una triple alianza con Brasil y Uruguay en contra de Paraguay el 1º de mayo de 1865. El General en jefe de esa alianza militar fue hasta promediar la contienda, nada más y nada menos que el Presidente de la República, Bartolomé Mitre. El reclutamiento para la lucha -si bien muy resistido- se realizaría en todo el país. Un fin temprano del conflicto estuvo en las manos del presidente en la conferencia de Yataití Corá (1866). La presencia argentina en el frente sería muy significativa hasta 1868. La contienda despertaría crecientes críticas en la opinión pública y resistencias armadas importantes. Los problemas internos forzarían al presidente a dejar su puesto de combate y regresar al país. Sin embargo, Domingo Faustino Sarmiento, su sucesor en la presidencia a partir de 1868, tampoco cesaría la participación argentina en el conflicto. En relación a su población, Argentina tuvo un mayor porcentaje de bajas que Brasil y Uruguay, aunque mucho menor al desastre demográfico de Paraguay.

Pero en otro sentido, probablemente el Estado liberal nacional argentino haya sido un gran vencedor de la contienda. La guerra le proporcionó una oportunidad de acallar la disidencia interna y de consolidar el Estado nacional centralizado y sus representaciones sobre la nacionalidad argentina.

Aún así la guerra es poco conocida en la Argentina, poco representada en los manuales escolares, y muchas veces cuando se la conoce se la asocia a un otro: "Fue Mitre", "Fueron los ingleses". La historiografía argentina y las interesantes renovaciones que la atraviesan, no han estado ajenas a esta tendencia porque prácticamente (salvo excepciones que mencionaremos) no han abordado el tema en los últimos 40 años. Nuestra investigación tiene como propósito primordial empezar a abrir un espacio que revierta esa tendencia en el ámbito académico. Nuestra línea de investigación específica se centra principalmente en el estudio de las representaciones de la nación durante la contienda (BARATTA 2012). Otras líneas de pesquisa se están desarrollando actualmente y algunas de nuestras propias líneas esperamos que excedan ese ámbito profesional. Un documental de la TV pública y algunas alusiones en el discurso presidencial dan cuenta de cierto movimiento de interés en la guerra, probablemente motorizado por los bríos de los últimos tiempos de entidades como el Mercosur y la Unasur.

Historiadores influyentes han deslizado en sus trabajos la idea de una íntima relación entre la guerra y la identidad nacional argentina. José Luis Romero escribió en su trabajo *Las ideas políticas en Argentina*

100

También contribuyó eficazmente a asentar el principio de la unidad nacional la Guerra del Paraguay, desencadenada en 1865. Un esfuerzo ciclópeo realizó entonces todo el país para afrontar el conflicto, y al cabo de cinco años había surgido, sobre las cenizas del sacrificio común, una idea más viva de la comunidad argentina (ROMERO 1956, p. 160-161).

Sin embargo Romero no estaba estudiando la guerra por lo que no fundamenta ni desarrolla más a fondo su hipótesis.

Por otra parte, en un trabajo que sí habla sobre la guerra, Leslie Bethell sentencia que

En el balance, la guerra había contribuido positivamente a la consolidación nacional: Entre Ríos y Corrientes no rompieron filas; las rebeliones montoneras en varias provincias fueron suprimidas; Buenos Aires fue aceptada como capital indiscutida de una república unificada, y la identidad nacional quedó considerablemente fortalecida (BETHELL 1995, p. 16).

No obstante Bethell no analiza el caso argentino, sino la guerra en general y sobre todo el papel de Gran Bretaña. Por esta razón nuevamente tenemos una afirmación que carece de una investigación minuciosa que la sustente.

En el caso de Brasil, José Murilo de Carvalho considera que la Guerra del Paraguay es un período privilegiado para revelar las representaciones de su patria. Más aún sostiene que

A pesar de las dificultades en formar una imagen de nación que incorporase la realidad de la población, el Imperio vivió una experiencia colectiva que fue el factor más importante de la creación de la identidad nacional desde la independencia hasta 1930. Se trata de la Guerra del Paraguay (DE CARVALHO 1994, p. 410).

En esta instancia particular proponemos debatir el lugar de esta guerra en la historiografía argentina. En primer lugar repasaremos la historiografía argentina que exaltó la participación de nuestro país y la cruzada contra Francisco Solano López. Luego analizaremos la reacción revisionista a esas primeras miradas. Enseguida daremos un vistazo a los estudios recientes sobre la contienda en la historiografía regional y mundial, con énfasis en el caso brasileño. Concluiremos con un repaso sobre la historiografía argentina reciente sobre la guerra.

### **Todos los caminos conducen a López**

Los trabajos sobre la contienda en la Argentina se han detenido principalmente en el examen de sus causas, consecuencias y responsables, en los aspectos político-diplomáticos y en la narración de los acontecimientos militares. Un breve repaso por estos abordajes comienza con los escritos que vieron la luz durante la contienda o en los momentos inmediatamente posteriores. Empezamos nuestro relato mencionando los escritos publicados en Buenos Aires en el devenir de la contienda. La ya clásica obra de José Manuel Estrada crítica sobre el Paraguay (ESTRADA 1865), los escritos militantes opositores a la contienda de Juan Bautista Alberdi, Carlos Guido y Spano, Olegario Víctor Andrade y Miguel Navarro Viola, muchos de ellos publicados en el periódico *La América* editado en Buenos Aires durante 1866. Hacia el final de la guerra aparecería la *Historia de la guerra del Paraguay* del ingeniero inglés George Thompson, quien estuvo del lado del frente paraguayo en el cual construyó algunas importantes fortificaciones (THOMPSON 1869). Inmediatamente después se publicaría en nuestro país el relato del farmacéutico George Masterman sobre la esencia del ser paraguayo y su gobierno. Ambos trabajos fueron críticos con Francisco Solano López. Memorias de la guerra pueden encontrarse también en la obra de del propio Bartolomé Mitre (1911), los diarios de León Palleja (1865) y en la pintura de Cándido López, Adolph Methfessel y Juan Manuel Blanes, además de la publicación del *Álbum de la Guerra del Paraguay* en 1893.

Sin embargo podríamos situar el comienzo de una historiografía argentina sobre la guerra hacia fines del siglo XIX con las obras de Vicente Fidel López (1896) y Mariano Pelliza (1897) quienes explicaron el desencadenamiento de la guerra como una respuesta a la agresión de un único responsable: Francisco Solano López. El fin del enfrentamiento significó la liberación del pueblo paraguayo de la barbarie impuesta por los gobiernos tiránicos que lo habían mantenido aislado de las naciones civilizadas. Esta postura fue difundida en un primer momento en los países vencedores y también en el Paraguay.

A comienzos del siglo XX, Ernesto Quesada, intelectual argentino publicaría algunos escritos con tímidas críticas a la alianza a principios del siglo XX (QUESADA 1902). De todas maneras su postura sería aún minoritaria. A esta reacción no

dominante dentro de las posturas nacionalistas en nuestro país se sumarían las obras de reivindicación de Juan Bautista Alberdi en la pluma de David Peña: "En defensa de Alberdi" de 1911 y "La traición de Alberdi" de 1919 (PEÑA 1965). En el país guaraní una contra-historia más difundida sobre la guerra empezaría a desarrollarse muy tempranamente. Los trabajos de Liliana Brezzo (BREZZO 2004) constituyen una referencia ineludible en ese sentido, en los cuales se analizan las obras de Juan O'Leary, Manuel Domínguez, Ignacio Pane y Natalicio González, entre otros. En Uruguay durante las primeras décadas del siglo XX, las obras de Luis Alberto de Herrera configurarían lo que serían los orígenes del relato revisionista en el país oriental. Laura Reali (2006) ha llamado también la atención sobre el intercambio de Herrera con Ernesto Quesada

El proyecto de Estanislao Zeballos de redactar una historia general sobre la contienda quedaría trunco, acción que sí logra llevar a cabo el Coronel Juan Beverina al publicar una historia general de tinte militar sobre la temática (BEVERINA 1921). Se trató en primera instancia de un compendio preparado para ser publicado en un número extraordinario del periódico porteño *La Nación* (sucesor de *La Nación Argentina*, el diario mitrista contemporáneo a la guerra) editado como conmemoración del primer centenario del nacimiento de Bartolomé Mitre el 26 de junio de ese año. La publicación en la que luego se convertiría no podía entonces comenzar de otra forma que con un homenaje enaltecedor de la figura de Mitre en su doble papel de Presidente de la República y General en Jefe de los Ejércitos Aliados durante los primeros años de la guerra. De todas maneras, Beverina se esfuerza por tratar de dejar en claro que su rol de historiador le pide un exacto conocimiento, sin prejuicios ni apasionamientos. Beverina cree que han pasado los suficientes años como para elaborar un relato histórico imparcial sobre la contienda. Sin embargo su obra, relato típicamente militar dividido en causas diplomáticas y luego en batallas y cartografía final, sostiene una visión clara de la guerra, que no difiere sustancialmente de las de Pelliza y V. F. López. El desencadenante de la contienda fue la agresión del presidente paraguayo al imperio brasileño y Beverina lo sustenta con una descripción histórica del Paraguay post independencia. Esa descripción contiene el calificativo a sus gobernantes como tiranos. Llama la atención, en disonancia con esta postura clásica, un reconocimiento a cierta injerencia de la prensa porteña sobre la incorrecta decisión de Solano López. Pero de todas maneras hasta aquí no hay más que el reconocimiento de una causa unilateral de la guerra y ella está en Paraguay. Esa es básicamente la intención de la obra, reivindicar la figura de Mitre y acusar al Paraguay como principal responsable de la contienda. En esta época también se edita la novela histórica de Manuel Gálvez (GÁLVEZ 1928-1932).

Hacia finales de la década de 1930 Ramón Cárcano analizó los aspectos político y diplomáticos, enfatizando el rol cuasi heroico de Mitre (CÁRCANO 1938). Este autor enmarcó la contienda como una lucha facciosa, prolongación del proceso de consolidación del Estado nacional (de la batalla de Caseros en 1852 a la de Pavón en 1861 en su visión) y aún más ampliamente en una lógica de larga duración que abarcaba las disputas entre el imperio español y

portugués hasta las independencias. Cárcano sostiene que la concordia entre Brasil y Argentina es un punto esencial para el desarrollo de América del Sur, aunque critica las ansias de expansionismo brasileño. Además considera que la actitud del caudillo federal entrerriano Justo José de Urquiza de no forjar alianza con el Paraguay como la culminación de su obra: la constitución y la consolidación definitiva de la República Argentina. Fuera de la Argentina el trabajo de Pelham Horton Box mantiene también una línea diplomática (BOX 1958).

En suma, con sus diferencias y matices, la perspectiva del relato militar y/o diplomático, algunas veces dedicado a establecer causas y otras a edificar héroes que contribuyan a un relato nacional cuasi épico -que centró su mirada en responsabilizar casi exclusivamente a Francisco Solano López por la guerra-, fue la dominante en la historiografía argentina hasta la década de 1950. Una postura militar diplomática similar se divulgaba también en Brasil con la obra de Fragozo (1956), pero algo muy diferente empezaba a gestarse en Paraguay y Uruguay. Algo de ese movimiento, aunque sobre todo una lógica propia, estará presente en la fuerte reacción historiográfica que analizaremos a continuación.

### **El revisionismo como reacción**

Si bien en Paraguay había comenzado a difundirse una revisión de la historia sobre la guerra, no será hasta la década de 1950 que comiencen a editarse publicaciones de autores argentinos que propondrán una reacción ante la historia mitrista, diplomática y/o militar. En el país guaraní esta contra-historia empezaría a desarrollarse muy tempranamente, en los albores del siglo XX (BREZZO 2004) más ligada a un nacionalismo conservador. En cambio en Argentina, el desarrollo de los partidos de izquierda y del peronismo proporcionaron una oportunidad y los interrogantes para llevar adelante una contra-historia en nuestro país, y el episodio de la Guerra del Paraguay no quedó exenta de esa revisión. Enrique Rivera, militante de la izquierda nacional argentina que apoyó al peronismo desde la distancia ideológica que lo separaba, publicó en 1954 *José Hernández y La Guerra del Paraguay* por Editorial Indoamérica (RIVERA 1954). Rivera sostiene allí que la Guerra de la Triple Alianza fue llevada adelante por el capitalismo extranjero y sus agentes, las oligarquías porteña y uruguaya y el imperio brasileño en contra del pueblo del Paraguay y también de la Argentina. El resultado fue la destrucción del modelo de país desarrollado por los López y la reducción de nuestro país a la condición semi-colonial. Rivera afirma también que la contienda fue el primer genocidio de la América independiente. Si bien el título del libro se centra en la figura de José Hernández y su oposición a la guerra, el lugar que ocupa el tema en el mismo es reducido y se trata de un racconto que sitúa el origen nacional antes de la revolución de Mayo y desarrolla la historia hasta el mitrismo. Durante esa misma década, aunque publicado con posterioridad a su temprana muerte, el historiador trotskista Milcíades Peña comienza a producir su inconclusa *Historia del pueblo argentino*. La misma contiene un segmento dedicado a la era de Mitre que lleva el sugerente subtítulo "De Caseros a la Guerra de la Triple Infamia", lo cual denotaba su postura frente a la misma y quedaría plasmado como título alternativo de la contienda en



el inconsciente colectivo. Para Peña la guerra fue un momento conclusivo de la imposición del capital burgués comercial porteño que configuró un estado nacional liberal unitario. Hay que destacar que él no abogará por la tesis de un papel complotador de Gran Bretaña en el conflicto (PEÑA 1968).

A partir de la década de 1960, estas visiones comienzan a difundirse, multiplicarse e imponerse hasta el punto que continúan hasta hoy erigiéndose como las dominantes en el inconsciente colectivo argentino. Estas posturas, aunque con sus diferencias de matices, se agruparon en torno a la denominación de revisionismo histórico, en su búsqueda de impugnación a la tradición liberal mitrista. A nivel general, la contienda es entendida como una agresión imperialista británica, cuyos títeres son el imperio del Brasil y Argentina, contra una nación autárquica y desarrollada (CHAVEZ 1966; POMER 1968; ROSA 1965; GARCÍA MELLID 1964; ORTEGA PEÑA; DUHALDE 1967; DE PAOLI; MERCADO 1973; GALASSO 1975). Las hipótesis revisionistas postulaban que Gran Bretaña había provocado la guerra para asegurarse en Paraguay un mercado rentable para sus exportaciones y destruir así la economía estatista paraguaya. También circuló la idea de que Gran Bretaña buscaba en Paraguay el algodón que la guerra civil en Estados Unidos le estaba negando.

En nuestro país las dos visiones más difundidas de esta corriente fueron las de José María Rosa y León Pomer. El historiador brasileño Ricardo Salles (SALLES 1990) las ha dividido en la versión de la unidad de América hispánica (ilustrada con José María Rosa y su obra *La Guerra del Paraguay y las Montoneras Argentinas*) y la versión de la intervención imperialista (las diferentes obras de León Pomer, reproducida también por Julio José Chiavenatto en Brasil). En el caso de Rosa -cuya obra sobre la guerra excede ese particular libro aunque se trata del más emblemático- se puede reconocer el doble mérito de dar voz a los vencidos y además que éste también no equipara los intereses del imperio brasileño con los del imperio británico, con relaciones diplomáticas cortadas al momento de la guerra. Sin embargo Rosa no matiza en el caso argentino porque considera a todos los gobiernos de Mitre en adelante como unos traidores que han entregado el país a los capitales extranjeros. La profusa documentación que Rosa utiliza es vista muy desde su presente, desde los movimientos antiimperialistas de los años 1950 y 1960. Es una simplificación que invierte las simplificaciones tradicionales. Este proyecto de unidad transnacional que el autor proponía carecía de bases sociales y económicas reales y obturaba las particularidades sub-regionales.

La versión de la intervención imperialista desarrollada por León Pomer en *La Guerra del Paraguay, Gran negocio* postula un Paraguay con un camino de desarrollo original, autónomo, autosuficiente, nacionalista y antiimperialista (POMER 1968). Pomer denuncia el rol de Gran Bretaña en el conflicto y sus vínculos con el mitrismo, el Imperio del Brasil y los colorados del Uruguay. Considera que la guerra fue una afrenta ignominiosa y un genocidio de un pueblo hermano y heroico. Su trabajo busca poner de relieve los negociados encubiertos por la fachada moral y pretendidamente neutral de la historia mitrista. Para ello comienza el relato en la Gran Bretaña del siglo XVI y luego profundiza en el

modelo de un Paraguay “insólito” en el siglo XIX de la Cuenca del Plata, modelo incompatible con los intereses británicos y sus brazos armados en esta región. Salles utiliza los datos del propio Pomer y llega a la conclusión de que la pauta de importaciones paraguayas no era muy diferente de la de sus vecinos. No existió una propuesta de construcción de una nación independiente. Sostiene además que el análisis de Pomer reduce las relaciones políticas a las relaciones económicas y además iguala los intereses del imperio británico con el brasileño, cuyas relaciones estaban en conflicto para esa época. En 1986 Pomer publicaría *Cinco años de guerra civil*, libro que demuestra con abundante y contundente documentación la resistencia popular a la guerra en nuestro país (POMER 1986). En 2008 llegaría una tercera edición de la primera obra de Pomer.

Otras obras que reprodujeron estas mismas hipótesis fueron las de Fermín Chávez, García Mellid, Ortega Peña y Duhalde, mientras que De Paoli y Mercado puntualizaron que las rebeliones internas como las de Felipe Varela no se hicieron contra el Imperio Británico como lo afirmaron Ortega Peña y Duhalde. Estos últimos también prologaron una reedición de la obra de David Peña. En 1962 son publicados por Ediciones de la Patria Grande los escritos de Juan Bautista Alberdi durante la contienda prologados con un compendio de estas mismas ideas revisionistas, algo diferentes a las del autor de las *Bases*.

Reconocemos el aporte de dar voz a los vencidos, comprender la contienda en un marco histórico y geográfico amplio, desterrar el mito de la neutralidad y poner luz sobre la actuación de los aliados. De todas maneras y con sus matices, esta contra-historia propuso centrarse en las mismas temáticas que su antecesora, buscar orígenes, causas, responsables, héroes y culpables. Propuso dar vuelta la moneda y mostrar su otra cara. Allí radicó también su éxito y su limitación. Un éxito comprensible en un contexto de guerra fría, dictaduras militares que propiciaban el combate ideológico desde la izquierda y el peronismo y la analogía de una Cuba independiente y aislada con el proto-socialismo Paraguayo pre-guerra. Pero el éxito superó la época. Porque hasta hoy perduran sus postulados más fuertes en nuestro país. El inconciente colectivo argentino ha retenido sus postulados más fuertes y muchos de estos libros se han reeditado en los últimos años.

### **Por fuera de la dicotomía**

Según Leslie Bethell, desde fines de la década de 1970 la guerra ha recibido muy poca atención por parte de los historiadores. Un conjunto de temas promisorios aguardan ser explorados: “La Guerra del Paraguay espera su historia moderna” (BETHELL 1996, p. 19). Si bien existen trabajos recientes innovadores -en los que se busca echar por tierra las ideas de revisionistas-, los más influyentes corresponden a la historiografía brasileña.

En 1989 la Revista paraguaya de Sociología publica un interesante artículo de Diego Abente Brun “La Guerra de la Triple Alianza: tres modelos explicativos” en el cual a partir de un análisis característico de las ciencias sociales, se refutan principalmente las de equilibrio de poder que fue argumento del mismo Solano López y la teoría imperialista, baluarte de la tradición revisionista (ABENTE BRUN 1989).

El trabajo de Ricardo Salles marca un punto de inflexión en la historiografía de los países involucrados. Salles siente que debe saldar una deuda; la guerra es un hecho desconocido, olvidado, poco conocido para la mayoría de la población y descuidado en los últimos años por la historiografía. Si bien el objetivo del autor con este libro es comprender la formación de un ejército nacional profesional y sus relaciones con la sociedad, considera inevitable interrogarse respecto del origen del conflicto. Para ello le resulta imprescindible repasar las visiones historiográficas que lo han abordado: la que denomina tradicional y, sobre todo, la revisionista. Salles las distingue para hacer su crítica, pero deja en claro que algo las liga: las simplificaciones. La crítica principal es su reduccionismo ya que sobredimensiona el papel de los ingleses y menosprecia el papel de los actores palatinos, aunque no se trata de negar las vinculaciones. Salles postula que el reclutamiento para la guerra fue exitoso y afectó al conjunto de la sociedad. Estima que no más de un 10% de los soldados eran esclavos. La hipótesis principal del libro sostiene que la presencia del esclavo como Voluntario de la Patria y Héroe Nacional contribuyó a minar la estructura social esclavista, al ser una manifestación de la contradicción entre la estructura político-jurídica liberal del Imperio y su base esclavista. La participación de los esclavos en el ejército garantizó, al menos para la parte de la población servil involucrada, alguna forma de reconocimiento y un lugar de interlocución. Su incorporación en un proyecto de realización hegemónica de la Corona y de la clase dominante implicaba necesariamente asimilar algunos de sus propios intereses a ese proyecto. Se plasma la contradicción de los esclavos accediendo en escala ampliada a un derecho y un deber de la ciudadanía. Los años que siguieron a la guerra se caracterizaron por rebeliones intensificadas, distintas a las anteriores, por la búsqueda de esos derechos. Salles concluye entonces que la presencia de los esclavos en el ejército tuvo entonces profundos efectos sobre la crisis y el derrumbe del Imperio. A partir de la lectura de fuentes literarias de la época, sostiene que la guerra no fue popular y probablemente la mayoría de los reclutados fueran a la fuerza. Pero significó un esfuerzo a nivel nacional, material, ideológico, humano y moral, que terminó de provocar un sentido de unidad nacional en la población.

Por otra parte la historiografía brasileña reciente también se dedicó a analizar representaciones de la prensa en la guerra, haciendo foco en las imágenes. André Toral analizó la prensa y la guerra de imágenes paralela a la guerra material que buscó destruir al enemigo y levantar la moral propia (TORAL 2001). Toral adscribe a la revisión de la historia de la guerra propuesta por Salles y Abente Brun y analiza fundamentalmente prensa brasileña (de la cual sostiene que fue algo crítica con el gobierno imperial) y paraguaya (prácticamente adicta a Solano López). La prensa argentina de la época a excepción de *El Mosquito* y *El Correo del Domingo*, no apeló a las imágenes durante la contienda. En *A Batalha de papel* Mauro César Silveria sostiene que la prensa ilustrada brasilera se encargó de demonizar al enemigo (SILVERIA 2005). Las apelaciones al pueblo paraguayo lo ligaban con una comunidad extraña, rara y servil. Sin embargo no son solamente las particularidades culturales las que motivan la

atención de los periódicos. Una tradición política comunera es tomada como extraña y representativa del país guaraní. Silveira se cuida en esta instancia de no adherir a la visión idealizada del Paraguay pre-guerra, característica de las posturas revisionistas ni tampoco de denostarlo. Aunque no se trataba de una potencia, el Paraguay de la primera mitad del siglo XIX se caracterizaba por una combinación de aislamiento político y cierto nivel de desarrollo social y económico. La figura de Solano López domina ampliamente las caricaturas de los periódicos satíricos de la Corte. Se intentaba desde la prensa brasileña atribuirle a López la responsabilidad de la guerra y describirlo como un bárbaro, déspota, furioso, loco, enfermo y feroz. La encarnación del mal en Solano López era la imagen necesaria para una sociedad eminentemente católica; el presidente paraguayo era el mismo diablo.

El trabajo de Silveira propone además el interesante ejercicio de enunciar una postura crítica sobre la guerra, pero sin por ello renunciar a comprender su racionalidad ni adscribir a las tesis revisionistas. Además por su formación en comunicación, Silveira rastrea la permanencia de algunos estereotipos sobre los paraguayos en la prensa brasileña del presente. De todas maneras, ninguno de los trabajos escapa a una tendencia "brasileño-céntrica" que describe la contienda como una lucha militar entre Paraguay y Brasil. Argentina aparece apenas como co-aliada y Uruguay tiene un papel simbólico. Es cierto que en los últimos años de la guerra la presencia argentina fue menor. Pero no así en lo que refiere a los desencadenantes y los primeros años de la contienda. La falta de estudios novedosos en nuestra historiografía con los cuales dialogar también contribuye a profundizar este aspecto.

Silveira también dedica unas páginas a otra tarea casi obligada del historiador actual de la guerra, como también lo hicieron Salles y Toral: poner en cuestión el papel de Gran Bretaña en la misma y dar por tierra la posibilidad de que haya sido la responsable. La publicación del tratado de la triple alianza por parte de la diplomacia inglesa, sus conflictos con el Brasil, la debilidad de las hipótesis del mercado del algodón y los mismos conflictos regionales ya dan sobrada muestra de que aún cuando haya sido una beneficiada indiscutida de los resultados no hay pruebas sólidas de su responsabilidad como desencadenante del conflicto. En este sentido, Silveira reivindica la postura de Milcíades Peña al respecto.

El libro de un autor brasileño que provocó gran revuelo e influencia en la historiografía académica y también en la opinión pública argentina fue *Maldita Guerra* de Francisco Doratioto, obra de más de 600 páginas que lleva como subtítulo *Nueva Historia de la Guerra del Paraguay*. El éxito fue tal que el libro fue editado en español en Buenos Aires por Emecé en 2004. Se trata de un ambicioso trabajo de investigación que está marcado por una visión diplomática liberal brasileña. Doratioto ya tenía en su haber trabajos que postulaban una visión similar a la que despliega en *Maldita Guerra* desde 1991. La guerra es entendida en su óptica como resultado de las contradicciones platinas y teniendo como objetivo último la consolidación de los Estados nacionales de la región. Sin embargo la guerra no era la única salida necesaria a los conflictos que se originaron en Uruguay y si tuvo lugar finalmente fue porque interesaba a

todos los involucrados que así sea. Todos previnieron un conflicto rápido que finalmente no se produjo de esa manera. La detallada investigación de Doratioto proporciona así explicaciones al inicio de la contienda que pretenden en principio alejarse de las dicotomías explicativas. El caudal de información y el detalle de las fuentes hacen de este libro un aporte insoslayable. El historiador Mário Maestri sostiene que la obra de Doratioto constituye una suerte de restauración historiográfica y que como aquellos primeros estudiosos de la guerra, esgrime una pretendida neutralidad que no existe (MAESTRI 2013).

La historiografía paraguaya tiene dificultades en escapar de la lógica lopismo-antilopismo. Constituyen loables excepciones los trabajos de Guido Rodríguez Alcalá (RODRÍGUEZ ALCALÁ 2007; 2010) con sus críticas al revisionismo paraguayo y la publicación de documentos de las víctimas paraguayas de los tribunales de Francisco Solano López, Ana Barreto Valinotti con su historia de las mujeres (VALINOTTI, 2012) y todos los trabajos de Liliana Brezzo sobre la historiografía. Podemos sumar las renovaciones que presentan las miradas de Ignacio Telesca (2010), Milda Rivarola (1988) y Bárbara Pottash (1996) aunque no siempre centrados en la temática guerra. El fin de la dictadura en el país guaraní propicia nuevas investigaciones y metodologías que procuran comprender la guerra en sus propios términos sin demonizar a Francisco Solano López, ni tampoco elevarlo a la categoría de héroe que quiso esgrimirle el revisionismo. Revisionismo que mientras en Argentina estuvo identificado con la resistencia peronista y la de izquierda, en Paraguay fue en cambio el relato constructor de la dictadura del General Alfredo Stroessner. Por otra parte, la historiografía uruguaya reciente sobre la cuestión es escasa, quizás motivada por la participación casi simbólica que terminará teniendo la Banda Oriental aunque algo inexplicable porque el origen de la guerra fue allí. Se encuentran algunos relatos heroicos sobre Paysandú y libros de fotografías (VIGIL y VALLARINO 2007).

108

Fuera de la historiografía de los países involucrados, no podemos eludir los recientes trabajos de Thomas Whigham (KRAAY; WHIGHAM 2004; WHIGHAM 2010; 2011; 2012) y Luc Capdevila (CAPDEVILA 2010) quienes se especializan fundamentalmente en el caso paraguayo. Capdevila parte de la correcta convicción de que sería imposible comprender el Paraguay actual sin tomar en cuenta esta penosa contienda que terminó hace ya más de 140 años. Por ello se ha propuesto realizar un ensayo que conecte el desarrollo de la guerra y la memoria construida a partir de su finalización. Lo que la obra logra analizar con detalle y precisión es cómo el espacio de lo cotidiano en el Paraguay está inundado de memoria sobre la contienda. Esta guerra fue una bisagra en tanto puede considerarse el cierre de los conflictos de independencia y a su vez apertura y consolidación de los estados nacionales y sus fronteras. También se busca enmarcarla en un proceso de totalización de las guerras internacionales de la era industrial. Sin embargo se sostiene que se trata de de una guerra americana, es decir de un conflicto regional.

En el Paraguay actual, calles, avenidas, la moneda, los billetes, el nombre de las compañías de ómnibus, todo remite a la gran guerra. El mito del país de las mujeres que Paraguay detentó, lejos está de asemejarse al paraíso de Mahoma

sino más a un país que vivió un Holocausto masculino y que debe resurgir de sus cenizas como el Ave Fénix. Sin embargo la historia posterior a la guerra es una historia de hombres; políticos, militares, intelectuales y propietarios. La disputa por la memoria se centra también en la figura del mariscal: como mencionamos el encono de lopistas y antilopistas sigue vigente al día de hoy y continúa dominando la visión del pasado en el vecino país. La caída de la dictadura no ha provocado todavía nuevos interrogantes y miradas sobre esta guerra en la sociedad paraguaya sino que ha reavivado el viejo debate lopismo-antilopismo. La retórica periodística reproduce esta lógica maniquea.

Asimismo como apuntamos se tornan ineludibles los trabajos del historiador estadounidense Thomas Whigham, tanto la compilación que editó junto con Hendrik Kraay, *I Die with my Country*, como la monumental historia total de la guerra *La Guerra de la Triple Alianza* en 3 volúmenes. El autor ubica la contienda como punto culminante de las tensiones que se acentuaron después de la independencia entre España y Portugal, cuyo desencadenante fue la disolución del Virreinato del Río de la Plata y la formación y la consolidación del Imperio del Brasil. Whigham hace una analogía de la contienda con la contemporánea guerra civil americana en tanto ambas terminarían en la consolidación de las incipientes naciones de nuestra región. Analiza la guerra y sus consecuencias en los cuatro países involucrados, con énfasis en Paraguay, buscando desterrar también los mitos revisionistas que responsabilizaron a Gran Bretaña, intentando comprenderla dentro de un marco regional y atendiendo a la lógica de sus actores.

De esta renovación de la historiografía, en la Argentina solo se han editado las obras de Capdevila con escasa circulación y Doratioto, siendo ésta última la de mayor repercusión y también una recopilación. Además se ha editado un estudio crítico de la correspondencia de Juan Bautista Alberdi y Gregorio Benites (LOIS; PAGLIAI, 2007). Si el investigador local quiere acceder a toda la bibliografía, debe traspasar las fronteras, y en muchos casos, leer en portugués o inglés. El público en general ha tenido entonces acceso limitado a estas renovaciones por lo que los diálogos entre historiografías recientes entre países de la región son desde Argentina hoy, limitados. La posibilidad de intercambio con el Paraguay se facilita en provincias más cercanas como Corrientes o a través de investigadores argentinos que estudian ese país como Telesca o Brezzo. Desde Buenos Aires el gran público solo puede acceder a los libros editados en Asunción una vez al año en la Feria del Libro. Las obras más difundidas de la historiografía argentina sobre la guerra en los países de la región han sido las del revisionismo analizado que ha inspirado a muchos otros autores fuera de nuestro país (CHIAVENATTO 1979).

109

### La guerra olvidada

En cuanto a la historiografía reciente en nuestro país sobre el tema, es sintomático que en el volumen de la *Nueva Historia Argentina* correspondiente al período 1852-1880, la Guerra del Paraguay aparezca solo escasamente mencionada y en artículos que no la tienen en el centro de su análisis (BONAUDO 1999). Asimismo Alberto Lettieri abordó en su libro *La República de las Instituciones* el período comprendido entre 1852 y 1880, pero la guerra

es poco analizada ya que su interés fundamental radica en el estudio de la década de 1870 (LETTIERI 2000). Afortunadamente contamos con dos nuevas historias generales del período que analizan la contienda retomando los avances generales que mencionamos en el apartado anterior, aunque entre una lista de otros temas (GARAVAGLIA; FRADKIN 2012; SABATO 2012). Podemos agregar el tratamiento de la guerra que Ariel de la Fuente hace en parte de su libro sobre caudillos en La Rioja (DE LA FUENTE 2007). Desde una tradición historiográfica diferente a la de la *Nueva Historia Argentina*, León Pomer escribe en el prólogo a la reciente reedición de su obra

No puedo ocultar lo que me parece significativo: la poca o ninguna importancia que los historiadores universitarios le dan a la guerra como objeto de investigación, siendo que fue un momento capital de la constitución del Estado argentino y dio un cuantioso aporte a la casi eliminación de un pueblo hermano (POMER 2008, p. 9).

110

La afirmación de Bethell es entonces más que pertinente para el caso argentino, participante decisivo en el desarrollo de la guerra. Los recientes trabajos sobre la temática en nuestro país entonces han sido escasos y no se han detenido en la problemática de la identidad nacional desde las elites argentinas y apenas han abordado las representaciones en general. La historiografía argentina reciente sobre la guerra más prolífica se encuentra en Corrientes, escenario argentino de la contienda. Dardo Ramírez Braschi estudió el impacto de la guerra en la provincia a través del análisis de la prensa (RAMÍREZ BRASCHI 2004). En un trabajo que suscita gran interés por tratarse del escenario argentino de la contienda y que demuestra el incómodo lugar que los correntinos mantuvieron durante la contienda, desde los aliados al mitrismo, hasta los cómplices con el Paraguay y quienes fueron acusados formalmente de traidores. María Gabriela Quiñonez también trabajó un tema caro a la provincia y la contienda, el caso de las cautivas (QUIÑONEZ 2012). Con este material, Quiñonez se encargó de asesorar la publicación de "Cautivas" una novela de Gabriela Saidón publicada en 2008 por Editorial Planeta que despertó gran polémica en Corrientes en su presentación, en la que también se encontraba como expositor el escritor paraguayo Guido Rodríguez Alcalá. Pablo Buchbinder abordó la inserción de Corrientes en el proceso de construcción del estado nacional y su análisis incluye La Guerra del Paraguay (BUCHBINDER 2004).

Por otra parte encontramos además editados en Buenos Aires el libro de Miguel Ángel de Marco quien estudia con detalle la vida cotidiana en el frente (DE MARCO 2003). También se editó el trabajo de Leonardo Castagnino en el que se repiten los postulados de la historiografía revisionista en un relato más de tinte de divulgación (CASTAGNINO 2010). Sumamos también en esta tendencia revisionista las reediciones recientes de los libros de Pomer en 2008, de Rivera sobre José Hernández en 2007 y Galasso sobre Felipe Varela en 2011 por editorial Colihue. También otro libro que él junto con su equipo de investigación publicaron en 2012 sobre Varela (GALASSO 2012). Si bien Liliana Brezzo analizó en un breve trabajo las representaciones de los argentinos, lo hizo solo desde la mirada de

los manuales paraguayos (y no desde las mismas elites argentinas), buscando centrarse fundamentalmente en la historia del vecino país y sus relaciones de integración con Argentina (BREZZO 2002). Además el período estudiado no se focaliza exclusivamente en la guerra, sino que parte de los efectos posteriores a la misma: la destrucción y reconstrucción de la memoria nacional paraguaya y las relaciones bilaterales principalmente durante el siglo XX. Hacia fines de 2008 El Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional de San Martín organizó su quinto encuentro anual. Esta vez el tema elegido fue "La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones y contextos". Los trabajos de las jornadas están publicados *on line* en la Revista *Nuevos Mundos*. La mayoría de los trabajos argentinos allí presentados corresponden a destacados académicos pero que no se dedican específicamente al tema de la guerra. La Guerra tomó estado público durante 2012 cuando se emitió en la TV Pública el documental *Guerra Guasú*, que de alguna manera reivindicó la postura revisionista aunque propuso interesantes debates públicos con especialistas de diferentes posiciones historiográficas. El tema fue abordado tangencialmente en algunos discursos de la presidenta de la Nación Cristina Fernández de Kirchner, también con la apelación a algunas consignas revisionistas. En 2014 y 2015 se cumplirán 150 años del inicio de la guerra y esperamos que la fecha pueda abrir el debate historiográfico académico y público.

Analizamos la historiografía renovada sobre la contienda fuera de la Argentina como una manera de poder dar a conocer las líneas de investigación y entablar diálogos a futuro. Sostenemos que el caso brasileño abre muchas líneas de investigación que pueden ser retomadas para asuntos del caso argentino y por ello nos hemos detenido en su descripción ya que los avances allí son los más notorios entre los países que participaron de la contienda. Celebramos además la reapertura de las investigaciones históricas en el Paraguay democrático y esperamos que sigan desarrollándose nuevas miradas allí y también las esperamos en el Uruguay.

El estudio de los lenguajes y conceptos políticos (soberanía, civilización, barbarie, libertad, pueblo), de los sectores populares, de la formación de milicias y el ejército, de la prensa, de las mujeres, las dinámicas políticas, las implicancias socio-económicas, del papel de la religiosidad, de los mecanismos de justicia, de la memoria y de la constitución de la ciudadanía, entre otros, son tópicos que hoy recorren con vigor la historiografía del siglo XIX argentina. La Guerra del Paraguay, tan incómoda y políticamente incorrecta, los espera. La guerra del Paraguay también fue argentina con todas sus resistencias y oposiciones. Constituyó un evento crucial en la consolidación del Estado nacional y es parte de su historia, aunque incomode. Mientras tanto continúa presa del olvido o de los razonamientos maniqueos y anacrónicos. No pretendemos esgrimir que la historia tiene pretensiones de neutralidad absoluta (en la que no creemos ya que son múltiples los factores que condicionan la tarea del investigador), ni tampoco hacer un trabajo cuyo objetivo sea político. Esperamos un análisis de esta guerra tan dolorosa y polémica evitando las dicotomías, sin tomar con literalidad las fuentes, desterrando teorías conspirativas y sin glorificar ni



diabolizar conductas humanas. No obstante el fin de los juicios morales, no implica que no se pueda sentar una postura como Pierre Vidal Naquet lo dijo sobre la esclavitud. La guerra del Paraguay fue un triste evento que dejó miles de muertos y problemas económicos graves que no alabamos, ni queremos que vuelvan a repetirse en nuestra región. Para ello nada peor que negarla de la propia historia. Sin embargo no pecamos de ingenuos y sabemos que la violencia y la política no eran incompatibles durante el siglo XIX, pero algunas prácticas de la guerra, su duración y crueldad fueron denunciadas en ese mismo momento y probablemente pudieran haberse evitado.

### Referencias bibliográficas

- ABENTE BRUN, Diego. La Guerra de la Triple Alianza: tres modelos explicativos. **Revista Paraguaya de Sociología**. Asunción: p. 175-198, enero-abril de 1989.
- BARATTA, María Victoria. La identidad nacional argentina durante la Guerra del Paraguay. Representaciones, lenguajes políticos y conceptos en el diario La Nación Argentina (1862-1870). **Almanack**, n. 3, p. 82-98, 2012.
- BARRETO VALINOTTI, Ana. **Voces de mujer en la historia paraguaya: 200 años después**. Asunción: Asociación Trinidad, 2012.
- BETHELL, Leslie (org). **A guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Río de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- 112 BEVERINA, Juan. **La Guerra del Paraguay 1865-1870 Resumen Histórico**. Buenos Aires: Diario La Nación, 1921.
- BONAUDO, Marta (dir). **Nueva Historia Argentina, Liberalismo, Estado y orden Burgués (1852-1880)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.
- BOX, Pelham Horton. **Los orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza**. Buenos Aires: Ediciones Nizza, 1958.
- BREZZO, Liliana. Los manuales de historia argentinos y paraguayos. Una aproximación bilateral a las representaciones del Otro. **Entrepasados**, n. 20-21, 2002.
- \_\_\_\_\_. La Guerra del Paraguay en los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes. **Revista Universum**, n. 19, vol.1, p 10-27, 2004.
- BUCHBINDER, Pablo. **Caudillos de pluma y hombres de acción: Estado y política en Corrientes en tiempos de la organización nacional**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- CAPDEVILA, Luc. **Una guerra total: Paraguay 1864-1870**. Ensayo de Historia de Tiempo Presente. Asunción-Buenos Aires: CEADUC-Editorial SB, 2010.
- CÁRCANO, Ramón. **Guerra del Paraguay, acción y reacción de la triple alianza, dos volúmenes**. Buenos Aires: Domingo Viau, 1938.

- CARVALHO, José Murilo de. Brasil. Naciones imaginadas. In: ANNINO, Antonio, CASTRO LEIVA, Luis; GUERRA, Francois Xavier. **De los imperios a las naciones**: Iberoamérica. Zaragoza: IberCaja, p. 401-422 1994.
- CHÁVEZ, Fermín. **El revisionismo y las montoneras**: la Unión Americana, Felipe Varela, Juan Saá y López Jordán. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1966.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocidio americano**: a Guerra do Paraguai. San Pablo: Ed Paz e Terra, 1979.
- DE LA FUENTE, Ariel. **Los hijos de Facundo**: caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- DE MARCO, Miguel Ángel. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra, Nueva Historia de La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Emecé, 2004.
- ESTRADA, José Manuel, **Ensayo histórico sobre la revolución de los comuneros del Paraguay y la guerra de 1865**. Buenos Aires, 1865.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblex: 1956.
- GALASSO, Norberto. **Felipe Varela**: un caudillo latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Tiempo Latinoamericano, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Las proclamas de Felipe Varela**: el mitrismo y la "Unión Americana". Buenos Aires: Colihue, 2012.
- GÁLVEZ, Manuel. **Escenas de la Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Editorial La Facultad, 1928-1932.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos; FRADKIN, Raúl (eds.). **Argentina en la Historia**. Volumen II. La construcción nacional, 1830-1880. Buenos Aires: Taurus, 2012.
- GARCÍA MELLID, Atilio. **Proceso a los falsificadores de la guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta López, 1964.
- KRAAY, Hendrik y WHIGHAM, Thomas (eds). **I die with my country. Perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870. Studies in War, Society and Military**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.
- LOIS, Élida y Paglai, Lucila. **Epistolario inédito de Juan Bautista Alberdi y Gregorio Benites (1864-1883)**. Buenos Aires: UNSAM, 2007.
- LÓPEZ, Vicente Fidel. **Historia Argentina**. Buenos Aires: Carlos Casavalle Editor, 1896.
- MAESTRI, Mario. **A Guerra no Papel**: história e historiografia da guerra no Paraguai. Porto Alegre; Passo Fundo: FCM Editora; PPGHUPR, 2013.

- MASTERMAN, George. **Siete años de aventuras en Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1870.
- MITRE, Bartolomé. **Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: La Nación, 1911.
- ORTEGA PEÑA, Rodolfo; DUHALDE, Eduardo Luis. **Felipe Varela y El Imperio Británico**. Buenos Aires: Teoría, 1967.
- PALLEJA, coronel León de. **Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay**. Montevideo: El Pueblo, 1865.
- PELLIZA, Mariano. **Historia de la organización nacional**. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1897.
- PEÑA, David. **Alberdi, los mitristas y la guerra de la Triple Alianza**. Estudio preliminar de Ortega Peña y Duhalde. Buenos Aires. Peña Lilo, 1965.
- PEÑA, Milcíades. **La era de Mitre: de Caseros a la Guerra de la Triple Infamia**. Buenos Aires: Fichas, 1968.
- POMER, León. **La guerra del Paraguay Gran Negocio!**. Buenos Aires: Caldén, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Cinco años de guerra civil en la Argentina (1865-1870)**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986.
- \_\_\_\_\_. **La guerra del Paraguay, Estado, política y negocios**. Buenos Aires: Colihue, 2008.
- 114 POTTHAST-JUTKEIT, Bárbara. **¿Paraíso de Mahoma o país de las mujeres?: el rol de la familia en la sociedad paraguaya del siglo XIX**. Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996.
- QUESADA, Ernesto. **La política argentino-paraguaya**. Buenos Aires: Bredahl, 1902.
- QUIÑONEZ, María Gabriela. Historias que nunca se escribieron. Las cautivas, la guerra del Paraguay y la historiografía argentina. In: **Terceras Jornadas Internacionales. Historia del Paraguay**. Universidad de Montevideo, junio 2012.
- RAMÍREZ BRASCHI, Dardo. **La guerra de la Triple Alianza a través de los periódicos correntinos**. Corrientes: Moglia ediciones, 2004.
- REALI, Laura. La revisión de la lectura clásica del conflicto en la producción de Luis A. de Herrera. **La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones y contextos**. Coloquio anual del CEL. Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008 disponible en Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Coloquios 2009, <http://nuevomundo.revues.org/49363>.
- RIVAROLA, Milda. **La polémica francesa sobre la Guerra Grande**. Asunción: Editorial Historica, 1988.
- RIVERA, Enrique. **José Hernández y La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Editorial Indoamérica, 1954.

- RODRÍGUEZ ALCALÁ, Guido. **Residentas, destinadas y traidoras**: testimonios de mujeres de la Guerra de la Triple Alianza. Asunción: Editorial Servilibro, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Ideología Autoritaria**. Asunción: Editorial Sevilibro, 2010.
- ROMERO, José Luis. **Las ideas políticas en Argentina**. México: FCE, 1956.
- ROSA, José María. **La Guerra del Paraguay y las Montoneras argentinas**. Buenos Aires: A.Peña, Lilo Editor, 1965.
- SABATO, Hilda. **Historia de la Argentina: 1852-1890**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SILVEIRA, Mauro César. **A Batalha de papel**: a charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- TELESCA, Ignacio (coord). **Historia del Paraguay**. Asunción: Taurus, 2010.
- THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1869.
- TORAL, André. **Imagens em Desordem, a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. San Pablo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- VIGIL, Mercedes; VALLARINO, Raúl. **La Triple Alianza**: la guerra contra el Paraguay en imágenes. Montevideo: Planeta, 2007.
- WHIGHAM, Thomas. **La Guerra de la Triple Alianza, vol I**. Causas e inicios del mayor conflicto bélico de América del Sur. Asunción: Taurus, 2010.
- \_\_\_\_\_. **La Guerra de la Triple Alianza, vol II**. El triunfo de la violencia, el fracaso de la paz. Asunción: Taurus, 2011.
- \_\_\_\_\_. **La Guerra de la Triple Alianza, vol III**. Danza de muerte y destrucción. Asunción: Taurus, 2012.

# Cultural History and the History of the Body in German Ancient History

---

**Jan B. Meister**

jan.meister@geschichte.hu-berlin.de  
Humboldt-Universität zu Berlin  
Institut für Geschichtswissenschaften  
Unter den Linden 6, D  
10099 - Berlin  
Germany

---

## Abstract

This article aims to explain the idiosyncrasies of cultural history as practiced in Germany – or rather the German-speaking world – and to draw attention to some recent developments within the context of this new cultural history among German ancient historians in the specialized field of the history of the body. Several trends of cultural history are discussed. First, historians have been influenced by the history of everyday life, which focuses on small units and different aspects of ordinary life rather than large superstructures of society. Another trend is the growing interest of German historians in methods and theories derived from cultural anthropology. A third trend is the growing interest in feminist history and especially in the construction of gender roles. A special case in this rather broad field of cultural history is the history of the body. To a certain extent, this specialized area of history exemplifies all the problems and opportunities of cultural history.

## 116 Keywords

Cultural history; History of the body; German historiography.

---

Received in: 4/21/2013  
Approved in: 6/25/2013

The goal of this article is twofold:<sup>1</sup> first, to explain the idiosyncrasies of cultural history as practiced in Germany – or rather the German-speaking world<sup>2</sup> – and, second, to draw attention to some recent developments within the context of this new cultural history in German scholarship in the specialized field of the history of the body. The idiosyncrasies of German ancient history can be illustrated best when viewed from the outside. In 1999, Thomas Späth published an article in the renowned French journal *Annales* with the intriguing title: “Nouvelle Histoire Ancienne? Sciences sociales et histoire romaine: à propos de quatre récentes publications allemandes” (SPÄTH 1999). With this article Späth was trying to draw his French colleagues’ attention to some recent developments in German historiography, which in his opinion could actually be seen as the starting point of a “new Ancient History”. This article was written for two reasons. The first is quite obviously that Späth assumed – and probably rightly so – that most French scholars were either unable or unwilling to read often tedious German “Qualifikationsschriften” and were thus unaware of the new approaches being adopted in German scholarship. The second reason is that in the early 1990s some major changes had indeed taken place not just in German ancient history, but in German historiography as a whole.

The four books discussed by Späth are meant to illustrate this change: they are quite diverse in subject but are united by new methods they use and the questions they pose. Egon Flaig’s “Habilitationsschrift” about usurpation in the early Principate (FLAIG 1992) attempts to analyze political history as the history of *praxis* and focuses on the significance of symbols and rituals. By analyzing the symbolic framework that shaped and motivated the actions of different social groups, he develops a completely new approach to political history. Dirk Barghop’s PhD thesis “Forum der Angst” (BARGHOP 1994) is the second book discussed by Späth. In contrast to Flaig, Barghop tackles a completely new issue, focusing on senatorial fear as a historical subject. Making extensive use of the theories of the French sociologist Pierre Bourdieu, his study introduces not only new subjects but also new methods to the field of ancient history.<sup>3</sup> Späth’s own book (SPÄTH 1994), focusing on the construction of masculinity in Tacitus, does likewise, applying the methods of gender studies to the field of ancient history before gender had become a mainstream discipline. The last book, Eckhard Meyer-Zwiffelhofer’s PhD thesis “Im Zeichen des Phallus” (MEYER-ZWIFFELHOFFER 1995), also deals with gender. His approach is clearly inspired by Michel Foucault and is a pioneering study of Roman sexual discourse. Each of the books discussed by Späth deals less with historical events or social structures than with different aspects of culture. What Späth calls “new history” can thus be seen as cultural history. And this new cultural history of the 1990s was not limited to ancient history,

<sup>1</sup> I am much indebted to Prof. Dr. Fábio Faversoni and Prof. Dr. Fábio Joly for their assistance in getting this paper published and to Dr. John N. Dillon for revising the English text. Needless to say, all remaining mistakes are my own.

<sup>2</sup> The scientific communities of Austria and Switzerland are closely connected with those in Germany. In what follows, for the sake of brevity, “Germany” will be used *pars pro toto* for all three countries.

<sup>3</sup> Whether his analysis of senatorial fear is successful is another question; cf. the critical review by Winterling (2000).

but was part of a larger shift in German historiography as a whole – a change that is sometimes labeled the “cultural turn”.<sup>4</sup>

Talking about “turns” is always difficult.<sup>5</sup> If we were to sketch a simplistic outline of the progress of the new cultural history,<sup>6</sup> it first appeared in Germany in the 1990s (with various forerunners in the 1980s) and stands opposed to “Sozialgeschichte” or social history. German “Sozialgeschichte” was dominant mainly in the 1970s and focused on hard social “facts” and large macro-historical structures. Historians such as Hans Ulrich Wehler or, in ancient history, the late Géza Alföldy with his influential book “Römische Sozialgeschichte” were prominent representatives of this line of thinking (ALFÖLDY 2011).<sup>7</sup> The “cultural turn” of the 1990s had no one source, nor was it limited to Germany.<sup>8</sup> Italian “microstoria”, with its focus on small units and different aspects of everyday life rather than on large, social super-structures warrants special mention.<sup>9</sup> But not only in Italy, in Germany too, historians, at first mostly of the modern era, became interested in local history and the history of everyday life. The focus shifted from objective macro-structures to how people perceived these structures on a subjective level in everyday life.<sup>10</sup> Another trend was the growing interest of German historians in methods and theories of cultural anthropology, which led to the new discipline of historical anthropology (Cf. WINTERLING 2006).<sup>11</sup> Here, the ancient historian Jochen Martin is a prominent figure.<sup>12</sup> It is certainly no coincidence that the four books discussed by Thomas Späth as constituting a “new ancient history” were all – in one way or another – connected with Jochen Martin. A third trend was the growing interest in feminist history and especially in the construction of gender roles. This led historians to reflect on how gender, sexuality and the human body are perceived at different times and in different cultures. All these trends can be subsumed under the label “cultural history”. Their focus no longer lies on the “hard facts” of society (i.e. the description of its institutions or its political and economic structures) but on its culture – “culture” being understood as the totality of representations, practices and symbols through which human beings perceive and experience the world. This approach opens up a whole new range of questions, as illustrated by Späth’s four examples: instead of investigating political events or social structures, Egon Flaig examined rituals and symbols that,

118

<sup>4</sup> A brief sketch of this “turn” and the development of a “new cultural history” in Germany can be found in TSCHOPP; WEBER 2007, p. 72-82.

<sup>5</sup> For an intelligent discussion of different “cultural turns”, see BACHMANN-MEDICK 2006, who sees “turns” not so much as a focus on new objects as a focus on new analytical categories.

<sup>6</sup> The label “new” is used to set this cultural history apart from the “old” cultural history of the 19<sup>th</sup> century.

<sup>7</sup> WEHLER 1998 offers a discussion of the challenge (and opportunities) cultural history represents with respect to “Sozialgeschichte”.

<sup>8</sup> The bibliography is vast. For a recent overview see HUMM 2010; more recent monographs and textbooks include: DANIEL 2006; ORY 2007; TSCHOPP; WEBER 2007; TSCHOPP 2008. For a special focus on ancient history see SCHMITZ 2010.

<sup>9</sup> For the work of Carlo Ginzburg in the context of the development of cultural history see DANIEL 2006, p. 285-296.

<sup>10</sup> For German history of everyday life see LÜDTKE 1989, and for the broader context see DANIEL 2006, p. 298-313.

<sup>11</sup> Theoretical discussions of cultural history and historical anthropology can be found in the journal “Historische Anthropologie”, which first appeared in 1993. For a recent overview on the occasion of the 20<sup>th</sup> anniversary of the journal, see BURSCHEL 2012.

<sup>12</sup> Martin influenced the field not only through his publications (the most important of which are collected in MARTIN 2009) but also by institutionalizing historical anthropology as a discipline at the University of Freiburg.

in political practice, could develop a power of their own; Dirk Barghop sought to find an objective way to describe the subjective feeling of fear in the Roman senate; Meyer-Zwiffelhofer analyzed the sexual discourse of ancient Rome; and Thomas Späth investigated how Romans conceived and constructed gender roles. The broad aspects subsumed under the label “cultural history” vindicate the scholars who argue that an ongoing “cultural turn” is affecting history as a whole.

There are two main objections to doing history this way. The first is that culture as a category describing all sorts of man-made representations and practices can be applied to virtually anything, making cultural history an indefinable discipline. This is true to a certain extent. Often, cultural history is used as one historical subcategory among many, although it is not really clear how cultural history differs, say, from “historical anthropology”, “the history of the body”, or “gender history”. The French scholar Pascal Ory has attempted to define cultural history as the history of symbols, practices and representations. Cultural history should be seen, Ory argues, as one of the three major approaches to history – the other two being political and economic history (ORY 2007, p. 21f.). From this point of view, “historical anthropology”, “gender history”, and so on are nothing but subcategories of “cultural history”. But if we take seriously the implication that culture includes all man-made representations and can be used to describe every way humans make sense of the world surrounding them, then cultural history cannot be viewed merely as a subcategory of history, not even as a very large subcategory, but must be seen as a whole new way of doing history. Ory is well aware of this.<sup>13</sup> Thus, in his view, political and economic history are different *approaches* to history, but not different *subjects*. Indeed, there is also a cultural history of politics, without which one could rightly claim that political history cannot properly be understood; and ancient historians in particular have long seen that economic history must be viewed as at least partly embedded in society: thus, it too is to a large extent cultural history. In this sense, cultural history is not a special subject or a specific method but rather an analytical category applicable to all fields of history.

There remains, however, the second objection raised against cultural history. This objection concerns the methods applied in cultural history: the fact that cultural history is a new approach does not mean it is a new method. Thus, scholars doing cultural history often take an interdisciplinary approach, borrowing theories from anthropologists, sociologists, and others.<sup>14</sup> This openness, combined with the already rather open definition of what “culture” is, risks turning cultural history into a sort of “anything-goes playground” where scholars can apply fancy theories to all sorts of banalities. To phrase this objection polemically, cultural history at its worst is the complete opposite of “social history”, insofar as it focuses only on representations, texts and symbols, completely ignores historical data; it is garnished with random theories from

<sup>13</sup> See ORY 2007, p. 7-28 for a full discussion on the problem of definitions. That cultural history cannot be seen as a simple subcategory of history is also the approach taken by DANIEL 2006, p. 7-25 in her introduction, “Kulturgeschichte – und was sie *nicht* ist” (“cultural history – and what it is not”).

<sup>14</sup> The interdisciplinarity of cultural history is the main focus of SCHMITZ 2012.



other disciplines but lacks a rigorous historical method. Thus, in one sense, “cultural history” can be used as a label for describing a modern, up-to-date way of doing history, but it can also be used polemically to denounce sophisticated speculation that makes use of random theories from other disciplines and lacks a thorough historical basis. In some cases this criticism may be justified, but that is rather a flaw of individual studies than of cultural history as a whole. Studying culture understood as the totality of man-made representations does not entail jettisoning traditional historical methods and limiting oneself only to lofty speculation. Cultural history should rather be seen as an invitation to use new theories and models in conjunction with traditional methods in order to consider old problems from new perspectives.

Cultural history is a global rather than a German phenomenon. “Kulturgeschichte” may have been practiced in Germany in the 19<sup>th</sup> century and “classics” like Jacob Burckhardt still prove to be a source of inspiration, but the influences leading to the “cultural turn” in the 80s and 90s cannot be seen as a continuous tradition going back to the 19<sup>th</sup> century, nor are they all homegrown (Cf. HUMM 2010, p. 10f).<sup>15</sup> German scholarship must be seen as part of a global community that is not limited to a single national discourse, but rather incorporates various influences of different origin. The reception of French post-structuralist philosophers such as Michel Foucault or Pierre Bourdieu played an important role, and cultural anthropology as it is practiced in the English-speaking world has also been influential. Another major issue is feminist history and gender studies, which cannot be reduced to a single national discourse. Thus, in many respects, “cultural history” in Germany today is not all that different from its forms in the English- or the French-speaking world. Yet there are certain national traits that influence the way cultural history is viewed in Germany. On the one hand, national traditions determine the kind of history cultural history sets itself apart from. In Germany, this manifests in an opposition to social history sketched above and – especially in ancient history – an opposition to political and constitutional history.<sup>16</sup> Turning to France, we can see that this opposition is not as prominent on the other side of the Rhine: The influential Annales school has long since turned away from political history and took interest in such things as the history of mentalities at an early date. Cultural history as a history of representations was not really something all that new in France and could be seen as a continuation of French traditions. Accordingly, the French ancient historian Michel Humm stated in a recent article that cultural history as practiced in Germany since the 1990s is actually a “histoire culturelle à la française” (HUMM 2012, p. 11). Thus, although cultural history in France

<sup>15</sup> For an overview that takes nineteenth-century traditions into account, see TSCHOPP 2008a.

<sup>16</sup> The situation in ancient history is thus slightly different from that in other epochs, where social history in the 1960s and 1970s was seen as a new paradigm opposed to older forms of political and constitutional history. Such a clear distinction cannot be drawn in ancient history, where constitutional history has always been social history to a certain extent and vice versa. This also means, however, that constitutional and political history have remained areas from which new cultural-historical approaches have attempted to distance themselves. Thus, Flaig’s model of the Roman Principate as an “Akzeptanzsystem” (system of acceptance) is presented as a new approach opposed to the constitutional view going back to Mommsen’s “Staatsrecht”; see FLAIG 1992, p. 174-207.

and Germany is not remarkably different today, each version stands in different traditions. These national traditions – and that is my second point – not only determine the way cultural history is perceived, that is, whether as something new, foreign or traditional; national traditions also, to a certain extent, determine what subjects are analyzed with the methods of cultural history. It is probably not a coincidence that many studies by ancient historians in Germany over the last several years have focused on the political culture of ancient Rome, building on classical works of German scholarship such as those by Christian Meier, Matthias Gelzer or Theodor Mommsen and viewing their work in a new light. Egon Flaig (2003), Karl-Joachim Hölkeskamp (2004) and Martin Jehne (1995) in particular have studied the rituals and symbols that played a part in the political culture of the Roman republic. Partly as a reaction to Fergus Millar, these studies try to show that, although many republican institutions were “democratic”, the culture that made these institutions work was thoroughly aristocratic. Other studies focus on the everyday life and ritual interaction of aristocrats. Several studies have appeared in Germany in the last ten years that investigate the *convivium*, including those by Elke Stein-Hölkeskamp (2005), Konrad Vössing (2008) and recently Dirk Schnurbusch (2011). The works by Aloys Winterling and Fabian Goldbeck on friendship, patronage and the institution of the *salutatio* adopt a similar approach: while older studies focused on patronage as a relatively mechanical explanation of how Roman politics worked, Winterling and Goldbeck focus on the symbolic value of friendship (WINTERLING 2008 [= WINTERLING 2009]; GOLDBECK 2010; MEISTER 2013).<sup>17</sup> Having many “friends” attend your *salutatio*, so goes the thesis, is not so much an instrument for steering politics as a manifestation of prestige, which can only be understood in the context of Rome’s aristocratic culture. Thus, patronage and friendship – major issues in German scholarship since Gelzer – are viewed in a new light.

A special case in the broad field of cultural history is the history of the body.<sup>18</sup> The history of the body exemplifies all the advantages and disadvantages of cultural history. First of all, the question must be asked: how can the human body have a history? Here again we can see how different national and disciplinary approaches have opened up this new field of history. One important line of thought derives from anthropology. Already in the 1930s, the French social anthropologist Marcel Mauss published an article about “body techniques” (MAUSS 1936), in which he argued that many things we believe are natural about the body are actually shaped by culture. Making use of the immense amount of data he collected during a lifetime of scholarship, he was able to show that the ways people walk, sit, eat and sleep differ significantly in different societies and must therefore be seen as products not of nature but of culture. More than thirty years later, the English anthropologist Mary Douglas took up this idea and developed it further (DOUGLAS 1973, p. 69-87), as did the French sociologist Pierre Bourdieu,<sup>19</sup> who started his career not as a sociologist but, like Douglas

<sup>17</sup> NIPPEL 2002 gives an overview of research on Roman friendship and clientele.

<sup>18</sup> For a general introduction, see LORENZ 2000.

<sup>19</sup> For Bourdieu’s concepts of “Habitus” and “Hexis” see (among others) BOURDIEU 1993, p. 97-156 and

and Mauss, as an anthropologist. Anthropologists and sociologists began to devote their attention to the way bodies are perceived and conditioned, the way they move and are dressed and the way societies deal with bodily handicaps and deformities. Obviously, historians can ask the very same questions.

Anthropology and sociology are one major influence on the history of the body. But, in my opinion, gender studies and the history of sexuality have been more influential. Kenneth Dover's groundbreaking book on Greek homosexuality demonstrated in the late 1970s that the ancient Greeks had no real concept of "homosexuality" but rather thought of sexuality in terms of active and passive roles (DOVER 1978). These results were taken up by Michel Foucault in the second volume of his "Histoire de la sexualité", where Foucault used ancient Greece to demonstrate that sexual practices were not something natural but rather shaped by discourse (FOUCAULT 1984).<sup>20</sup> The appearance of Foucault's book led to a veritable flood of publications on ancient sexualities, sexual identities and ways of conceiving and forming sexualized bodies in the ancient world.<sup>21</sup> The growing interest in gender studies, the authority of Foucault and the fact that ancient sexual practices were quite different from modern ones made ancient sexuality a major field of scholarly interest worldwide. Thus, although sexuality is only one aspect of the human body – and not necessarily the most important one – it has been the primary focus of the history of the body in ancient history for the last twenty years. Other aspects, such as the history of medicine, the strange ancient science of physiognomy or the various bodily metaphors used in ancient language, though not completely ignored, have never attained the same popularity as the study of the sexualized body.<sup>22</sup> Over the last few years, however, the focus has broadened: Philip van der Eijk – Alexander von Humboldt professor at Humboldt University, Berlin – is currently working on a large project dedicated to the history of medicine and the conceptualization of the human body in ancient science and philosophy.<sup>23</sup> A few years ago, Simon Swain edited a large volume on the ancient sophist Polemon and the peculiar art of physiognomy (SWAIN 2007). A stimulating 2004 book by Anthony Corbeill investigated "nature embodied" in ancient Rome, and two years later Matthew Roller (2006) published an important study of Roman dining postures. Other aspects, too, such as the "clothed body", began to attract scholarly attention (CLELAND; HARLOW; LLEWELLYN-JONES 2005).<sup>24</sup> In France, the history of the body has become a major subject over the last ten years, and several

BOURDIEU; WACQUANT 2006, p. 157-175; for a general overview, see KRAIS; GEBAUER 2008.

<sup>20</sup> For Rome: FOUCAULT 1984a.

<sup>21</sup> MEYER-ZWIFFELHOFFER 1995 should be seen in this context; cf. for the 1990s (among many others): HALPERIN; WINKLER; ZEITLIN 1990; GLEASON 1995; HALLETT; SKINNER 1997; WYKE 1998; WILLIAMS 1999. The ideals of chastity and sexual renunciation and the influence of these concepts on the body in Late Antiquity is treated by BROWN 1988.

<sup>22</sup> Medicine and physiognomics have been explored by BARTON 1994 and VOGT 1999; bodily metaphors are studied by GULDIN 2000; disabled bodies are the subject of GARLAND 1995; a broad focus on the body is taken by PORTER 1999.

<sup>23</sup> For a description of the project "Medicine of the Mind, Philosophy of the Body. Discourses of Health and Well-Being in the Ancient World," see <http://www.klassphil.hu-berlin.de/avh-professur> (last accessed 01.18.2013).

<sup>24</sup> Of course, all studies focusing on clothing are concerned with the body in one way or another. Recent studies include EDMONDSON; KEITH 2008; STARBATTY 2010; GHERCHANOC; HUET 2012.

edited volumes dedicated to it have appeared.<sup>25</sup> French scholars have been attracted primarily to physiognomics and gender, but many other aspects have also received attention, ranging from the interaction of bodies to the symbolic value of scars, the significance of hair or the iconographic relationship of body and armor in attic vase painting. The growing interest of French scholarship can be seen in the fact that the 2013 “Journée de Printemps de la SOPHAU” was dedicated exclusively to the history of the body and attempted to give an overview of the rich scholarship produced in this field.<sup>26</sup> A recent publication edited by Daniel H. Garrison (2010) gives a good impression of the broad range of themes and approaches that the history of the body incorporates today: the sexualized body is treated alongside questions of birth and death, health matters, divine bodies and the interrelation of body and self. As the book’s title implies, it offers a “cultural history of the human body” that exemplifies the diversity and potential of the subject.

To recapitulate: the history of the body, analogously to cultural history in broad terms, cannot be reduced to a national discourse or an isolated discipline. Sociology, anthropology and gender studies all have had a hand in shaping the way the field is studied today. But there is another thing that the history of the body has in common with cultural history: just as “culture” is hard to define, so too is the “body”. Most people think they know what a body is, but you will hardly find two who agree on the details. Long discussions are possible on whether hair is actually part of the body, whether the body can be seen separately from clothing or if one should rather speak of the clothed body, and whether what Mauss termed bodily techniques should not rather be viewed as communication or interaction. These are questions that cannot be answered rightly or wrongly; the answers depend on the perspective one chooses. Such questions, however, highlight a major problem with the history of the body. Carolyn Bynum once wrote that “the body” is not really an independent subject:<sup>27</sup> either the body is biological matter, in which case it has no history, or it is formed and perceived, or even completely constructed, by culture, in which case it is impossible to draw a clear boundary where the history of the body stops and cultural history begins. When scholars like Judith Butler (1993) argue that the body is constructed entirely through performance and discourse, the body becomes a voluntary act that can be nearly anything. Bynum proposed to view the body as connected to three fundamental questions: identity, desire and materiality. The questions of how bodies and identities are interrelated, how desire is conceived only in connection with the body and how we deal with the materiality of the body, especially when bodies age or die, seem central to our perception of bodies (BYNUM 1996, p. 8ff).<sup>28</sup> In a creative misreading of Bynum, one might use these three categories

<sup>25</sup> Three volumes have thus far been published in the series “Cahiers d’histoire du corps antique”: PROST; WILGAUX 2006; BODIOU; FRÈRE; MEHL 2006; DASEN; WILGAUX 2008; for French scholarship on the history of the body, see also MOREAU 2002; GARELLI; VISA-ONDARÇUHU 2010.

<sup>26</sup> The conference proceedings are to be published in a supplement volume of *Dialogues de l’Histoire Ancienne*; for the program see <http://sophau.univ-fcomte.fr> (last accessed 06.27.2013).

<sup>27</sup> BYNUM 1996; for the citation, p. 1.

<sup>28</sup> Whether a perception of the body is possible that is not formed by discourse is the subject of the reply by SARASIN 1999.

as a loose definition of what we study when we research the history of the body. This is a working definition I personally would agree with, although it cannot really help us answer such questions as whether hair should be seen as part of the body or not. Thus, the body seen as integral to culture focusing on these three aspects – desire, materiality and identity – is much more than the sum of its body-parts and takes into view much larger perspectives. That also implies, however, that the history of the body is not something exotic, distinct from other subjects of history, but intersects traditional fields of research at many points. By focusing on the body and by applying sociological or anthropological theories, we get a better understanding not only of the history of the human body but also – and perhaps even more importantly – of the past societies that shaped those historical bodies and their representations.

Just like cultural history, the history of the body is not a German phenomenon and cannot be understood by considering German scholarship in isolation. That notwithstanding, I would like to point out some major works in this field that have appeared in Germany in recent decades. First, there is the study by Eckhard Meyer-Zwiffelhofer (1995) already mentioned. This is a book that analyzes the discourses that shaped Roman sexual practices. It is thus a study standing in the tradition of Foucault. Although the body is not his central focus, Meyer-Zwiffelhofer nonetheless shows how Roman society deals with bodily desires – he is thus preoccupied with one of the three main aspects Bynum deems central to perception of the body. A second study that deserves mention here is a short book published by Lukas Thommen in 2007. It remains today the only handbook covering the whole field of the history of the body in Greek and Roman antiquity. Thommen considers many different aspects, such as medical discourse, the Greek ideal of *kalokagathia*, bodily training, gender and sexuality, Christian bodies – just to name a few. His monograph remains, however, a handbook of fewer than 150 pages and the treatment is necessarily brief. Apart from this broad overview, several specialized studies have appeared. In 2010, an edited volume appeared in Austria uniting several case studies focusing primarily on ancient athletics and the ideal of *kalokagathia* (MAURITSCH 2010). Two recent publications by Edith Hummer (2006) and Henning Wirth (2010) both look at left-handedness in antiquity – a subject that previously had never been treated in a monograph. However, especially the study by Wirth – though not without its merits – shows that the history of the body need not necessarily be practiced as cultural history: Many of Wirth's approaches are rather positivistic, gathering the known facts and asking questions such as whether or not Caesar was left handed.<sup>29</sup>

An entirely different, culture-based approach is taken by Dirk Barghop (1994), whose book has been mentioned above. Although his main goal is to study senatorial fear, the human body is central to his theoretical approach. Applying the theories of Pierre Bourdieu to Roman senators, Barghop attempts to analyze the way senators moved, spoke and acted as a class-based "habitus". Through this habitus, Roman senators appeared and acted as embodiments of

<sup>29</sup> Cf. my review of Wirth's book in MEISTER 2011.

the republic and thereby brought the republic and its institutions to life. The appearance of an emperor, so the argument goes on, was incompatible with this habitus and so led to senatorial fear. Now, although I do not quite agree with this conclusion, I find the idea of applying Bourdieu's theories to Rome and viewing the senate as an embodiment of the old republic very attractive.<sup>30</sup>

This is where I began my own study of the body of the Roman emperor (MEISTER 2012). My main question was how a monarch appears in a society that denies it is a monarchy and pretends it is a republic. If we glance at monarchies in other cultures, we find that being a monarch has much to do with appearances: A king must act as the symbol of the land and the people he rules; he is surrounded by royal pomp; special clothing and ceremonies mark him out as a special body unlike his subjects. Ernst Kantorowicz (1957), in his famous study of medieval and early-modern Europe, pointed out that European kings were perceived as having two bodies: A "body natural", which grows old and dies, and a "body politic", which is the undying embodiment of the royal office. Tudor England developed a complicated theory of these two bodies that are separate and yet inseparable – a theory that in many ways resembles the two natures of Christ. I do not have room here to go into details. The important issue is that such a theory would not have worked in ancient Rome. Roman authors may think of the republic in bodily metaphors, but the *corpus rei publicae* is something that existed before the appearance of a monarch, and the relationship between this *corpus rei publicae* and the *corpus principis* is problematic in a way that would have been unthinkable in late medieval Europe (MEISTER 2012, p. 153-192). The same holds true for the way the Roman emperor appeared among his peers. Unlike a real monarch, he was not able to distinguish himself by special clothing or royal ceremonies but had to play a role and act as if Rome were still a republic – instead of appearing as the embodiment of the new monarchy, which would have been the natural course of events, on the contrary, the emperor had at all costs to avoid letting the monarchy become visible. Although the emperor had nearly absolute power, in everyday interaction with his fellow senators he had to keep up the illusion that the republic and its institutions were still alive (MEISTER 2012, p. 109-131; 222-255).

If one takes the theories of Bourdieu and their application to the Roman senate seriously, then such a deliberate act on the part of the emperor was doomed to failure. Bourdieu defines "habitus" as something conceived as true: Roman senators are Roman senators because they act like Roman senators, because they walk, talk and clothe themselves like senators. The emperor, however, is not a senator: even if he acts like a senator, moves and talks like a senator and wears a senatorial toga, he is nonetheless different. His appearance is therefore insincere and his body no longer shows what he actually is; it is conceived as a deceptive body set apart from his actual self. If we recall the three aspects Carolyn Bynum deems central to the human perception of the

<sup>30</sup> For applications of Bourdieu's theories to Roman senators see CORBEILL 2002 (= CORBEILL 2004, p. 107-139); MEISTER 2009.

body – materiality, desire and identity – we can see that in the early empire the connection between the body and identity of the emperor was highly problematic. This problem has left traces in many different sources and sheds new light on old problems concerning the establishment of monarchy in republican Rome.<sup>31</sup>

Just because my own book is the most recent publication on the history of the body in Germany does not mean that that is the end of it. There are many treasures waiting to be discovered or, more precisely, many treasures that have been discovered and are still awaiting publication. Two “Qualifikationsschriften” focusing on the history of the body have been awarded prizes in recent years but still have not been published. The first is the “Habilitationsschrift” of Adrian Stähli (2002) submitted at the university in Zurich in 2002 and awarded the UBS Habilitationspreis in 2003. Stähli is a classical archeologist and currently Loeb Professor at Harvard. His study focuses on nudity in ancient Greece, its perception in European culture and the question of what it can tell us about the aesthetics – ancient and modern – involved. It will surely be of great value to future research. The second study is the “Habilitationsschrift” of Johanna Fabricius (2003) submitted at the University of Göttingen in 2003 and awarded the Bruno-Snell prize in 2005. Like Stähli, Fabricius is classical archeologist and currently professor at the Free University, Berlin. Her work offers a comparison of how human bodies were conceived in Greece and Rome, adopting a broad approach that takes into account not only iconographic representations but also linguistic and literary aspects.<sup>32</sup> Her study will therefore most likely be of great interest not only to archeologists but also to ancient historians and classical philologists. To draw to a close, then, the history of the body within the context of cultural history is perhaps not the central focus of German scholarship but it nonetheless has led to several new studies over the last few years and will hopefully continue to do so in the future.

126

### **Bibliographical references**

ALFÖLDY, Géza. **Römische Sozialgeschichte**. Stuttgart, 2011 (4th ed.) [**The Social History of Rome**. London, 1985].

BACHMANN-MEDICK, Doris. **Cultural Turns**. Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften. Hamburg, 2006.

BARGHOP, Dirk. **Forum der Angst**. Eine historisch-anthropologische Studie zu Verhaltensmustern von Senatoren im römischen Kaiserreich. Frankfurt, 1994.

BARTON, Tamsyn S. **Power and Knowledge**. Astrology, Physiognomics, and Medicine under the Roman Empire. Ann Arbor, 1994.

BODIQU, Lydie, FRÈRE, Dominique; MEHL, Veronique (eds.). **L'expression des**

<sup>31</sup> Cf. MEISTER 2012, p. 131-153 for Roman literature in general; 192-222 for statues; 249-255 for Tacitus' view on the insincerity of the emperor and 255-270 for Suetonius' redefinition of the undefined bodies of the Roman emperors.

<sup>32</sup> A brief outline of this approach can be found in FABRICIUS 2010.

- corps.** Gestes, attitudes, regards dans l'iconographie antique. Rennes, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Sozialer Sinn.** Kritik der theoretischen Vernunft. Frankfurt, 1993 [**Le sens pratique.** Paris, 1980].
- \_\_\_\_\_; WACQUANT, Loïc J. D. **Reflexive Anthropologie.** Frankfurt, 2006 [**Réponses pour une anthropologie réflexive.** Paris, 1992].
- BROWN, Peter. **The Body and Society.** Men, Women and Sexual Renunciation in Early Christianity. New York, 1988.
- BURSCHEL, Peter. Wie Menschen möglich sind. 20 Jahrgänge "Historische Anthropologie". **Historische Anthropologie** 20, 2012, p. 152-161.
- BUTLER, Judith. **Bodies that Matter.** New York, 1993.
- BYNUM, Caroline. Warum das ganze Theater mit dem Körper? Die Sicht einer Mediävistin. **Historische Anthropologie** 4, 1996, p. 1-33.
- CLELAND, Liza; HARLOW, Mary; LLEWELLYN-JONES, Lloyd (eds.). **The Clothed Body in the Ancient World.** Oxford, 2005.
- CORBEILL, Anthony. Political Movement. Walking and Ideology in Republican Rome. In: FREDRICK, David (ed.), **The Roman Gaze.** Vision, Power, and the Body. London, 2002, p. 182-215.
- \_\_\_\_\_. **Nature Embodied.** Gesture in Ancient Rome. Princeton (N. J.), 2004.
- DANIEL, Ute. **Kompendium Kulturgeschichte.** Theorien, Praxis, Schlüsselwörter. 5th ed. Frankfurt, 2006.
- DASEN, Véronique; WILGAUX, Jérôme (eds.). **Langages et métaphores du corps dans le monde antique.** Rennes, 2008.
- DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols.** Explorations in Cosmology. 2nd ed. London, 1973.
- DOVER, Kenneth J. **Greek Homosexuality.** London, 1978.
- EDMONDSON, Jonathan; KEITH, Alison (eds.). **Roman Dress and the Fabrics of Roman Culture.** Toronto, Buffalo and London, 2008.
- FABRICIUS, Johanna. **Soma/corpus.** Körperbild und Körperkonzepte in der griechischen und römischen Kultur. Habil. Göttingen, 2003 (unpublished) [non vidi].
- \_\_\_\_\_. Natürlich oder konstruiert? Körper und Sprache in Griechenland und Rom. **Raumwissen** 2, 2010, p. 18-21.
- FLAIG, Egon. **Den Kaiser herausfordern.** Die Usurpation im römischen Reich. Frankfurt, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ritualisierte Politik.** Zeichen, Gesten und Herrschaft im Alten Rom. Göttingen, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité.** Vol. 2: L'usage des plaisirs. Paris, 1984.



- \_\_\_\_\_. **Histoire de la sexualité**. Vol. 3: Le souci de soi. Paris, 1984a.
- GARELLI, Marie-Hélène; VISA-ONDARÇUHU, Valérie (eds.). **Corps en jeu**. De l'Antiquité à nos jours. Rennes, 2010.
- GARLAND, Robert. **The Eye of the Beholder**. Deformity and Disability in the Graeco-Roman World. 2nd ed. 2010. London, 1995.
- GARRISON, Daniel H. (ed.). **A Cultural History of the Body in Antiquity**. Oxford and New York, 2010.
- GHERCHANOC, Florence; HUET, Valérie (eds.). **Vêtements antiques**. S'habiller, se déshabiller dans les mondes anciens. Arles, 2012.
- GLEASON, Maud W. **Making Men**. Sophists and Self-Presentation in Ancient Rome. Princeton (N. J.), 1995.
- GOLDBECK, Fabian. **Salutationes**. Die Morgenbegrüßungen in Rom in der Republik und der frühen Kaiserzeit. Berlin, 2010.
- GULDIN, Rainer. **Körpermetaphern**. Zum Verhältnis von Politik und Medizin. Würzburg, 2000.
- HALLETT, Judith P.; SKINNER, Marilyn B. (eds.), **Roman Sexualities**. Princeton, (N. J.) 1997.
- HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Forma I. (eds.). **Before Sexuality**. The Construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World. Princeton (N. J.), 1990.
- HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. **Rekonstruktionen einer Republik**. Die politische Kultur des antiken Rom und die Forschungen der letzten Jahrzehnte. München, 2004. [**Reconstructing the Roman Republic: An Ancient Political Culture and Modern Research**. Princeton (N. J.) 2010].
- HUMER, Edith. **Linkshändigkeit im Altertum**. Zur Wertigkeit von links, der linken Hand und Linkshändern in der Antike. Tönning, 2006.
- HUMM, Michel. Histoire culturelle et histoire sociale. **Saeculum** 60, 2010, p. 187-204.
- JEHNE, Martin (ed.). **Demokratie in Rom?** Die Rolle des Volkes in der Politik der römischen Republik. Stuttgart 1995.
- KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **The King's Two Bodies**. A Study in Mediaeval Political Theology. Princeton (N. J.), 1957.
- KRAIS, Beate; GEBAUER, Günter. **Habitus**. 2nd ed. Bielefeld, 2008.
- LORENZ, Maren. **Leibhaftige Vergangenheit**. Einführung in die Körpergeschichte. Tübingen, 2000.
- LÜDTKE, Alf (ed.). **Alltagsgeschichte**. Zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen. Frankfurt, 1989.
- MARTIN, Jochen. **Bedingungen menschlichen Handelns in der Antike**.

- Gesammelte Beiträge zur historischen Anthropologie. Hrsg. von Winfried Schmitz. Stuttgart, 2009.
- MAURITSCH, Peter (ed.). **Körper im Kopf**. Antike Diskurse zum Körper. Graz, 2010.
- MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie Normale et Pathologique** 32, 1936, p. 271-293.
- MEISTER, Jan B. Adventus und Provectio. Aristokratisches Prestige, Bindungswesen und Raumkonzepte im republikanischen und frühkaiserzeitlichen Rom. **Museum Helveticum** 70, 2013, p. 33-56.
- \_\_\_\_\_. **Der Körper des Princeps**. Zur Problematik eines monarchischen Körpers ohne Monarchie. Stuttgart, 2012.
- \_\_\_\_\_. H. Review of Wirth, Die linke Hand: Wahrnehmung und Bewertung in der griechischen und römischen Antike (HABES), Stuttgart 2010. **Museum Helveticum** 68, 2011, p. 241 f.
- \_\_\_\_\_. Pisos Augenbrauen. Zur Bedeutung aristokratischer Körper in der späten Republik. **Historia** 58, 2009, p. 71-95.
- MEYER-ZWIFFELHOFFER, Eckhard. **Im Zeichen des Phallus**. Die Ordnung des Geschlechtslebens im antiken Rom. Frankfurt, 1995.
- MOREAU, Philippe (ed.). **Corps romains**. Grenoble, 2002.
- NIPPEL, Wilfried. Klientel, Gesellschaftsstruktur und politisches System in der römischen Republik. **Humanistische Bildung** 21/22, 2002, p. 137-151.
- ORY, Pascal. **L'histoire culturelle**. 2nd ed. Paris, 2007.
- PORTER, James I. (ed.). **Constructions of the Classical Body**. Ann Arbor, 1999.
- POST, Francis; WILGAUX, Jérôme (eds.). **Penser et représenter le corps dans l'Antiquité**. Rennes, 2006.
- ROLLER, Matthew. **Dining Posture in Ancient Rome**. Bodies, Values, and Status. Princeton (N. J.), 2006.
- SARASIN, Philipp. **Mapping the body**. Körpergeschichte zwischen Konstruktivismus, Politik und "Erfahrung". **Historische Anthropologie** 7, 1999, p. 437-451.
- SCHMITZ, Winfried. Über Grenzen hinweg. Neuesozial- und kulturwissenschaftliche Ansätze in der Alten Geschichte. **Saeculum** 60, 2010, p. 205-225.
- SCHNURBUSCH, Dirk. **Convivium**. Form und Bedeutung aristokratischer Geselligkeit in der römischen Antike. Stuttgart, 2011.
- SPÄTH, Thomas. **Männlichkeit und Weiblichkeit bei Tacitus**. Zur Konstruktion der Geschlechter in der römischen Kaiserzeit. Frankfurt, 1994.
- \_\_\_\_\_. Nouvelle histoire ancienne? Sciences sociales et histoire romaine: à

propos de quatre récentes publications allemandes. **Annales. Histoire, Sciences Sociales** 54/5, 1999, p. 1137-1156.

STÄHLI, Adrian. **Die Körper und seine Bilder**: Nacktheit, der männliche Körper und das männliche Begehren in Bildern des 6. und 5. Jahrhunderts v. Chr., Habil. Zürich, 2002 (unpublished) [non vidi].

STARBATTY, Angelika. **Aussehen ist Ansichtssache**. Kleidung in der Kommunikation der römischen Antike. München, 2010.

STEIN-HÖLKESKAMP, Elke. **Das römische Gastmahl**. Eine Kulturgeschichte, München, 2005.

SWAIN, Simon (ed.). **Seeing the Face, Seeing the Soul**. Polemon's Physiognomy from Classical Antiquity to Medieval Islam. Oxford, 2007.

THOMMEN, Lukas. **Antike Körpergeschichte**. Zürich, 2007.

TSCHOPP, Silvia Serena; WEBER, Wolfgang E. J. (eds.). **Grundfragen der Kulturgeschichte**. Darmstadt, 2007.

\_\_\_\_\_ (ed.). **Kulturgeschichte**. Basistexte. Stuttgart, 2008.

\_\_\_\_\_. Einleitung. Begriffe, Konzepte und Perspektiven der Kulturgeschichte. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Kulturgeschichte**. Basistexte. Stuttgart, 2008a, p. 9-32.

130

VOGT, Sabine. **Aristoteles. Physiognomonica**. Übersetzt und kommentiert (= Aristoteles, Opuscula VI). Berlin, 1999.

VÖSSING, Konrad (ed.). **Das römische Bankett im Spiegel der Altertumswissenschaften**. Stuttgart, 2008.

WEHLER, Hans-Ulrich. **Die Herausforderung der Kulturgeschichte**. München, 1998.

WILLIAMS, Craig A. **Roman Homosexuality**. Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity. 2nd ed. 2010. New York and Oxford, 1999.

WINTERLING, Aloys. Review of Dirk Barghop, *Forum der Angst*. Eine historisch-anthropologische Studie zu Verhaltensmustern von Senatoren im römischen Kaiserreich, Frankfurt, 1994. **Klio** 82, 2000, p. 272-274.

\_\_\_\_\_ (ed.). **Historische Anthropologie**. Basistexte. Stuttgart, 2006.

\_\_\_\_\_. Freundschaft und Klientel im kaiserzeitlichen Rom. In: **Historia** 57, 2008, p. 298-316 [= **Politics and Society in Imperial Rome**. Malden etc., 2009, p. 34-57].

WIRTH, Henning. **Die Linke Hand**. Wahrnehmung und Bewertung in der griechischen und römischen Antike. Stuttgart, 2010.

WYKE, Maria (ed.). **Parchments of Gender**. Deciphering the Bodies of Antiquity. Oxford, 1998.

# História cultural e história do corpo na História Antiga alemã\*

Cultural history and the history of the body in German Ancient History

---

**Jan B. Meister**

jan.meister@geschichte.hu-berlin.de  
Humboldt-Universität zu Berlin  
Institut für Geschichtswissenschaften  
Unter den Linden 6, D  
10099 - Berlin  
Germany

---

## Resumo

O objetivo deste artigo é explicar as idiosincrasias da História Cultural como praticada na Alemanha – ou melhor, nos países de língua alemã – e chamar a atenção para alguns desenvolvimentos recentes no contexto dessa nova História Cultural entre historiadores alemães da Antiguidade no campo específico da história do corpo. São discutidas várias tendências da História Cultural. Primeiro, que os historiadores foram influenciados pela história da vida cotidiana, que foca em pequenas unidades e em diferentes aspectos da vida comum e não em grandes superestruturas da sociedade. Outra tendência é o crescente interesse de historiadores alemães em métodos e teorias derivados da antropologia cultural. Uma terceira tendência é o crescente interesse na história feminista e especialmente na construção de papéis de gênero. Um caso especial nesse amplo campo da História Cultural é a história do corpo. De certo modo, essa área de especialização da história exemplifica todos os problemas e possibilidades da História Cultural.

131

## Palavras-chave

História cultural; História do corpo; Historiografia alemã.

## Abstract

This article aims to explain the idiosyncrasies of cultural history as practiced in Germany – or rather the German-speaking world – and to draw attention to some recent developments within the context of this new cultural history among German ancient historians in the specialized field of the history of the body. Several trends of cultural history are discussed. First, historians have been influenced by the history of everyday life, which focuses on small units and different aspects of ordinary life rather than large superstructures of society. Another trend is the growing interest of German historians in methods and theories derived from cultural anthropology. A third trend is the growing interest in feminist history and especially in the construction of gender roles. A special case in this rather broad field of cultural history is the history of the body. To a certain extent, this specialized area of history exemplifies all the problems and opportunities of cultural history.

## Keywords

Cultural history; History of the body; German historiography.

---

Recebido em: 21/4/2013

Aprovado em: 25/6/2013

---

\* Tradução realizada por Fábio Faversani e revisão por Fábio Duarte Joly.

O objetivo deste artigo é duplo:<sup>1</sup> primeiro, explicar as idiossincrasias da história cultural como praticada na Alemanha – ou, melhor, no mundo germanófono<sup>2</sup> – e, em segundo lugar, chamar a atenção para alguns desdobramentos recentes no contexto desta nova história cultural na academia alemã no campo especializado da história do corpo. As idiossincrasias da história antiga alemã podem ser melhor ilustradas quando vistas de fora. Em 1999, Thomas Späth publicou um artigo na renomada revista francesa *Annales* com o intrigante título: “Nouvelle Histoire Ancienne? Sciences sociales et histoire romaine: à propos de quatre récentes publications allemandes” (SPÄTH 1999). Com este artigo, Späth estava tentando chamar a atenção dos seus colegas franceses para alguns desenvolvimentos recentes na historiografia alemã, que, em sua opinião, poderiam, na verdade, ser vistos como ponto de partida de uma “nova História Antiga”. Este artigo foi escrito por duas razões. A primeira é, obviamente, que Späth assumiu – e provavelmente com razão – que a maioria dos estudiosos franceses era incapaz ou não estava interessada em ler as muitas vezes tediosas “Qualifikationsschriften” alemãs e, portanto, desconheciam as novas abordagens adotadas na academia alemã. A segunda razão é que, no início de 1990, algumas mudanças importantes tinham mesmo ocorrido não apenas na história antiga alemã, mas na historiografia alemã como um todo.

132

Os quatro livros discutidos por Späth são usados para ilustrar essa mudança: eles são bastante diversificados nos temas, mas estão ligados pelos novos métodos que usam e pelas questões que colocam. A “Habilitationsschrift” de Egon Flaig sobre usurpação no início do Principado (FLAIG 1992) busca analisar a história política como história da *praxis* e centra-se na relevância dos símbolos e rituais. Ao analisar o quadro simbólico que moldou e motivou as ações de diferentes grupos sociais, ele desenvolve uma abordagem completamente nova para a história política. A tese de doutorado de Dirk Barghop “Forum der Angst” (BARGHOP 1994) é o segundo livro discutido por Späth. Contrastando com Flaig, Barghop enfrenta um assunto completamente novo, concentrando-se no medo senatorial como objeto histórico. Fazendo uso extensivo das teorias do sociólogo francês Pierre Bourdieu, seu estudo apresenta não só novos temas, mas também novos métodos para o campo da história antiga.<sup>3</sup> O livro do próprio Späth (SPÄTH 1994), com foco na construção da masculinidade em Tácito, faz o mesmo, aplicando os métodos dos estudos de gênero para o campo da história antiga, antes de gênero se tornar uma disciplina central. O último livro, “Im Zeichen des Phallus”, tese de doutorado de Eckhard Meyer-Zwiffelhofer (MEYER-ZWIFFELHOFFER 1995), também trata de gênero. Sua abordagem é claramente inspirada por Michel Foucault e é um estudo pioneiro do discurso sexual romano. Cada um dos livros discutidos por Späth lida menos com acontecimentos históricos ou estruturas sociais do que com os diferentes aspectos da cultura.

<sup>1</sup> Devo muito ao Prof. Dr. Fábio Faversoni e ao Prof. Dr. Fábio Joly por sua ajuda com a publicação deste artigo e ao Dr. John N. Dillon pela revisão do texto em Inglês. Desnecessário dizer que todos os erros remanescentes são de minha responsabilidade.

<sup>2</sup> As comunidades científicas da Áustria e Suíça estão estreitamente conectadas com a alemã. Doravante, por brevidade, “Alemanha” será usada *pars pro toto* para o conjunto dos três países.

<sup>3</sup> Se sua análise do medo senatorial é bem sucedida é outra questão; cf. a resenha crítica de Winterling (2000).

O que Späth chama de “nova história” pode, assim, ser visto como história cultural. E esta nova história cultural da década de 1990 não se limitou à história antiga, mas foi parte de uma mudança maior na historiografia alemã como um todo – uma mudança que, por vezes, é rotulada de “giro cultural”.<sup>4</sup>

Falar em “giros” é sempre difícil.<sup>5</sup> Se fossemos esboçar os contornos simplificados do progresso da nova história cultural,<sup>6</sup> apontaríamos que na Alemanha ela apareceu primeiro nos anos 1990 (com vários precursores nos anos 1980) e se coloca em oposição à “Sozialgeschichte” ou história social. A “Sozialgeschichte” alemã foi dominante principalmente nos anos 1970 e se concentrava nos “fatos” sociais duros em amplas estruturas macrohistóricas. Historiadores como Hans Ulrich Wehler ou, na história antiga, o falecido Géza Alföldy com seu influente “Römische Sozialgeschichte”, foram destacados representantes dessa linha de pensamento (ALFÖLDY 2011).<sup>7</sup> O “giro cultural” da década de 1990 não tinha uma fonte, nem foi limitado à Alemanha.<sup>8</sup> A “microstoria” italiana, com seu foco em pequenas unidades e nos diferentes aspectos da vida cotidiana antes do que em amplas unidades, em superestruturas sociais merece uma menção especial.<sup>9</sup> Mas não apenas na Itália, na Alemanha também, historiadores, primeiro uma maioria da era moderna, passaram a se interessar pela história local e pela vida cotidiana. O foco transferiu-se das macroestruturas objetivas para o modo como as pessoas percebiam estas estruturas em um nível subjetivo na vida cotidiana.<sup>10</sup> Outra tendência foi o aumento no interesse dos historiadores alemães quanto aos métodos e teorias da antropologia cultural, o que levou à nova disciplina da antropologia histórica (Cf. WINTERLING 2006).<sup>11</sup> Aqui, o historiador da Antiguidade Jochen Martin é uma figura proeminente.<sup>12</sup> Certamente não é coincidência que os quatro livros discutidos por Thomas Späth como constituindo uma “nova história antiga” estavam todos – de uma maneira ou de outra – ligados a Jochen Martin. Uma terceira tendência foi o crescente interesse na história feminista e, especialmente, na construção dos papéis de gênero. Isso levou os historiadores a refletir sobre como o gênero, a sexualidade e o corpo humano são percebidos em diferentes épocas e em diferentes culturas. Todas essas tendências podem ser agrupadas sob o rótulo de “história cultural”.

<sup>4</sup> Uma breve síntese sobre este “giro” e o desenvolvimento de uma “nova história cultural” na Alemanha pode ser encontrada em TSCHOPP; WEBER 2007, p. 72-82.

<sup>5</sup> Para uma discussão inteligente sobre diferentes “giros culturais”, ver BACHMANN-MEDICK 2006, que toma os “giros” não tanto como um foco voltado a novos objetos mas sobretudo como um foco voltado a novas categorias analíticas.

<sup>6</sup> O rótulo “nova” é usado para colocar esta história cultural em separado da “velha” história cultural do século XIX.

<sup>7</sup> WEHLER 1998 apresenta uma discussão sobre a mudança (e as oportunidades) que a história cultural representa com relação à “Sozialgeschichte”.

<sup>8</sup> A bibliografia é vasta. Para uma visão panorâmica recente, ver HUMM 2010; monografias mais recentes e manuais incluem: DANIEL 2006; ORY 2007; TSCHOPP; WEBER 2007; TSCHOPP 2008. Para um foco especialmente voltado para a história antiga, ver SCHMITZ 2010.

<sup>9</sup> Para o trabalho de Carlo Ginzburg no contexto do desenvolvimento da história cultural, ver DANIEL 2006, p. 285-296.

<sup>10</sup> Para a história alemã da vida cotidiana, ver LÜDTKE 1989, e para o contexto mais amplo, ver DANIEL 2006, p. 298-313.

<sup>11</sup> Discussões teóricas da história cultural e antropologia histórica podem ser encontradas na revista “Historische Anthropologie”, que começou a ser publicada em 1993. Para um panorama recente, escrito por ocasião do vigésimo aniversário do periódico, ver BURSCHEL 2012.

<sup>12</sup> Martin influenciou o campo não somente através de suas publicações (as mais importantes das quais estão coligidas em MARTIN 2009), mas também institucionalizando a antropologia histórica como uma disciplina na Universidade de Freiburg.

O foco delas não recai mais sobre os “fatos duros” da sociedade (i.e., a descrição de suas instituições ou de suas estruturas políticas e econômicas), mas em sua cultura – “cultura” sendo entendida como a totalidade das representações, práticas e símbolos por meio dos quais os seres humanos percebem e sentem o mundo. Esta abordagem descortina toda uma nova série de problemas, como ilustrado pelos quatro exemplos de Spath: ao invés de estudar acontecimentos políticos ou estruturas sociais, Egon Flaig pesquisou rituais e símbolos que, na prática política, poderiam desenvolver um poder próprio; Dirk Barghop buscou encontrar uma forma objetiva para descrever o sentimento subjetivo de medo no senado romano; Meyer-Zwiffelhofer analisou o discurso sexual da antiga Roma, e Thomas Späth investigou como os Romanos conceberam e construíram papéis de gênero. A amplitude dos temas agrupados sob o rótulo de “história cultural” dá legitimidade aos estudiosos que defendem que o “giro cultural” em curso está afetando a história como um todo.

Há duas objeções principais a fazer história desta maneira. A primeira é que a cultura como uma categoria que descreve todos os tipos de representações e práticas humanas pode ser aplicada a virtualmente qualquer coisa, fazendo a história cultural uma disciplina indefinível. Isto é verdade em certa medida. Frequentemente, a história cultural é usada como uma subcategoria histórica entre muitas, mesmo que não esteja realmente claro como a história cultural difere, digamos, da “antropologia histórica”, da “história do corpo” ou da “história de gênero”. O erudito francês Pascal Ory tentou definir a história cultural como história dos símbolos, práticas e representações. A história cultural deveria ser vista, argumenta Ory, como um dos três principais enfoques da história – os outros dois sendo as histórias política e econômica (ORY 2007, p. 21s.). Deste ponto de vista, a “antropologia histórica”, a “história de gênero”, e assim por diante, nada mais seriam do que subcategorias da “história cultural”. Mas se tomarmos seriamente a inferência de que cultura inclui todas as representações humanas e pode ser usada para descrever todos os modos pelos quais os homens dão sentido ao mundo que os cerca, então a história cultural não pode ser vista meramente como uma subcategoria da história, nem mesmo como uma amplíssima subcategoria, mas deve ser vista como uma nova maneira de fazer história. Ory está bem consciente disto<sup>13</sup>. Assim, em seu modo de ver, a história política e econômica são enfoques diferentes para a história, mas não *assuntos* diferentes. Assim, há também uma história cultural da política, sem a qual poder-se-ia alegar acertadamente que a história política não poderia ser compreendida; e historiadores da Antiguidade em particular notaram há muito que a história econômica deve ser vista em parte ao menos como incorporada na sociedade: deste modo, também é, em larga medida, história cultural. Neste sentido, história cultural não é um tema especial ou método específico, mas ao contrário é uma categoria analítica aplicável a todos os campos da história.

<sup>13</sup> Ver ORY 2007, p. 7-28 para uma discussão completa sobre os problemas das definições. Que a história cultural não pode ser vista como uma simples subcategoria da história é também a abordagem adotada por DANIEL 2006, p. 7-25 em sua introdução, “Kulturgeschichte – und was sie *nicht* ist” (“história cultural – e o que ela *não* é”).

Ainda permanece, contudo, a segunda objeção levantada contra a história cultural. Esta objeção diz respeito aos métodos aplicados na história cultural: o fato de que a história cultural é um novo enfoque não significa que ela é um novo método. Assim, estudiosos que fazem história cultural muitas vezes adotam uma abordagem interdisciplinar, emprestando teorias de antropólogos, de sociólogos, dentre outros.<sup>14</sup> Esta abertura, combinada com a já ainda mais aberta definição do que é "cultura", ameaça tornar a história cultural em uma espécie de "território onde vale tudo", onde estudiosos podem utilizar as teorias que preferirem indistintamente a todo tipo de banalidades. Para enunciar esta objeção de uma maneira polêmica, história cultural, no sentido mais negativo, seria o exato oposto de "história social", na medida em que ela foca somente nas representações, textos e símbolos e ignora completamente os dados históricos; ela seorna com teorias fortuitas de outras disciplinas, mas carece de um método histórico rigoroso. Assim, em certo sentido, "história cultural" pode ser usada como rótulo para descrever uma maneira moderna, atualizada de se fazer história, mas pode ser usada também polemicamente para denunciar uma especulação sofisticada que faz uso de teorias fortuitas de outras disciplinas e carece de uma base histórica acabada. Em alguns casos, esta crítica pode ser justificada, mas ela é devida a uma falha de estudos individuais e não à história cultural como um todo. Estudar a cultura entendida como o conjunto de representações feitas pelo homem não implica alijamento dos métodos históricos tradicionais e limitar-se apenas à especulação sofisticada. História cultural deve, ao contrário, ser vista como um convite a usar novas teorias e modelos, em conjunto com os métodos tradicionais, a fim de considerar problemas antigos desde novas perspectivas.

História cultural é um fenômeno antes global do que alemão. "Kulturgeschichte" pode ter sido praticada na Alemanha no século XIX e "clássicos" como Jacob Burckhardt ainda se mostram como uma fonte de inspiração, mas as influências que conduziram ao "giro cultural" nos anos 1980 e 1990 não podem ser vistas como uma tradição contínua que remonta ao século XIX, nem foram elas todas domésticas (Cf. HUMM 2010, p. 10ss).<sup>15</sup> A academia alemã deve ser vista como parte de uma comunidade global que não se limita a um discurso nacional, mas, antes, incorpora várias influências de origens diversas. A recepção de filósofos pós-estruturalistas como Michel Foucault ou Pierre Bourdieu cumpriu um papel importante, e a antropologia cultural como é exercida no mundo anglófono também foi muito influente. Outra fonte fundamental é a história feminista e os estudos de gênero, que não podem ser reduzidos a um único discurso nacional. Assim, de muitas maneiras, a "história cultural" na Alemanha hoje não é muito diferente de suas congêneres no mundo anglófono ou francófono. Mas há certos traços nacionais que influenciam o modo pelo qual a história cultural é vista na Alemanha. Por um lado, as tradições nacionais determinam o tipo de história com relação a

<sup>14</sup> A interdisciplinariedade da história cultural é o principal foco de SCHMITZ 2012.

<sup>15</sup> Para um panorama que leva em conta as tradições do século XIX, ver TSCHOPP 2008a.



qual a história cultural se contrapõe. Na Alemanha, foi claramente em oposição à história social como esboçamos acima e – especialmente na história antiga – uma contraposição à história política e constitucional.<sup>16</sup> Quando nos dirigimos à França, podemos observar que esta oposição não é tão proeminente como do outro lado do Reno: a influente escola dos Annales tinha se afastado da história política havia tempo e teve interesse em temas como os da história das mentalidades muito precocemente. A história cultural como uma história das representações não era de fato algo tão novo na França e podia ser tomada como uma continuação das tradições francesas. Deste modo, o historiador da Antiguidade francês Michel Humm afirmou em um artigo recente que a história cultural feita na Alemanha desde os anos 1990 é de fato uma “histoire culturelle à la française” (HUMM 2012, p. 11). Assim, ainda que a história cultural na França e na Alemanha não seja muito diferente hoje, cada versão emerge de tradições diferentes. Estas tradições nacionais – e este é meu segundo problema – não somente determinam o modo como a história cultural é percebida, ou seja, se como algo novo, estrangeiro ou tradicional; tradições nacionais também, em certa medida, determinam que temas são analisados com os métodos da história cultural. Provavelmente não é coincidência que muitos estudos de historiadores da Antiguidade na Alemanha ao longo de vários dos últimos anos se centraram na cultura política da Roma Antiga, sendo construídos com base nos trabalhos clássicos da academia alemã, como aqueles de Christian Meier, Matthias Gelzer ou Theodor Mommsen, e vendo estes trabalhos sob uma nova luz. Egon Flaig (2003), Karl-Joachim Hölkeskamp (2004) e Martin Jehne (1995), em particular, estudaram os rituais e símbolos que tiveram um papel na cultura política da República Romana. Em parte como uma reação a Fergus Millar, estes estudos procuram mostrar que, ainda que muitas instituições republicanas eram “democráticas”, a cultura que fez estas instituições funcionarem era completamente aristocrática. Outros estudos se concentram na vida cotidiana e interação ritual dos aristocratas. Muitos estudos surgiram nos últimos dez anos que investigam o *convivium*, incluindo aqueles de Elke Stein-Hölkeskamp (2005), Konrad Vössing (2008) e recentemente Dirk Schnurbusch (2011). Os trabalhos de Aloys Winterling e Fabian Goldbeck sobre amizade, patronato e a instituição da *salutatio* adotam uma abordagem similar: enquanto os estudos anteriores davam atenção ao patronato como uma explicação relativamente mecânica sobre como os romanos operavam, Winterling e Goldbeck se concentraram no valor simbólico da amizade (WINTERLING 2008 [= WINTERLING 2009]; GOLDBECK 2010; MEISTER 2013).<sup>17</sup> Ter muitos “amigos” acorrendo a sua *salutatio*, assim propõe a tese, não é tanto um instrumento de alavancagem política, sendo mais

<sup>16</sup> A situação na história antiga é assim ligeiramente distinta daquela de outras épocas, quando a história social nos anos 1960 e 1970 era tomada como o novo paradigma, oposto às velhas formas da história política e constitucional. Uma distinção clara como esta não pode ser delineada na história antiga, onde a história constitucional sempre foi história social em certa medida e vice-versa. Isto também significa, contudo, que a história política e constitucional manteve áreas com relação às quais as novas abordagens histórico-culturais tentaram se afastar. Assim, o modelo de Flaig de Principado Romano como um “Akzeptanzsystem” (sistema de aceitação) é apresentado como uma nova abordagem opondo-se à visão constitucional que remonta ao “Staatsrecht” de Mommsen; ver FLAIG 1992, p. 174-207.

<sup>17</sup> NIPPEL 2002 oferece um panorama da pesquisa sobre a amizade e clientela romanas.

uma manifestação de prestígio, que pode ser entendida apenas no contexto da cultura aristocrática romana. Assim, patronato e amizade – temas fundamentais na academia alemã desde Gelzer – são vistos sob uma nova luz.

Um caso especial no amplo campo da história cultural é a história do corpo.<sup>18</sup> A história do corpo exemplifica todas as vantagens e desvantagens da história cultural. Antes de tudo, uma questão deve ser colocada: como o corpo humano pode ter uma história? Aqui, uma vez mais, podemos ver como abordagens nacionais e disciplinares descortinaram esse novo campo da história. Uma linha importante de pensamento deriva da antropologia. Já nos anos 1930, o antropólogo social francês Marcel Mauss publicou um artigo sobre “técnicas do corpo” (MAUSS 1936), no qual ele defendia que muitas coisas que acreditamos serem naturais sobre o corpo são, na verdade, moldadas pela cultura. Fazendo uso de uma quantidade imensa de dados coletados durante toda uma vida de estudos, ele pode mostrar que os modos como as pessoas andam, sentam, comem ou dormem diferem significativamente em diferentes sociedades e devem ser vistos como produtos não da natureza, mas da sociedade. Mais de trinta anos depois, a antropóloga inglesa Mary Douglas tomou esta ideia e a aprofundou (DOUGLAS 1973, p. 69-87), assim como fez o sociólogo francês Pierre Bourdieu,<sup>19</sup> que começou sua carreira não como sociólogo, mas, como Douglas e Mauss, como antropólogo. Antropólogos e sociólogos começaram a dedicar sua atenção ao modo como os corpos são percebidos e condicionados, ao modo como se movem e se vestem e ao modo como sociedades lidam com atrativos e deformidades corporais. Obviamente, historiadores podem fazer exatamente as mesmas perguntas.

Antropologia e sociologia têm uma influência fundamental sobre a história do corpo. Mas, na minha opinião, os estudos de gênero e a história da sexualidade foram mais influentes. O livro inovador de Kenneth Dover sobre a homossexualidade grega demonstrou, no final dos anos 1970, que os antigos gregos não tinham de fato um conceito de “homossexualidade”, mas antes pensaram sexualidade em termos de papéis ativos e passivos (DOVER 1978). Estes resultados foram aceitos por Michel Foucault no segundo volume de sua *Histoire de la sexualité*, onde Foucault usou a Grécia antiga para demonstrar que as práticas sexuais não eram algo natural, mas sim moldadas pelo discurso (FOUCAULT 1984).<sup>20</sup> O aparecimento do livro de Foucault levou a uma verdadeira enxurrada de publicações sobre sexualidades antigas, identidades sexuais e modos de conceber e elaborar corpos sexualizados no mundo antigo.<sup>21</sup> O crescente interesse em estudos de gênero, a autoridade de Foucault e o fato de que as práticas sexuais antigas eram muito diferentes das modernas fez da sexualidade antiga um campo fundamental de interesse acadêmico em

<sup>18</sup> Para uma introdução geral, ver LORENZ 2000.

<sup>19</sup> Para os conceitos de “Habitus” e “Hexis” em Bourdieu, ver (entre outros) BOURDIEU 1993, p. 97-156 e BOURDIEU; WACQUANT 2006, p. 157-175; para uma visão geral, cf. KRAIS; GEBAUER 2008.

<sup>20</sup> Para Roma: FOUCAULT 1984a.

<sup>21</sup> MEYER-ZWIFFELHOFFER 1995 deveria ser visto neste contexto; cf. para os anos 1990 (entre muitos outros): HALPERIN; WINKLER; ZEITLIN 1990; GLEASON 1995; HALLETT; SKINNER 1997; WYKE 1998; WILLIAMS 1999. Os ideais de castidade e abstinência sexual e a influência destes conceitos para o corpo na Antiguidade Tardia são trabalhados por BROWN 1988.

todo o mundo. Assim, embora a sexualidade seja apenas um aspecto do corpo humano – e não necessariamente o mais importante –, este tem sido o foco principal da história do corpo na história antiga pelos últimos vinte anos. Outros aspectos, como a história da medicina, a estranha ciência antiga da fisiognomia ou as várias metáforas corporais utilizadas na linguagem antiga, embora não completamente ignorados, nunca alcançaram a mesma popularidade que teve o estudo do corpo sexualizado.<sup>22</sup> Ao longo dos últimos anos, no entanto, o foco se ampliou: Philip van der Eijk – “Alexander von Humboldt professor” na Universidade Humboldt, Berlim – está trabalhando atualmente em um grande projeto dedicado à história da medicina e à conceituação do corpo humano na ciência e filosofia antigas<sup>23</sup>. Há alguns anos atrás, Simon Swain editou um extenso volume sobre o antigo sofista Polemão e a peculiar arte da fisiognomia (SWAIN 2007). Um estimulante livro de 2004 de Anthony Corbeill investigou a “natureza incorporada” na Roma antiga, e dois anos depois Matthew Roller (2006) publicou um importante estudo sobre as posturas nas refeições romanas. Outros aspectos também, como o “corpo vestido”, começaram a atrair a atenção dos estudiosos (CLELAND; HARLOW; LLEWELLYN-JONES 2005)<sup>24</sup> Na França, a história do corpo tornou-se um tema fundamental ao longo dos últimos dez anos, e vários volumes dedicados ao assunto foram publicados.<sup>25</sup> Estudiosos franceses foram atraídos principalmente para fisiognomia e gênero, mas muitos outros assuntos também têm recebido atenção, indo desde a interação entre os corpos até o valor simbólico de cicatrizes, a importância do cabelo ou a relação iconográfica do corpo com a armadura na pintura dos vasos áticos. O crescente interesse dos estudiosos franceses pode ser percebido pelo fato de que a “Journée de printemps de la SOPHAU” de 2013 foi dedicada exclusivamente à história do corpo e procurou dar uma visão geral da rica erudição produzida neste campo.<sup>26</sup> A publicação recente editada por Daniel H. Garrison (2010) oferece uma boa mostra da ampla gama de temas e abordagens que a história do corpo incorpora hoje: o corpo sexualizado é tratado juntamente com as questões do nascimento e da morte, temas da saúde, corpos divinos e a inter-relação entre o corpo e a própria pessoa. Como o título do livro indica, oferece uma “história cultural do corpo humano”, que exemplifica a diversidade e o potencial do assunto.

Recapitulando: a história do corpo, de forma análoga à história cultural, em termos gerais, não pode ser reduzida a um discurso nacional ou a uma disciplina isolada. Sociologia, antropologia e estudos de gênero, todos tiveram um papel na formação do modo como o corpo é estudado hoje. Mas há outro aspecto que

<sup>22</sup> Medicina e fisiognomia foram explorados por BARTON 1994 e VOGT 1999; metáforas corpóreas são trabalhadas por GULDIN 2000; corpos com necessidades especiais são o tema de GARLAND 1995; uma ampla mirada sobre o corpo é dada por PORTER 1999.

<sup>23</sup> Para uma descrição do projeto “Medicina da mente, filosofia do corpo. Discursos de saúde e bem-estar no mundo antigo”, ver <http://www.klassphil.hu-berlin.de/avh-professur> (acessado em 18/01/2013).

<sup>24</sup> É claro, todos estudos com ênfase nas vestimentas estão relacionados com o corpo de uma maneira ou de outra. Estudos recentes incluem EDMONDSON; KEITH 2008; STARBATTY 2010; GHERCHANOC; HUET 2012.

<sup>25</sup> Três volumes foram publicados na série “Cahiers d’histoire du corps antique” até aqui: PROST; WILGAUX 2006; BODIQUO; FRÈRE; MEHL 2006; DASEN; WILGAUX 2008; para os estudos acadêmicos sobre a história do corpo, ver também MOREAU 2002; GARELLI; VISA-ONDARÇUHU 2010.

<sup>26</sup> Os anais da conferência estão para ser publicados em um suplemento de *Dialogues de l’Histoire Ancienne*; para a programação, ver: <http://sophau.univ-fcomte.fr> (acessado em 27/06/2013).

a história do corpo tem em comum com a história cultural: assim como “cultura” é difícil de definir, assim também é o “corpo”. A maioria das pessoas pensa que sabe o que o corpo é, mas dificilmente você vai encontrar duas pessoas que concordem sobre os detalhes. Longas discussões são possíveis sobre se o cabelo é realmente parte do corpo, se o corpo pode ser percebido separadamente da roupa ou se devemos, antes, falar de corpo vestido, e se o que Mauss denominou de técnicas corporais não deveriam ser vistas, antes, como comunicação ou interação. Estas são questões que não podem ser respondidas corretamente ou incorretamente; as respostas dependem da perspectiva que se escolha. Tais questões, no entanto, colocam em evidência um grande problema com a história do corpo. Carolyn Bynum escreveu certa feita que “o corpo” não é realmente um assunto independente:<sup>27</sup> ou o corpo é uma questão biológica, caso em que ele não tem história, ou ele é formado e percebido, ou mesmo completamente construído, pela cultura, caso em que é impossível traçar uma fronteira clara na qual a história do corpo termina e a história cultural começa. Quando estudiosos como Judith Butler (1993) argumentam que o corpo é construído inteiramente através da atuação e do discurso, o corpo se torna um ato voluntário que pode ser quase qualquer coisa. Bynum propôs apreender o corpo como ligado a três questões fundamentais: identidade, desejo e materialidade. As perguntas sobre como corpos e identidades estão inter-relacionados, como o desejo é concebido apenas em conexão com o corpo e a forma como lidamos com a materialidade do corpo, especialmente quando os corpos envelhecem ou morrem, parecem fundamentais para a nossa percepção de corpos (BYNUM 1996, p. 8ss.).<sup>28</sup> Em uma criativa leitura enviesada de Bynum, pode-se usar estas três categorias como uma definição frouxa do que estudamos quando pesquisamos a história do corpo. Esta é uma definição de trabalho com a qual eu, pessoalmente, concordaria, embora ela não possa realmente nos ajudar a responder a perguntas como se o cabelo deve ser entendido como parte do corpo ou não. Assim, o corpo visto como parte integrante da cultura com enfoque nestes três aspectos – desejo, materialidade e identidade – é muito mais do que a soma das partes do corpo – e traz à luz perspectivas muito mais amplas. Isso também implica, no entanto, que a história do corpo não é algo exótico, diferente de outros temas da história, mas transpassa campos tradicionais de pesquisa em muitos pontos. Centrando-se no corpo e através da aplicação de teorias sociológicas ou antropológicas, temos uma melhor compreensão não só da história do corpo humano, mas também – e talvez ainda mais importante – das sociedades passadas que moldaram esses corpos históricos e suas representações.

Assim como a história cultural, a história do corpo não é um fenômeno alemão e não pode ser entendida considerando a academia alemã isoladamente. Com este senão, gostaria de apontar alguns dos principais trabalhos neste campo que têm aparecido na Alemanha nas últimas décadas. Em primeiro lugar, temos o já mencionado estudo de Eckhard Meyer-Zwiffelhofer (1995).

<sup>27</sup> BYNUM 1996; para a citação, p. 1.

<sup>28</sup> O quanto seja possível a percepção do corpo como não sendo composta pelo discurso é o assunto de SARASIN 1999.

Este é um livro que analisa os discursos que moldaram as práticas sexuais romanas. É, portanto, um estudo que se coloca na tradição de Foucault. Embora o corpo não seja seu foco central, deve-se notar que Meyer-Zwiffelhofer mostra como a sociedade romana lida com os desejos corporais – ele está, portanto, preocupado com um dos três aspectos principais aos quais Bynum atribui centralidade para a percepção do corpo. Um segundo estudo que merece ser mencionado aqui é um pequeno livro publicado por Lukas Thommen em 2007. Continua sendo ainda hoje o único manual que abrange todo o campo da história do corpo na Antiguidade grega e romana. Thommen considera muitos aspectos diversos, tais como o discurso médico, o ideal grego de *kalokagathia*, o treino do corpo, gênero e sexualidade, corpos cristãos – só para citar alguns. Sua monografia segue sendo, no entanto, um manual de menos de 150 páginas e o tratamento é necessariamente breve. Para além deste amplo panorama, vários estudos especializados surgiram. Em 2010, foi publicado um volume editado na Áustria unindo vários estudos de caso com foco principalmente no atletismo antigo e no ideal de *kalokagathia* (MAURITSCH 2010). Surgiram duas publicações recentes de Edith Hummer (2006) e Henning Wirth (2010), ambas visando os canhotos na Antiguidade – um assunto que anteriormente nunca tinha sido tratado em uma monografia. No entanto, especialmente o estudo de Wirth – ainda que não neguemos seus méritos – mostra que a história do corpo não precisa, necessariamente, ser feita como história cultural: muitas das abordagens de Wirth são bastante positivistas, reunindo os fatos conhecidos e fazendo perguntas como se César era canhoto ou não.<sup>29</sup>

140

Uma abordagem totalmente diferente, baseada na cultura, é adotada por Dirk Barghop (1994), cujo livro foi mencionado acima. Ainda que seu objetivo principal seja estudar o medo senatorial, o corpo humano é fundamental para a sua abordagem teórica. Aplicando as teorias de Pierre Bourdieu para os senadores romanos, Barghop tenta analisar o modo como senadores se moviam, falavam e agiam como um “habitus” classista. Através desse habitus, senadores romanos se apresentavam e atuavam como corporificações da república e, assim, traziam a república e suas instituições à vida. O aparecimento de um imperador, assim segue o argumento, era incompatível com este habitus e por isso levou ao medo senatorial. Embora eu não concorde muito com esta conclusão, avalio a ideia de aplicar as teorias de Bourdieu a Roma e ver o senado como uma corporificação da velha república como muito atraentes.<sup>30</sup>

Este foi o ponto de partida para o meu próprio estudo sobre o corpo do imperador romano (MEISTER 2012). A minha principal questão era como um monarca se apresenta em uma sociedade que nega ser uma monarquia e finge ser uma república. Se dermos uma olhada em monarquias em outras culturas, descobrimos que ser um monarca tem muito a ver com as aparências: um rei deve atuar como o símbolo da terra e das pessoas que ele governa, ele é cercado por pompa real, roupas especiais e cerimônias o marcam como um

<sup>29</sup> Cf. minha resenha do livro de Wirth em MEISTER 2011.

<sup>30</sup> Para aplicações das teorias de Bourdieu aos senadores romanos, ver CORBEILL 2002 (= CORBEILL 2004, p. 107-139); MEISTER 2009.

corpo especial distinto de seus súditos. Ernst Kantorowicz (1957), em seu famoso estudo sobre a Europa medieval e o início da era moderna, apontou que os reis europeus eram percebidos como tendo dois corpos: um “corpo natural”, que envelhece e morre, e um “corpo político”, que é a encarnação imortal da posição real. A Inglaterra dos Tudor desenvolveu uma teoria complicada destes dois órgãos que são separados e ainda assim inseparáveis – uma teoria que, em muitos aspectos, se assemelha às duas naturezas de Cristo. Não tenho espaço aqui para entrar em detalhes. A questão importante é que tal teoria não teria funcionado na Roma antiga. Autores romanos podem pensar a República com metáforas corporais, mas o *corpus rei publicae* é algo que existia antes do aparecimento de um monarca, e a relação entre este *corpus rei publicae* e o *corpus principis* é problemática de um modo que seria impensável na Europa medieval tardia (MEISTER 2012, p. 153-192). O mesmo vale para a forma como o imperador romano figurava entre seus pares. Distinto de um monarca real, ele não poderia se distinguir por roupas especiais ou cerimônias reais, antes tinha que representar um papel e atuar como se Roma ainda fosse uma república – ao invés de se apresentar como a incorporação da nova monarquia, o que teria sido o curso natural dos eventos. Pelo contrário, o imperador tinha que evitar a todo custo que a monarquia se tornasse visível. Embora o imperador tivesse um poder quase absoluto, na interação cotidiana com seus colegas senadores ele tinha que manter a ilusão de que a república e suas instituições ainda estavam vivas (MEISTER 2012, p 109-131; 222-255).

Se tomarmos as teorias de Bourdieu e sua aplicação para o Senado romano a sério, então tal ato deliberado por parte do imperador estava condenado ao fracasso. Bourdieu define “habitus” como algo concebido como verdadeiro: senadores romanos são senadores romanos, pois eles atuam como senadores romanos, porque andam, falam e vestem-se como senadores. O imperador, contudo, não é um senador: mesmo que atue como um senador, se movimente e fale como um senador e use uma toga senatorial, ele é, ainda assim, diferente. Sua aparência é, portanto, insincera e seu corpo já não mostra o que ele realmente é; é concebido como um corpo enganoso colocado à parte de si mesmo. Se lembrarmos dos três aspectos que Carolyn Bynum considera centrais para a percepção humana do corpo – materialidade, desejo e identidade – podemos ver que no Alto Império a conexão entre o corpo e a identidade do imperador era bastante problemática. Esse problema deixou marcas em muitas fontes diferentes e lança uma nova luz sobre antigos problemas relativos ao estabelecimento da monarquia na Roma republicana.<sup>31</sup>

Só porque o meu livro é a mais recente publicação sobre a história do corpo na Alemanha não significa que esse é o fim desta. Há muitos tesouros esperando para serem descobertos ou, mais precisamente, muitos tesouros que foram descobertos e ainda estão à espera de publicação. Duas “Qualifikationsschriften” com foco na história do corpo foram premiadas nos últimos anos, mas ainda não

<sup>31</sup> Cf. MEISTER 2012, p. 131-153 para a literatura romana em geral; 192-222 para as estátuas; 249-255 para a visão de Tácito sobre a falta de sinceridade do imperador e 255-270 para a redefinição de Suetônio dos corpos indefinidos dos imperadores.

foram publicadas. A primeira é a "Habilitationsschrift" de Adrian Stähli (2002) apresentada na Universidade de Zurique em 2002 e premiada com o "UBS Habilitationspreis" em 2003. Stähli é um arqueólogo clássico e atualmente "Loeb Professor" em Harvard.<sup>32</sup> Seu estudo se concentra na nudez na Grécia antiga, na sua percepção na cultura europeia e na questão do que isto pode nos ensinar sobre as estéticas – antigas e modernas – envolvidas. Certamente será de grande valor para a pesquisa futura. O segundo estudo é a "Habilitationsschrift" de Johanna Fabricius (2003) apresentada à Universidade de Göttingen, em 2003, e que recebeu o prêmio Bruno-Snell em 2005. Como Stähli, Fabricius é arqueóloga clássica e atualmente "professor" na Universidade Livre, Berlim. Seu trabalho apresenta uma comparação de como os corpos humanos foram concebidos na Grécia e em Roma e adota uma abordagem abrangente, que leva em conta não só as representações iconográficas, mas também os aspectos linguísticos e literários. Seu estudo muito provavelmente será, portanto, de grande interesse não só para os arqueólogos, mas também para os historiadores da Antiguidade e filólogos clássicos. Para avançar uma conclusão, então, a história do corpo dentro do contexto da história cultural talvez não seja o foco central da academia alemã, mas, apesar disso, esta tem conduzido vários novos estudos ao longo dos últimos anos e esperamos que continue a fazê-lo no futuro.

### Referências bibliográficas

142

- ALFÖLDY, Géza. **Römische Sozialgeschichte**. Stuttgart, 2011 (4th ed.) [**The Social History of Rome**. London, 1985].
- BACHMANN-MEDICK, Doris. **Cultural Turns**. Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften. Hamburg, 2006.
- BARGHOP, Dirk. **Forum der Angst**. Eine historisch-anthropologische Studie zu Verhaltensmustern von Senatoren im römischen Kaiserreich. Frankfurt, 1994.
- BARTON, Tamsyn S. **Power and Knowledge**. Astrology, Physiognomics, and Medicine under the Roman Empire. Ann Arbor, 1994.
- BODIOU, Lydie, FRÈRE, Dominique; MEHL, Veronique (eds.). **L'expression des corps**. Gestes, attitudes, regards dans l'iconographie antique. Rennes, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Sozialer Sinn**. Kritik der theoretischen Vernunft. Frankfurt, 1993 [**Le sens pratique**. Paris, 1980].
- \_\_\_\_\_; WACQUANT, Loïc J. D. **Reflexive Anthropologie**. Frankfurt, 2006 [**Réponses pour une anthropologie réflexive**. Paris, 1992].
- BROWN, Peter. **The Body and Society**. Men, Women and Sexual Renunciation in Early Christianity. New York, 1988.

<sup>32</sup> „Professor“ no sistema universitário britânico e estadunidense é um título reservado a acadêmicos nas mais elevadas posições acadêmicas, diversamente do que ocorre no sistema brasileiro em que todos os que ministram aulas são tratados de professor.

- BURSCHEL, Peter. Wie Menschen möglich sind. 20 Jahrgänge "Historische Anthropologie". **Historische Anthropologie** 20, 2012, p. 152-161.
- BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**. New York, 1993.
- BYNUM, Caroline. Warum das ganze Theater mit dem Körper? Die Sicht einer Mediävistin. **Historische Anthropologie** 4, 1996, p. 1-33.
- CLELAND, Liza; HARLOW, Mary; LLEWELLYN-JONES, Lloyd (eds.). **The Clothed Body in the Ancient World**. Oxford, 2005.
- CORBEILL, Anthony. Political Movement. Walking and Ideology in Republican Rome. In: FREDRICK, David (ed.), **The Roman Gaze**. Vision, Power, and the Body. London, 2002, p. 182-215.
- \_\_\_\_\_. **Nature Embodied**. Gesture in Ancient Rome. Princeton (N. J.), 2004.
- DANIEL, Ute. **Kompendium Kulturgeschichte**. Theorien, Praxis, Schlüsselwörter. 5th ed. Frankfurt, 2006.
- DASEN, Véronique; WILGAUX, Jérôme (eds.). **Langages et métaphores du corps dans le monde antique**. Rennes, 2008.
- DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols**. Explorations in Cosmology. 2nd ed. London, 1973.
- DOVER, Kenneth J. **Greek Homosexuality**. London, 1978.
- EDMONDSON, Jonathan; KEITH, Alison (eds.). **Roman Dress and the Fabrics of Roman Culture**. Toronto, Buffalo and London, 2008.
- FABRICIUS, Johanna. **Soma/corpus**. Körperbild und Körperkonzepte in der griechischen und römischen Kultur. Habil. Göttingen, 2003 (unpublished) [non vidi].
- \_\_\_\_\_. Natürlich oder konstruiert? Körper und Sprache in Griechenland und Rom. **Raumwissen** 2, 2010, p. 18-21.
- FLAIG, Egon. **Den Kaiser herausfordern**. Die Usurpation im römischen Reich. Frankfurt, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ritualisierte Politik**. Zeichen, Gesten und Herrschaft im Alten Rom. Göttingen, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**. Vol. 2: L'usage des plaisirs. Paris, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Histoire de la sexualité**. Vol. 3: Le souci de soi. Paris, 1984a.
- GARELLI, Marie-Hélène; VISA-ONDARÇUHU, Valérie (eds.). **Corps en jeu**. De l'Antiquité à nos jours. Rennes, 2010.
- GARLAND, Robert. **The Eye of the Beholder**. Deformity and Disability in the Graeco-Roman World. 2nd ed. 2010. London, 1995.
- GARRISON, Daniel H. (ed.). **A Cultural History of the Body in Antiquity**. Oxford and New York, 2010.



- GHERCHANOC, Florence; HUET, Valérie (eds.). **Vêtements antiques**. S'habiller, se déshabiller dans les mondes anciens. Arles, 2012.
- GLEASON, Maud W. **Making Men**. Sophists and Self-Presentation in Ancient Rome. Princeton (N. J.), 1995.
- GOLDBECK, Fabian. **Salutationes**. Die Morgenbegrüßungen in Rom in der Republik und der frühen Kaiserzeit. Berlin, 2010.
- GULDIN, Rainer. **Körpermetaphern**. Zum Verhältnis von Politik und Medizin. Würzburg, 2000.
- HALLETT, Judith P.; SKINNER, Marilyn B. (eds.), **Roman Sexualities**. Princeton, (N. J.) 1997.
- HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Forma I. (eds.). **Before Sexuality**. The Construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World. Princeton (N. J.), 1990.
- HÖLKESKAMP, Karl-Joachim. **Rekonstruktionen einer Republik**. Die politische Kultur des antiken Rom und die Forschungen der letzten Jahrzehnte. München, 2004. [**Reconstructing the Roman Republic: An Ancient Political Culture and Modern Research**. Princeton (N. J.) 2010].
- HUMER, Edith. **Linkshändigkeit im Altertum**. Zur Wertigkeit von links, der linken Hand und Linkshändern in der Antike. Tönning, 2006.
- 144 HUMM, Michel. Histoire culturelle et histoire sociale. **Saeculum** 60, 2010, p. 187-204.
- JEHNE, Martin (ed.). **Demokratie in Rom?** Die Rolle des Volkes in der Politik der römischen Republik. Stuttgart 1995.
- KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. **The King's Two Bodies**. A Study in Mediaeval Political Theology. Princeton (N. J.), 1957.
- KRAIS, Beate; GEBAUER, Günter. **Habitus**. 2nd ed. Bielefeld, 2008.
- LORENZ, Maren. **Leibhaftige Vergangenheit**. Einführung in die Körpergeschichte. Tübingen, 2000.
- LÜDTKE, Alf (ed.). **Alltagsgeschichte**. Zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen. Frankfurt, 1989.
- MARTIN, Jochen. **Bedingungen menschlichen Handelns in der Antike**. Gesammelte Beiträge zur historischen Anthropologie. Hrsg. von Winfried Schmitz. Stuttgart, 2009.
- MAURITSCH, Peter (ed.). **Körper im Kopf**. Antike Diskurse zum Körper. Graz, 2010.
- MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie Normale et Pathologique** 32, 1936, p. 271-293.
- MEISTER, Jan B. Adventus und Provectio. Aristokratisches Prestige, Bindungswesen und Raumkonzepte im republikanischen und frühkaiserzeitlichen Rom. **Museum Helveticum** 70, 2013, p. 33-56.

- \_\_\_\_\_. **Der Körper des Princeps**. Zur Problematik eines monarchischen Körpers ohne Monarchie. Stuttgart, 2012.
- \_\_\_\_\_. H. Review of Wirth, Die linke Hand: Wahrnehmung und Bewertung in der griechischen und römischen Antike (HABES), Stuttgart 2010. **Museum Helveticum** 68, 2011, p. 241 f.
- \_\_\_\_\_. Pisos Augenbrauen. Zur Bedeutung aristokratischer Körper in der späten Republik. **Historia** 58, 2009, p. 71-95.
- MEYER-ZWIFFELHOFFER, Eckhard. **Im Zeichen des Phallus**. Die Ordnung des Geschlechtslebens im antiken Rom. Frankfurt, 1995.
- MOREAU, Philippe (ed.). **Corps romains**. Grenoble, 2002.
- NIPPEL, Wilfried. Klientel, Gesellschaftsstruktur und politisches System in der römischen Republik. **Humanistische Bildung** 21/22, 2002, p. 137-151.
- ORY, Pascal. **L'histoire culturelle**. 2nd ed. Paris, 2007.
- PORTER, James I. (ed.). **Constructions of the Classical Body**. Ann Arbor, 1999.
- POST, Francis; WILGAUX, Jérôme (eds.). **Penser et représenter le corps dans l'Antiquité**. Rennes, 2006.
- ROLLER, Matthew. **Dining Posture in Ancient Rome**. Bodies, Values, and Status. Princeton (N. J.), 2006.
- SARASIN, Philipp. **Mapping the body**. Körpergeschichte zwischen Konstruktivismus, Politik und "Erfahrung". **Historische Anthropologie** 7, 1999, p. 437-451.
- SCHMITZ, Winfried. Über Grenzen hinweg. Neuesozial- und kulturwissenschaftliche Ansätze in der Alten Geschichte. **Saeculum** 60, 2010, p. 205-225.
- SCHNURBUSCH, Dirk. **Convivium**. Form und Bedeutung aristokratischer Geselligkeit in der römischen Antike. Stuttgart, 2011.
- SPÄTH, Thomas. **Männlichkeit und Weiblichkeit bei Tacitus**. Zur Konstruktion der Geschlechter in der römischen Kaiserzeit. Frankfurt, 1994.
- \_\_\_\_\_. Nouvelle histoire ancienne? Sciences sociales et histoire romaine: à propos de quatre récentes publications allemandes. **Annales. Histoire, Sciences Sociales** 54/5, 1999, p. 1137-1156.
- STÄHLI, Adrian. **Die Körper und seine Bilder**: Nacktheit, der männliche Körper und das männliche Begehren in Bildern des 6. und 5. Jahrhunderts v. Chr., Habil. Zürich, 2002 (unpublished) [non vidi].
- STARBATTY, Angelika. **Aussehen ist Ansichtssache**. Kleidung in der Kommunikation der römischen Antike. München, 2010.
- STEIN-HÖLKESKAMP, Elke. **Das römische Gastmahl**. Eine Kulturgeschichte, München, 2005.

- SWAIN, Simon (ed.). **Seeing the Face, Seeing the Soul.** Polemon's Physiognomy from Classical Antiquity to Medieval Islam. Oxford, 2007.
- THOMMEN, Lukas. **Antike Körpergeschichte.** Zürich, 2007.
- TSCHOPP, Silvia Serena; WEBER, Wolfgang E. J. (eds.). **Grundfragen der Kulturgeschichte.** Darmstadt, 2007.
- \_\_\_\_\_ (ed.). **Kulturgeschichte.** Basistexte. Stuttgart, 2008.
- \_\_\_\_\_. Einleitung. Begriffe, Konzepte und Perspektiven der Kulturgeschichte. In: \_\_\_\_\_ (ed.). **Kulturgeschichte.** Basistexte. Stuttgart, 2008a, p. 9-32.
- VOGT, Sabine. **Aristoteles. Physiognomonica.** Übersetzt und kommentiert (= Aristoteles, Opuscula VI). Berlin, 1999.
- VÖSSING, Konrad (ed.). **Das römische Bankett im Spiegel der Altertumswissenschaften.** Stuttgart, 2008.
- WEHLER, Hans-Ulrich. **Die Herausforderung der Kulturgeschichte.** München, 1998.
- WILLIAMS, Craig A. **Roman Homosexuality.** Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity. 2nd ed. 2010. New York and Oxford, 1999.
- WINTERLING, Aloys. Review of Dirk Barghop, *Forum der Angst. Eine historisch-anthropologische Studie zu Verhaltensmustern von Senatoren im römischen Kaiserreich*, Frankfurt, 1994. **Klio** 82, 2000, p. 272-274.
- \_\_\_\_\_ (ed.). **Historische Anthropologie.** Basistexte. Stuttgart, 2006.
- \_\_\_\_\_. Freundschaft und Klientel im kaiserzeitlichen Rom. In: **Historia** 57, 2008, p. 298-316 [= **Politics and Society in Imperial Rome.** Malden etc., 2009, p. 34-57].
- WIRTH, Henning. **Die Linke Hand.** Wahrnehmung und Bewertung in der griechischen und römischen Antike. Stuttgart, 2010.
- WYKE, Maria (ed.). **Parchments of Gender.** Deciphering the Bodies of Antiquity. Oxford, 1998.

# Resenhas

review essays

## O presentismo e a realidade brasileira em perspectiva\*

The presentism and the brazilian reality in perspective

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 272 p.

---

**Walderez Simões Costa Ramalho**

walderezramalho@gmail.com

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Panamá, 144/301 - Sion

30320-120 - Belo Horizonte - MG

Brasil

---

### Palavras chave

François Hartog; Regime de historicidade; Brasil.

### Keywords

François Hartog; Regime of historicity; Brazil.

148

---

Recebido em: 16/6/2013

Aprovado em: 14/7/2013

---

\*Agradeço à FAPEMIG pelo auxílio com a bolsa de pós-graduação, e aos colegas da disciplina "Produção e circulação do conhecimento histórico", ministrado pela professora Regina Horta Duarte no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

A capa da revista *Veja* de 01 de agosto de 2012 é bastante significativa para o debate do livro analisado nesta resenha. Ela veicula o semblante abatido de José Dirceu sobre um fundo escuro, e sob o título: "Réu: o petista José Dirceu e mais 37 acusados no caso do mensalão começam a ler seu destino decidido nesta semana no 'julgamento do século' no Supremo Tribunal Federal, em Brasília".

Para além das disputas partidárias que envolvem o chamado "escândalo do mensalão", é interessante notar como se coloca o aspecto temporal no discurso da capa. O julgamento começou um dia após a publicação da revista, e terminaria com a condenação dos réus quatro meses e meio depois. No entanto, esse evento já é afirmado como um "fato histórico" – o "julgamento do século" – que selaria o futuro dos personagens envolvidos – os seus "destinos". Embora o verbo "começar" esteja conjugado no presente, seu complemento aponta ao mesmo tempo para o passado e o futuro; de modo que o final da história é decretado antes mesmo do evento concluir-se e no próprio instante em que teve início.

Esse tipo de articulação temporal expressa não apenas um viés "midiático" de interpretação do mundo político, mas também toda a cultura histórica contemporânea. E para refletir sobre essa questão, chegou ao Brasil um dos livros mais importantes de François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, lançado em 2013, com um excelente trabalho de tradução, dentro da Coleção História e Historiografia, elaborada pela Autêntica Editora e coordenada pela professora Eliana de Freitas Dutra. Embora Hartog já seja bastante conhecido e citado pelos historiadores brasileiros – com destaque para Fernando Nicolazzi (2010), Mateus Henrique Pereira (2011) e José Carlos Reis (2011) –, a publicação desse livro em português irá ampliar seus leitores e contribuir significativamente para o debate público nacional.

O conceito de "regime de historicidade", eixo central do livro, se define como o modo de articulação das três categorias do tempo (passado, presente e futuro) em uma dada sociedade e contexto histórico. Não se apresenta direta ou explicitamente na linguagem das fontes; é antes uma construção teórica com uma função heurística de ajudar "a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro" (HARTOG 2013, p. 37).

O conceito possui uma natureza essencialmente comparativa, pois se coloca na relação entre modos distintos de articular o tempo. Portanto, ele permite uma prática do "olhar distanciado", isto é, criar um distanciamento em relação ao presente "para, ao término da operação, melhor ver o próximo" (HARTOG 2013, p. 11).

O livro se situa no diálogo entre a antropologia de cunho estrutural e as reflexões de filósofos e historiadores sobre o tempo histórico. A primeira tem o seu lugar no livro, sobretudo com as obras de Claude Lévi-Strauss (1978) e Marshall Sahlins (1990), que enfatizam a diversidade de modos das sociedades

se relacionarem com o tempo – como sintetiza o título de um dos capítulos do livro de Sahlins, “outras épocas, outros costumes”, e que Hartog acrescenta: “mas *outras histórias* também” (HARTOG 2013, p. 50). Por outro lado, a noção de regime de historicidade também dialoga, por exemplo, com a proposta de Krzysztof Pomian (1984) em fazer uma história do próprio tempo, numa perspectiva filosófica; os estudos clássicos sobre o tempo histórico de Reinhart Koselleck (2006), especialmente os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” e as transformações envolvendo a estrutura da temporalidade com o advento da modernidade; e as reflexões de Paul Ricoeur (2010) sobre a configuração narrativa da experiência temporal; entre outros.

O autor elabora um percurso intelectual que lhe é característico: pensar a contemporaneidade a partir das idas e vindas entre os “antigos” e os “modernos”. O autor revisita desde as sociedades aborígenes das ilhas do Pacífico, passando pelos gregos, os renascentistas e os herdeiros da revolução francesa, até chegar às “crises do tempo” do século XX que culminaram na queda do muro de Berlim. É nesse percurso historiográfico que a noção se estabelece, e não como uma obra teórica sobre um conceito explicativo. Nessas sociedades tão apartadas de nós no tempo, como pensar os seus regimes de historicidade? E em quais aspectos os homens do presente se diferenciam?

Para responder a essas questões, o autor divide o livro em duas partes. A primeira, intitulada “Ordem do tempo 1”, aborda os antigos tipos-ideais de regimes de historicidade, visando “desnaturalizar” a nossa compreensão da ordem do tempo por meio do já citado “olhar distanciado”. Hartog inicia o percurso pelo *regime heroico*, característico das sociedades antigas, no qual as construções míticas do passado – restrito às batalhas e ações dos reis – são tomadas como esquemas de ação que conferem sentido aos eventos do presente, sob o signo da “repetição” e não do acontecimento único (paradigma da história moderna). A ascensão do *regime cristão de historicidade* operou significativas modificações, como a cisão do tempo em dois a partir do evento central da Encarnação: o nascimento, a morte e a ressurreição do Filho de Deus feito homem. A novidade aqui é a tensão instaurada “entre o acontecimento decisivo pelo qual *tudo já está concluído* e o desfecho final que mostra bem que *nem tudo ainda está acabado*” (HARTOG 2013, p. 90).

A partir do século XVIII, houve novamente uma grande ruptura com a antiga ordem do tempo. O advento das luzes e as revoluções científicas, econômicas e sociais transformaram a experiência temporal: o foco passou a ser o “horizonte de expectativa”, cada vez mais deslocado do “espaço de experiência”. Surgiu então o *regime moderno de historicidade*, no qual o olhar é dirigido principalmente para o futuro, não mais como repetição do passado ou passível de previsões no presente; é o futuro do “progresso”, do “aperfeiçoamento”, que será necessariamente melhor que o ontem e o hoje. Nesse sentido, o regime moderno opera uma *aceleração* do tempo a partir da dominação do ponto de vista do futuro. O antigo *topos* da “história mestra da vida” (*historia magistra*

*vitæ*) esfacelou-se, pois a experiência não serve mais como exemplo, já que o acontecimento passa a ser “único”, “irrepetível”. Vive-se para o futuro, e a história é escrita sob esse mesmo ponto de vista.

Essas considerações sobre a temporalidade moderna já foram discutidas por muitos historiadores, como o já citado Koselleck (2006). Marshall Berman (2007), em seu estudo clássico, também já havia discutido as mudanças engendradas pela experiência moderna do tempo a partir da produção literária e filosófica, destacando também a questão da aceleração do tempo histórico. Mas a grande novidade da obra de Hartog, sua mais importante interferência no debate contemporâneo sobre a temporalidade, reside na tese já citada segundo a qual as sociedades ocidentais presenciaram, no decorrer do século XX, uma progressiva cisão com o regime moderno de historicidade, pois a dimensão do presente passou a sobrepujar-se em relação ao passado e também ao futuro, caracterizando o *regime presentista de historicidade*. A noção é trabalhada na segunda parte do livro (Ordem do tempo 2).

A formação da ordem presentista do tempo ocorreu ao longo do século XX, o qual “se, em primeiro lugar ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista” (HARTOG 2013, p. 140). O que exatamente provocou essa mudança? O ideal do progresso e a certeza de um futuro melhor foram abertamente questionados, de diversas maneiras e conjunturas, amplamente debatidas pelas Ciências Humanas e Literatura em geral: o mal-estar gerado pelas guerras mundiais; as contestações de 1968; o avanço da sociedade de consumo; o solapamento das identidades nacionais; o fortalecimento da globalização enquanto o processo de “compressão do espaço-tempo”; tudo isso levou a uma ênfase no presente e sua progressiva dilatação desproporcional em relação às outras categorias do tempo – processo que possui como marco simbólico de consolidação a queda do muro de Berlim, em 1989. Nesse processo, o presente fechou-se sobre si mesmo, tornou-se o seu próprio horizonte, num afastamento cada vez maior entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. “Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG 2013, p. 148).

Esse presente dilatado mostra-se fragmentado e inconstante; e na sua volatilidade, também sente a necessidade de afirmar para si mesmo a sua raiz e a sua identidade, numa contradição de difícil solução. “Ele queria ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se fiar nisso” (HARTOG 2013, p. 156). A crescente demanda das sociedades ocidentais por “memória” e “patrimônio”, bem como a ampliação cada vez maior de seu campo de abrangência, indica a construção de um universo simbólico que sirva de referência para o presente e que busca a totalização. Essa estrutura de experiência temporal é altamente problemática, pois não consegue assimilar a “perda” como algo inerente do processo histórico: o presentismo identifica a perda como um apagamento de si, algo que só faz sentido a partir da sua busca



em se tornar o ponto de vista absoluto do tempo. Muitos estudiosos seguiram essas considerações de Hartog, como o antropólogo Joël Candau (2011), que faz uma crítica a essa abordagem totalizante da memória e do patrimônio na formação das identidades nas sociedades ocidentais ditas “pós-modernas”.

Como já foi dito, alguns historiadores brasileiros repercutiram esses conceitos de Hartog para refletir sobre a vida e o pensamento nacional. Um exemplo é Mateus Pereira (2011), que discute as possíveis relações entre a experiência presentista do tempo e o advento da chamada *história do tempo presente*, usando como fio condutor a ideia de que o presentismo tem como característica a tendência a uma historicização imediata. No entanto, em relação à produção historiográfica brasileira, o autor constata que esse tipo de abordagem ainda não se configurou como uma narrativa sobre eventos de visibilidade comum aos autores e leitores. No Brasil, a história do tempo presente é em grande medida a história da ditadura militar; quase nada se produziu, no âmbito da historiografia, sobre o período da chamada “redemocratização”. Sem negar que o período militar ainda se reflete nas questões do presente, o autor registra que essa história é também do passado. Essa constatação leva Pereira a fazer uma crítica – entre outras – ao conceito de presentismo; este não seria uma evidência, mas permaneceria apenas como uma hipótese de trabalho. Entretanto, pode-se fazer uma objeção a essa crítica de Pereira, diferenciando “regime de historicidade” e “regime historiográfico”: a experiência presentista do tempo não se expressa apenas nas obras de História, mas sim em diversos outros suportes de linguagem, como a imprensa, e até mesmo nas ações políticas, como procurarei demonstrar a seguir.

152

O regime presentista, em sua busca de tornar-se absoluto, mobiliza uma série de consequências políticas profundamente ambíguas, que podem ser apreendidas pela leitura do livro. Por um lado, leva à constatação de que não há alternativas para a ordem política majoritariamente instituída no presente, sobretudo nas sociedades ocidentais. A “democracia liberal” é muitas vezes representada pelas elites políticas e a mídia como um valor em si mesmo, inquestionável, desde já – e para todo o sempre – declarado “vencedor”. O capitalismo globalizado apresenta-se como “natural”, inelutável, a despeito de se pautar constantemente na “inovação” do próprio mercado. Por outro lado, se não há nenhum horizonte de “revolução”, tampouco há experiências a serem “conservadas”. Os costumes e os valores tradicionais são continuamente modificados de maneira a se “adequarem ao século XXI”: é o caso das transformações no âmbito das relações de gênero, de sexualidade, na alimentação, educação, família, etc.

Em outras palavras, se no campo macropolítico o presentismo é “conservador”, uma vez que não há perspectivas de mudanças do modelo liberal-democrático, no âmbito das microrrelações sociais ele é marcadamente “revolucionário”, dado a volatilidade que lhe é intrínseco. Disto resulta uma série de complexidades e confusões, como a perspectiva de que ações de escopo

imediatos são suficientes para engendrar mudanças de amplitude histórica maior. É o caso, por exemplo, da recente implantação da política de cotas raciais para as universidades – reconhecidas pelos seus próprios defensores como medida paliativa, de “curto prazo” – sem o devido acompanhamento de mudanças estruturais no sistema público de educação – valorização da carreira do professor, melhorias de infraestrutura escolar, garantia de segurança no espaço da escola, e outras que só se realizam no “longo prazo”. Essa forma de lidar com o tempo na política não se traduz apenas como demagogia ou iniciativa de reparação histórica: é, sobretudo, um sintoma da ausência de perspectiva temporal para além do agora, do instante. A implantação das cotas por si só configura-se como uma solução imediatista para problemas estruturais e de alcance histórico/temporal mais profundo.

Essa ambiguidade é um dos reflexos dessa “crise do tempo” característica do regime presentista. Frequentemente vivenciamos acontecimentos declarados precipitadamente como “históricos”, embora não apresentem qualquer consequência de maior profundidade. O julgamento do mensalão é um exemplo – entre muitos outros de escândalos políticos tematizados pela imprensa em geral. “A economia midiática do presente não cessa de produzir e de utilizar o acontecimento, [...] com uma peculiaridade: o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado” (HARTOG 2013, p.149-150).

É exatamente isto o que se percebe na capa citada acima. Em que pese o discurso de *Veja*, não houve efetivamente nenhuma grande transformação na vida política brasileira causada em função da condenação dos réus. Apesar de figuras importantes envolvidas no escândalo terem sido presos, muitos continuam exercendo influência significativa nas decisões do governo, o qual não sofreu grandes abalos no grau de aceitação e legitimidade perante a população, como esperava grande parte dos seus opositores. Quer se denomine “sensacionalismo” ou estratégia de *marketing* da revista, é evidente o apelo ao instante como algo já “histórico”, isto é, dotado de uma profundidade temporal desproporcional: o discurso já o representa como algo já passado (“o julgamento do século”) e determinante para todo o porvir (“destino definido”) a partir da sua realização no presente (“começam... nesta semana”). A pretensão da revista em declarar em 2012 o acontecimento do *século* e determinante para todo o futuro no momento mesmo em que teve início demonstra com toda a clareza essa forma presentista – e problemática – de articular e dar significado à experiência temporal.

A proclamação da história já realizada antes mesmo do evento se concluir demonstra a ampliação desmesurada do presente, em detrimento do passado e do futuro. Essa forma de articular o tempo não é exclusiva da chamada “grande mídia” no Brasil, mas um elemento da cultura histórica consolidada em 1989. Com efeito, o discurso da capa de *Veja* possuía de fato algum “sentido” no momento de sua publicação; esse sentido é a própria evidência do regime presentista de historicidade, e o discurso a expressão do presentismo. Desse

modo, a iniciativa de se publicar *Regimes de historicidade* é bastante louvável, pois a obra traz muitos elementos para se pensar a realidade brasileira no (e sobre o) presente.

### **Referências bibliográficas**

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; Contraponto, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: \_\_\_\_\_. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul/dez 2010.

PEREIRA, Mateus H. F. A história do tempo presente: do futurismo ao presentismo? **Humanidades**. Brasília, v.58, p.56-65, 2011.

POMIAN, Krzysztof. **L'Ordre du temps**. Paris: Gallimard, 1984.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como "representação cultural". **Sophie**. Recife, n.1, p.8-29, abril de 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3vol.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

## **O giro imaginativo no estudo do antiquariato britânico: *In Defiance of Time*, de Angus Vine**

The imaginative turn in the study of British antiquarianism: *In Defiance of Time*, by Angus Vine

VINE, Angus. *In Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*. Oxford: Oxford University Press, 2010, 272 p.

---

### **Pedro Telles da Silveira**

doca.silveira@gmail.com

Doutorando

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Novo Hamburgo, 238 - Passo d'Areia

90520-160 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

### **Palavras-chave**

Historiografia moderna; Antiquariato; Ars histórica.

### **Keywords**

Modern historiography; Antiquarianism; Ars historica.

155

---

Recebido em: 9/7/2013

Aprovado em: 1/9/2013

Embora seja considerado um clássico do cinema, *Um corpo que cai*, de Alfred Hitchcock, não é usualmente reconhecido por suas referências ao antiquariato. O que não significa que elas não estejam lá. Quando “Scottie”, a personagem representada por James Stewart, começa a se envolver no mistério da personagem de Kim Novak, vítima do complô armado por seu marido, ele pergunta a sua amiga, Midge, quem ela conhece que seja uma autoridade na história de San Francisco, ao que ela enumera uma série de professores de Berkeley. Scottie objeta rapidamente, pois não lhe interessa história acadêmica, mas sim aquela outra, “as coisas pequenas” (“*the minute stuff*”). A cena corta e vemos os dois conversando com um senhor velho em uma loja de livros usados e que parece tão deslocado de seu tempo quanto distante do departamento de história da universidade local. Este é um antiquário.

A imagem desta personagem, como lembra Angus Vine, não é nem um pouco lisonjeira. Embora a sátira a ela seja menos mordaz hoje em dia do que já foi em momentos passados, o antiquário é frequentemente visto como alguém insignificante, reduzido às empoeiradas salas que habita – ou tentando vender qualquer quinquilharia por um preço abusivo. Na Idade Moderna, porém, o antiquariato era, “pelo contrário, uma resposta dinâmica, de recuperação e ressurreição do passado. E por esta razão era também uma resposta essencialmente imaginativa a este passado” (VINE 2010, p. 3),<sup>1</sup> além, é claro, de uma resposta que não se furtava a dizer muito sobre o presente no qual era dada.

156

Angus Vine é professor de literatura inglesa na Universidade de Stirling, na Escócia, e *In Defiance of Time: Antiquarian Writing in Early Modern England*, resultado de sua tese de doutoramento, é seu primeiro livro. Ao mesmo tempo um detalhado estudo de caso sobre a prática antiquária britânica, ele também se constitui como uma importante revisão de uma imagem do antiquariato que se sedimentou não apenas entre o público amplo mas também na academia.

Os últimos anos têm visto um crescente número de publicações que visam retomar os fundamentos do estudo dos antiquários da Idade Moderna, principalmente na tentativa de revisar as bases estabelecidas por Arnaldo Momigliano em seu seminal estudo, “Ancient History and the Antiquarian”, publicado em 1950. Para o historiador italiano, a despercebida figura do antiquário gozara de um papel fundamental na evolução do método histórico pois, numa época em que o historiador se dedicava sobretudo a reiteração de lições morais para o presente, ao antiquário interessava o conhecimento efetivo do passado. Para isso, ele tinha de ampliar o escopo das evidências históricas disponíveis, dedicando-se ao estudo de ruínas, inscrições epigráficas, moedas antigas e outros vestígios da antiguidade. Como resultado, o antiquário abandonava a forma clássica da historiografia – a narrativa em ordem cronológica – para explorar a descrição sistemática, oferecendo um quadro sincrônico da sociedade de que tratava. A atividade do antiquário, este é o argumento central do historiador italiano, acaba sendo responsável por salvar a historiografia da

<sup>1</sup> No original “Instead, it was a dynamic, recuperative, resurrective response to that past. And for this reason it was also an essentially imaginative response to the past”.

crise cética que a assola em meados do século XVII, quando a dúvida sobre a possibilidade de algum saber histórico, mediante as narrativas conflitantes a seu respeito, teria sido sanada com o auxílio dos novos critérios de prova e novas evidências que os antiquários – longe dos historiadores, argumenta Momigliano – vinham desenvolvendo.

Esse arco narrativo deu origem a um vasto campo de estudos, o qual foi responsável por lançar luz sobre a pré-história da historiografia disciplinar como um campo relevante para o desenvolvimento da historiografia. Tornou-se ponto comum, entretanto, repetir que essa abordagem acabou por resultar numa visão demasiado cerrada das possibilidades abertas à historiografia na Idade Moderna. Como o próprio Vine sustenta, “muito frequentemente os estudiosos modernos têm levado em consideração o antiquariato apenas por suas inovações técnicas e críticas, ignorando outros aspectos que não se encaixam com menor facilidade nos relatos teleológicos do progresso historiográfico” (VINE 2010, p. 12)<sup>2</sup> e como outro autor já afirmou, o paradoxo é que o responsável por trazer os antiquários à atenção da historiografia contemporânea foi também quem perpetuou sua posição “em uma teleologia antiquada”, na qual ele é uma personagem, ao cabo, secundária (MILLER 2007, p. 28-29).

Em seu livro, Vine realiza ao mesmo tempo um estudo mais direcionado do antiquariato e uma revisão dos argumentos de Arnaldo Momigliano. Para o autor, “até recentemente, eles [os historiadores] foram igualmente restritos em sua abordagem do antiquariato, reservando seu interesse apenas para os momentos nos quais os métodos antiquários traíam os inícios da disciplinariedade moderna” (VINE 2010, p. 10).<sup>3</sup> O objetivo do historiador inglês, portanto, é perceber, em primeiro lugar, o antiquariato como parte integral da cultura de sua época e, em segundo lugar, compreender o antiquário em seus próprios termos, e não apenas como um complemento ao desenvolvimento da historiografia.

O primeiro capítulo, “Material Beginnings: John Leland, John Twyne, John Stow”, centra-se sobre a atuação de três antiquários que se valiam das evidências materiais para seu trabalho. Segundo o autor, embora o estudo das coleções e dos gabinetes de curiosidades setecentistas seja tópico de estudos recentes, normalmente tem-se desprezado as práticas colecionistas realizadas desde o início do século XVI. Essas coleções perfaziam o movimento que, para Vine, acaba por ser característico do antiquariato seiscentista:

Inicialmente, ao menos, este interesse [coleccionista e material] pode ter sido documentário; os primeiros relatos das antiguidades tendiam a ser breves e descritivos. Porém, por volta do final do século XVI, o potencial histórico e imaginativo desses vestígios foi completamente realizado (VINE 2010, p. 23).<sup>4</sup>

<sup>2</sup> No original: “Too often modern scholars have considered antiquarianism only for its technical and critical innovations, ignoring other aspects which fit less easily into teleological accounts of historiographical progress”.

<sup>3</sup> No original: “Until recently, they have been similarly restrictive in their approach to antiquarianism, reserving their attention only for when antiquarian methods betray the beginnings of modern disciplinarity”.

<sup>4</sup> No original: “Initially, at least, this interest may well have been documentary; early accounts of antiquities tend to be descriptive and brief. But by the end of the sixteenth century the historical and imaginative

Ou seja, as ruínas e outros vestígios materiais deixaram de ser apenas relíquias deixadas pelo passado para se transformar em aberturas pelas quais o passado podia ser enxergado. Nesse sentido, eles realizam o que caracteriza um certo olhar antiquário, ou seja, “com este curioso deslocamento no tempo, uma memória do passado se transforma numa visão do presente” (VINE 2010, p. 4). A ênfase na visão, por último, também indica que, para muitos antiquários, o testemunho ocular é uma fonte de maior confiabilidade que a evidência oriunda de fontes literárias (VINE 2010, p. 28) – sem que esta seja, é claro, a única forma de evidência trabalhada por eles.

O testemunho em primeira pessoa muitas vezes era conseguido por meio de escavações feitas à busca dos vestígios antigos. Através do processo de escavação, um antiquário como John Stow conseguia “desenterrar o passado, e a escrita antiquária realmente podia sustentar sua presença”, pois “Camadas de história eram facilmente descobertas, sendo a tarefa do antiquário e do tipógrafo reuni-las novamente” (VINE 2010, p. 44). A passagem demonstra uma das preocupações de Vine, a tentativa de não reduzir o método do antiquário nem apenas ao exame das evidências materiais tampouco apenas ao de natureza filológica. É em sua combinação que o antiquário ganha força.

Por fim, ao mostrar como a adoção de métodos desenvolvidos por antiquários da Europa continental, em especial da Itália, eram apropriados por seus colegas britânicos, o autor apresenta um ponto a favor da existência de contextos antiquários locais, os quais se mantêm em intercâmbio com outros contextos mas são, não obstante, independentes em suas preocupações temáticas. No caso, John Leland, um dos sujeitos estudados no capítulo, pretendia encontrar – por meio da escavação arqueológica – novas evidências para sustentar o caráter histórico do Rei Arthur. Antiquariato e política não estavam, portanto, tão distanciados quanto a narrativa de Momigliano sugere – e a menção a este problema muito específico da realidade inglesa serve de suporte ao questionamento de Peter N. Miller de porque o historiador italiano não dialogou com os estudiosos ingleses que se dedicavam à história do antiquariato na Grã-Bretanha na primeira metade do século XX (MILLER 2007, p. 19). Se o fizesse, talvez seu argumento tivesse sido outro.

Se a inovação trazida pelo antiquário não se limita ao campo das evidências materiais e, por conseguinte, do testemunho ocular, resta tentar entender com que outros procedimentos e evidências ele trabalhava. Uma dessas evidências era a etimologia. Segundo Vine, “os antiquários [...] consideravam a linguagem como um registro confiável da mudança do tempo e, por conseguinte, também de sua continuidade como qualquer outra forma de evidência” (VINE 2010, p. 52).<sup>5</sup> Traçando o uso da etimologia como argumento antiquário a partir de suas influências platônicas – em especial do *Crátilo*, no qual se sustenta que a palavra contém algo da natureza do objeto denotado –, ramistas e, por fim, do tratadista político e histórico do século XVI, Jean Bodin, o autor destaca a

potential of those remains had been more fully realized”.

<sup>5</sup> No original: “The antiquaries [...] considered language to be as secure a Record of historical change, and therefore also continuity, as any other form of evidence”.

etimologia como local no qual os argumentos antiquários poderiam se combinar facilmente com um uso retórico da evidência, defendendo a antiguidade de reinos, domínios e práticas específicas (VINE 2010, p. 78).

Vine aponta, bastante corretamente, que a prática antiquária não era desinteressada dos problemas de seu presente. Este é outro ponto da revisão contemporânea do antiquariato. A complexa relação entre antiquariato, teoria política e poder tem como pano de fundo, na verdade, a consideração de que “o pensamento político do século XVII deveria ser entendido como uma forma de atividade antiquária” (MILLER 2000, p. 77), de modo que os antiquários, pelo estudo dos costumes passados, ofereciam os exemplos a serem debatidos politicamente. Vine não segue esta tese até seu fim, colocando a viagem como local de conjugação entre a reflexão política e a antiquária, como veremos quando abordarmos o quinto capítulo do livro.

A partir da análise da correspondência de William Camden (1551-1623) em torno a sua *Britannia* (1586, com sucessivas reedições até 1607), Angus Vine chega a um dos mais importantes argumentos de seu estudo, qual seja, o de que “uma história do antiquariato deveria ser também uma história de seu círculo e de seus correspondentes” (VINE 2010, p. 82). A colaboração, afirma Vine a partir do trabalho do antiquário inglês, “começa a aparecer como uma forma integral da metodologia antiquária”,

No caso de seus correspondentes do Norte, a colaboração lhe permitiu [a Camden] incorporar o ramo arqueológico do pensamento antiquário assim como o filológico, que seu estudo exaustivo de fontes clássicas e outros manuscritos já haviam trazido à tona (VINE 2010, p. 98-99).<sup>6</sup>

159

E, mais importante ainda, através da análise de como Camden utilizava os testemunhos de seus interlocutores em seu processo de escrita, o autor consegue demonstrar como o antiquário era simultaneamente um estudioso de seus próprios temas e um leitor diligente, o qual costurava os dizeres dos outros para compor sua própria obra (VINE 2010, p. 83).

A colaboração e a ética de trabalho que dela resulta são mais um ponto de contato do livro de Vine com a bibliografia recente a respeito do antiquariato. Destaca-se, em especial, o livro de Peter N. Miller dedicado a Nicolas-Claude Fabri de Peiresc (1550-1637), cuja rede de correspondência ia da Península Ibérica ao Oriente Médio (MILLER 2007). Angus Vine, porém, é mais bem-sucedido, uma vez que consegue demonstrar efetivamente como o antiquário transforma suas anotações e sua correspondência num texto ulteriormente editado, enquanto o livro de Miller sofre com a notória deficiência de sua personagem principal em conseguir dar à estampa seus textos. Angus Vine também demonstra que os antiquários já se entregavam de maneira coletiva ao estudo do passado, aspecto que – normalmente – é apenas visto com o início das pesquisas eruditas das congregações religiosas setecentistas (BARRET-KRIEDEL 1996).

<sup>6</sup> No original: “In the case of his northern correspondents, collaboration enabled him to incorporate the archaeological strand of antiquarianism thought as well as the philological one, which his exhaustive thrawl through classical sources and other manuscripts already brought to the fore”.



Em “Monuments and Megaliths: From Stonehenge to ‘Stonage’”, o autor retoma a discussão sobre o caráter das fontes e dos procedimentos metodológicos utilizados pelo antiquário. Stonehenge acaba por se constituir, para os antiquários ingleses, em paradigma de um “monumento silencioso”, isto é, na medida em que inexistem documentos escritos relativos à sua construção ou a seus construtores, é preciso de alguma forma fazer o monumento falar. O procedimento para isso é sua mensuração e descrição. Stonehenge, contudo, chama a atenção por desafiar os objetivos dos antiquários: quanto mais examinam e escrevem sobre ele, menos consenso há sobre suas origens. Os monumentos silenciosos acabam dizendo mais a respeito das tentativas infrutíferas de estudá-los do que oferecendo qualquer espécie de saber. Para estudá-los, um conjunto de procedimentos que possuía a empiria e a observação enquanto parte de seus pressupostos tinha de reconhecer que a principal forma de acesso ao passado ainda era a evidência fornecida pelos historiadores do passado (VINE 2010, p. 138). Mais que em qualquer ponto do livro, evidência escrita e evidência material são tudo menos excludentes.

Os monumentos silenciosos são casos-limite da empresa antiquária, uma vez que desfiem o que está em seu cerne: a ressurreição do passado. Esta é uma partida que necessariamente já está perdida – e, por isso, precisa da imaginação para que seu equilíbrio seja restaurado –, uma vez que, como afirma o autor, o paradoxo do antiquário é o de possuir a fé “de que o tempo pode ser desafiado por meio de coleções, reconstruções e textos” e a crença “de que todas as coisas sublunares estão sujeitas a mudança” (VINE 2010, p. 7). O antiquário se dividia entre o lamento da temporalidade que fazia o passado submergir no esquecimento e a vontade de preservar esses restos do passado que, atingidos pela atuação do tempo, ganhavam destaque e se tornavam objeto de atração e curiosidade.

160

O quinto capítulo, por seu turno, centra-se na viagem antiquária, desenvolvendo a noção de que o relato de viagem escrito funcionava como uma espécie de coleção dos objetos e monumentos vistos (VINE 2010, p. 143). Em certo sentido, ao abordar as *artes apodemicae*, isto é, os manuais de viagem, Vine fornece o complemento a algo que apenas se sugere no estudo de Anthony Grafton sobre as *artes historicae*: a decadência deste último gênero de escritos teria relação com o aumento do número de relatos de viagem que forneciam justamente a comparação entre tempos e costumes à qual a *ars historica* pretendia servir de guia a seu leitor (GRAFTON 2007, p. 200). A viagem antiquária se encontra no meio do caminho entre o estudo histórico e o estudo político comparado do presente, demonstrando – assim me parece, ao menos – uma instância na qual é o antiquário que ultrapassa o historiador, e não o contrário.

Por fim, o sexto capítulo, ao enfatizar a leitura para a criação imaginativa do antiquário e para a definição de seu público-leitor, demonstra como o interesse antiquário era difundido na sociedade inglesa quinhentista. Mais que os outros capítulos, este apresenta a preocupação antiquária como uma forma de criatividade não apenas a respeito mas também a partir do passado. A imaginação antiquária, e este é um dos últimos argumentos do livro, não se contrapunha necessariamente à intenção de documentar os resquícios do

passado espalhados sobre a superfície – ou nela escondidos. Pelo contrário, intenção documental e imaginação eram complementares. E embora ele não desenvolva em detalhes, pode-se perceber que muito da decadência do estudo antiquário não se deva à superação de seus procedimentos metodológicos, mas sim à quebra da cadeia que levava do documento à imaginação. De certa forma, todos os monumentos, a partir do século XVII (e aqui o historiador da historiografia pode buscar o ponto de virada a respeito disso) se tornaram monumentos silenciosos.

Num momento em que o fascínio pelo passado transcende o meio acadêmico e se mistura aos mais diversos aspectos do cotidiano – e num momento no qual a própria academia começa a voltar seus olhos sobre outras formas de apreensão do passado que não a historiográfica, como por meio da *presença* que o que já foi sugere, *In Defiance of Time* vem demonstrar o que os historiadores podem aprender revisitando novamente o gabinete do antiquário em busca de uma resposta que não é apenas conceitual ao passado mas também emocional, afetiva e imaginativa.

### Referências bibliográficas

- BARRET-KRIGEL, Blandine. **L’histoire à l’âge classique**: les academies de l’histoire. Paris: PUF, 1996.
- GRAFTON, Anthony. **What was history?** The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MILLER, Peter N. (ed.). **Momigliano and Antiquarianism**: Foundations of the Modern Cultural Sciences. Toronto: Toronto University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Peiresc’s Europe**: Learning and Virtue in the Seventeenth Century. New Haven: Yale University Press, 2000.
- VINE, Angus. **In Defiance of Time**: Antiquarian Writing in Early Modern England. Oxford: Oxford University Press, 2010.

## **Tempo presente e usos do passado: qual o lugar da epistemologia?**

Present time and uses of the past: what is the place of epistemology?

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 198 p.

---

### **Douglas Attila Marcelino**

douglasattila@gmail.com  
Professor adjunto  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha  
31270-9001 - Belo Horizonte - MG  
Brasil

---

### **Palavras-chave**

Temporalidades; Memória; História do tempo presente.

**162**

### **Keywords**

Temporalities; Memory; History of the present time.

---

Recebido em: 20/6/2013

Aprovado em: 23/7/2013

Reunindo textos dos trabalhos apresentados no IV Seminário Nacional de História da Historiografia, realizado em 2010 pelo Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (UFOP), o livro *Tempo presente e usos do passado* conjuga reflexões teóricas de importantes historiadores e intelectuais brasileiros sobre as especificidades relativas ao que se tem chamado “tempo presente”. Apesar da diversidade de concepções, a coletânea apresenta grande coerência temática, aspecto nem sempre possível em seminários do mesmo tipo e que demonstra o acerto das escolhas feitas pelos organizadores. Justamente por isso, num primeiro plano, a obra pode servir para familiarizar o leitor com uma agenda de questões e problemáticas afins. Tal agenda se refere ao modo como temáticas que alcançaram enorme espaço no campo das reflexões teóricas nas últimas décadas adquirem singularidades quando confrontadas com interrogações acerca do passado recente ou das formas com que o mesmo tem sido predominantemente compreendido ou experimentado.

Assim, problemas amplos relativos aos usos da memória e às diferentes historicidades ganham relevância peculiar quando referidos ao trauma e aos passados sensíveis, ao lugar dos testemunhos, aos arquivos da repressão e às demandas sociais e desafios da judicialização que caracterizam a história recente, conforme abordado por Temístocles Cezar, Irene Cardoso, Paulo Knauss e Marieta de Moraes Ferreira. Reflexões sobre problemas conexos, embora centradas nas concepções de pensadores determinados, perpassam os estudos de Raquel Glezer e Olgária Chain Feres Matos sobre as obras de José Honório Rodrigues e Walter Benjamin, respectivamente. Particularmente significativa, por outro lado, é a pluralização dos “suportes” escolhidos para abordagem de problemas correlatos, indicativa de como os estudos sobre os usos do passado e as formas de experimentação do tempo e da memória se beneficiam de uma abertura ao campo da arte e da literatura: se o texto de Temístocles Cezar apresenta uma interessante análise do livro *W ou le souvenir d'enfance* e da peça teatral *A morte e a donzela*, na conferência de Durval Muniz de Albuquerque Júnior podemos ter contato com uma densa e imaginativa reflexão sobre as implicações de uma postura obsessiva em relação ao passado por meio da análise da presença do *topos* literário da cegueira advinda do excesso de clareza, tal como se poderia verificar na literatura pós-colonial de autores como José Saramago, Mia Couto e José Eduardo Agualusa (reflexão sugestiva do modo como a literatura, metaforicamente, pode dizer muito sobre as dificuldades de “inscrição” do passado geradas pelo conhecimento histórico quando da ausência de interrogações mais profundas sobre sua verdadeira utilidade para a vida). Outros textos, tratando diretamente de problemas teóricos referentes à sedução pelo tema da temporalidade, como o de Mateus Henrique Pereira e Sérgio da Mata, ou de questões nem sempre enfrentadas com mais acuidade nos debates sobre a “história do tempo presente”, como na discussão de Carlos Fico sobre “perspectiva” e “distanciamento”, completam a coletânea. Ela pode ser analisada considerando as convergências e divergências de algumas concepções apresentadas, bem como os esforços de relativização de interpretações estabelecidas por autores renomados e que repercutem de modo diferenciado nos debates feitos por historiadores brasileiros.

Chama particular atenção, nesse caso, o texto introdutório de Mateus Pereira e Sérgio da Mata, pela problematização da presença quase obsessiva do tema da temporalidade a partir da última década do século passado. Tal presença, na crítica dos autores, seria fomentadora de leituras unilaterais sobre a onipotência do presente ou a crise do sentimento de aceleração típico da modernidade, tendo em vista as crescentes preocupações com a reconfiguração das formas com que se tencionam as sensações do passado, do presente e do futuro na experiência histórica de cada época determinada. Mais do que a crítica à amplitude da noção de "presentismo", de François Hartog, ou mesmo à interpretação sobre um esgotamento do "cronótopo moderno", tal como se poderia encontrar nos escritos de Hans Ulrich Gumbrecht, talvez um dos pontos mais relevantes do texto esteja no estímulo à reflexão sobre as formas com que os historiadores mais poderiam contribuir para esse tipo de debate, tendo em vista as peculiaridades atinentes ao modo com que temas correlatos tendem a ser tratados na disciplina. Retomarei o problema ao final, cabendo destacar outras dimensões da discussão que também não podem ser negligenciadas. Em última instância, elas apontam para o lugar das reflexões teóricas e epistemológicas dentro do ofício num duplo sentido: o primeiro, referido ao potencial explicativo que as mudanças no modo como os historiadores compreendem o conhecimento que produzem teriam para o entendimento das alterações na própria historiografia ao longo do tempo; o segundo refere-se ao papel da reflexão teórica, já que a crescente preocupação com a historicidade da disciplina não deveria escamotear o fato de que qualquer interrogação sobre a escrita da história carrega consigo algum teor normativo, mesmo quando sinceramente amparada numa preocupação com uma historicização radical de toda experiência. Talvez seja frutífero explorar tais questões a partir de diferentes leituras sobre aspectos pontuais presentes em textos da coletânea.

164

Um deles, por exemplo, refere-se ao surgimento da chamada "história do tempo presente" e ao crescimento do volume de estudos sobre o passado recente: seria tal mudança reflexo da ascensão de um "regime de historicidade" caracterizado pelo "presentismo", como indica Temístocles Cezar, repercutindo a leitura de François Hartog?<sup>1</sup> Uma alteração na forma de experimentação da temporalidade seria o fator fundamental que explicaria esse tipo de tendência na historiografia, ou seria preciso considerar outras variáveis, entre elas aquela referida ao próprio debate teórico produzido pelos historiadores envolvidos com o estudo do chamado "tempo presente"? Embora tratando de questão diversa, a reflexão de Carlos Fico sobre os motivos da interdição ao que chamaria de "história do tempo vivido", por exemplo, apontaria para variáveis distintas. Partindo do modo como o problema é interpretado nas teses de Reinhart Koselleck sobre as formas de experimentação do tempo histórico na modernidade, Carlos

<sup>1</sup> Segundo Temístocles, a recente obsessão pelo passado "não reflete uma ideia de história fundada no que teria de fato acontecido, mas em um regime de historicidade marcado pelo presente. Paradoxalmente, o passado que não quer ou não pode passar implica um presente que, igualmente, não passa, que continua, dura, resiste, nos cerca, e cujo significante historiográfico é a história do tempo presente" (VARELLA; MOLLO; PEREIRA; MATA 2012, p. 31-32).

Fico pretendeu voltar-se para as próprias discussões dos historiadores e suas indagações políticas e epistemológicas acerca da verdadeira necessidade do estudo do passado recente. As questões formuladas pelos próprios historiadores, nesse caso, deveriam ser aspectos fundamentais de análise ou repercutem alterações mais profundas nas relações entre experiência e expectativa predominantemente estabelecidas em determinado presente histórico? Será que a desconfiança acerca do estatuto de cientificidade da história que acompanhou o abandono das crenças ingênuas na autotransparência do sujeito epistêmico, com suas ilusões acerca de uma autonomia da consciência e suas fincadas raízes na modernidade, tendeu a nos direcionar para interpretações da história da historiografia que desvalorizam o debate teórico produzido pelos próprios historiadores, superdimensionando processos que se desenvolvem de forma inconsciente numa mais larga duração histórica? Como considerar, por outro lado, essas distintas variáveis sem mergulhar numa retomada desavisada de uma confiança desmedida no debate epistemológico?

Sem dúvida, no caso da chamada "história do tempo presente", como argumentou Carlos Fico, as discussões que pretenderam defini-la como especialidade assumiram conotações essencialmente metodológicas, pouco tangenciando questões teóricas e epistemológicas mais profundas em favor de problemas referidos à periodização e nomenclatura. O mesmo se poderia dizer acerca das discussões conexas sobre um suposto retorno da história política nos anos 1970 e 1980, pautadas, muitas vezes de forma acrítica, nos instrumentais metodológicos e pressupostos holísticos que caracterizaram as primeiras gerações dos *Annales*. É desnecessário tratar do assunto, mas pode-se lembrar, por exemplo, das investidas de Jacques Julliard no uso da quantificação e da longa duração para o estudo dos fenômenos políticos em artigo conhecido da coleção *Faire de l'histoire*, ou mesmo das propostas de Jacques Le Goff de uma aproximação com a antropologia e a história das mentalidades por meio categoria "poder", compreendida como "última encarnação epistemológica do político", que permitiria acessar uma totalidade pressuposta no passado através, inclusive, da "dialética da duração" braudeliana.<sup>2</sup> De modo geral, tais interpretações continuavam caracterizadas por pressupostos metodológicos e totalizantes cujo alcance talvez seja bastante limitado diante das reformulações em torno das teorias da ação e do significado que marcaram os anos 1980 (DOSSE 2003). Pelo menos no caso francês, portanto, os debates sobre a retomada do estudo histórico do passado recente e dos fenômenos políticos nem sempre foram acrescidos de interrogações epistemológicas mais fundamentais, o que nos impõe novamente a indagação sobre o verdadeiro significado das convicções teóricas dos historiadores na afirmação desse campo de pesquisas. Nesse caso, os diferentes encaminhamentos teóricos apresentados na coletânea servem para fomentar uma reflexão não apenas sobre a "história do tempo presente", mas também sobre a escolha de variáveis explicativas de maior ou

<sup>2</sup> Os textos são de início dos anos 1970, embora traduzidos para o português nos anos 1980 (ver JULLIARD 1988; LE GOFF 1983). A conhecida batalha de Réne Rémond pelo reconhecimento de uma suposta autonomia do político nos anos 1980 não se pautava em concepções muito distintas (RÉMOND 1996).

menor alcance no estudo da história da historiografia, tendo em vista o caráter naturalmente incompleto de qualquer esforço de interpretação do passado.

Se a diferença na escolha de variáveis explicativas pode servir para pensar as especificidades do tratamento da história da historiografia, vale ressaltar que o livro também se compõe de convergências significativas, igualmente imprescindíveis ao debate acerca do estudo histórico do passado recente. Para não fugir aos exemplos examinados, podemos tomar um aspecto importante ressaltado nos textos de Temístocles Cezar e Carlos Fico: a singularidade do que se tem chamado “história do tempo presente” refere-se também ao modo peculiar com que o público leitor lida com temáticas que ainda ameaçam “a segurança psicológica de muitos” (para usar a feliz expressão que Temístocles Cezar reproduz do Posfácio de Ariel Dorfman à peça *A morte e a donzela*). Temas considerados tabus, para os quais ainda funcionam várias interdições, objetos de recalques e obsessões: tal é o teor de parte substantiva do “material” com que se defrontam as análises dos historiadores sobre eventos pouco recuados no tempo. Esse, provavelmente, é um dos aspectos mais relevantes e nem sempre abordado de forma mais profunda quando se trata do estudo do passado recente.

Mark Salber Phillips, ao tratar do problema, formulou interrogações que tangenciam outra temática igualmente relevante, mas não priorizada nos textos da coletânea: quais os procedimentos experimentais, inclusive narrativos, de que os historiadores dispõem para causar um maior estranhamento em relação ao passado recente e, assim, produzir um “descentramento epistemológico” relevante em qualquer análise histórica que seja?<sup>3</sup> Tal escolha permitiria pensar sobre até que ponto um maior distanciamento em relação ao objeto de análise está relacionado com a operação narrativa produzida pelo próprio historiador, e não apenas com características inerentes à natureza daquilo que chamamos de “realidade”. Enfrentar o problema implicaria refletir como, enquanto unidades que fundamentam um discurso, os acontecimentos do passado recente ou mais recuado não possuem um estatuto de evidência ontológica que os faça plenamente independentes do modo como são estruturados nas explicações que construímos, seja por meio da natureza narrativa do ofício ou das elaborações teórico-metodológicas que potencializam o teor explicativo já presente em qualquer tipo de narrativa das experiências humanas passadas.<sup>4</sup> Phillips, ao tratar de problema semelhante, destacou o uso de diferentes escalas de observação (no sentido atribuído por Giovanni Levi, de um recurso que é experimental, já que as escalas não existem como dados da “realidade”) como um bom exemplo da adoção de uma perspectiva etnográfica geradora de certo estranhamento em relação ao passado (PHILLIPS 2004). Sabemos das experimentações da micro-história nesse sentido, mas parece que há ainda muito por fazer em direção à

166

<sup>3</sup> O texto de Phillips é mencionado por Carlos Fico, que indica também o problema da narrativa, embora não trate dele diretamente (PHILLIPS 2004).

<sup>4</sup> A bibliografia sobre o assunto é vasta, mas sigo aqui o sentido diferenciado que o debate parece ter tomado nos anos 1980 e 1990, como nas formulações de autores como Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, por exemplo. O que chamo aqui de acontecimento, por outro lado, deve ser entendido no mesmo sentido dado por Fernando Catroga à noção de “fato histórico”, ou seja, como construto epistemológico, formulado pelo historiador a partir da pressuposição ontológica do ocorrido. Segundo o próprio Catroga, “no plano epistêmico, um *facto* pode ser uma síntese que referencia milhares de *acontecimentos*” (CATROGA 2009, p. 114).

adoção, por parte dos historiadores, de uma concepção mais atenta ao caráter experimental da narrativa histórica, que estimule a formulação e utilização de recursos que permitam lidar de modo mais sofisticado com os eventos passados.

Esse tipo de perspectiva permitiria a elaboração de uma análise histórica menos marcada pela urgência dos valores e demandas da conjuntura, distanciando-se do modelo de "história combatente" produzido por José Honório Rodrigues e analisado no texto de Raquel Glezer, por exemplo. Como apontou a autora, embora fizesse sentido num momento determinado, esse tipo de concepção tem sido desvalorizada, o que não significa, é claro, desconsiderar os condicionantes do presente que formatam qualquer abordagem histórica. Refletir sobre a dimensão experimental da narrativa histórica, por outro lado, corresponderia a aceitar que as discussões a respeito devem preocupar-se com o modo como um maior controle sobre as formas narrativas de produção de sentido acrescentam potencial cognitivo às interpretações historiadoras, que não deveriam ser entendidas apenas como prisioneiras de prefigurações inconscientes ou de estruturas profundas e incontroláveis da imaginação histórica. O próprio texto de Temístocles Cezar se aproxima da questão, ao ressaltar as proposições de Jörn Rüsen sobre as narrativas do Holocausto: as análises do historiador alemão sugerem um uso controlado dos mecanismos que tendem a tornar o discurso histórico um meio de "destraumatização", sugerindo um emprego consciente das fórmulas narrativas geradoras de sentido da memória histórica visando promover o que chamaria de uma "traumatização secundária" (RÜSEN 2009). Sem entrar em detalhes, o importante é a sugestão de que a própria narrativa histórica poderia servir para indicar os limites das formas de constituição histórica de sentido, tendo em vista a preocupação em não cair na tentação de conferir um estatuto mítico aos eventos traumáticos, presente em muitas análises que colocam o Holocausto no plano do indizível, tornando-o inacessível à cultura histórica.

Ressalte-se que, sob esse ponto de vista, o problema é analisado de um prisma que valoriza o potencial cognitivo do uso controlado das fórmulas narrativas de produção de sentido, afastando-se de outras perspectivas, que, conferindo autonomia quase completa aos operadores linguísticos, estimulam um "descentramento" do sujeito epistêmico que reproduz uma forma de abordagem estrutural que fez enorme sucesso no estudo de planos diversos da vida humana em boa parte do século passado. O assunto é conhecido e também as críticas aos supostos fundamentos anti-humanistas desse tipo de concepção, mas a revalorização do papel dos sujeitos históricos como agentes que não apenas reproduzem sentidos estruturalmente constituídos parece ter repercutido mais nos estudos diretamente voltados para a experiência humana passada do que naqueles centrados numa análise da própria produção historiográfica. Por isso, torna-se pertinente recolocar o problema: que papel devemos conferir às reflexões teóricas e epistemológicas dos próprios historiadores? Penso aqui, é claro, nas duas dimensões que atravessam a questão: qual o potencial explicativo das formulações presentes nos debates dos historiadores para a compreensão das alterações que caracterizam a própria escrita da história ao longo do tempo? Quais os ganhos



efetivos da assunção de uma perspectiva que procure enfrentar os debates sobre os fundamentos do conhecimento histórico pautando-se no potencial cognitivo que poderia advir de um maior controle sobre as diversas dimensões do ofício que interferem no modo como o historiador dá sentido ao passado?

Ambas as questões, ao remeterem para o papel do sujeito historiador, repercutem o problema do próprio lugar da epistemologia histórica, mas também servem para indicar que as questões teóricas que envolvem as formas de explicação que fundamentam os estudos de história da historiografia não são de natureza diversa daquelas que atravessam qualquer outro tipo de estudo sobre a experiência humana passada. Não se trata, é claro, do retorno ingênuo a uma filosofia da consciência que resguardava ao sujeito um lugar pleno, como senhor do sentido, mas sim da indicação de que um “descentramento” total do debate epistemológico pode, na verdade, repercutir tendências já bastante desacreditadas no estudo de outros planos da vida humana. Trata-se também de pensar o próprio lugar da teoria numa disciplina que parece guardar muitas semelhanças com as características utilizadas por Clifford Geertz para definir a antropologia interpretativa, na qual voos mais longos de caráter teórico “tendem a se perder em sonhos lógicos, em embrutecimentos acadêmicos com simetria formal”, já que “as formulações teóricas pairam tão baixo sobre as interpretações que governam que não fazem sentido ou têm interesse fora delas”. Nesse tipo de saber, “qualquer generalidade” que o intérprete consegue alcançar surge mais “da delicadeza de suas distinções, não da ampliação de suas abstrações”, o que aponta para a relevância do papel da evidência e da atenção às singularidades (GEERTZ 1989, p. 17). Ao contrário do que já se afirmou (LEVI 1992; BIERSACK 1992), essas formulações de Geertz não sugeriam que o trabalho antropológico prescindisse da teoria ou de reflexões congêneres, mas sim que há uma potencialidade teórico-filosófica intrínseca às explicações formuladas pela interpretação etnográfica.

168

Talvez essa vocação para um uso mais rigoroso das evidências, para uma maior preocupação com as sutilezas e as particularidades tenham sido alguns dos elementos que impulsionaram as críticas de Mateus Pereira e Sérgio da Mata à elaboração de diagnósticos mais amplos sobre a ascensão do “presentismo”. Tal aspecto, entretanto, não parece inviabilizar um uso mais matizado da noção, tendo em vista sua importância como operador conceitual que, juntamente com outros disponíveis, pode fomentar análises frutíferas no campo da história da historiografia. Talvez Herder já suspeitasse da multiplicidade das experiências temporais quando afirmava que “cada coisa submetida à mudança leva em si a medida de seu tempo”, que “não há duas coisas que levem a mesma medida de tempo” ou que “há no universo inumeráveis tempos em um tempo” (*apud* KOSELLECK 2004, p. 75-76). Ou ainda Burckhardt, para quem “ver o instante em corte faz pensar antes em um mosaico de peças em estados de desenvolvimento diferentes [...] que em um esquema irradiante conferindo significação a todas as peças” (citado em REVEL 2009, p. 105). Talvez esse tipo de reflexão sirva também para pensar o próprio lugar da história da historiografia nos dias de hoje: será que uma tendência à subvalorização das indagações teóricas dos próprios historiadores

pode indicar a não percepção de que as explicações acerca das alterações no regime de escrita da história são de natureza semelhante às aquelas formuladas para pensar qualquer outra experiência passada? As pesquisas históricas em geral, apesar do grau variável de sofisticação e consciência das escolhas entre diferentes variáveis explicativas, não tendem a formular teorias sobre a realidade passada empiricamente fundamentadas? O inegável fortalecimento da área de história da historiografia, representado, por exemplo, pela vitalidade da revista que publica esta resenha, torna-se extremamente positivo por recolocar em primeiro plano os debates epistemológicos, embora talvez não implique esquecer que o vetor teórico é intrínseco ao conhecimento histórico.

### Referências bibliográficas

- BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-130.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.
- DOSSE, François. **O Império do sentido**: a humanização das Ciências Humanas. São Paulo: EDUSC, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J., NORA, P. (dir.) *História*: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.
- KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Minima Trotta, 2004.
- LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura de história? In: \_\_\_\_\_. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-229.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.
- PHILLIPS, Mark Salber. History, Memory, and Historical Distance. In: SEIXAS, Peter (org.). **Theorizing historical consciousness**. Toronto: University of Toronto Press, 2004, p. 86-102.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

## Uma história da historiografia polemista: José Carlos Reis

A polemicist history of historiography: José Carlos Reis

REIS, José Carlos. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 272 p.

---

### Cristiano Arrais

cpaarrais@gmail.com

Professor Adjunto

Universidade Federal de Goiás

Rua 1044, 129/903, Ed. Imperial - Setor Pedro Ludovico

74825-110 - Goiânia - GO

Brasil

---

### Palavras-chave

Historiografia; Teoria da história; Escrita da história.

### Keywords

Historiography; Theory of history; Writing of history.

170

---

Recebido em: 5/5/2013

Aprovado em: 3/9/2013

Fenômeno importante vem ocorrendo no cenário historiográfico brasileiro dos últimos anos. Historiadores e pesquisadores de áreas diversas têm concentrado esforços no intuito de mapear o processo de constituição do pensamento histórico. No interior deste fenômeno, é possível distinguir três movimentos. Primeiro, a proposta de facilitação do acesso ao público brasileiro a obras e autores, até há algum tempo, pouco conhecidos do público brasileiro, como fazem, por exemplo, *Ideias de História* (2007), organizado por Marco Antônio Lopes; *Lições de história* (2010), organizado por Jurandir Malerba e *A história pensada* (2010), organizado por Estevão Rezende Martins. O segundo movimento, voltado para o aprofundamento e verticalização dos problemas epistemológicos e ético-políticos que envolvem o trato com o passado, tem em obras como *A História, a retórica e a crise de paradigmas* (2012), de Carlos Oiti Berbert Júnior, e *Estudos de historiografia brasileira* (2011), organizado por Lucia Bastos, seus mais recentes representantes. Por último, um movimento que visa expor ao público sínteses capazes de condensar as principais ideias, metodologias e discussões epistemológicas da historiografia contemporânea, como apresentado pela tetralogia *Teoria da história* (2011), de José d'Assunção Barros.

Em que pese o risco de generalização e compartimentalização executado por essa breve classificação historiográfica, é possível identificar duas características relativamente comuns aos três movimentos: a explicitação dos procedimentos explicativos e a preocupação com a referencialidade contextual do campo de pesquisa. Tais características, como lembrou Araújo (2010), são inerentes ao processo reconstrutivo elaborado pelo pensamento historiográfico em seu esforço de flexibilização dos procedimentos teóricos e metodológicos que "sempre estão sob o risco de serem assumidos como produtores de uma verdade impermeável".

O novo livro de José Carlos Reis, *Teoria e história*, situa-se neste terceiro movimento, que introduz e torna acessível aos historiadores temas associados à epistemologia da história. Seu sumário apresenta artigos escritos em épocas diversas, que tratam de alguns dos mais importantes temas da historiografia das últimas décadas<sup>1</sup>. Uma breve comparação com o sumário de sua obra anterior (*História & Teoria*, 2002) demonstra como esses temas são caros ao horizonte de interesses do autor: pós-modernidade, *Annales*, Dilthey e temporalidade são problemas que, já visitados no primeiro volume, agora retornam nesta nova obra. Este retorno não implica necessariamente numa reedição da abordagem anterior, mas no tratamento do tema a partir de outra perspectiva. Este é o caso do capítulo que abre o volume, sobre o tempo histórico. Além da análise de suas três categorias formais (o passado, local da experiência, do sido, do acontecido e do vivido; o presente, o local da sens/ação, da percepção efetiva da duração

<sup>1</sup> A ordem de apresentação dos capítulos é: "O tempo histórico como 'representação'", de 2012; "A historiografia pós-1989: pós-modernismo, representações e micronarrativas", inédito; "Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur", de 2005; "História da história (1950/1960): história e estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss", de 2008; "História da história (1900/1930): Henri Berr e a 'nova história' dos *Annales*", de 2012; "Sobre a 'compreensão' em história: Dilthey (1830-1911) versus (e vice-versa) Weber (1864-1920)", de 2008; "Os conceitos de liberdade e necessidade em Marx (1848-1890), de 1987; "Comentário final: por um pensamento brasileiro".

e o futuro, “portador tanto da inquietude, da instabilidade, do medo da finitude, quanto da esperança de ser”) Reis traça um percurso que distingue o tempo histórico como representação intelectual e como construto cultural, ancorado nas teses de Koselleck, Hartog, Ricoeur e Levinas.

A reunião de trabalhos publicados em momentos diferentes projeta uma identidade híbrida à obra. Isso significa dizer que não há qualquer ordem ou hierarquia capitular a ser seguida pelo leitor que pode, neste caso, produzir um roteiro de leitura adequado aos seus interesses. Àqueles interessados no estruturalismo encontrarão uma síntese segura do diálogo entre história e etnologia, que provocou uma alteração substancial na historiografia francesa a partir da década de 1960. Nesse estudo, Reis reconstrói os principais argumentos deste debate historiográfico, centrando-se nas figuras de Lévi-Strauss e Fernand Braudel. Para alcançar essa reconstrução, o autor retoma a interpretação clássica de Dosse (1992, p. 15), que observa no movimento dos *Annales* uma estratégia de “captação dos procedimentos, das linguagens das ciências sociais vizinhas, de uma capacidade notável de apoderar-se das roupagens dos outros” e de transformação de seus adversários em aliados por meio da sua incorporação a um programa de trabalho interdisciplinar.

Essa ênfase sintética é marca registrada das obras de José Carlos Reis, podendo o leitor observá-la também no capítulo dedicado a Henri Berr. É este um texto, diga-se de passagem, generoso com o leitor, que, além de disponibilizar ao público brasileiro um artigo de Henri Berr, enfatiza a influência que o movimento dos *Annales* sofreu desse filósofo, muito embora a mesma tenha sido eclipsada pela própria historiografia dos *annalistes*. O filósofo Berr – talvez o primeiro a utilizar o termo *Nouvelle Histoire* para descrever o movimento intelectual que então se formava em torno do combate à história política tradicional (MUCHELLI 1995) – é apresentado como um intelectual empenhado no contato interdisciplinar e na reflexão teórica. Nesse sentido, ao se afastar de Henri Berr, conclui Reis, o grupo de *Annales* prestou um desserviço à historiografia; separando a pesquisa histórica da teoria da história, trouxe o isolamento e a fragmentação para o campo das ciências humanas. O autor conclui que “sem sua teoria da história [de Berr], aliada à dos durkheimianos, não teria ocorrido a ‘revolução francesa na historiografia’”. Uma conclusão que estimula no leitor o interesse pelo estudo e aprofundamento da trajetória intelectual desse filósofo.

Estímulo semelhante o leitor encontrará em outros dois capítulos. Primeiro, no texto dedicado à diferença entre o conceito de compreensão empática, em Dilthey e Weber. O pano de fundo desse diálogo encontra-se no problema das condições subjetivas de produção do conhecimento sobre o passado. Entre a proposta de apreensão das expressões e manifestações humanas que constituem o mundo histórico-espiritual e uma perspectiva racionalista-conceitualista da compreensão, Reis enfatiza um Dilthey que situa o procedimento compreensivo da história no entrecruzamento com a arte. Já no capítulo dedicado à análise do conceito de liberdade em Marx, o autor procura diferenciar o conceito de liberdade marxiano daquele elaborado por Engels, de influência espinosiana, segundo seu julgamento. Assim, a partir do conceito de liberdade de Espinosa, associado

à contemplação de Deus, num contínuo processo de crescimento intelectual, Engels teria definido a liberdade como a “consciência da necessidade”, obtida por meio do conhecimento prático. Já em Marx, a liberdade se realiza no conceito de *práxis*, na medida em que pressupõe um movimento de autotransformação e autocriação do sujeito.

Este texto de juventude, escrito em 1987, também possibilita ao leitor estabelecer uma comparação com o único texto inédito do livro, “A historiografia pós-1989: pós-modernismo, representações e micronarrativas”. Tal comparação permite ao leitor se aproximar da trajetória intelectual do autor, observar suas empatias teórico-metodológicas e mudanças estilísticas, desde o primeiro trabalho. “O estilo nos trai”, lembrou Peter Gay (1990), porque é recurso para se aproximar do processo de aprendizagem do autor, adentrar no mundo de seu ofício. E se o estilo é “a arte da ciência do historiador”, o processo de aprendizagem inerente à escrita que José Carlos Reis, reforçou sua identidade ensaística, para além daquela apresentada em obras anteriores. Vale notar que o tom ensaístico possui um dado positivo, na medida em que a obra ganha em termos de liberdade para construir metáforas e fomentar o debate, mesmo sob o risco de reforçar subjetivismo de suas interpretações.

Neste capítulo, a atenção de Reis volta-se para a historiografia contemporânea, pós-1989. Esse recorte está fundamentado no conceito de presentismo, que marcaria o regime de historicidade atual, caracterizado pela substituição de uma história progressista (encarada como ameaça), pelo fortalecimento de uma concepção absolutizada de presente e pela ênfase numa perspectiva antropológica sobre a experiência do tempo (HARTOG 2003). Esse regime de historicidade presentista, que atinge a historiografia, tem como uma de suas principais características a pós-modernidade: “chamemos assim esse mundo pós-1989”. Essa por sua vez, segundo Reis, caracteriza-se pela dominação do capital, alienação, lógica do mercado, fatalismo, individualismo e inexistência de alternativas ideológicas, que foram substituídas por uma resistência que não significa oposição à ordem, mas aceitação e luta para “ocupar os melhores lugares, as posições mais vantajosas, obter privilégios, conquistar propriedades, ter acesso a símbolos e situações de poder” (REIS 2012, p. 83). Essa nova cultura histórica “do brilhantismo e da habilidade de comunicação e não da erudição e da defesa de valores universais”, teria como marca a empatia com os vencedores. O exemplo mais próximo poderia ser notado no debate historiográfico brasileiro sobre a escravidão: os dois regimes de historicidade encontrados pelo autor (entre 1940-1950: passadista e nostálgico; entre 1960-1970: marxista-futurista) foram abandonados em prol de um terceiro regime de historicidade, em menos de meio século: o regime de historicidade presentista (1980-1990). Nele encontraremos uma historiografia marcada por “juízos de valor completamente presentistas” (*Campos da violência*, de Sílvia Hunold Lara, 1988) ou influenciada pela “vitória consensual da ordem capitalista” (*Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, de Júnia Furtado, 2003).

Como bem notou Júnia Furtado, na apresentação de *Teoria & História*, existe neste capítulo um sentimento de nostalgia de um passado historiográfico

idealizado pelo autor. A nostalgia de uma época em que as posições historiográficas podiam ser delimitadas em termos dicotômicos. Derivada dessa nostalgia historiográfica, encontraremos um modelo explicativo – “As historiografias ocidental e brasileira não poderiam continuar as mesmas pré-1989, como se o projeto do Leste ainda estivesse em vigor. Elas tinham de mudar para acompanhar o processo histórico” (REIS 2012, p. 18) – fortemente influenciado por um determinismo político-ideológico contestável.

Controverso, polêmico. Esses talvez sejam os termos mais adequados para descrever *Teoria e história*. Mesmo em seu comentário final – uma exortação à reflexão criativa do legado histórico-filosófico europeu com vistas à criação de um pensamento histórico-filosófico brasileiro – essa identidade não é perdida. Pelo contrário, ela vai ao encontro de seu posicionamento na Introdução da obra e da crítica bastante apropriada a certos barroquismos, que pouco contribuem para a consolidação de um campo tão recente na historiografia brasileira, como é a teoria da história. Afinal, como produtores, comentadores, intérpretes do pensamento historiográfico-filosófico internacional, a historiografia brasileira deve ter o compromisso de garantir a inteligibilidade dessa produção de modo a fomentar o pensamento dialógico e crítico. Evidentemente que o modelo estilístico contrário ao *barroquismo*, o *didatismo*, que enfatiza em demasia o trabalho de tradução e interpretação, atingindo a fronteira da superficialidade, é também uma falta grave. Ao provocar no leitor o hábito do caminho mais fácil, do atalho que evita os problemas, as contradições e encruzilhadas, o didatismo vai de encontro às fontes mais férteis para o trabalho intelectual. *Teoria & História* caminha entre os extremos enunciados, utilizando o polêmico e o controverso como mote para a reflexão historiográfica.

174

### Referências bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**: revista de história. UFJF, vol. 12. Nº 1, 2006.
- BARROS, José d' Assunção. **Teoria da história**. 4 vols. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BASTOS, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (org.) **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- BERBERT, Carlos Oiti. **A história e a crise de paradigmas**. Goiânia: UFG, 2012.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HARTOG, François. **Régimes d' historicité**: presentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.
- LOPES, Marco Antônio (org.). **Ideias de história**. Londrina: EDUEL, 2007.
- MALERBA, J. **Lições de História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- MARTINS, Estevão Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUCCHIELLI, Laurant. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champ des sciences sociales (1880-1930).

**Revue de synthèse.** N°1, 1995.

REIS, José Carlos. **História e Teoria.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.



## Por que ler (apenas) os clássicos?

Why (only) read the classics?

PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Vol. 1: de Heródoto a Humboldt. Petrópolis: Vozes/PUC-Rio, 2012, 302 p.

PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Vol. 2: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis: Vozes/PUC-Rio, 2013, 324 p.

---

### Fábio Duarte Joly

joly@uol.com.br  
Professor adjunto  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Rua do Seminário, s/n.  
35420-000 - Mariana - MG  
Brasil

---

### Palavras-chave

Historiografia; Historiografia antiga; Historiografia do século XIX.

176

### Keywords

Historiography; Ancient historiography; 19<sup>th</sup> century historiography.

---

Recebido em: 18/7/2013

Aprovado em: 7/9/2013

*Os historiadores: clássicos da história*, coletânea organizada por Maurício Parada, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, consiste de quatro volumes, sendo que os dois primeiros estão agora disponíveis ao público. O primeiro volume inclui Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito, Flávio Josefo, Lorenzo Valla, Francesco Guicciardini, Jean Bodin, Giambattista Vico, Johann G. Herder, Edward Gibbon, Edmund Burke e Wilhelm von Humboldt. O segundo volume cobre Alexis de Tocqueville, Johann G. Droysen, Jules Michelet, Leopold von Ranke, Jacob Burckhardt, Karl Marx, Benedetto Croce, Robin G. Collingwood, Johan Huizinga, Henri Pirenne, Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e Edward P. Thompson. O terceiro volume abará Paul Ricoeur, Jean-Pierre Vernant, Eric Hobsbawm, Emanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Reinhart Koselleck, Jacques Le Goff, Marc Ferro, François Furet, Hayden White, Peter Burke, Pierre Nora, Carlo Guinzburg, Robert Darnton e Roger Chartier. Por fim, o quarto volume será dedicado ao Brasil: Primeiros relatos, Francisco Adolfo de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, João Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Manuel de Oliveira Lima, Manoel Bonfim, Afonso de E. Taunay, Luís da Câmara Cascudo, Otávio Tarquínio de Sousa, Serafim Soares Leite, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues.

Como se vê, é uma bem-vinda iniciativa, pautada pelo objetivo de incluir um vasto leque de nomes que teorizaram e/ou escreveram história, e soma-se assim a outras coletâneas já publicadas a respeito.<sup>1</sup>

Os capítulos, em geral elaborados por especialistas nos autores escolhidos, estruturam-se a partir da apresentação do "historiador e seu tempo", "percursos e influências" e "conceitos-chave". Percebe-se uma preocupação do organizador em conferir unidade de método na montagem dos livros, tornando sua leitura mais proveitosa na medida em que facilita comparações entre os autores tratados.

De fato, um aspecto positivo da coletânea é a possibilidade de diálogo que se estabelece entre os capítulos visto, que são mencionadas as aproximações ou distanciamentos de um autor a outro. Para citar apenas alguns exemplos: a contraposição entre Tucídides e Heródoto, a influência de Tucídides no historiador judeu Flávio Josefo, a retomada da historiografia greco-romana por um humanista como Lorenzo Valla, a influência de Vico em Michelet, Croce e Collingwood, o impacto da história cultural de Burckhardt na obra de Huizinga, os contatos entre Pirenne, Febvre e Bloch, e a recepção das ideias de Marx em Croce e Thompson. Nos dois volumes iniciais da coletânea, o leitor constrói, portanto, a partir da variedade de autores e temas, a sua visão acerca de um encadeamento nas formas de pensar a história, da Antiguidade ao século XX.

Todavia, se, por um lado, este é um aspecto louvável da obra, por outro lado, não há como nos esquivar de questionar, numa resenha, alguns limites dessa empresa e que remetem, em última instância, à própria definição do que é clássico. Mesmo o organizador mostra-se ciente dessa questão quando, na apresentação, assevera que "a seleção de historiadores que apresentamos ao

<sup>1</sup> Por exemplo: LOPES 2007; LOPES; MUNHOZ 2010; BENTIVOGLIO; LOPES 2013.

final desse projeto foi fruto de muitas dúvidas” (PARADA 2012, p. 7). Queria agora me juntar a ele para também exprimir as minhas dúvidas, já que não são apresentados os critérios para tal seleção ou mesmo uma definição mais circunscrita de “clássico”, além da citação de Ítalo Calvino, de que “um clássico é o livro ou autor que nunca terminou o que tinha para dizer” (PARADA 2012, p. 7; cf. CALVINO 2007, p. 7).

O primeiro ponto que chama a atenção é o salto que se observa entre Flávio Josefo (século I d.C.) e Lorenzo Valla (século XV). Esse hiato de quase catorze séculos é uma significativa indicação do que se pressupõe por “clássico” pois descarta a historiografia da Antiguidade Tardia e o conjunto das obras históricas medievais. É possível fazer uma crítica dessa escolha a partir de artigos constantes na própria coletânea. Em sua contribuição sobre Valla, Mônica Vitorino acaba por indicar como essa perspectiva aceita o entendimento que os humanistas tinham do passado medieval:

A historiografia medieval é marcada por uma perspectiva providencial e voltada a uma dimensão ultraterrena, enquanto os humanistas consideram a história como produto das ações humanas, atribuindo a ela uma função paradigmática e educativa. Enquanto os textos medievais eram crônicas áridas, sem grandes pretensões artísticas e redigidos nas línguas vernáculas locais, a nova historiografia era escrita em latim e utilizava os recursos estilísticos dos historiadores clássicos, principalmente Salústio e Tito Lívio (PARADA 2012, p. 139).

178

Por sua vez, essa concepção embasará aquela interpretação que Felipe Charbel analisa e critica no artigo sobre Guicciardini, qual seja, de que a produção dos humanistas italianos dos séculos XIV e XV foi “entendida teleologicamente como unidade heurística concebida *a posteriori* e geneticamente como ‘marco zero’ da modernidade em história, [...] como o momento em que a consciência histórica começa a adquirir forma, como consciência de si mesma” (PARADA 2012, p. 154), prefigurando os fundamentos da ciência histórica do século XIX.

Hoje, tende-se justamente a relativizar essa ruptura radical iniciada pelo humanismo no tocante à escrita da história. Nas palavras de Erich Cochrane (1981, p. XV), “os historiadores renascentistas deviam muito mais a seus predecessores medievais do que poderia parecer pela sua consciente rebelião contra os mesmos”. E, para continuar com exemplos retirados da coleção sob análise, convém citar ainda o artigo sobre Huizinga, de autoria de Marcelo da Costa, que enfatiza a novidade da obra do medievalista holandês que se indagava sobre as continuidades e transformações que mais aproximam do que separam Idade Média e Renascença (PARADA 2013, p. 185).

Embora as coletâneas sobre historiadores publicadas no Brasil concedam grande e merecido espaço a medievalistas (sobretudo aos franceses ligados aos *Annales* – Bloch, Le Goff, Duby, Le Roy Ladurie – e a Pirenne), não há qualquer menção à historiografia medieval, alvo de recorrentes estudos no exterior desde os anos de 1950, reveladores de um quadro mais variegado e sofisticado dessa

produção do que nossa percepção de “clássico” permite suportar.<sup>2</sup> A par dessa inclusão da historiografia medieval, penso ainda em se contemplar historiadores da Antiguidade Tardia, um período atualmente dissociado das ideias de crise e declínio (cf. BOWERSOCK; BROWN; GRABAR 2001) que sustentavam a qualificação das obras literárias desse momento como decadentes em contraposição a escritores anteriores como Salústio, Tito Lívio e Tácito. Por que não mencionar Amiano Marcelino, cujas *Res Gestae* pretendiam oferecer uma história desde 96 até 378, continuando assim do ponto onde Tácito parou com suas *Histórias*? E a tradição dos brevíários que tem, em Eutrópio, um de seus representantes ao compor uma história romana, de Rômulo à morte de Joviano em 364? (ROHRBACHER 2003).

No que diz respeito às continuidades e rupturas historiográficas entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, poderiam ser explorados, por exemplo, nomes ligados à tradição da “história universal”, avançada por Eusébio de Cesareia (260-339), com sua *História Eclesiástica*. Posteriormente, ela influenciaria uma tradição histórica semelhante no Ocidente latino – como testemunham a *Crônica* de Jerônimo (347-419), uma tradução latina e adaptação da *História* de Eusébio, e a *História contra os Pagãos*, de Paulo Orósio (século V) – e que se propagou no Medievo, como revelam as *Histórias* de Frechulf de Lisieux, à época carolíngia (ALLEN 2003).

Agora, mesmo considerando o arco de tempo coberto pela coletânea, notam-se ausências de alguns pensadores que, se estivessem presentes, complementaríamos a seleção escolhida. Refiro-me, por exemplo, ao caso de Salústio, uma das principais influências de Tácito (como lembra o artigo de Juliana B. Marques), e àquele dos iluministas franceses, que nos artigos sobre Herder, Gibbon, Burke e Tocqueville aparecem – em especial Montesquieu e Voltaire – como referências importantes. Hegel é outra figura ausente e um artigo sobre sua filosofia da história contribuiria para incrementar conexões com os artigos sobre Marx e Droysen.

Mas essas ausências são justificáveis tendo em vista a necessidade de se fazer recortes. Cito-as aqui apenas como complementos possíveis já que também são considerados clássicos, e a coletânea não abarca somente aqueles tidos como historiadores em sentido estrito, mas os que pensaram em termos de filosofia da história, teoria da historiografia e filosofia política. Gostaria de continuar a chamar a atenção sobre o ganho que teríamos caso fossem projetadas coletâneas que incluíssem autores não-canônicos, muitas vezes citados como contraponto àqueles tidos por clássicos e, portanto, também relevantes. No artigo de Michelle Schreiner sobre Michelet vemos como esse historiador francês se remete a outros historiadores contemporâneos seus como Augustin Thierry e François Guizot para propor sua maneira de encarar a história (PARADA 2013, p. 59) e, quando José Carlos Reis escreve sobre Marc Bloch, nota, ao final, o débito desse medievalista com Fustel de Coulanges (PARADA 2013, p. 273). E pode-se

<sup>2</sup> Ver DELIYANNIS 2003, p. 1-13 para um panorama dos temas e gêneros literários da historiografia medieval, e seu tratamento pela crítica moderna.

mencionar também a tradição antiquária dos séculos XVII e XVIII, combatida pela história filosófica, mas, como apontou Momigliano, não inteiramente divorciada dela como revela a obra de Gibbon (2004, p. 112).

Contudo, em se procedendo assim, estaríamos questionando o significado de "clássico" sem ainda alterar seu conteúdo europeu, restrito, sobretudo, a Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Perde-se uma visão global e intercultural, cuja necessidade tem sido enfatizada por estudiosos que propõem a análise das variedades de pensamento histórico em diferentes contextos ao longo do tempo, ocidentais ou não (como no caso das tradições islâmica, chinesa, indiana e africana) (RÜSEN 2002; WANG; IGGERS 2002), quebrando aquela sequência linear dos gregos à Europa oitocentista na constituição da ciência histórica. Enfim, parece que hoje está em disputa a própria noção de "clássico".

Reitero que as considerações acima não invalidam o projeto de *Os historiadores: clássicos da história*. Seu mérito reside não apenas no esforço de reunir um time de especialistas para tratar de 28 historiadores nos dois primeiros volumes da coleção. Porém, contribui, sobretudo, para gerar reflexões sobre as formas tradicionais de organizarmos a história do pensamento histórico, apontando a possibilidade de outros caminhos.

### Referências bibliográficas

180

- ALLEN, Michael I. Universal History 300-1000: origins and Western developments. In: DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (ed.). **Historiography in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2003.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (orgs.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BOWERSOCK, Glen W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg (eds.). **Interpreting Late Antiquity: essays on the postclassical world**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2001.
- CALVINO, Italo. **Perché leggere i classici**. Milano: Oscar Mondadori, 2007 [1981].
- COCHRANE, Eric. **Historians and historiography in the Italian Renaissance**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- DELIYANNIS, Deborah Mauskopf (ed.). **Historiography in the Middle Ages**. Leiden: Brill, 2003.
- LOPES, Marcos Antônio (org.). **Ideias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder**. Londrina: Eduel, 2007.
- \_\_\_\_\_; MUNHOZ, Sidnei J. (orgs.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- ROHRBACHER, David. **The historians of Late Antiquity**. London: Routledge, 2003.

RÜSEN, Jörn (org.). **Western historical thinking**: an intercultural debate. New York: Berghahn Books, 2002.

WANG, Q. Edward; IGGERS, Georg G. (eds.). **Turning points in historiography**: a cross cultural perspective. Rochester: The University of Rochester Press, 2002.

## **História e verdade para além da virada linguística: a contribuição de Frank Ankersmit**

History and truth beyond the linguistic turn: Frank Ankersmit's contribution

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012, 338 p.

---

**Gilvan Ventura da Silva**

gil-ventura@uol.com.br

Professor associado

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514

29075-910 - Vitória - ES

Brasil

---

### **Palavras-chave**

História; Verdade; Historiografia.

**182**

### **Keywords**

History; Truth; Historiography.

---

Recebido em: 15/5/2013

Aprovado em: 11/9/2013

Há alguns anos temos acompanhado, nos meios acadêmicos brasileiros, um desenvolvimento sem precedentes de subáreas do conhecimento histórico que durante décadas ocuparam uma posição secundária diante da história pátria, como se o fazer histórico, em termos profissionais, fosse apanágio dos pesquisadores dedicados ao estudo da História do Brasil, tanto em termos próprios quanto na interface com a História Moderna, a História Contemporânea e a História da América, procedimento que, no limite, convertia essas "outras histórias" em ramos subsidiários da história nacional. Felizmente, esse quadro parece estar se revertendo pouco a pouco, não no sentido de diminuir ou enfraquecer o interesse pela nossa experiência colonial, imperial ou republicana, hipótese no mínimo descabida, mas no de exprimir a pujança, a diversidade e a criatividade de um saber cuja antiguidade remonta, pelo menos, aos gregos da época clássica. Num contexto como esse, é de se saudar o florescimento de especialidades que, embora consolidadas de longa data em universidades e institutos de pesquisa estrangeiros, ainda carecem, no País, de maior investimento, movimento sem dúvida alavancado pela afirmação definitiva do Brasil no cenário internacional, o que tem levado os pesquisadores a uma interlocução cada vez mais estreita com os seus pares distribuídos por todo o planeta. Os efeitos desse desejo em explorar outras dimensões do passado têm-se feito sentir, por exemplo, na História Antiga, na História Medieval, na História da África e, no que nos interessa aqui, na Teoria e Metodologia da História, domínio fronteiriço entre a História e a Filosofia que tem adquirido entre nós uma admirável densidade intelectual, revelando aos historiadores brasileiros problemáticas inerentes ao seu *mestiere* até então ignoradas ou parcamente conhecidas, o que caminha *pari passu* com a divulgação do trabalho de autores que, não obstante a solidez da sua formação intelectual, a originalidade e profundidade de seu pensamento, são ainda pouco lidos e quiçá estudados.

Esse é o caso, por exemplo, do filósofo e historiador holandês Frank Rudolf Ankersmit. Nascido em 1945, Ankersmit passou a ocupar, em 1992, a cadeira de História Intelectual e Teoria da História e Historiografia da Universidade de Groningen, tendo se notabilizado pelas reflexões acerca do método histórico, com destaque para os conceitos de narrativa e de representação. A trajetória de Ankersmit como historiador e teórico da História inicia-se com a publicação da tese *Narrative logic: a semantic analysis of the historian's language*, em 1983, na qual o autor discute as relações entre a interpretação histórica e o passado com base no que denomina "substância narrativa", defendendo que o principal critério para se aferir a plausibilidade da narrativa histórica seria o seu escopo explicativo e não a "verdade" nela contida. A despeito de sua relevância, a obra de Ankersmit se encontra ainda, majoritariamente, em língua estrangeira, sendo poucos os seus textos acessíveis ao grande público em língua portuguesa, dentre os quais inclui-se o artigo "Historiografia e pós-modernismo", publicado pela revista *Topoi* no número 2, referente a janeiro-junho de 2001.<sup>1</sup> Suprir em

<sup>1</sup> O artigo mencionado é uma tradução de um texto publicado originalmente em maio de 1989 pela revista *History and Theory*.



parte essa lacuna é um mérito importante, mas não o único, do livro *A escrita da História: a natureza da representação histórica*, uma coletânea de ensaios publicados em inglês entre 1994 e 2012 de cuja tradução e organização se incumbiram Alfredo dos Santos Oliva, Gabriel Giannattasio, Gisele Iecker de Almeida, Jonathan Menezes e Maria Siqueira Santos, pesquisadores vinculados à Universidade Estadual de Londrina, responsáveis ainda por uma entrevista inédita com o autor. O próprio Ankersmit, por sua vez, se encarregou de escrever um prefácio à edição brasileira no qual sumariza as principais fases pelas quais passaram a Filosofia e Teoria da História desde a época de Hegel, Marx e Toynbee, no século XIX, até Hayden White, que em 1973, com a publicação de *Meta-História*, redefiniu o debate acerca da natureza do conhecimento histórico ao enfatizar os condicionantes textuais e, portanto, linguísticos, do trabalho do historiador, demonstrando o quanto este é dependente das estruturas narrativas, uma vez que, ao fim e ao cabo, seu ofício desemboca na produção de um texto com enredo e personagens, afirmação que à época gerou autêntico furor entre os defensores de uma História comprometida com a veracidade dos fatos, que se julgaram subitamente ameaçados pelo relativismo e pelo irracionalismo.

184

Ankersmit, ao longo dos oito capítulos que integram a coletânea, não se furta a reconhecer, em mais de uma oportunidade, a dívida intelectual que mantém com Hayden White, pois, assim como este, acredita que os relatos históricos são difusores, não de explicações “verdadeiras” acerca dos acontecimentos pretéritos, mas de representações, sob a forma de imagens, metáforas e analogias, desse território opaco, nebuloso e, no limite, inapreensível que chamamos de passado. Todavia, num confronto direto com os seus críticos, que se apressam em atribuir-lhe os rótulos de narrativista e idealista, querendo com isso enfatizar uma filiação incontestada com Hayden White, Ankersmit faz questão de recuperar, nas entrelinhas de suas reflexões, o compromisso da História com a “verdade” ou a “verossimilhança” dos processos analisados. Agindo assim, busca escapar do apego excessivo de White aos aspectos formais do texto histórico a fim de alcançar o teor epistemológico da relação entre a escrita da história e o passado, uma relação que não se esgota na discussão sobre se as narrativas históricas são apenas isso: narrativas dependentes dos códigos da língua, que as conformariam e ao mesmo tempo as reduziriam a artefatos textuais, isentos de qualquer ancoragem no real, seja lá o que isso signifique, mas que pretende superar o relativismo embutido na assim denominada Virada Linguística, de modo a nos permitir discriminar entre explicações que façam melhor justiça ao passado do que outras.

Um dos eixos do pensamento de Ankersmit é o pressuposto segundo o qual toda narrativa histórica deve ser compreendida como uma *proposta* de interpretação/explicação acerca das características e condicionantes de um dado processo. Tais propostas permitem organizar, num relato inteligível, aspectos do passado que os historiadores julgam relevantes, devendo exprimir, desde o início unidade e coesão, caso contrário seriam facilmente refutadas no torvelinho do debate incessante que caracteriza a historiografia. A essa altura, uma questão que logo se impõe é a seguinte: seriam tais “unidade” e “coesão”

propriedades do passado mesmo, ou antes diriam respeito apenas ao discurso (literário) produzido pelo historiador, o que nos remeteria à indagação sobre a transparência/opacidade entre linguagem e realidade? Seriam as palavras capazes de descrever de modo eficiente os seres e as coisas observáveis no mundo? Haveria, portanto, a possibilidade de um enunciado verbal que contivesse, nele mesmo, uma parcela, por mínima que fosse, da concretude do mundo e, como tal, pudesse se constituir como um enunciado sobre algo “verdadeiro”, posto que factível, e não como uma mera convenção linguístico-cultural? Essas são questões cruciais enfrentadas por Ankersmit na tentativa, por um lado, de resguardar os ganhos intelectuais da Virada Linguística para a História, mas, por outro lado, de superar o seu calcanhar de Aquiles, isto é, o relativismo extremo que parece dominar as reflexões de autores como Hayden White e Dominick LaCapra, e que os torna figuras indesejáveis entre os historiadores. Ankersmit busca solucionar o dilema propondo que a especificidade do texto histórico – e por que não o dizer, seu principal atrativo? – resulta da associação que nele se opera entre o nível da “fala” (verdade empírica) e o da “fala sobre a fala” (verdade analítica). O texto histórico contém o nível da “fala” pelo fato de descrever o passado em termos pontuais, passíveis de comprovação direta, como quando dizemos que a Lei Áurea foi assinada no ano de 1888 por uma personagem intitulada Princesa Isabel, mas contém ainda o nível da “fala sobre a fala” ao sugerir conexões entre os acontecimentos por meio de conceitos como “Renascimento” e “Revolução”, que pretendem, com o recurso da língua, organizar de modo inteligível uma parcela do passado. A questão é saber se os conteúdos suportados pelos continentes “Renascimento” ou “Revolução” se aproximam mais ou menos da realidade vivida, se as ferramentas conceituais empregadas pelo historiador explicam de modo mais ou menos útil o passado. Para Ankersmit, a escrita da história não seria algo como uma arena de vale-tudo na qual os participantes teriam licença para desferir golpes a esmo, mas um saber que comporta regras capazes de conferir maior ou menor credibilidade às análises, uma importante salvaguarda contra as modalidades mais radicais de relativismo. De acordo com o autor, o avanço do conhecimento, em geral, depende não tanto do acúmulo de observações cuja verdade é sobejamente conhecida por todos, não havendo assim propósito em se realizar um inventário exaustivo de todas as formigas do planeta para concluir que esses insetos possuem antenas, mas da construção de sistemas teóricos que iluminem “verdades” capazes de acrescentar novas informações àquilo que já se sabia. Por essa razão, Ankersmit acredita ser possível formular relatos “verdadeiros” sobre o passado a partir não apenas da “fala” (do fato empírico em si), mas também da “fala sobre a fala”, dos conceitos forjados à luz da linguagem, na medida em que estes venham a realçar conexões até então insuspeitas entre os fatos, permitindo-nos aprofundar a compreensão sobre o mundo.

Para a escrita da história nos termos sugeridos por Ankersmit, o conceito de representação adquire singular importância, uma vez que toda e qualquer representação, seja ela textual, gestual ou iconográfica, não exprime a totalidade do que é representado ou, dito de outro modo, não é capaz de revelar a essência

ou verdade de algo, mas apenas por em relevo *aspectos* do objeto consoante a perspectiva do observador. Tal propriedade representativa é constituinte do trabalho do historiador que, ao se debruçar sobre o passado, não se reporta amiúde a objetos que possuem uma concretude – ou apenas o faz à guisa de introdução –, mas a processos que comportam alto nível de abstração e que não descrevem o real, o concreto, o visível, mas o nexos possível entre parcelas da realidade, como comprovam as referências, nos livros de história, a coisas que não possuem, digamos assim, uma face, a exemplo das revoluções, da industrialização ou do desenvolvimento econômico. Desse modo, segundo Ankersmit (2012, p. 194), “uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto – e devemos evitar a confusão entre (2) e (3)”. Ao contrário do que poderíamos supor à primeira vista, conclusões como essas não invalidam os esforços do historiador no sentido de produzir a melhor representação (leia-se explicação histórica) possível sobre aquilo que representa, uma vez que o seu ofício se encontra fundado numa “epistemologia particularizada”. O historiador, quando se volta para o estudo do passado valendo-se do seu ferramental teórico está, em última análise, respondendo, embora no âmbito de um caso específico, à questão epistemológica fundamental sobre como linguagem e realidade podem interagir, o que não é uma tarefa de pequena monta. O parâmetro entre representações mais ou menos bem sucedidas reside, segundo o autor, na própria configuração da historiografia, campo marcado por um confronto incessante de pontos de vista no qual os historiadores põem à prova, dia após dia, a racionalidade e a pertinência das interpretações sobre o passado que elaboram e dos conceitos (linguísticos) mobilizados para sustentá-las, de maneira que uma interpretação será mais ou menos digna de crédito na proporção inversa do debate que ela suscitar. Cremos ser possível afirmar, a título de conclusão, que os argumentos de Ankersmit em *A escrita da História* contribuem para tornar os historiadores menos cautelosos em face da Virada Linguística, pois o autor, ao definir a explicação histórica como uma modalidade de representação do passado mediada pela linguagem, não nega a possibilidade de que haja representações mais ou menos plausíveis – alguns talvez preferissem dizer mais ou menos “verdadeiras” –, opondo-se assim a um relativismo radical que, ao insistir sobre o caráter ficcional das narrativas históricas, termina por introduzir o irracionalismo na “oficina” dos historiadores, algo que Ankersmit se nega a admitir.

# Em busca da delimitação de saberes: história e literatura

In search of the delimitation of knowledge: history and literature

ROIZ, Diogo da Silva. *Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, 236 p.

---

## Karina Anhezini

kanhezini@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Rua Fernão Dias, 8/72

05427-000 - São Paulo - SP

Brasil

---

## Palavras-chave

Giro linguístico; História; Literatura.

## Keywords

Linguistic turn; History; Literature.

187

---

Enviado em: 2/6/2013

Aprovado em: 16/9/2013

A relação entre História e Literatura é o tema central do livro *Linguagem, cultura e conhecimento histórico*, publicado por Diogo da Silva Roiz em 2012. Com o intuito de esquadrihar muitos dos questionamentos que marcam as delimitações contemporâneas desses saberes, o texto de Roiz nos convida a visitar e revisitar autores que se dedicaram a refletir a respeito da narrativa histórica, seus entrecruzamentos e limites.

De saída, a obra não expressa a pretensão de oferecer um estudo definitivo a respeito de tema tão amplamente debatido, mas, simplesmente, busca fornecer um sumário das principais discussões acerca do debate que se desenrolou, a partir das décadas de 1960 e 1970, no *métier* dos historiadores. O livro é composto por uma reunião de textos produzidos, entre 2007 e 2011, por Diogo Roiz, docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que resultam dos trabalhos desenvolvidos no curso de doutorado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde o autor defendeu recentemente a tese *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)* (ROIZ 2013).

Versões anteriores dos capítulos de *Linguagem, cultura e conhecimento histórico* foram publicadas em diversos periódicos, mas reuni-los em livro possibilitou um novo encadeamento construído pela introdução e, em certa medida, pelo apêndice dedicado à questão biográfica. Além disso, a obra representa a oportunidade de uma visão de conjunto das reflexões que fundamentam as pesquisas do autor dedicadas, notadamente, ao estudo da disciplina histórica.

188

A profícua trajetória de Diogo Roiz pode ser acompanhada em outras duas publicações do ano de 2012: *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino* e *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. A primeira é o resultado de acurada pesquisa a respeito do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1968, defendida como dissertação de mestrado em 2004 na UNESP-Franca; a segunda, tendo como coautor Jonas Rafael dos Santos, apresenta em paralelo a fabricação de uma imagem dos *Annales* contruída na França na década de 1970 e a imagem que se criou no Brasil de uma historiografia nacional inaugurada com a "missão francesa" a partir da década de 1930 na Universidade de São Paulo.

As publicações do autor indicam tratar-se de um pesquisador preocupado com as delimitações do próprio ofício. Na obra em apreço, a intenção de oferecer aos leitores um mapeamento de autores e o caminho dos embates, por vezes difíceis de se compreender, especialmente nos anos iniciais de formação, mostra uma generosidade e um cuidado em desatar alguns nós e apresentar uma vasta bibliografia que, cabe repetir, cria um sumário das questões que enredam o tema da relação entre história e literatura.

A obra está estruturada em seis capítulos divididos em duas partes. A primeira delas aborda o diálogo entre a *história* e a *literatura* e se volta para a apresentação das respostas dos historiadores aos desafios propostos pelo estruturalismo, pós-estruturalismo e virada linguística. Já na segunda parte do livro, "Literatura e História", o leitor é surpreendido com três estudos que

partem da investigação empírica de fontes literárias e utilizam as conclusões dos capítulos anteriores como balizas interpretativas.

O conjunto de textos enfeixados na primeira parte da obra foi construído a partir de questões que permitiram a Roiz selecionar autores e, com eles, direcionar o caminho do debate. Devido a esse cuidado em resenhar uma vasta bibliografia, o leitor perceberá na breve exposição realizada aqui que o livro pode significar uma entrada para os interessados em tomar contato com as discussões e argumentos em torno da virada linguística.

“Como Quentin Skinner respondeu ao desafio do *‘linguistic turn’* ao contextualismo linguístico inglês?” (ROIZ 2012 p. 13) é a indagação que perpassa “Linguagem e cultura: o desafio do *‘linguistic turn’* ao contextualismo linguístico inglês”, título do primeiro capítulo. Nele, o autor recompõe o debate a partir dos argumentos de François Furet acerca das transformações na historiografia que marcam o percurso da “história-narrativa à história-problema”, com Lawrence Stone apresenta a questão do “retorno da narrativa”, expõe a recepção crítica desta questão em Eric Hobsbawm e as avaliações posteriores de Peter Burke. Ao acompanhar esse caminho e vinculá-lo às questões centrais da “virada linguística”, o autor se debruça sobre a obra de Quentin Skinner, especialmente, a partir de *Hobbes e a liberdade republicana* (2010). O intuito é mostrar como Skinner transformou o desafio lançado pela virada linguística, sobretudo, as complexas relações texto e contexto, em ferramenta de análise de autores e obras dedicada a investigar o contexto linguístico de produção, dando ênfase aos jogos de linguagem, às motivações e intenções dos autores.

Depois de tratar do questionamento que cerca as abordagens contextualistas e textualistas na pesquisa histórica, “O ofício dos historiadores: entre a *‘ciência histórica’* e a *‘arte narrativa’*”, segundo capítulo do livro, é norteado pela indagação: “de que maneira os historiadores se posicionaram, quando, a partir dos anos 1960, se tornou mais corriqueira a evidência de uma relação ambígua no campo dos estudos históricos, ao ser situado entre a “ciência histórica” e a “arte narrativa”?” (ROIZ 2012, p. 13). Ocupam a cena principal desse texto uma breve recomposição da tradição de pensamento que remonta a Friedrich Nietzsche, chegando em Michel Foucault (ROIZ 2012, p. 52-56), permeada pela “avaliação de Roland Barthes e Hayden White”, a compreensão de Peter Gay como uma reconciliação entre ciência e arte e o diagnóstico de Reinhart Koselleck e Jörn Rüsen. Após a apresentação resumida, mas cuidadosa, dos principais argumentos desses autores, Roiz abre a conclusão com uma citação em que Eric Hobsbawm enfatiza a distinção entre “fato comprovável e ficção” no prefácio de *Sobre história*. O objetivo de Roiz é sintetizar o “posicionamento adotado pela grande maioria dos historiadores nos séculos XIX e XX” (ROIZ 2012, p. 75). Esse destaque é importante porque os capítulos de *Linguagem, cultura e conhecimento histórico* são compostos de citações, ora recuadas e mais longas, ora incorporadas ao texto e o autor apresenta a sua posição no debate a partir dessas escolhas. Portanto, compreender a chave de leitura proposta pelo livro requer do leitor uma atenção especial a esses encadeamentos de autores.

Os posicionamentos do autor tornam-se mais claros no terceiro e último capítulo da primeira parte da obra. Em "A reconstituição do passado e o texto literário", Roiz escolhe apresentar "como os historiadores Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen e Josep Fontana responderam às teses céticas ou 'pós-modernas' sobre a elaboração do texto histórico" (ROIZ 2012, p. 78). Em busca de uma síntese possível entre discurso histórico e texto literário, Roiz assinala o rigor metodológico de Ginzburg na elaboração das provas que fundamentam o saber historiográfico e confere destaque ao conhecido ensaio *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. Rüsen é o autor escolhido para apresentar o papel da teoria da história na definição de um estatuto de cientificidade e racionalidade do discurso histórico, enquanto Fontana, bastante elogiado por Roiz por sua coragem e determinação, dá o tom do compromisso social do historiador ao fazer história.

Tais seleções, enredadas ao longo dos três capítulos da primeira parte da obra, delimitam e marcam as interpretações da segunda parte do livro dedicada a utilizar a *Literatura* para fazer *História*. Como destaca Estevão Martins no texto de apresentação da obra, o que temos nessa segunda parte são "alguns exemplos da solução estratégica que [o autor] expôs na primeira" (2012, p. 8). Essa característica confere unidade ao livro e possibilita aos leitores o confronto entre o debate acerca do fazer história e as opções da prática historiográfica do autor.

Para a percepção dessas escolhas destaque, especialmente, o capítulo em que o autor demonstra "a distância entre a 'realidade' (extratextual) do sistema escravista moderno e a forma como foi 'representado' pelas peças teatrais" (ROIZ 2012, p. 112) que abordaram o tema da escravidão nos séculos XVIII e XIX. Nele, o autor trata, mesmo que resumidamente, tanto das representações criadas pela história da historiografia do escravismo africano quanto da análise da produção teatral.

Não menos interessantes são os capítulos "As metamorfoses de uma obra: leitores e leituras dos textos de Franz Kafka (1883-1924)" e "Literatura e leituras do milenarismo em Georges Duby (1919-1996)", exercícios, segundo o autor, capazes de demonstrar "como 'fontes literárias', desde que inquiridas adequadamente, poderiam contribuir para os historiadores formularem hipóteses mais precisas, elaborarem métodos mais operacionais e alçarem resultados de pesquisa mais instigantes" (ROIZ 2012, p. 184).

Assim como os demais capítulos, o epílogo também é norteado por uma questão: A história na Literatura, a literatura na História? A indagação de Diogo Roiz enuncia a necessidade e, ao mesmo tempo, a dúvida sobre a possibilidade de se chegar à síntese entre os saberes, ou melhor, dentre os debates que cercam os estudos históricos e literários, entre ciência e arte. A síntese sonhada por muitos, desde outros tempos, de fato, não será encontrada em *Linguagem, cultura e conhecimento histórico*. Contudo, a leitura do livro e da vasta bibliografia arrolada pelo autor possibilita um caminho, talvez bastante instigante ao leitor, pois pode retirá-lo dessas contraposições entre margens que parecem opostas e levá-lo ao fluxo do rio desse fazer humano e criativo que compõe a "história como arte de inventar o passado".<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Importante obra que trata da relação História e Literatura: ALBUQUERQUE JR 2007, p. 19-39.

### Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: \_\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 19-39.
- MARTINS, Estevão Martins. História: independência ou morte. In: ROIZ, Diogo da Silva. **Linguagem, cultura e conhecimento histórico: ideias, movimentos, obras e autores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 8-9.
- ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual"**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**. Curitiba: Appris, 2012.
- \_\_\_\_\_; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.



## A Espanha dos seus historiadores

The Spain of its historians

PASAMAR, Gonzalo. *Apologia and Criticism: Historians and the History of Spain, 1500-2000*. Hispanic Studies: Culture and Ideas. Bern: Peter Lang, 2010, 291 p.

---

### Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

cguazza@terra.com.br  
Professor Associado 4  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Agronomia  
Caixa-postal: 91501970  
91509-900 - Porto Alegre - RS  
Brasil

---

### Palavras-chave

Historiadores; Historiografia hispano-americana; Identidade nacional.

### Keywords

Historians; Spanish-American Historiography; National identity.

192

---

Recebido em: 14/7/2013  
Aprovado em: 5/10/2013

Gonzalo Pasamar é um dos mais renomados especialistas em história da historiografia na Espanha, onde atua como professor na Universidade de Saragoça. *Apologia and Criticism* é resultado de uma série de palestras por ele ministradas em 2006 no seminário de "Historiadores e Cultura Espanhola nos Séculos XIX e XX",<sup>1</sup> na Universidade Rutgers, em Newark, Estados Unidos.

Dividida em quatro capítulos, a obra desenvolve-se a partir da constatação de que os estudos sobre a história da historiografia hispânica sempre estiveram separados daqueles dirigidos à identidade espanhola. É precisamente a superação deste hiato que Pasamar pretende promover através do seu livro, em que esses dois campos são reunidos. O livro resultou de mais de 25 anos de pesquisas, e trata da historiografia hispânica em geral. Em razão da maior familiaridade do autor com o período que vai do século XIX ao XX, grande parte das suas atenções dirigem-se para a produção dos últimos 200 anos, terminando com uma análise das últimas décadas, e as perspectivas recentes da Espanha democrática.

O Capítulo 1, "O nascimento da história nacional: de Juan de Mariana a Modesto Lafuente", divide-se em três subcapítulos. "Explorando antecedentes nos séculos XVI e XVII: Juan de Mariana e a tradição das crônicas gerais" é o primeiro deles. Segundo Pasamar, desde o Humanismo e o Barroco já existia, na Espanha, uma "história nacional" baseada nas crônicas. Neste contexto, o jesuíta Juan de Mariana em 1592 publicou uma *Historia General de España* que já trazia em si traços renascentistas, e que sem se opor às crônicas e privilegiando as grandes linhagens e tradições foi uma obra muito documentada com cartas, discursos e arengas variadas. No século XVI, aponta Pasamar, a obra de Mariana legitimava o Império Espanhol, mesclando-o com a história da Igreja.

O segundo subcapítulo se intitula "Crítica histórica e novos tópicos: a perspectiva iluminista na história da Espanha". Durante os reinados de Carlos III e Carlos IV, afirma Pasamar, buscava-se uma história mais "civil", não restrita aos "grandes homens". Em Madri, Valência e Sevilha os "inovadores", apesar da censura da Igreja, discutiam filosofia e crítica literária e as tensões entre apologia e crítica à Espanha, ou entre Humanismo e Catolicismo eram muito presentes. Pasamar recorda que mesmo com a Inquisição, os espanhóis do século XVIII estudavam Voltaire, Montesquieu, D'Alembert, Diderot, Hume e Smith, e que os "modernos" apropriaram-se da fisiocracia francesa e do liberalismo inglês. Eles abriram suas pesquisas para outros campos, como agricultura, indústria, literatura etc. como mostram alguns exemplos.

O capítulo inicial se encerra com "Compondo uma visão liberal da história da Espanha: Modesto Lafuente e outros historiadores do seu tempo", sobre a primeira geração de historiadores liberais, atuantes também no jornalismo, que se dedicaram a explicar o "nacionalismo" espanhol. O grande expoente desse movimento historiográfico foi, para Pasamar, a *Historia General de España* de Lafuente, editada em 1850. Essa obra influenciada por pensadores como Vico, Bossouet, Cantú, Michelet, Guizot e Thierry buscava uma "filosofia da história" para compreender melhor o passado.

<sup>1</sup> Todas as traduções feitas ao longo da resenha são de minha autoria.

O Capítulo 2, "O caminho espanhol para a profissão histórica: na sombra da regeneração nacional" também é dividido em três partes. O primeiro subcapítulo é "Uma ponte para a profissão histórica: a Academia de História no tempo de Cánovas". Antonio Cánovas del Castillo, historiador ligado à Academia de História, retomou a história nacional desde um viés liberal moderado, que apoiava a Restauração dos Bourbons e teve importante papel na política espanhola. Via na História uma "missão" divina, acima das questões apenas materiais. Assim como ele, os historiadores de seu tempo valorizavam a erudição, mas também o profissionalismo; enfatizavam a análise da documentação, a formação de técnicos e de acervos, preterindo as "filosofias da história" clássicas; favoreciam as monografias e os estudos históricos específicos em detrimento das "grandes histórias".

O segundo subcapítulo "Novas instituições para novos tempos: os começos da historiografia profissional espanhola e a regeneração nacional" inicia-se com a derrota da Espanha na guerra contra os Estados Unidos em 1898. O chamado "Desastre" instigou o movimento "Regeneração". Pasamar recorda que historiadores como Mallada, Macías, Ganivet, Admirall, Prat, Costa e outros, pediam protecionismo às atividades nacionais. Mesmo em pequeno número criaram muitas revistas e entidades, mas o golpe de Primo de Rivera excluiu-os dos cargos acadêmicos por serem conservadores ligados à Igreja. Só na Segunda República um programa de reformas redundaria pela primeira vez na autonomia universitária.

194

A última parte, "A imagem da história espanhola entre krausismo e positivismo" começa com uma síntese da questão do liberalismo na historiografia espanhola desde o século XVIII. A seguir, Pasamar aborda a filosofia do alemão Karl Krause, que tinha "princípios harmônicos" e buscava "organismos sociais". Os seguidores do "krausismo espanhol" disputavam com os adeptos de Comte os estudos da Sociologia. Alguns autores, como Altamira, defendiam um "krausopositivismo", em que a história política poderia ser vista também como uma história social.

O Capítulo 3 se intitula "Exilados espanhóis restauram a imagem da história: o ensaio histórico e a propaganda", e é dividido em seis partes. O primeiro subcapítulo é "A tradição espanhola dos ensaios históricos e sua importância para a historiografia". Se os historiadores profissionais não optaram pelo ensaio, aferrando-se à "objetividade" das monografias, lembra Pasamar, os ensaístas famosos foram Ortega y Gasset, Unamuno e Pérez de Ayala, que publicavam em jornais. O segundo subcapítulo se intitula "Propaganda totalitária e o ensaio histórico antes e depois da Guerra Civil". Ao final da Guerra Civil, a ditadura franquista impôs seus valores na produção e divulgação da História em todos os níveis, mesmo no ensino fundamental. Neste sentido, as ideias da Falange – inspiradas em Nietzsche, Spengler, Heidegger, e até Ortega y Gasset – adotaram o conceito de "Hispanidad", atribuindo-lhe uma continuidade de tradições católicas e da Contrarreforma caras à Espanha Imperial.

O terceiro subcapítulo é "Recuperando o debate cultural: o renascimento de 'O Problema de Espanha' nos anos 1940". Trata da obra de Laín Entralgo, relacionado com vários intelectuais católicos e falangistas. O próprio Ortega y

Gasset, exilado e criticado pela Falange, voltaria após a derrota do nazi-fascismo em 1945 para apoiar Franco, retomando os estudos teóricos de antes da Guerra. Destacou-se, nesse contexto, também o pensador católico Calvo Serer, que buscou adaptar a Contrarreforma ao presente. A centralidade de Américo Castro é apresentada em "Américo Castro e o Hispanismo Norte-Americano". Os estudos hispânicos tornaram-se importantes nos Estados Unidos durante a Primeira Guerra, devido à importância adquirida pelo Pan-Americanismo. A história espanhola era ainda distante e peculiar. Foi, segundo Pasamar, o trabalho de Castro em Princeton (1940-1953), afinado com o liberalismo americano, que promoveu um grande crescimento da historiografia hispânica dentro dos Estados Unidos. "Uma interpretação filosófica da história da Espanha" mostra a influência de Max Weber no trabalho de Castro, que via na história espanhola a ação de "éticas" de diversas procedências: cristã, muçulmana e judaica. Castro minimizava, assim, as raízes romanas ou visigóticas outrora tão enfatizadas.

O Capítulo 4 é "Historiografia espanhola desde 1950" e divide-se em quatro partes. "O 'Conselho Superior' e a ascensão de Jaume Vicens Vives" enfatiza a importância do Conselho Superior de Investigações Científicas, fundado em 1939 para impor o nacional-catolicismo falangista da Ação Católica e da *Opus Dei*, sublinhando o controle e a censura por eles exercidos sobre as universidades. O subcapítulo "Construindo uma nova perspectiva na história da Espanha" aborda a obra de Vicens nos anos 1950, quando ainda sob a influência dos Anais, ele buscava analisar todos os grupos sociais em seus cotidianos, meios geográficos, mentalidades, produção material, estatísticas etc. Outros autores aparecem no subcapítulo "A história da Espanha moderna sob o paradigma socioeconômico: os outros pioneiros", em que Pasamar mostra como os estudos socioeconômicos se impuseram até entre falangistas, como no caso do medievalista Ramón Carandes. As pesquisas de Braudel atraíam espanhóis, como seu discípulo Felipe Ruíz Martín, que se tornou tão importante quanto Vicens. Também Antonio Domínguez Ortiz, usava um conceito de classe social com inspiração eclética em Weber, Sombart e Marx; também estudou minorias islâmicas e judias convertidas no século XV. Importante, neste contexto, foi ainda José Antonio Maravall, falangista que depois dos anos 1940 se aproximou do liberalismo. Discípulo de Ortega, ele chegou à história social a partir de influências ecléticas, como Dilthey, Huizinga, Carr, Febvre, Bloch e Braudel.

O último subcapítulo é "Décadas recentes: adaptação a 'Novas Histórias'" e aborda o desenvolvimento da História nos 20 anos subsequentes a Franco. Apareceram traduções de hispanistas do americano Raymond Carr e de ingleses: Gerald Brenan, com "O Labirinto Espanhol" de 1943, respondia aos horrores da Guerra Civil; outro, John Elliot, fazia uma interpretação geral do Império Espanhol numa perspectiva comparada. Mas desde Vicens nos anos 1950, a proximidade maior era com a França. Depois da transição, Pasamar sublinha a importância do Marxismo, especialmente através de Josep Fontana, crítico dos Anais, da carência de teoria e do exagero na importância e variedade das fontes e métodos. Já nos anos 1970 e 1980 cresceram perspectivas variadas da história cultural, como estudos de gênero, de minorias marginalizadas, vida cotidiana, micro-história.

As traduções de obras de Edward Thompson inspiraram histórias do movimento operário, como as de Álvarez Junco e Pérez Ledesma, que negavam a “teleologia marxista”. Relações estreitadas com estrangeiros e muitas traduções garantiram uma abrangência de temas da nova história: mentalidades, trabalhadores, movimentos sociais, pobreza, mulheres, história oral, memória, identidade nacional, etc. Também cresceram os estudos historiográficos: além de Fontana, Pasamar cita Julián Casanova, Elena Hernández Sandoica, Julio Aróstegui, Miguel Ángel Cabrera, Justo Serna, Anaclet Pons. Ter-se-ia mantido a difusão da história socioeconômica sob a influência marxista e da Escola dos Anais. Ironicamente, na Regressão iniciada em 1996, com o governo José María Aznar do Partido Popular, isto mudou. De acordo com os preceitos do neoliberalismo e seguindo outros conservadores europeus, o presidente espanhol criticou os currículos escolares dos predecessores socialistas, buscando novamente uma centralidade da história “nacional” e a “educação civil”.

Cabe destacar que o livro de Gonzalo Pasamar faz um exaustivo panorama de cinco séculos da história da historiografia espanhola. Também conseguiu vincular a produção histórica às concepções identitárias que se construía na Espanha nas diferentes épocas abordadas, fazendo uma muito adequada correlação texto-contexto, fundamental para a coerência do livro. A importância da temática para estudo e pesquisa de historiadores é muito grande para aqueles que se vinculam a estudos ibero-americanos. Neste sentido, seria mister uma tradução do texto para os idiomas espanhol e português, para uma merecida divulgação do mesmo nos meios acadêmicos latino-americanos.

# Texto e documento historiográfico

historiographical text  
and document

## A ideia de história no tratadista espanhol Luis Cabrera de Córdoba - século XVII\*

The idea of history by the Spaniard treatise-writer Luis Cabrera de Córdoba – 17<sup>th</sup> Century

---

**Maria Emília Granduque José**

mimihildita@hotmail.com

Doutoranda

Universidade Estadual de Campinas

Cidade universitária Zeferino Vaz, s/n. - Barão Geraldo

13083-970 - Campinas - SP

Brasil

---

### Palavras-chave

História; História moderna; *Historia magistra vitae*.

### Keyword

History; Modern Age historiography; *Historia magistra vitae*.

198

---

Recebido em: 19/11/2013

Aprovado em: 18/12/2013

---

\* Pesquisa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Na Espanha dos séculos XVI e XVII prosperou uma diversidade de textos que tratavam diretamente das matérias históricas, como as crônicas (sobretudo as que versavam sobre os assuntos americanos), as cartas, as histórias naturais e morais, as relações de viagens e os tratados de história, que ocuparam um lugar significativo na produção do saber nesse contexto. Se, nos séculos anteriores, muitos cronistas reservaram apenas os prólogos ou as páginas iniciais das obras para dissertar sobre as metas de seu ofício, nesse período um grupo de letrados passou a produzir tratados específicos que refletiam sobre o fazer histórico. Aos moldes de um manual, esse tipo de texto se comprometia a transmitir um conjunto de regras e prescrições que deveriam guiar o historiador durante a escrita de seu texto.

Dentre os muitos tratados produzidos, vale destacar os que tiveram maior expressão na época ao servirem de referência importante na composição de obras que abordavam os feitos ocorridos no passado. As duas composições do tratadista Juan Luis Vives, *De tradendis disciplinis* e *De causis corruptarum artium*, publicadas, em 1531, devem ser inseridas nesse grupo de textos que buscam transmitir a concepção particular da história compartilhada por seu autor. Igualmente, o tratado *De historiae institutione dialogus*, publicado por Sebastián Fox Morcillo, em 1577, aparece com o propósito de debater as maneiras de se escrever a história. Tal como os demais manuais do período, o de Fox Morcillo considera o compromisso com a verdade a principal tarefa para o historiador, recomendando, para isso, que no labor histórico os sentimentos de paixão ou ódio devam estar ausentes por levar à distorção da verdade. O conselho pela imparcialidade se faz presente não apenas nos tratados de história aqui discutidos, mas, também, é frequente em boa parte das produções que dissertam sobre os acontecimentos passados.

Um pouco mais tarde, em 1591, vem a público o tratado *De conscribenda rerum historia libri duo*, de Juan Costa. Nesse texto, o papel exemplar e pedagógico da história é abordado a partir do destaque dos vícios e virtudes de personagens notáveis do passado, e a epopeia, como gênero de escrita comum nesse período, aparece como forma apropriada para narrar os eventos históricos. O *Método para escrever la Historia* de Juan Paes de Castro, embora editado apenas em 1892, por Eustasio Esteban, também expressa esse conjunto de preceitos sobre o fazer histórico produzidos no século XVI.

Já entre os tratados publicados no século XVII, destaca-se o *Discurso de las letras humanas* escrito pelo humanista Baltazar de Céspedes, impresso, em 1600. O conteúdo mantém estreita relação com os argumentos apresentados nos anteriores e, tal como Luis Vives, advoga pela influência geral que a história exerce sobre outras matérias, como a geografia, a medicina, o direito e a gramática. A grande obra produzida nesse período sobre a doutrina histórica é, no entanto, a de Fray Jeronimo de San Jose, *Genio de la historia*, que data de 1651. Nela, o autor define a sua concepção da história como narração verdadeira dos fatos escrita por pessoa sábia, recomendando, assim, a maneira como a história deve ser escrita pelo investigador.

Finalmente, para nos limitarmos a esses poucos exemplos, aparece alguns anos antes o tratado *De historia, para entenderla y escribirla*, escrito por Luis



Cabrera de Córdoba e publicado por Luis Sanchez, em 1611.<sup>1</sup> O seguinte tratado é melhor explicado pelas próprias palavras do autor, reproduzidas abaixo por meio de uma conversão do espanhol para o português. Nessas páginas, é possível perceber a visão e o modelo defendidos por esse preceptor acerca da história e de sua escrita.

Luis Cabrera de Cordoba foi um historiador do reinado de Felipe II que, desde muito cedo, conviveu próximo à corte dos Áustrias, por conta dos cargos ocupados por seu pai, e esteve envolvido ativamente na diplomacia e na política desse governo. Ainda jovem, viveu nos arredores do El Escorial e acompanhou de perto a construção desse monastério durante o ofício desempenhado por Juan Cabrera, seu pai. Décadas depois, ele próprio foi nomeado para o cargo de *Superintendencia de la carretería da obra del Escorial*, devendo controlar o funcionamento da edificação do monastério. Dentro da corte, também foi o grande informante do rei sobre os problemas que surgiam nos vastos domínios reais; cargo que o obrigou a viajar e estar presente em muitas regiões distantes. Essa experiência diplomática lhe proporcionou um importante conhecimento sobre a monarquia de Felipe II, expressa em sua obra *Historia de Felipe II*, publicada sua primeira parte em 1619. Ainda em consequência da posição ocupada, escreve *Relaciones de las cosas sucedidas en la corte de España desde 1599 hasta 1614*, que vem a público somente em 1857.

200

Mas foi durante sua permanência no Escorial que Cabrera de Cordoba tomou notas para a escrita de um poema dedicado ao monastério de San Lorenzo, intitulado *Historia Laurentina*. Fruto dessa mesma experiência em torno da corte, nosso historiador pôde refletir sobre o fazer histórico e escrever o tratado que segue aqui traduzido para o português. Tratado esse que exerceu importante influência nos demais preceptores e historiadores do século XVII que tiveram contato com tal texto, publicado ainda nesse período.

Sobre o modelo de história que segue em seu tratado, Cabrera de Cordoba afirma ser a história “narração de verdades por homem sábio para ensinar a bem viver” (SANCHEZ MARCOS 1999, p. 131). Ao definir a história nestes termos explica a diferença e o espaço que separa esta matéria da poesia: a primeira se distingue por narrar verdades, ao passo que a segunda narra mentiras. Quando trata do papel do historiador, orienta que, sendo a história interlocutora de acontecimentos, os fatos contados devem estar em acordo com a verdade, cabendo ao príncipe cuidar para que não haja nenhuma adulteração do passado. A fim de refutar seus argumentos e trazer exemplos conhecidos aos leitores, Cabrera de Cordoba se cerca de uma grande quantidade de autores antigos e de suas respectivas obras, um traço típico do momento renascentista que tomava os clássicos da antiguidade como exemplo e apoio para suas produções.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Utilizamos a primeira edição do tratado *De historia para entenderla y escribirla* publicada, em 1611, por Luis Sanchez.

<sup>2</sup> Dentre os nomes mais evocados por Luis Cabrera de Cordoba estão escritores e filósofos gregos como Platão, Sócrates, Teofrasto, Luciano, Políbio, Suidas, Empédocles, Píndaro de Beozia, Estrabão, Simonides, Alceu, Xenofonte, Filisto, Heródoto, Tucídides e Aristóteles. Os escritores e filósofos romanos são Mario Verrio Flaco, Aulo Gélcio, Plínio, Marco Tulio Cícero, Políbio, Apuleio, Lucano. Há referências a escritores latinos como Boccaccio, Lucrecio, Salústio e aos “padres da igreja” como Santo Isidoro de Sevilla, Santo Gregório e Santo Gerônimo.

Quanto ao objetivo desse tratado, assim como dos demais mencionados anteriormente, vemos um esforço para sintetizar os preceitos fundamentais do fazer histórico a partir de uma série de ordenações e orientações sobre essa matéria. Além disso, certos eixos traçados por esses textos cumpriram papel importante na afirmação e divulgação de valores compartilhados na época; como bem esclarece a própria concepção de história por eles defendida. No caso de Cabrera de Córdoba, suas palavras sugerem um modelo de escrita baseado na definição dada inicialmente por ele, de que a história “ensina a bem viver”. Desse modo, o olhar para os acontecimentos deve estar direcionado para os exemplos e a mensagem dados pelo passado com a finalidade de instruir o homem no presente. Essa noção adotada, tão cara aos preceitos ciceronianos de *magistra vitae*, também aparece de forma constante em outros manuais espanhóis de história.

O documento apresentado a seguir faz parte de um tratado completo que está composto em duas seções subdivididas em discursos – uma forma utilizada para distribuir os diferentes temas que dissertam sobre a história. Destes discursos, dois seguem traduzidos aqui por expressar de maneira sucinta como o tratadista Cabrera de Córdoba pensou essa matéria. Como o leitor poderá perceber, o discurso IV “*De las partes y definición de la historia*” e o discurso V “*De las buenas partes del historiador*” refletem sobre a importância da história e o papel do historiador no exercício desse ofício.

## Referências bibliográficas

201

- CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. **De historia para entenderla y escribirla**. Editado por Luis Sanchez. Madrid, 1611.
- \_\_\_\_\_. **De historia para entenderla y escribirla**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1948.
- GARCÍA CÁRCEL, Ricardo (coord.). **La construcción de las historias de España**. Madrid: Marcial Pons, 2004.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José; JAVIER DE CARLOS MORALES, Carlos (coord.). **Historia de Felipe II**. V. I. Salamanca: Junta de Castilla-León, 1998.
- GARCÍA LOPEZ, Aurelio. **El Escorial, en Luis Cabrera de Córdoba**. Disponível em: [dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2857153.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2857153.pdf). Acesso em: 27/12/2013.
- SANCHÉZ MARCOS, Fernando. La historiografía sobre la Edad Moderna. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (coord.). **Historia de la historiografía española**. Madrid: Encuentro, 1999.

## Discursos IV e V do tratado De historia, para entenderla y escribirla (1611)\*

Luis Cabrera de Córdoba

Escrevo a importância da história, a do bom historiador, as partes que devem ter, as de legítima e perfeita história e como se fará tal.

### Discurso IV – Das partes e definição da história

A história tem etimologia, definição, divisão, subdivisão e segunda subdivisão, objeto, fim, alma, matéria, figura ou corpo. Platão, que disse todas as coisas com entendimento, conselho, verdade e sutileza em nome de Sócrates, em Cratila, perto do fim, tenta provar que a palavra *história* declara a natureza de sua obra: porque segundo sua interpretação, história é o mesmo que *histesiton rum*, que quer dizer em latim, *sistit fluxum*, detenção do fluxo corrente dos acontecimentos, porque sem a história passariam voando para o esquecimento.

202

Pesevino diz contra Platão ser chamada história porque nos propõe à vista e à especulação das coisas. Santo Isidoro diz que vem do grego *historin*, que significa ver, porque antigamente chamavam por história a que foi feita por quem viu as coisas e escreveu. Assim definiu Verrio Flaco com Aulo Gélio, Plínio, Teofrasto e Luciano, dizendo: a história é narração das coisas feitas por meio de quem tenha visto; mas Estrabão, a quem seguem alguns antigos, como Políbio, Josefo e muitos modernos, pensa que a história narra as coisas que viu e ouviu os que estiveram presente, porque o vocábulo grego quer dizer também ver, conhecer e ouvir perguntando.

Mas em tudo isso há erros, porque não pode ser o mais principal ver tudo o que se faz e pôr em uma longa e variada narração. Seria pequena a história daquele que somente viu, porque de modo forçoso seria preciso acreditar no que ele disse; não um, senão muitos, que não encontrarão a perfeita narração que ele pressupôs ser uniforme. Por ser ordinário e certo variar, haverá de argumentar sobre a possibilidade na diversidade dos fatos que se refere, para verificar a fineza da verdade e estabelecer o que mais verdadeiro ou verossímil se parece. Vale mais estas coisas na relação do que a presença. Se todos podem escrever somente o que viram, condenem com este título a gregos e latinos que prosseguiram com os sucessos de outra nação, e aos que contaram histórias de séculos mais atrás que suas vidas, e aos que não peregrinaram toda a terra pessoalmente, senão por meio de seus livros. Cícero diz ser a história coisa *verdadeiramente feita*,

\* Tradução realizada por Maria Emília Granduque José.

*mas da idade nossa, afastada e remota.* Já Ivan Costa diz ser a história *narração verdadeira, clara e com ordem, distinta de algumas coisas passadas ou presentes, para imprimir sua memória na memória dos homens.*

Eu digo que a história *é a narração de verdades por homem sábio, para ensinar a bem viver.* Consta esta definição de gênero e de diferença, e contêm as quatro causas: material, formal, eficiente e final. O gênero *é narração*, de que se tratará quando se toma pelo corpo ou figura da história. A diferença *é verdades*, com que exclui a narração da poesia, que *é de mentiras*: e assim há muita diferença e desacordo entre a história e a poesia, não por ser esta em verso e a outra em prosa escrita, como vulgarmente se pensa, o verso não *é próprio da faculdade poética*, a imitação sim faz a poesia, porque há nela em prosa.

Verifica Suidas com as comédias de Sofrón e Senarco, nos diálogos Platão, grego; Apuleio, latim; e Bocaccio, toscano. Se a história de Heródoto se reduzisse em verso, seria história nem mais nem menos, pois não tem parte de imitação, a que se deve a diferença. Já Homero, porque imita, *é poeta*; Empédocles não, porque não imita quando escreve em verso as coisas da filosofia natural. O mesmo se pode dizer de Lucrécio e de Lucano, ainda que se dá por diverso respeito.

A poesia escreve uma só ação de um só homem, as demais por acidente; a história muitas ações e de muitos homens, ainda que trate de uma ação somente – como a conspiração de Catilina<sup>1</sup> e a Guerra de Jugurta<sup>2</sup> que historiou Salústio, e outras semelhantes histórias – seu ofício *é tratar de muitas e diversas ações.*

O poeta trabalha com o universal, atendendo à simples e pura ideia das coisas (e por isso a preferiu em sua *Poética* Aristóteles), o historiador com o particular, representando as coisas como elas são, tal qual o pintor que retrata ao natural, referindo às coisas como foram feitas. O poeta representa as coisas como necessariamente haveriam de ser ou como poderiam verossímil ou provavelmente ser. Se observarmos somente a superfície das coisas, o poeta olha o particular também, quando Píndaro, Simónides, Alceo e outros poetas gregos cantam os elogios particulares de vivos pelos seus interesses e de semelhantes: deixo os que seus amores pela maior parte trataram. Também o historiador desta maneira olha o universal, pois todo seu fim *é ensinar universalmente a bem viver com os exemplos*, com as orações adequadas às pessoas, tempos, coisas e casos: ensina a dizer e fazer, contando a natureza das pessoas, seus elogios, injúrias e outras partes cheias de doutrina civil com mais prudência que dão os preceitos dos filósofos, porque *é da história que tiram os preceitos que deram.*

O poeta, depois que se propôs a imitação de alguns, a mantêm sempre do começo ao fim. O historiador, como encontra os homens os determina ou varia, mutáveis ou constantes, bons ou maus, segundo os tempos.

A poesia *é junta e encadeamento que faz uma de muitas*, pela finalidade das ações, como uma senhora que ordena outras ministras e servas por meio de

<sup>1</sup> Luis Cabrera de Córdoba faz referência à conspiração comandada pelo senador Lucio Sergius Catilina contra a República Romana. Desse fato, ficaram conhecidas as Catilinárias, um conjunto de discursos proferidos por Marco Túlio Cícero contra Catilina (N. do T.).

<sup>2</sup> Referência à Guerra de Jugurta, que envolveu os cônsules romanos Quinto Cecilio Metelo Numidico e Jugurta. A história desse episódio foi narrada por Salústio, no livro chamado *Guerra de Jugurta* (N. do T.).

episódios, que da sua natureza e propriedade sempre tem o olhar e respeito à fabula, parte substancial e como a alma do poema. A ordem da história é mais incerta e disjunta porque as ações nela dependem de outras e não tem o olhar a um mesmo fim. Esta segue a ordem das coisas mesmas do princípio ao meio e deste ao fim, como tem sido feitas procedendo.

A poesia começa do meio, algumas vezes deixando coisas para os episódios que toma e traz à memória, como a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero, e a *Eneida* de Virgílio, claramente mostram. O poeta, não tendo limite algum em seu julgamento, como passa pela fantasia, põe em movimento, muda as ações, as aumenta, as diminui, as variam, as enfeitam, as amplifica e como já foi mencionado, narra as coisas como deveriam ser feitas e não como foram. Busca fora matérias verdadeiras, prováveis ou falsas, sem semelhança de verdade, para que saiam mais, pareçam maravilhosas e mais estupendas, para que agradem mais: como são as fábulas e as transformações de Ovídio. O histórico tem seus termos e dentro deles a finalidade da matéria que se dispôs a escrever, não se pode sair disso e nem alterar alguma coisa e, assim, não insere, nem retira, mas narra a verdade do fato, ainda que com ornamento e estilo, como é exigido e não de outra maneira. Introduz pessoas falando de diversas nações e modos de viver, de que são exemplos os gregos e latinos, com suas orações retas. César, porque as usou de maneira tortuosa, disse que escrevia comentários, tão capazes na opinião de Cícero, bem acabados e perfeitos por todas as partes da história, que não falta lugar que a mencione, a não ser às orações para sua amplificação.

204

O poeta adiciona pessoas de fora, como deuses, ninfas, adivinhos, oráculos, dá vozes humanas e fala de coisas inanimadas, faz epopeias que não existem, a não ser por fingimento. Disto carece o histórico, mais regular nas palavras e nas sentenças. A poesia, como no número é mais estreita, nas palavras mais livre, de sorte que não se contenta com vocábulos antigos e usa vocábulos novos e os formam de novo ou os apropria de outra língua, fazendo mais vagos os poemas, mais agradáveis e mais afastados do vulgar.

No dizer do histórico não há outro sentido diferente do que possui as palavras, mas o poeta sim, oculta debaixo do véu de suas ficções e misteriosas fábulas alguma doutrina boa ou heroica virtude.

Em que convém a poesia e a história: são semelhantes no sentido de que cada uma propõe a causa e o que há de escrever. Ambas usam do gênero demonstrativo e deliberativo em que algumas vezes inclui o judicial, condenando vícios, elogiando as virtudes, e introduzem os parlamentos e consultas. Ambas com suma indústria guardam a prudência e o decoro, ensinam, agradam, movem, ajudam – a história ainda mais. Cabe as duas fazer menção às coisas antigas e às descrições, com vários acontecimentos súbitos, muitos casos variados e incertos, cheios de áurea de temor, áurea de esperança, áurea de alegria, áurea de dor. A história descobre a ira de Deus: conta os prodigiosos votos e sacrifícios com que apazigua. A poesia com estas coisas e respostas dos oráculos, acompanha os conselhos dos deuses, suas discórdias e feitos. Ambas são vagas nas digressões, amplificações, na variedade, na escolha das coisas e das palavras; trabalham sua boa disposição

e decisão. Tem seus números, suas figuras para dizer, embora por diversas razões, para estar enfeitada.

A história tem mais do honesto, grave, exemplar, como mais ilustre e sábia. A poesia, jovem e gentil, alguma vez com estilo e formosura, lasciva, com licença e diferença entre a nobre e a plebeia.

### **Discurso V: Das boas partes do historiador**

O eficiente da história se chama *historiador* e assim o chamaram os antigos; em Castilha, *coronista*, que não significa coisa alguma e *chronista*, que significa um pouco mais. *Crónica* deriva-se de *chronos*, nome grego que significa tempo e será *temporalia* e temporal o escritor, considerando a nomenclatura de uma das quatro partes que consta o quadrívio da uma história, que são: *chrónico*, *pragmático*, *tópico* e *genealógico*.

Os antigos provaram com vários silogismos e figuras que o historiador se refere somente ao sábio, sem dizer a quem; ao filósofo pelo moral e o natural, ao dialético por provar com argumentos, ao matemático por tratar da magnitude nas descrições, ao orador por persuadir com a suave e adornada oração, com que sobre a invenção, disposição e elocução, diz prudente e de forma enfeitada, e narra lúcida, clara, provável e esplendidamente sobre a matéria comum, que é dizer das coisas feitas ou que se faz o ofício de historiador. E por isso dizemos que ele contém o saber e o objeto de todos, embora chamado de historiador, é filósofo, matemático, dialético, orador, mostrando sê-lo quando escreve. Representa, segundo se tem dito, o governo da cidade, a constituição das leis, o culto da religião, a virtude, os costumes, os conselhos, os feitos dos homens – que é parte da ética e parte da política –, por ser conforme uma e outra no modo em que a prática é conforme a teoria. Das duas pernas que sustentam o corpo do governo do império, uma é a história e a outra a filosofia, ainda que escreva por seu próprio método conforme as leis e os preceitos que possui, ensinando os Elíseos e o Inferno.

Tanto é necessário saber para fazer uma história regular e muitos não acertam o ponto. Tanta dificuldade parece ter os escritores vulgares, que se contentam em dizer que descobriram a verdade dos sucessos e dos tempos e, embora digam como quer, não advertem palavra de ética e de política. Havendo uma guerra, que de penas a ameaçam no mundo, sem arte e natureza para saber começar, prosseguir e acabar! Não sabem o que dizer, calar, elogiar, julgar, acreditar e nem a ordem como devem pôr as coisas. Enganam-se os que pensam que a história não tem artifício; tem sua doutrina, leis, confirmadas com prudência pelos claros mestres.

Outros, não sendo cuidadosos com a fidelidade, têm cuidado somente com a elegância artificial, castigada, polida, para que o leem porque foi bem escrita. O resultado (segundo diz Políbio) são histórias de uns e outros, como uma donzela formosa na feição, mas que não tem olhos ou tendo-os formosos, tem buracos de varíola no rosto, ou nos demais locais é defeituosa. A alma da história e a virgindade desta donzela é a pura e limpa notícia das coisas, sem interesses e sem respeitos; mas se é gaga ou cheia de lugares grosseiros e verrugas, ninguém se apaixona por ela.

São as boas partes de um historiador as de legítima e perfeita história que, se soubessem ou entendessem bem a dificuldade que há para fazê-la, haveria menos atrevidos e imprudentes.

É preciso saber boas letras, aprender as divinas, ser doutor em antiguidade, prático no mundo e que o tenha peregrinado, exercitado em todas as matérias, principalmente de estado, ser inteligente das coisas de guerra, bajular os governantes, ser bem relacionado nos negócios públicos e governos de reinos, províncias e povos, inquiridor dos feitos ocultos, cheio de sentenças e ditos graves, instruído em exemplos, erudito, eloquente, grave, severo, urbano, diligente, medido, estudioso, de grande cabeça, bondade e justiça, homem realmente bom para que não acrescente e nem retire mais do que conforme a razão permite a cada um, preparado para escrever com inteira saúde, gênio tranquilo, e colocado do alto para historiar, que não espere e nem tema, que seja conhecedor do bem e do mal que há nos escritores, com perfeita prudência, tanto no dizer como no calar, que seja moderado em seus afetos, que tenha boa escolha em tudo, alma forte para dizer a verdade e seu parecer, igualdade em contar as coisas dignas de ser louvadas ou repreendidas.

Dizer-se homem realmente bom, porque ainda os gentis o querem assim, parecendo-lhes que se a oração é a imagem da alma, do mais puro e cândido, será mais pura e cândida a oração. Xenofonte, de Halicarnasso, é tido por justo, tratável, constante, religioso; Filisto por bajulador, humilde; Salústio por vicioso; Heródoto por suave, agradável; Tucídides, por austero, rígido, afeito de ânimo, segundo o engenho, estado, estudo e idade; sendo a gravidade e verdade da história e do escritor a integridade de sua inculpável vida. Claro está que um virtuoso deverá escrever somente o que estiver conforme a razão e a verdade. Escrevem histórias o papa Santo Gregório, Santo Gerônimo, Santo Isidoro – que devemos dar crédito.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue



## Pareceristas deste número

---

Adriana Vidotte (UFG)  
Adriene Baron Tacla (UFF)  
Ana Carolina Barbosa Pereira (UFG)  
Andréia Cristina Frazão da Silva (UFRJ)  
Arthur Alfaix Assis (UnB)  
Carlos Augusto Ribeiro Machado (USP)  
Carlos A. M. Lima (UFPR)  
Cláudia Bovo (UFTM)  
Clinio Amaral (UFRRJ)  
Diogo da Silva Roiz (UEMS)  
Fabio Henrique Lopes (UFRRJ)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS)  
Itamar Freitas de Oliveira (UFS)  
Juan Andres Bresciano (Universidad de la República)  
Keila Grinberg (UNIRIO)  
Laura Nogueira Oliveira (CEFET-MG)  
Liliana Brezzo (Rosario-Universidad Católica Argentina)  
Luís de Gusmão (UnB)  
Luiza Laranjeira (UFRJ)  
Marcos José de Araújo Caldas (UFRRJ)  
208 Maria Cristina Correia Leandro Pereira (USP)  
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)  
Maria Filomena Coelho (UnB)  
Maria Silvia Leoni (Universidad Nacional del Nordeste)  
Marlon Salomon (UFG)  
Mateus Henrique Pereira (UFOP)  
Norberto Osvaldo Ferreras (UFF)  
Renata Vereza (UFF)  
Ricardo de Oliveira (UFRRJ)  
Ricardo Salles (UNIRIO)  
Rodrigo Ruiz Sanches (UNIBARRETOS)  
Rodrigo Turin (UNIRIO)  
Sérgio da Mata (UFOP)  
Sylvia Lenz (UEL)  
Temístocles Cezar (UFRGS)  
Thiago Lima Nicodemo (USP)

# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como *recensão crítica*. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

212

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: \_\_\_\_\_. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Artigo publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: **SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I**, 2007, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

*213*

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

# Diretrizes para autores

guidelines for authors

## 1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

### *1.1. Detalhamento das partes do resumo:*

**Introdução:** a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

**Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

**Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

### *1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:*

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

## 2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.